

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NÍVEL MESTRADO

LUCIANO BRAGA RAMOS

UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA:
A Construção do Monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre
1934-1936

SÃO LEOPOLDO
2015

LUCIANO BRAGA RAMOS

UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA:
A Construção do Monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre
1934-1936

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS – como requisito para a obtenção
do título de mestre em história.

Orientadora: Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

SÃO LEOPOLDO
2015

R1751 Ramos, Luciano Braga
Um lugar de memória para a Revolução Farroupilha: a construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre 1934-1936 / Luciano Braga Ramos. -- 2015.
252 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2015.

Orientadora: Profª. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos.

1. Monumento - Revolução Farroupilha - Rio Grande do Sul. 2. Monumento - Bento Gonçalves. 3. Memória - História - Rio Grande do Sul. 4. Monumento - Bento Gonçalves - Construção. I. Título. II. Ramos, Eloisa Helena Capovilla da Luz.

CDU 725.94(816.5)

LUCIANO BRAGA RAMOS

UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA:
A Construção do Monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre
1934-1936

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS – como requisito para a obtenção do
título de mestre em história.
Orientadora: Dra. Eloisa Helena Capovilla da
Luz Ramos

Aprovado em __/__/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, orientadora - UNISINOS

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão - FURG

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - UNISINOS

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer – FEE/RS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS que, me oportunizaram o ingresso no curso de mestrado apostando na viabilidade do meu projeto, e também, àqueles, com que pude trabalhar no decorrer do curso nas disciplinas oferecidas. Também agradeço ao pessoal da secretaria do curso que sempre me orientaram sobre as questões burocráticas que envolvem nossa permanência no curso.

Agradeço a professora Eloisa Capovilla pela dedicação e pelo incentivo no trabalho de orientação, durante todo o trabalho de pesquisa. Suas críticas e apontamentos foram decisivos para o desenvolvimento do trabalho. Obrigado pela ajuda com as questões documentais e bibliográficas, as quais vieram a somar no trabalho de pesquisa. Agradeço também pela disponibilidade, sempre dedicando tempo para atender o trabalho de orientação a qualquer momento. Também, foram importantes as aulas que ministrou no curso, por meio das quais, foi possível esclarecer muitas dúvidas teóricas e práticas.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja bolsa foi indispensável para meu ingresso no curso de mestrado. Sou grato às instituições de pesquisa que frequentei, pela atenção no atendimento quando precisei dessas para a execução deste trabalho.

Também agradeço aos colegas de curso, com os quais pude construir uma amizade nessa trajetória acadêmica, pois esses, são fundamentais para nosso crescimento no curso e na vida, são esteios de apoio nas horas de dificuldades. Por fim, agradeço a UNISINOS, pela disponibilidade sempre presente, de recursos humanos e materiais que deram base para a realização deste trabalho.

RESUMO

A pretensão deste trabalho é procurar, por meio de diferentes documentos, perceber como se deu a produção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre, em meados da década de 1930, explicando-a a partir da apropriação das memórias farroupilhas pelos historiadores e intelectuais sul-rio-grandenses. Quero perceber como foi trabalhada a (re) adaptação de uma memória sobre o gaúcho e compreender como esse fato contribuiu para a construção de um lugar de memória para a Revolução Farroupilha em Porto Alegre. Para tanto, procuro verificar o modo como se deu a formação do imaginário de brasilidade do gaúcho, alicerçado numa base de cunho regional. Parto do plano teórico e intelectual e, transitando pelas práticas políticas, chego à materialização da memória no bronze do monumento a Bento Gonçalves da Silva. O que se vê no monumento, ao fim e ao cabo, é uma memória que se perpetua e, a cada conjuntura, vem reforçando a ideia de “heroicidade” do gaúcho no ajustamento da memória coletiva fomentando, dessa forma, o imaginário coletivo sul-rio-grandense em torno da história da Revolução Farroupilha.

Palavras-chave: Memória. Monumento. Comemoração. Lugar de Memória.

ABSTRACT

The intent of this paper is to search through different documents to perceive how the Bento Gonçalves da Silva monument was built in the mid-1930s in Porto Alegre, explain from the appropriation of the *farroupilha* memories by the historians and intellectuals from Rio Grande do Sul. I want to grasp how was built the "stage" for the rehabilitation of the *gaucho* memory, and, to realize how this fact contributed to build a place of memory from the *Farroupilha* Revolution in Porto Alegre. To do so I seek to verify how the formation of the imaginary Brazilian way of the *gaucho* came to be, based in a regional hallmark. I begin from the theoretical and intellectual level and, searching through political practices, I get to the materialization of the memory in the bronze from the monument to Bento Gonçalves da Silva. In the end what can be seen in the monument is a memory that is perpetuated, and in each conjuncture reinforces the idea of "heroism" by the *gaucho* in the adjustment of the collective memory, therefore fostering the collective imaginary of the people from Rio Grande do Sul around the *Farroupilha* Revolution history.

Key words: Memory. Monument, Celebration. Place of Memory

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Capa da Revista o Globo para as comemorações do Centenário Farroupilha.....	41
Imagem 2 - Capa da revista comemorativa do IHGRGS para o Centenário Farroupilha.....	83
Imagem 3 - Comparação entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves.....	98
Imagem 4 - A representação da imagem dos dois generais.....	100
Imagem 5 - Placa de Bronze do Monumento de Belém Novo.....	101
Imagem 6 - Medalha comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha.....	102
Imagem 7 - Desenho do projeto da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de Porto Alegre.....	110
Imagem 8 - Caringi em seu ateliê.....	123
Imagem 9 - Comparação do monumento e o seu modelo, um soldado de alemão.....	125
Imagem 10 - Maquete de Leão Veloso.....	129
Imagem 11 - Exposição do projeto Veloso.....	134
Imagem 12 - O monumento em fase de acabamento.....	146
Imagem 13 - O monumento no momento do embarque.....	148
Imagem 14 - Antonio Caringi trabalhando no monumento em Munique.....	153
Imagem 15 - Antonio Caringi no seu ateliê em Munique.....	155
Imagem 16 - Suposta fotografia de Bento Gonçalves.....	156
Imagem 17 - Perfil do rosto representado no monumento de Bento Gonçalves.....	156
Imagem 18 - Esboço do pórtico de entrada da Exposição Farroupilha	162
Imagem 19 - O pórtico de entrada da exposição Farroupilha depois de concluído.....	162
Imagem 20 - Vista aérea frontal da exposição Farroupilha.....	163
Imagem 21 - Vista aérea dos pavilhões da Exposição Farroupilha.....	164
Imagem 22 - Imagem aérea da Exposição Farroupilha.....	164
Imagem 23- Imagem atual do Parque Farroupilha.....	165
Imagem 24 - Parte frontal do Cassino Farroupilha.....	166
Imagem 25 - Noticiário sobre o acordo entre Flores da Cunha e a FUG.....	170
Imagem 26 - Inauguração do monumento a Bento Gonçalves em 1936.....	175
Imagem 27 - Deputado Dario Crespo.....	183
Imagem 28 - Flores da Cunha descobrindo o monumento.....	187
Imagem 29 - Vista frontal do monumento no lugar “definitivo”.....	188
Imagem 30 - Detalhe da cabeça do cavalo do monumento.....	190
Imagem 31 - Relevo posto a esquerda do monumento a Bento Gonçalves.....	192

Imagem 32 - Relevo posto a direita do monumento a Bento Gonçalves.....	192
Imagem 33 - Detalhe do arreio do cavalo – Brasão Farroupilha.....	194
Imagem 34 - Detalhe do brasão no arreio do cavalo.....	195
Imagem 35 - Detalhe aproximado do brasão.....	195
Imagem 36 - O monumento no Parque Farroupilha.....	196
Imagem 37 - Monumento no lugar da inauguração em 1936.....	197
Imagem 38 - Dario Crespo pronunciando o discurso.....	198
Imagem 39 - Panorama da solenidade de inauguração do monumento a Bento Gonçalves..	199
Imagem 40 - O monumento já inaugurado. E o povo na praça.....	210
Imagem 41 - Monumento a Bento Gonçalves inaugurado em 1936.....	211
Imagem 42 - Monumento na Praça Piratini em 1941.....	215
Imagem 43 - Início dos festejos farroupilhas em Porto Alegre aos pés do monumento em 2014.....	215
Imagem 44- Monumento na Praça Piratini.....	216
Imagem 45 - Fotografia aérea da Praça Piratini, local do monumento a Bento Gonçalves....	217
Imagem 46 - Atual estado do monumento a Bento Gonçalves na Praça Piratini.....	218

LISTA DE SIGLAS

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

FUG – Frente Única Gaúcha

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

MCSHJC- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRR- Partido Republicano Rio-Grandense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O IHGRGS E A IMPRENSA: OS CAMINHOS TRILHADOS POR CRONISTAS E HISTORIADORES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FARROUPILHA.....	37
2.1 Os usos e abusos da “memória farroupilha” pelo IHGRGS no ano do centenário da Revolução Farroupilha.....	38
2.2 A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha: a escrita de um intelectual transitando entre o IHGRS e a imprensa.....	43
2.2.1 O discurso do Dr. Leonardo Macedonia na abertura do Primeiro Congresso de História e Geografia Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha.....	47
2.2.2 Os Anais do Primeiro Congresso de História Sul Rio-Grandense do IHGRGS para a Comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha.....	57
2.2.3 A brasilidade do gaúcho e a sombra dos caudilhos platinos.....	74
2.3 Releitura e apropriação da memória: as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves.....	85
3. UM MONUMENTO, DOIS ESCULTORES: LEÃO VELOSO E ANTONIO CARINGI A ESCOLHA DO ESCULTOR PARA O MONUMENTO A BENTO GONÇALVES.....	104
3.1 O poder público e a idealização do monumento.....	104
3.2 Leão Veloso: um escultor paulista para a construção do “monumento dos gaúchos”	112
3.3 A trajetória do gaúcho Antonio Caringi: o escultor dos “pampas”	115
3.4 A estátua de Bento Gonçalves e suas influências: entre o regional e o nacional.....	120
3.5 O concurso para o monumento a Bento Gonçalves da Silva: a nacionalidade do sul-rio-grandense e o dilema do regionalismo.....	127
3.5.1 Acertos e desacertos ou a “dança das cadeiras”: a escolha do escultor para o monumento da Ponte da Azenha.....	128
3.5.2 O “anfitrião” da festa chegou: os momentos que antecederam a materialização da memória no bronze	145

4. O LUGAR DE ONDE SE FALA: A PRODUÇÃO DO LUGAR DE MEMÓRIA E SUA CONSUMAÇÃO NO MONUMENTO A BENTO GONÇALVES.....	158
4.1A realização da memória no bronze: a inauguração do monumento a Bento Gonçalves.....	173
4.1.1 O olhar de um descendente de Bento Gonçalves.....	177
4.1.2 Materializando o discurso no bronze: a fundação do lugar de memória.....	184
4.1.3 O discurso oficial.....	198
4.2 O legado do monumento.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
ANEXOS.....	223
REFERÊNCIAS.....	243
FONTES.....	243
BIBLIOGRAFIA.....	249

1. INTRODUÇÃO

Ao contrário da historiografia tradicional, que persistiu por um bom tempo nos círculos intelectuais, hoje dentro da perspectiva de uma história cultural, o historiador escreve para responder às inquietações de seu tempo e, assim, passa a reescrever a história. O que me inquietava na “história” da Revolução Farroupilha era o conhecimento que tinha do assunto antes de entrar na graduação do curso de história na ULBRA de Gravataí. Na minha família, de certa forma sempre houve alguém ligado a alguma atividade que remontava à criação de animais em pequena propriedade e sempre, nesses locais as presenças do gado e do cavalo eram rotina. Hoje percebo o quanto aquela vivência estava associada ao modo de vida do gaúcho, conforme o imaginário que se tinha a respeito do sentido de ser gaúcho.¹

Durante os anos noventa, fui trabalhar em uma propriedade de aproximadamente quinhentos hectares arrendada por um tio. Nessa propriedade, acirrou-se ainda mais o contato com o trabalho de campo e, por consequência, a associação de tal mundo com o que se representava via CTG, que, por sua vez, tinha significativa representação naquele meio.² No entanto, eu percebia que havia uma grande diferença entre o que, na prática do dia a dia, fazíamos, com o que era comungado pelas pessoas que não estavam habituadas ao serviço do campo. No campo, trabalhávamos e montávamos a cavalo de uma forma contemporânea, ou seja, embora usássemos a bombacha, esta não era regra. O serviço era no improvisado. Nós nos identificávamos como gaúchos pela vida e pelo trabalho associado à lida com o gado. O nosso cotidiano era diferente do de um gaúcho do Centro de Tradições Gaúchas. Usávamos boné, camiseta, ouvíamos música sertaneja. Não havia as regras criadas para o gaúcho “inventado”.

Mesmo assim, frequentávamos também o CTG, afinal o meio permitia que se criasse um círculo de amigos. De tal modo, acabávamos associando o meio de vida com muitas coisas que pregavam naquela invenção de tradição institucionalizada. De fato, nós tomávamos a história da tradição construída via CTG como a verdade dos acontecimentos.³

No ano de 2004, já não trabalhava mais no campo, porém fiquei residindo na localidade de Barro Vermelho, nas imediações do banhado do Rio Gravataí, que hoje é considerada zona rural em Gravataí. Naquele ano, ingressei no curso de graduação em

¹ Dentro do senso comum reforçado pelo trabalho da mídia, o que se processa e se dissemina é que todo habitante do Estado do Rio Grande do Sul é gaúcho. Não há um interesse em trazer a público um esclarecimento sobre a construção da identidade sul-rio-grandense e a (re) adaptação que, através dos tempos, o termo gaúcho foi sofrendo.

² Quando estamos em contato com esse meio, sem um conhecimento de história aos moldes da academia, compramos o que nos vendem.

³ É o que acontece ainda hoje. Basta entrarmos em um Centro de Tradições Gaúchas, para constatar isso.

história, na ULBRA, Gravataí. Esse fato foi de muita importância para mim devido à possibilidade de ingressar no meio acadêmico, mas também trouxe inquietações referentes à história do Rio Grande do Sul, pois, havia passado minha infância e juventude cultivando uma história embasada em memórias que pensava serem definitivas. Afinal de contas, cultivava, como todo leigo em História, que a Revolução Farroupilha era, como se diz grosso modo, uma revolução dos gaúchos contra o império opressor.

Já nos primeiros contatos com a universidade, pude descobrir que, na história, não havia lugar para “*heróis*”, e que o absolutismo do monarca das coxilhas não era tão absoluto assim. Caíam por terra certas verdades que, durante tanto tempo, haviam habitado meu imaginário. Surgiam então novos questionamentos que me trouxeram até aqui. Passei a me perguntar: Com que direito as instituições – e o próprio Estado – manipularam e ainda manipulam a memória e, conseqüentemente, a história, na reformulação da identidade sul-riograndense? Penso que, assim como eu, que havia, durante um bom tempo, construído elementos de identificação com o gaúcho no mundo em que me via inserido, há muitas pessoas no mesmo caminho.

Portanto, parto de tais pressupostos para justificar a importância da reescrita da história. No meu caso, tal empreendimento consiste em trabalhar na análise dos acontecimentos em torno do centenário da Revolução Farroupilha. Pretendo, assim, compreender os motivos pelos quais, muito mais que outros fatos relevantes do século XIX, a Revolução Farroupilha constituiu-se em uma memória que, ainda no presente, à semelhança do que teria ocorrido por ocasião de seu centenário, arregimenta mais e mais adeptos àquela que é considerada a “*verdadeira*” tradição gaúcha.

Quando do ingresso no curso de especialização na UNISINOS, lembro que, durante a apresentação de uma obra de nossa escolha cujo tema fosse a Revolução Farroupilha, entre tantas obras, uma me chamou a atenção: a obra tinha por título: “Porto Alegre Sitiada: Um capítulo da Revolução Farroupilha”. Era uma obra de autoria do historiador Sérgio da Costa Franco. Esse trabalho interessou-me a partir de uma passagem do livro em que o autor questionava as homenagens e monumentos construídos para comemorar a Revolução Farroupilha dentro de Porto Alegre. Franco diz que, incoerentemente, a cidade fez comemorações e ergueu monumentos para quem a maltratou. No mesmo instante, veio-me à memória o monumento a Bento Gonçalves da Silva na Avenida João Pessoa em Porto Alegre. Percebendo a possibilidade de este tornar-se um projeto de pesquisa, comecei um levantamento de fontes e bibliografias e iniciei o trabalho escrevendo a monografia: “Um Herói em Bronze: O Monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre”.

A partir do trabalho de monografia, dei continuidade ao projeto aprofundando o tema na tentativa de aprimorar os meus conhecimentos sobre a escultura pública e sua importância como objeto criado para ocupar um espaço e inaugurando, ao mesmo tempo, um lugar de memória. A escultura pública, portanto, ao se constituir como monumento, dialoga com seu meio através de sua representação simbólica.

Em se tratando da construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre, é importante que se tenha presente o contexto no qual foi forjada sua figura. Ou seja, é preciso trazer à tona a Revolução Farroupilha sob o olhar dos historiadores.

A Revolução Farroupilha pode ser considerada um movimento de cunho regional, que ocorreu no Rio Grande do Sul imperial entre os anos de 1835 a 1845. O movimento tinha por finalidade romper com a centralização política e econômica do governo do Império do Brasil. Irrompeu ao mesmo tempo em que rebeliões de cunho liberal eclodiam por outras regiões do país, reivindicando mais autonomia para as províncias. No Rio Grande do Sul, entretanto, a Revolução Farroupilha caracterizou-se como um movimento que teve por mentores estancieiros e charqueadores, os mesmos que tiveram o aval de garantirem para o Império do Brasil a zona de fronteira, defendendo-a contra invasões dos países da Região do Prata.

De acordo com Maria Medianeira Padoin, a revolta teve propósitos federativos que visavam aos interesses da elite rural rio-grandense que se nomeou “*como sendo os representantes do povo rio-grandense*”. (PADOIN, 2001, p. 90).⁴ De acordo com a autora, o próprio Bento Gonçalves reconhecia a causa como objeto de defesa do “Direito das Gentes”:

(...), especialmente de Von Vattel, que foi muitas vezes citado por Bento Gonçalves com o fim de explicar que a revolução não era meramente uma rebelião ou anarquia mas sim uma guerra civil, pois possuía uma causa plausível e justa. (PADOIN, 2001, p. 91).

Entre os elementos plausíveis citados pela autora, um ponto muito debatido é o que trata as causas da Revolução Farroupilha como um movimento de elite, justamente pelo fato desta ser apresentada sempre como uma reivindicação da elite rural. Tal elite apresentava duras queixas quanto à sua situação de “linha de frente” contra as invasões dos países platinos que lhes eram onerosas, sem contudo haver uma compensação razoável por parte do império, pois, além dos rio-grandenses arcarem com as despesas de guerra eram taxados com impostos,

⁴ Padoin, afirma que de acordo com teóricos políticos: “federalismo (...), é definido como sendo uma teoria que fundamenta uma forma de Estado e sua organização interna e externa, forma que regulamenta as relações entre Estados e, ainda, como ideologia que se oporá em alguns momentos e discursos, à monarquia e ao centralismo.” (PADOIN, 2001, p. 91).

sobretudo em seu principal produto, o charque, que era vendido para abastecimento dos escravos das zonas de produção dos grandes latifúndios do país. Para Sandra Pesavento:

(...). Dentro da percepção que os “farrapos” tinham dos acontecimentos, o centro era acusado de má gestão dos dinheiros “públicos”, de realizar gastos supérfluos, sem aparelhagem material do país (abertura de estradas, construção de portos e de onerar o Rio Grande do Sul com impostos, sem indenizá-lo por danos sofridos). Por trás das acusações, vê-se a percepção de que o Rio Grande do Sul era explorado economicamente pelo centro. (PESAVENTO, 2014, p. 37).

Algo que precisa ser destacado é o fato de a Revolução Farroupilha ter colocado em lados opostos gaúchos com pontos de vista políticos diferentes. Com isso, pretende-se desfazer a “lenda” de uma revolução basicamente dos gaúchos lutando dez anos contra o Império do Brasil. Conforme Moacyr Flores: *“O correto seria classificar a instituição da República Rio-Grandense como uma guerra civil, na qual lutaram rio-grandenses contra rio-grandenses que não aderiram ao movimento”*. (FLORES, 2004, p. 25).

Assim, pode-se já quebrar um paradigma de que todo gaúcho é “descendente” dos farrapos. Esse fator que, sempre foi preponderante na formação e reformulação da memória rio-grandense idealizada e apropriada pelas instituições públicas e privadas, pode ser analisado como um elemento para a compreensão de uma década de conflito, levando em conta a divisão política e militar dos estancieiros gaúchos. Dentro do plano político gaúcho, na década de 1830, tinha-se o Partido Conservador ligado à política centralizadora do império. De acordo com Assis Brasil, os conservadores eram vistos como retrógrados pelos liberais que os acusavam de desejarem a volta de D. Pedro I ao governo do Império. (ASSIS BRASIL, 1982). Já o Partido Liberal, influenciado pelas doutrinas liberais do século XIX, primava por mais autonomia das províncias quebrando o monopólio centralizador da política imperial brasileira.

Os liberais dividiam-se em dois grupos: o dos liberais moderados, que tinham por proposta as reformas através da legislação, divididos em “moderados monarquistas”, cujo chefe era Bento Gonçalves e o da ala liberal exaltada, chefiada por Marciano Pereira Ribeiro, reunia em seu grupo também brasileiros de outras províncias. (FLORES 2004).

Os farrapos eram a ala exaltada entre os liberais, conhecidos também como farroupilhas, que tinham por intenção estabelecer direitos federativos para a província por meio do trabalho revolucionário. (FLORES, 2004). Constata-se que, Bento Gonçalves, num primeiro momento não fazia parte da facção farroupilha, estando ligado a ala liberal monarquista. Esse fato mostra a divisão política dos gaúchos mesmo dentro do Partido Liberal

do Rio Grande do Sul. A oportunidade para estabelecer um sistema federativo entre as províncias brasileiras ocorreu a partir do Ato Adicional de 1834, que concedeu mais autonomia política às províncias brasileiras. Assim, as Assembleias Provinciais, que representavam meros “*conselhos consultivos*” transformaram-se em Assembleias Legislativas. Essas Assembleias, de acordo com Flores:

(...) poderiam elaborar leis sobre assuntos civis, judiciais e eclesiásticos, antes da competência exclusiva da Corte. Esse ato era a tentativa de liberais moderados (chimangos) que estavam no poder regencial, de contentarem os liberais exaltados (farroupilhas) sem descontentarem os conservadores (caramurus). (FLORES, 2004, p. 34).

Essa mudança na Assembleia da província era uma forma de acalmar os ânimos dos exaltados, abrindo precedentes para que mais exigências virassem pauta sem, contudo modificar o sistema centralizador. De acordo com Flores, a Assembleia adquiriu o direito de legislar sobre temas que antes eram especificidades do presidente provincial, nomeado diretamente pelo governo imperial. Pontos como:

(...) instrução pública, serviço de polícia, economia municipal, fixação de despesas provinciais e municipais, criação e supressão de empregos públicos, obras públicas, estradas e navegação interior, sobre casas de socorros públicas, conventos e associações políticas ou religiosas e – o mais importante para os farroupilhas – suspender o presidente da província de suas funções de acordo com a lei. (FLORES, 2004, p. 34).

Nota-se que, embora o poder fosse centralizado, a ideia de federalismo, mesmo que embrionariamente, dava sinais a partir da maior autonomia da Assembleia Legislativa da província. Portanto, pode-se supor que essa maior autonomia, já no ano de 1834, deu base para ampliar o poder político dos deputados, possibilitando, assim, acirram-se os ânimos dos liberais exaltados. Esse fator contribuiu positivamente para o início do levante revolucionário de 1835. Flores confirma essa postura por parte dos liberais de verem a autonomia da Assembleia como:

(...) primeiro passo para o estabelecimento da pretendida federação, única solução para atender as diversificações econômicas regionais e também as pretensões políticas das oligarquias locais. Os farroupilhas pretendiam que cada província elegeisse seu presidente, elaborasse suas leis e os impostos recolhidos deveriam permanecer no município arrecadador e não serem levados pelo governo central para socorrer outras províncias. (FLORES, 2004, p. 35).

Dessa forma pretendiam canalizar para a província os poderes políticos e econômicos de forma autônoma em relação ao centro, algo que ia de encontro à forma de governo estabelecida desde a independência em 1822. Também com essa ideia de federação, os

poderes das elites que detinham o poder político e econômico da província tornavam-se praticamente independentes do centro. Claro que essas pretensões eram interpretadas de diversos ângulos pela elite local, dentro dos princípios partidários e suas “*facções*”, o que confirma a divisão da elite gaúcha em polos opostos no embate da Revolução Farroupilha.

Assim, supostamente, a Revolução Farroupilha nasceu dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que, tendo mais espaço para movimentar-se politicamente, acabou por abrir um espaço de reivindicações. Dante de Laytano confirma essa perspectiva dizendo que, quando foi eleita a primeira Assembleia Legislativa, entre os deputados distanciavam-se os “*mais notáveis*”, cabeças da Revolução Farroupilha. Acrescentava Laytano:

A revolução foi feita no próprio recinto da Assembleia. Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, José Mariano de Matos, José Paiva Magalhães Calvet, Olivério José Ortiz, Marciano Ribeiro, Sá Brito e outros mais eram deputados e farroupilhas que estabeleceram grande decisão e reação contra o outro poder. (LAYTANO, 1983, p. 18).

Portanto, sob o ponto de vista de Laytano, a revolução surge dentro do parlamento no momento em que os deputados provinciais, representantes locais, ganharam mais autonomia. Dessa forma, pode-se intuir que a força necessária para o movimento revolucionário foi, em parte, ocasionado pelo próprio sistema legislativo imperial, que concedeu direitos às Assembleias Provinciais. Segundo Laytano:

A Revolução Farroupilha se iniciou nos bastidores do parlamento, cresceu, tomou forma e desencadeou-se no plenário da Assembleia. Aliás, este conceito de formalismo jurídico será uma constante da Revolução no atravessar dos dez longos anos de agitação. (LAYTANO, 1983, p. 18).

Assim, também, pode-se sugerir que a Assembleia Provincial passando de “Consultiva” para Legislativa pôde dar espaço para o discurso dos homens de armas. Dessa forma, estes puderam melhor interferir nos processos políticos e, levando em conta a experiência de campo de batalha de seus parlamentares, estes tiveram espaço para estacionar suas tropas onde o discurso legislativo não atendesse aos interesses da elite regional. E não tardou, a partir de sua instalação como Assembleia Legislativa, a entrada em choque com o Executivo, como ressaltou Laytano:

(...) a origem política da Revolução Farroupilha está enquadrada de maneira clara. O desentendimento, a violência e o choque do Executivo com o Legislativo. A Assembleia recém-instalada, era sua primeira legislatura. Recém começa e abre oposição ao Presidente da Província, Dr. Antônio Fernandes Braga, que tinha

tomado posse a 2 de maio de 1834 e foi deposto pela Revolução. Mas a revolução foi inteiramente preparada em todos os seus pormenores dentro da própria Assembleia. Até deputados suplentes, e tais eram José Gomes de Vasconcelos Jardim, Bento Manuel Ribeiro ou José Pinheiro da Ulhôa Cintra. Ou quando ela não se completava dentro da própria Assembleia, então iam ser procurados no interior, nas outras cidades da Província, os políticos locais para que não só aderissem ao movimento, mas para que chefiassem naquela região. (LAYTANO, p. 1983, 19).

Dentro da Assembleia, o discurso de abusos do poder central não partiria somente de uma elite militar, mas tomou corpo como uma elite de estancieiros político-militares. Assim, supostamente, a Revolução Farroupilha constituiu-se como um movimento de elite, composta de estancieiros e charqueadores, aliados à instituição política os quais davam uma estrutura jurídica de estado para suas prioridades enquanto elite produtora. Desse modo, o novo regime republicano instalado com a proclamação da República Rio-Grandense já nascia sobre as botas dos coronéis e generais que compunham a elite pecuarista, posta em terras rio-grandenses pelo Império do Brasil para protegê-lo e defender seus limites do perigo externo platino.

Esse modelo de político gaúcho, do período da Revolução Farroupilha, foi definido pelos historiadores como uma marca dos políticos do século XIX. Figura de destaque que cumpria os requisitos desse homem foi sintetizada em Bento Gonçalves. Este encarnava caracteristicamente todos os adjetivos e expressividade de liderança típicas dos estancieiros do século XIX. (LAYTANO, 1983). Ou seja, políticos como Bento Gonçalves, supostamente acostumados a serem lideranças em suas estâncias, que normalmente forneciam seus soldados, tinham como prática o exercício da autoridade, a qual, muitas vezes, não era contestada. Bento Gonçalves, liderança de gaúcho, como afirmou Laytano:

(...). Militar, estancieiro e político. Era deputado à primeira Assembleia Provincial, rico proprietário de terras em Camaquã e filho de fazendeiro no município de Triunfo. (...) militar com uma formidável folha de serviços que iam de Comando de Guarnição, coronel chefe de Regimento, e participando de Exércitos em operação no Rio Grande do Sul. E político, o mais típico do Rio Grande, vai chefiar a Revolução, por todos os dez anos que ela durou. (LAYTANO, 1983, p. 20).

Portanto, tratava-se de homens de comando do exército brasileiro, abastados, que tinham peões-soldados, os quais, quer na prática da lida no campo e na defesa da fronteira, acabaram por misturar instituição privada e pública. Investidos de poderes que lhes são outorgados pela Assembleia Provincial, estes transpõem sua autoridade para a vida política do Legislativo. E foi dentro da Assembleia que Bento Gonçalves e outros encontraram espaço para articular a conspiração contra a centralização política do Império.

Bento Gonçalves, saiu da tropa militar a que servia, deixou sua fazenda e foi sentar-se numa cadeira de deputado na Assembleia Provincial. E dentro da Assembleia ele conspirou. O primeiro passo da Revolução foi apenas de natureza política, contra o Presidente da Província que representava o poder central. As duas finalidades da Revolução eram atacar e se opor à ingerência do Rio de Janeiro nos negócios do Rio Grande do Sul sem consulta prévia aos poderes organizados. (LAYTANO, 1983, p. 20).

Assim, a Assembleia serviu, num primeiro momento, aos planos teóricos da elite liberal. A busca dessa elite tinha como propósito a defesa dos interesses coletivos, mas como foi mencionado anteriormente, é preciso ter presente que essa elite era composta basicamente por conservadores e liberais e que, mesmo os liberais estavam divididos entre moderados e exaltados (farroupilhas). Por isso mesmo, ainda que a Assembleia fosse palco teórico para a eclosão da Revolução Farroupilha, isso não significaria que seus membros estivessem todos de acordo com os propósitos de Bento Gonçalves. Ao contrário ele representava parte daquela elite.

O objetivo aqui foi dar um breve resumo dos propósitos da Revolução Farroupilha a partir da leitura de alguns historiadores, analisando e comentando seu apontamento para o tema. A explanação foi feita pretendendo levantar aspectos que pudessem dar uma compreensão a respeito de como esta foi apropriada posteriormente pela elite analisada na dissertação, e também da forma como que parte dessa elite de 1930 reelaborou a memória da Revolução Farroupilha e de seu líder Bento Gonçalves para uso político no presente e, assim, reescreveu a história da Revolução, no ano de seu centenário, enfatizando e fazendo associação entre seus “feitos” e “heróis”.

Para o entendimento desse processo é preciso compreender os acontecimentos políticos de 1930, ano em que, por meio de uma “revolução” os gaúchos levaram à presidência da República, com o auxílio dos militares, Getúlio Vargas. O presidente, entre os anos de 1930 e 1934, enfrentou a oposição dos paulistas, e o resultado do enfrentamento levou Vargas a promulgar uma Constituição. (MACHADO, 1990).⁵ Nesta investigação percebeu-se que, ao menos no discurso da intelectualidade rio-grandense, havia ainda preocupação em criar um sentido de brasilidade para os rio-grandenses. Ao que parece, circulava uma ideia de separatismo do Rio Grande do Sul, que rondava a sociedade brasileira, alicerçada, sobretudo nas memórias da Revolução Farroupilha.

⁵ Os elementos políticos da década de 1930 pertinentes para o trabalho aparecem dispostos principalmente no capítulo 2. O referido capítulo também aborda aspectos importantes para o entendimento do processo político regional e nacional articulando os acontecimentos como trabalho de memória, pensado pela elite no poder do Rio Grande do Sul, no ano do centenário da Revolução Farroupilha.

Nesse ponto, o sentimento ufanista se hipertrofia, pois ser gaúcho é ser brasileiro por deliberada vontade. Mesmo tendo em conta a visão predominantemente aceita na época – Alfredo Varella, de que a Revolução Farroupilha foi uma revolução separatista –, a avaliação identitária postula que ninguém é mais brasileiro que os rio-grandenses, não só defenderam a pátria de todos os ataques estrangeiros, como até desistiram de unir-se aos castelhanos do Prata, para permanecerem ligados ao Brasil. Ou seja, se quisesse, o Rio Grande poderia ter ficado independente, mas decidiu ser brasileiro. Em última análise, ser gaúcho é ser um pouco mais, ou é ser mais brasileiros que os demais. (PESAVENTO, 2004, p. 227-228).

A Revolução Farroupilha – que se reveste de um caráter mítico – é considerada um dos assuntos mais trabalhados da historiografia gaúcha.⁶ Até os dias atuais, as instituições e o poder público ainda elegem e cultuam heróis no retorno anual dos mitos farroupilhas. Então, a pretensão deste trabalho está em pesquisar e analisar, as formas como ocorreram a readaptação e a apropriação da memória farroupilha pelos políticos e intelectuais, enfatizando o aspecto da brasilidade do gaúcho, partindo desde o plano intelectual até a consumação do lugar de memória materializado no monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha.

A década de 1930, tanto na esfera regional como na conjuntura nacional, foi um momento que acabou entrando para a história, como um período de significativos acontecimentos que mudaram a história do Brasil. No ano de 1935, em nível regional, aconteceram as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, as quais constituíram um espaço criado, em que a memória da Revolução Farroupilha representou o elemento comum para a releitura da ideia da identidade de gaúcho como elemento nacional. Assim, em primeiro lugar, necessitava-se criar uma noção de “identidade comum” ao povo sul-rio-grandense paralelamente à fixação da brasilidade do gaúcho. Fazer a história do Rio Grande do Sul nesse período era buscar escrever o passado sobre o viés do heroísmo dos grandes feitos como nos mostraram os intelectuais da época em especial os ligados ao IHGRGS.

Fazer história neste momento significava, acima de tudo, apontar para os episódios do passado, fazendo com que estes servissem como lições para o presente, devendo-se, portanto, seguir os exemplos dados pelos antepassados, mormente no que tange as demonstrações patrióticas e de abnegação diante do valor maior que era a nação. (ALVES, F., 2004, p.46).

Era, mais precisamente, fazer a história tradicional. Dessa forma, compreende-se que a década de 1930 foi, num certo sentido, um período de reutilização e readaptação do que se

⁶ “O mito está inserido na estrutura de sentido que as pessoas e as sociedades constroem para o real”. (RUIZ, 2003, p. 129).

entendia por identidade do gaúcho, em que foi feita uma releitura do termo empregado.⁷ Se a origem do termo remete ao bandoleiro, ao vago, as memórias da Revolução Farroupilha desmembradas e rearticuladas pelos intelectuais no ano do seu centenário atestam a criação do aspecto gentílico do termo gaúcho. (MACIEL, 2004). Percebe-se que não só o termo gaúcho é modificado, mas também reutilizado por meio de um processo que torna interessante entender como se manipulou a memória no período analisado. E foi nas “lembranças” da revolução que foi encontrado respaldo para o trabalho de memória.

A Revolução Farroupilha passaria a constituir a pedra de toque do discurso historiográfico que predominou no Rio Grande do Sul desde a virada dos anos vinte aos trinta, perdurando por várias décadas seguintes. Esta hegemonia discursiva, apesar de vozes discordantes, foi tão marcante que acabou adquirindo pendor de historiografia oficial, demarcando espaços e estabelecendo axiomas, mormente aqueles ligados à negação do separatismo e do platinismo na Revolução Rio-Grandense de 1835, a qual teria a marca da brasilidade. (ALVES, F, 2004, p.46).

Como mencionado anteriormente, a ideia de se trabalhar esse tema surgiu a partir da leitura do trabalho do historiador Sérgio da Costa Franco (2000). Esse trabalho colaborou, de certa forma, como um fio condutor para direcionar a temática às homenagens que posteriormente, autoridades e imprensa iriam render aos “feitos” farrapos em Porto Alegre. Tais comemorações, mais precisamente as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, aconteceram durante a primeira metade do século XX. De acordo com Helenice Silva, (2000) entende-se o comemorar como sendo o ato de reviver no coletivo social uma memória sacralizada, institucionalizada. Havia o interesse, por grande parte da intelectualidade gaúcha, apoiada na imprensa, em sua maioria, com o incentivo dos governos estadual e municipal de Porto Alegre, em uma reconstrução da “*identidade de brasileiro*” para o rio-grandense. Essa identidade era embasada também nas memórias representadas no “*teatro*” do Centenário Farroupilha. De acordo com Oliven:

⁷ De acordo com Zeno Nunes, o termo gaúcho, antes de ser indicativo de habitante do sul de forma generalizada, foi utilizado de forma diversa. Para o autor, gaúcho era também o: “Habitante do interior do Rio Grande do Sul dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lides campeiras. Habitante da Argentina e do Uruguai, da região da campanha, com origem e costumes assemelhados ao dos rio-grandenses. Primitivamente: Changador, gaudério, ladrão, contrabandista, vagabundo, coureador, desregrado, andejo. Índio ou mestiço, maltrapilho, sem domicílio certo, que andava, de estância em estância, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. Remanescentes de tribos guerreiras que habitavam a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul, às vezes amestiçados com portugueses e espanhóis, nômade, hábeis, desprendidos de tudo, inclusive da vida, valorosos, leais, hospitaleiros, ocupados alguns com as lides da vida pastoril primitiva, outros com roubo de gado ou contrabando, e outros, ainda, a maioria transitoriamente, com a vida militar em que exerciam funções de bombeiros, de chasques, de arrebanhadores de gado e de cavalo, de vaqueanos, de isca para o inimigo, ocupando postos que variam de soldado raso a general. (Existem centenas de hipóteses a respeito da origem da palavra gaúcho)”. (NUNES, 1996, p. 211).

(...) a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e o peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Embora brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do país. Na construção da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra. (OLIVEN, 1992, p. 49-50).

Na ocasião em que foi produzido o monumento a Bento Gonçalves, por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, este pôde ser compreendido como um momento relevante, uma tentativa de reafirmar a identidade do gaúcho embasada nas memórias da Revolução Farroupilha. Dessa forma, o gaúcho da Revolução Farroupilha era representado no centenário da revolução como um indivíduo “civilizado”, apto a representar a brasilidade do gaúcho num período em que o Rio Grande estava em evidência no cenário nacional. Conforme Oliven:

(...) a figura do gaúcho, tal como a conhecemos, sofreu um longo processo de elaboração cultural até ter o atual significado gentílico de habitante do estado. O que ocorreu foi uma ressemantização do termo, através do qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional. (OLIVEN, 1992, p.50).

Era uma relação que envolvia a intelectualidade consciente de suas certezas produzindo uma história com base em uma seleção de memórias, que acabaram tornando-se “verdades” quando penetraram no inconsciente social. Tratava-se de uma ação de poucos interferindo na conformação sociocultural de muitos

Convém lembrar que boa parte deles estava escrevendo antes ou logo depois de 1930 quando ainda não havia se consolidado a integração econômica e política do país. Um dos temas centrais da intelectualidade nesta época era o da formação da nacionalidade e da integração nacional. (OLIVEN, 1992, p. 58).

Também se pode compreender que, tanto a construção da memória da Revolução Farroupilha, como o planejamento e construção do monumento a Bento Gonçalves, constituem atos de indivíduos isolados, mas não reclusos, pertencentes a uma elite. Assim, entende-se que o tema estudado tenha-se processado a partir da ideia de indivíduos isolados, mas, devido às relações e interesse de um grupo acabaram convergindo para um denominador

comum, ligado à reapropriação da memória e da identidade do gaúcho.⁸ A construção do monumento a Bento Gonçalves, pretendia materializar a memória da Revolução Farroupilha como elemento síntese da cultura gaúcha na visão de seus idealizadores. Tal elite pretendia reafirmar a memória da Revolução Farroupilha como elemento principal da história do povo gaúcho.⁹

A identidade, de acordo com Catroga (2001), pode ser derivada do trabalho desempenhado pelos ritos de recordação e comemoração estabelecidos pela relação entre monumento e memória, inserindo os indivíduos numa cadeia de filiação identitária. Segundo o autor, a identidade é:

uma construção social, de certa maneira sempre em devir, no quadro de uma relação dialógica entre o eu e o outro, (...) deve ainda ser sublinhado uma outra face deste trabalho: a de dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionarem o seu passado, processo em que as escolhas são sempre acompanhadas do que se deseja esquecer. (CATROGA, 2001, p. 50).

Assim, sugere-se que a memória selecionada pela elite e pelos intelectuais tenha buscado num fato – a Revolução Farroupilha – a intenção de se (re) apropriar e (re) elaborar a identidade do gaúcho para aquele momento em 1935.

No Rio Grande do Sul, em 1935, no ano do centenário da Revolução Farroupilha, organizaram-se grandes festividades e homenagens ao acontecimento, com comemorações e inaugurações de monumentos e obeliscos por muitas cidades do Estado, mas o ápice das comemorações ocorreu mesmo em Porto Alegre. A cidade, por meio de sua municipalidade e da participação do governo estadual, organizou as comemorações, que aconteceram no Parque Farroupilha. O acontecimento – como já mencionado – ficou conhecido como a Exposição do Centenário Farroupilha. A ideia da exposição era justamente mostrar para o Brasil a pujança

⁸ A ideia de se pensar que o monumento tenha sido planejado a partir do ato de indivíduos isolados deriva do entendimento de que estes, como grupo, que tinham interesse em se apropriar da história da Revolução Farroupilha na construção de uma memória a partir do que uma elite entendia ser a memória e história do povo rio-grandense. Portanto, o que se analisa são as ações tomadas por uma elite na pretensão de fazer de suas memórias uma memória social. Isso não significa que tenha havido uma adesão da sociedade porto-alegrense na identificação com o passado rearticulado por tal elite. Buscando perceber o envolvimento dos agentes sociais nos acontecimentos, de sua adesão ou indiferença, pretende-se não somente dar uma dimensão maior do que realmente foi o acontecimento, mas também notar o que pode ter significado para aquela sociedade o uso daquela memória materializada naquele momento.

⁹ Oliven ressalta a importância do uso da memória da Revolução Farroupilha e sua reinvenção por parte do Estado, que acabou mesmo por institucionalizá-la esta. De acordo com o autor: “É significativo que hoje a sede da Assembleia Legislativa do Estado seja denominada Palácio Farroupilha e que a sede do governo estadual, que fica ao seu lado, se chama Palácio Piratini, evocando a localidade que foi sede da República Rio-Grandense. De fato a Revolução Farroupilha incorporou-se à simbologia rio-grandense, sendo rememorada e ritualizada anualmente através de uma semana que leva seu nome e que culmina com o feriado estadual de vinte de setembro no qual há grandes desfiles realizados por tropas da Brigada Estadual e pelos Centros de Tradições Gaúchas”. (OLIVEN, 1992, p. 58).

não apenas econômica do Rio Grande do Sul (MACHADO, 1990), mas também intelectual e cultural,¹⁰ e o monumento fazia parte daquele segmento dentro do evento.

Buscou-se em Choay (2011) uma definição para a conceituação de monumento. A autora diz que se pode considerar monumento toda e qualquer produção que tenha a capacidade de fazer lembrar, que traga elementos de identificação com a sociedade que o reconhece como objeto de identificação.¹¹

O monumento passa a ter a capacidade de servir de polo de integração pela sua facilidade – por todo trabalho e esforço das instituições – em reunir em seu entorno um grande e indiscriminado público. Segundo Kersten (2000), o monumento intencional é criado para um determinado fim, o que o diferencia do monumento histórico, que não é intencional e que passa a adquirir posteriormente esse classificativo. Para Choay (2011), o monumento intencional traz em sua essência uma universalidade, enquanto que o monumento histórico remete a uma singularidade histórica.

Em relação à escultura pública, é importante ter presente ainda que esta, desde a antiguidade, serviu para promoção das sociedades humanas. Ela foi sendo a representação dos anseios e necessidades políticas e sociais dos homens. Em síntese, desde a Grécia Antiga ao Renascimento italiano, a escultura humana de políticos, reis, “*heróis*” serviu como elemento de identificação para a sociedade. (MÜTZENBERG, 2006). A escultura, ocupando o lugar público, os logradouros, as praças, os locais de circulação, muitas vezes acabou por criar os lugares de memória. Essas esculturas públicas são verdadeiros monumentos que datam uma época.¹²

A escultura pode ser definida na sua forma tradicional, como um corpo criado no espaço, que dialoga de diferentes formas com o que está a sua volta, corpo que ressignifica seu entorno, dando uma nova dimensão, não apenas física, mas também simbólica sobre o significado e o uso deste local. (MÜTZENBERG, 2006, p. 13).

¹⁰ Esses elementos ficaram demonstrados na ênfase dada ao pavilhão cultural da exposição durante a época do evento.

¹¹ Choay explica que “A diferença e a oposição entre as noções de monumento (sem qualificativo) e de monumento histórico foram definidas pela primeira vez, em 1903, pelo grande historiador de arte Alois Riegl na introdução do Projecto de legislação dos monumentos históricos que o Estado austríaco lhe tinha encomendado”. (CHOAY, 2011, p. 15).

¹² Estudar a escultura pública, de acordo com José Guilherme Abreu, pode se constituir como um estudo aliciente de investigações cruzadas com temáticas que estão intimamente cruzadas com a temática da escultura pública como o urbanismo, o desenho urbano, a morfologia e a teoria da cidade. O autor salienta que, por ser a cidade um documento da história, o estudo da escultura gira em torno da problemática do monumento, que é o aspecto fundamental da arte pública “e dão azo a pertinentes reflexões: como se integram as obras no tecido urbano; como contribuem elas para a definição de uma imagem da cidade; que funções lhes são imputadas; por que metamorfoses têm passado no último século; que modelos e influências denotam; que agentes contribuem para sua definição; que vivências acolhem ou suscitam; que discurso lhes é historicamente associado...”. (ABREU. J, 2005, p.07).

A escultura tem a capacidade de colaborar para tal construção. O artista afinal de contas, é um agente social que, na sua produção, traz inseridas as marcas do seu tempo, fazendo da escultura um instrumental de discurso, seja como forma de reivindicação, seja como motivo de ufania. Na maioria dos casos, os Estados gestam a produção desse bem simbólico, o que torna, assim, o monumento, a escultura, objeto de representação na produção e reprodução da memória, mas também da identidade e do imaginário.

Sobre a relação entre memória e monumento, Catroga mostra-nos que o espaço-tempo são dimensões importantes dos dois conceitos. *“E se todo o monumento é traço do passado, a sua leitura só será ressuscitadora de memória se for ditada pela afetividade e pela comunhão ritual”*. (CATROGA, 2001, p. 49).

Claro que nem toda escultura pública vai necessariamente reunir todos os predicados para se tornar elemento representativo de uma sociedade, pois é preciso que seja legitimada pelas instituições, surgindo assim, uma noção de identidade para que os agentes sociais a reconheçam como tal.¹³ A escultura pública para atender as pretensões das instituições, do Estado, da situação política de sua produção, precisa de todo um aparato pedagógico e simbólico.

De fato, nas suas anunciações apaixonadas, o diálogo entre o presente e o passado, que a evocação pressupõe, quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto e faz daquele, mais de que uma prática egóide, um ato cordial, um re-cordare com, isto é um co-memorar. O que leva que a memória social se liga a linguagem pública, coletiva e instituinte do rito, pelo que comemorar é sair da autarquia da recordação e integrar o eu através das práticas simbólicas. (CATROGA, 2001, p. 49).

O monumento, como traço do passado, está ligado à representação, na medida em que representa um objeto ausente, fazendo referência ao conceito de representação de Chartier. A representação segundo o autor: *“manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distância entre o que representa e o que é representado”*. (CHARTIER, 2002, p.74). Dessa forma, *“o Bento de Porto Alegre”*, na verdade sua representação, torna-se interessante para estabelecermos projeções para novos olhares para esse lugar de memória. Trata-se de uma obra que foi planejada para ser exposta com propósito específico, na produção das

¹³ A noção de identidade, que surge do trabalho de memória por meio dos ritos de recordação, visa inserir nos indivíduos uma noção de pertencimento a partir de um sistema conhecido como “filiação identitária” na tentativa de unificar as recordações pessoais, ou memórias coletivas, na tentativa de “domesticar” uma memória pertencente a um grupo como memória de um povo. (CATROGA, 2001).

representações e na formação de uma “*memória social*”, que, segundo Catroga (2001), faz parte de um processo evocativo dos mortos.¹⁴

A memória apresenta laços de pertencimento pelo interesse que certos grupos têm em manter e buscar uma memória baseada em um determinado passado, pois a memória, como afirma Menezes (2000), é do presente, para atender às necessidades do presente. Assim, a memória manipulada tinha o propósito de alimentar a ideia de uma identidade comum para o gaúcho. O trabalho de lembrar a Revolução Farroupilha em 1935 pode enquadrar-se no que Michel Pollak apontou como acontecimentos vividos por tabela. Trata-se de acontecimentos que se tornam tão comuns na sociedade que as pessoas acabam por, mentalmente, criar uma relação tão estreita com tais fatos que é como se estas os estivessem presenciado, mesmo que tal acontecimento esteja deslocado do espaço tempo do grupo. (POLLAK, 1992). De acordo com o autor, é nessas circunstâncias que pode ocorrer a apropriação dessas memórias pelo Estado. No caso analisado e seguindo o raciocínio do autor, trata-se de um fenômeno de identificação entre o presente e o passado, “*tão forte que podemos falar de uma memória quase herdada*”. (POLLAK, 1992, p. 02).

Pollak (1992) afirma que a memória, sendo seletiva e elaborada pelos agentes sociais vive de personagens evocados por pessoas que, mesmo deslocadas no tempo e no espaço, parecem falar de personagens do convívio real de suas vidas. Pollak chama esses personagens evocados na memória das pessoas de “*personagens frequentadas por tabela*”, por serem personagens que se tornam quase conhecidas das pessoas que evocam tal memória.¹⁵

Além das personagens frequentadas por tabela e dos acontecimentos vividos por tabela, Pollak ressalta a importância de estes estarem ligados a um lugar. Segundo o autor, trata-se justamente dos lugares de memória, lugares que têm uma relação de ligação com lembranças, sejam elas particulares, ou públicas. De acordo com o autor, na memória mais pública:

(...) no aspecto mais público da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo,

¹⁴ Segundo Catroga, no culto aos mortos, existe um jogo dissimulador que evoca os vultos do passado na ilusão de sua não existência, Dessa forma, decorre a necessidade de se construir um passado num determinado presente situando um percurso com projetos futuros. Para o autor, marcar um passado é dar um lugar no presente para os mortos estabelecendo um sentido para a trajetória dos vivos redistribuindo seus espaços de atuação alicerçados numa memória. (CATROGA, 2001).

¹⁵ Pollak cita o exemplo da França, dizendo que não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para ter a impressão de estar pressentindo-o como um contemporâneo. Nessa afirmação, o autor deixa claro o poder do trabalho de memória e também sua manipulação e, além disso, a importância do lugar de memória, que possibilita às pessoas a produção de uma relação de personagem frequentada por tabela, ainda que, nesse caso, o general De Gaulle tenha vivido em época diferente do que estas vivenciam.

podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. (POLLAK, 1992, p.03).

No caso da construção do lugar de memória materializado a partir do monumento de Bento Gonçalves, esse era o lugar onde as pessoas rememoraram – e rememoram ainda – o aniversário da Revolução Farroupilha, local que teria as condições necessárias para levar os indivíduos a se inserirem no acontecimento vivido por tabela. O mesmo acontece para o caráter “heroico” de Bento Gonçalves, constantemente evocado, o que contribui para o estreitamento de laços e a fundação de um personagem frequentado por tabela, como sugeriu, para esses casos dos lugares de memória, Michel Pollak.¹⁶ Assim, a memória, para o autor, sendo seletiva, dá-se o direito de nem tudo ficar gravado, e nem registrado, tratando-se de uma memória em parte herdada. Assim, a memória:

(...) não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são funções do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (POLLAK, 1992, p. 04).

O que está em jogo em relação à memória coletiva conforme o que é ressaltado pelo autor, é que a memória coletiva engendrada pelo Estado abre espaço para um aspecto da memória que Pollak chama de “memória organizadíssima”. A memória, nesse sentido, constitui um objeto de disputa, em que são comuns os conflitos para determinar as “verdades” dos acontecimentos e em que acontecimentos serão selecionados para fazer parte da memória do povo. (POLLAK, 1992). Os aspectos da memória levantados por Pollak,¹⁷ de certa forma, podem ser relacionados neste trabalho aos aspectos do trabalho de memória que pretendia a

¹⁶ Pollak chama a atenção, no entanto, para as confusões da memória devido à fragilidade desta: acontecimentos, personagens e lugares conhecidos ou não direta ou indiretamente pelos agentes sociais podem se confundir com outros eventos, pois o que vem ao presente não é o passado tal qual, mas uma representação seletiva dos acontecimentos. Assim, Pollak cita o caso da França e a rememoração das guerras mundiais e a “confusão” do trabalho de rememoração, que cria uma “confusão entre fatos ligados a uma ou outra guerra. A Primeira Guerra Mundial deixou marcas muito fortes em certas regiões, por causa do grande número de mortos. Ficou gravada a guerra que foi mais devastadora, e, frequentemente, os mortos da Segunda Guerra foram assimilados aos da Primeira. Em certas regiões, as duas viram uma só, quase que uma grande guerra”. (POLLAK, 1992, p. 03). Esse trecho da narrativa de Pollak serve para ilustrar a problemática da memória, mostrando sua fragilidade em relação àquilo que se deseja lembrar, e àquilo que se deseja esquecer, mostrando, portanto, o quanto a memória está subordinada ao processo de seleção dos sujeitos sociais.

¹⁷ Sobre o aspecto da “memória organizadíssima”, Pollak acrescenta que sua organização “se dá em função das preocupações pessoais e políticas do momento” mostrando “que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes ou inconscientes”. (POLLAK, 1992, p. 04-05). Esse aspecto do inconsciente é, contudo, uma fragilidade dos indivíduos que assimilam os objetos de memória selecionados previamente pelos grupos e pode ser enquadrado para a análise do trabalho de memória para o monumento a Bento Gonçalves, já que o monumento intencional busca realizar uma memória coletiva.

elite política rio-grandense no ano do centenário Farroupilha. Esse trabalho de memória culminaria com o monumento a Bento Gonçalves como lugar de memória por excelência.

Sobre lugares de memória, Pierre Nora afirma que *“fala-se tanto em memória porque ela não existe mais”*, daí a necessidade de serem criados os lugares de memória. Nora propõe que a necessidade dos lugares de memória surge pelo fato de que, nesses lugares, ela se cristaliza e se refugia, num momento em que há uma *“consciência da ruptura com o passado”*. Brota de acordo com o autor, um sentimento de *“esfacelamento”* do passado, ainda que este retenha memória suficiente para despertar o problema de sua *“encarnação”*. (NORA, 1981). De acordo com Nora, criam-se os lugares de memória porque não há mais meios de fazer a memória emergir sem tais suportes.

O conceito de Pierre Nora (1981) ajusta-se ao tema proposto, pela percepção de que este serviu, e ainda tem esse sentido, como lugar de buscar a ligação pela rememoração e pela comemoração em torno do monumento. Era perceptível, à época da construção do monumento a Bento Gonçalves, em Porto Alegre, a preocupação da elite e de intelectuais em torno das *“verdades”* que este representaria, pois segundo as fontes, era preciso trazer a público tais memórias que não eram conhecidas pelo público de maneira geral, o que leva a se avaliar que não havia mais uma ligação espontânea com o respectivo passado.¹⁸

Assim, Nora afirma que esses lugares de memória se constituem, como verdadeiros *“restos”*. *“A forma externa onde subsiste uma consciência comemorativa que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção”*. (NORA, 1981, p. 12-13). Também assim, pode-se compreender que a elaboração do monumento a Bento Gonçalves representava a busca por um lugar de memória, pois era algo que havia ficado no passado rio-grandense. Revolver suas memórias era trazer ao presente um passado que necessitava de restos para se fazer lembrado, pois monumento, de acordo com Nora (1981), também se inclui como resto, enquanto lugar de memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários. Organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (NORA, 1981, p. 13).

¹⁸ Também sobre a Revolução Francesa, analisa Nora, o trabalho de memória foi estabelecido pelas elites. *“Fazer a historiografia da Revolução Francesa, reconstruir seus mitos e suas interpretações, significa que nós não nos identificamos mais completamente com sua herança. Interrogar uma tradição, por mais variável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador”*. (NORA, 1981, p. 10-11).

Nora assegura que, se vivêssemos no presente verdadeiramente essas lembranças, não teria sentido comemorá-las, porém, em contrapartida se a história não se apropriasse desses lugares de memória para esmiuçá-los, transformando-os e deformando-os, estes não seriam lugares de memória. Nesse sentido, pode-se observar, na idealização do monumento a Bento Gonçalves que este teve a base teórica estruturada pelos intelectuais a partir da memória e da história construída naquele momento. Esses elementos justificaram materializar no bronze o monumento a Bento Gonçalves e, a partir daquele instante, relacionando o trabalho de memória e história no momento de sua inauguração, potencializaram-lhe atingir o status de lugar de memória.¹⁹

Sobre a relação entre memória e história, Nora (1981) aponta que tudo que, num determinado momento, é memória, no outro, já é história, pois uma surge na dependência da outra. A memória surge da necessidade de se construir uma história; portanto, a memória é um suporte para a história, mas esse material que alimenta a história necessita de seus suportes exteriores “*e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas*”. (NORA, 1981, p. 14). O autor também chamou a atenção para o trabalho que era feito sobre história-memória, que era tida como ideia de perceber o passado como algo a ser evocado no sentido de “*ressuscitá-lo*”. Esse ponto de vista do autor pode ir ao encontro do trabalho de memória dos intelectuais do centenário farroupilha, pois estes tinham convicção de sua ligação com aquele suposto passado, num formato que Pollak (1992) chamou de “acontecimento vivido por tabela”. Nora explica a dinâmica desse trabalho de história-memória revolvendo o passado, da seguinte forma:

Um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo; o presente tornando-se, ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa solda e por essa ancoragem. Sem dúvida para que haja um sentimento do passado, é necessário que ocorra uma brecha entre o presente e o passado, que apareça um “antes” e um “depois”. Mas trata-se menos de uma separação vivida no campo da diferença radical do que um intervalo vivido no modo da filiação a ser restabelecida. (...). Porque veneramos a nós mesmos através do passado. (NORA, 1981, p. 19).

¹⁹ De acordo com Nora: “É este vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas da praia quando o mar se retira da memória viva.

A Marselhesa ou os monumentos aos mortos vivem, assim, essa vida ambígua, sovada do sentimento misto de pertencimento e desprendimento. Em 1790, o 14 de julho ainda não era um lugar de memória. Em 1880, sua instituição em festa nacional, transformou-o em lugar de memória oficial, mas o espírito da República fazia dele um recurso verdadeiro. (NORA, 1981, p. 13). No caso da Revolução Farroupilha, esta, já na segunda metade do século XIX, era pensada pelos intelectuais e políticos rio-grandenses como lugar de memória. No ano do centenário, intelectuais e políticos queriam fazer dela uma causa nacional e mesmo darem-lhe um sentido verdadeiro de história definitiva, como ressaltavam os integrantes do IHGRGS. Esse aspecto é comentado no capítulo 2.

Utilizando-se a citação de Nora, pode-se relacioná-la com o trabalho de memória estabelecido pela elite do centenário da Revolução Farroupilha, que buscava reviver aquele passado para fazer uso próprio dele no presente, pois, para aquela elite, o uso daquele passado servia para mostrar que os revolucionários de 1930, sobretudo na figura do PRL, eram os continuadores dos princípios republicanos dos farroupilhas.²⁰ Para tais intelectuais, o passado não distanciava os homens, e o trabalho de memória restabelecia a ligação entre o passado e o presente. Para restabelecer a ligação entre os tempos, os lugares de memória têm seus sentidos, que, para Nora, são três: *“material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”*. (NORA, 1981, p. 21). Nora confirma que os três aspectos citados coexistem sempre *“é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão”*. (NORA, 1981, p. 21). Além disso, é simbólico por definição, pois representa um acontecimento *“vivido por um pequeno número”* e tem em seu entorno uma maioria que dele nem participou.

Aqui é possível friccionar os conceitos de Michel Pollak de *“acontecimentos vividos por tabela”* e *“personagens frequentadas por tabela”* com o conceito de Pierre Nora, de *“lugares de memória”*, pois o simbolismo do lugar de memória cria as condições para que os sujeitos envolvidos se enquadrem, mesmo que inconscientemente dentro dos conceitos de Pollak. Contudo, essas representações, como sugeriu Nora, dependem da imaginação investida de simbolismo e o elemento facilitador para o trabalho de memória, para os referidos grupos, é o imaginário coletivo. De nada adiantaria um trabalho de memória que resultasse na construção de um monumento como lugar de memória, olhado como espaço do *“teatro”* das representações, se este não conseguisse criar um produto mental. Tal produto mental, de acordo com Ruiz (2003), surge da relação entre o logos e o símbolo. Mais precisamente, as representações dão base a uma construção mental de imagens simbólicas significadas no inconsciente coletivo de uma dada sociedade, ou mesmo de um grupo. Esse processo é conhecido como imaginário coletivo.

O imaginário é sistema produtor de ideias e imagens que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual que forma o conhecimento científico, e das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível. (PESAVENTO, 2006, p.02).

²⁰ Fato que será trabalhado no decorrer da dissertação.

O conhecimento sensível, ao qual se refere Pesavento, pode ser compreendido como a percepção causada pela eficácia das representações. Le Goff entende representação como um conceito de grande generalidade, porém o imaginário, mesmo sendo parte da representação, atua como o criador, porque as imagens do imaginário já não apresentam mais a coisa em si: são antes, imagens ressignificadas simbolicamente pela fragilidade da representação. (Le GOFF, 1994).

Enquanto a representação limita-se à exposição da imagem, o imaginário ocupa-se em criar imagens mentais. O imaginário parte dos signos e símbolos representativos, visuais e verbais, que constituem o objeto da representação racionalmente estruturada. Esses conceitos são importantes para a compreensão de que o estudo do monumento não trata somente do monumento por sua materialização. O monumento é fruto do imaginário coletivo da elite que o produziu, mas também é criador de imaginário, uma vez que se buscam no monumento os elementos subjacentes, os discursos visuais e verbais explícitos e implícitos, seus signos formadores e fomentadores do imaginário coletivo. Se o monumento possui potencialidades de representação e remete seu público a uma identificação de pertencimento na construção de memória, este teve seu êxito.

O monumento a Bento Gonçalves acabou por representar mais um símbolo da Revolução Farroupilha para aqueles que cultuam o que se entende por tradição gaúcha institucionalizada. Tais tradições chegaram ao século XXI com tal força de convencimento que acabaram por reforçar o mito do gaúcho. O enraizamento dessa memória acabou por ocultar que a tradição é uma coisa que se inventa em determinado tempo numa sociedade para alcançar fins específicos. As tradições consistem:

(...) nos conteúdos transmitidos na qualidade de portadores de sentido; situam todas as heranças recebidas na ordem do simbólico e, virtualmente, numa dimensão linguageira e textual; nesse sentido, as tradições são proposições de sentido, a tradição, enquanto instância de legitimidade, designa a pretensão à verdade (o ter-por-verdadeiro) oferecia a argumentação no espaço público da discussão. Ante a crítica que se devora a si mesma, a pretensão à verdade dos conteúdos de tradições merece ser considerada uma presunção de verdade, enquanto uma razão mais forte, isto é, um argumento melhor, não se fizer valer. (RICOEUR, 2010, p.387).

A análise de Ricoeur aponta para uma presunção de verdade, uma ufania, algo que aproxima a interpretação do autor à ideia de Eric Hobsbawm (2008) de que a tradição é algo que se inventa. Já que o tema proposto trata de um monumento que remete diretamente à “tradição” dos gaúchos, uso, para esta análise e suas implicações, em relação à readaptação

da identidade, o conceito de Hobsbawm (2008), de tradição inventada,²¹ porque não se pode pensar o período analisado sem pensar nas propriedades que dominam a invenção da tradição no contexto rio-grandense, mais precisamente, no contexto citadino da Porto Alegre dos anos 30, porque, a partir da análise do conceito de Hobsbawm (2008), pode-se considerar que tradição inclui também comemorações, festas, exposições suntuosas e desfiles. Portanto, de acordo com o conceito do autor, é possível enquadrar tanto a Exposição Farroupilha, como a inauguração do Monumento a Bento Gonçalves como tradição inventada.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólicas, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 2008, p.09).

Pode-se compreender que o trabalho desenvolvido pelos intelectuais na rememoração dos “heróis” farroupilhas passava por um processo de repetição, que afirmava uma continuidade entre o passado e o presente da história do Rio Grande do Sul. Esse trabalho insistia em comparar os revolucionários da Revolução de 1930 com os personagens revolucionários de 1835. Aliás, como retoma Hobsbawm:

(...) sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado. O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. (HOBSBAWM, 2008, p.09-10).

No caso da inauguração do monumento que concretizaria a memória do líder farrapo, esse passado era visto como apropriado, levando em consideração que o aniversário do Centenário da Revolução Farroupilha, no ano de 1935, mostrou-se pertinente para as pretensões da elite governante do Rio Grande do Sul, pois, tal passado era apropriado

²¹ Segundo Hobsbawm: “o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez”. (HOBSBAWM, 2008, p. 09). O que nos permite falar de tradição inventada pode simplesmente estar atrelado ao ato de inauguração do monumento, mas também, àquilo que o monumento a Bento Gonçalves representava já ter sido, a partir de João Cezimbra Jaques, elencado como tradição gaúcha. Cezimbra Jaques, um major republicano e positivista declarado, buscou inspiração na herança cultural do Partenon Literário, e fundou em Porto Alegre o Grêmio Gaúcho, em 22 de maio de 1898. “os estatutos do Grêmio Gaúcho eram claríssimos, em seus objetivos: ‘especialmente cultivar as tradições gaúchas, inspiradas na personalidade inconfundível do ínclito General Bento Gonçalves da Silva’. O símbolo máximo do tradicionalismo é um militar latifundiário”. (GOLIN, 1983, p. 30). Portanto para Golin, também, Bento Gonçalves já há época de Cezimbra Jaques era símbolo do tradicionalismo, conseqüentemente da “tradição gaúcha”.

justamente para fazer da Revolução Farroupilha uma causa que foi “brasileira”. Afinal de contas, como observa Hobsbawm (2008), toda tradição inventada faz uso da história como instrumento de legitimação e coesão de grupo fazendo referência ao passado de um povo. Assim, inclusive os movimentos revolucionários transformaram-se em elementos para o trabalho de memória, pois a guerra produz seus “heróis” e “mártires”. Nesse fato o autor afirma:

(...) o elemento de invenção é particularmente nítido neste caso, já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. (HOBBSAWM, 2008, p. 21).

A seleção de memória feita para a história idealizada pela elite política porto-alegrense instalada no poder em 1935 era o que se pretendia institucionalizar como memória e história do Rio Grande do Sul. Maciel (2004) diz que a tradição, muitas vezes, é pensada como algo que pertence ao passado mantendo uma continuação no presente, porém, analisando o trabalho de Cezimbra Jaques, a autora observa as razões que levaram este a criar o Grêmio Gaúcho.

As razões para a criação do grêmio situavam-se, segundo Cezimbrra Jaques, nas características de sua época, a qual ele descrevia como sendo de ‘indiferentismo e decadência’, quando as ‘tradições caíam no esquecimento’, e de ‘desprezo ao nosso passado’, o que levaria à necessidade da ‘manter vivas as tradições’, que são o elo com esse passado, relacionando tradição com atualidade e cotidiano. (MACIEL, 2004, p. 249).

Portanto, antes do centenário da Revolução Farroupilha, já se tinha uma preocupação com a “tradição”, que era vista como uma construção do passado. “Uma evocação que faz com que o passado seja transportado ao presente, sendo assim mantido pela reconstituição”. (MACIEL, 2004, p. 251). Segundo a autora, era um passado evocado para atender às necessidades dos homens do presente. A autora concordando com Hobsbawm, afirma a tendência que ela observa no Rio Grande do Sul em atribuir as “tradições inventadas” recentemente a uma “antiguidade”. Esse ponto de vista pode ser direcionado para a inauguração do monumento a Bento Gonçalves incluindo aquele ato como um elemento dentro da ideia de “tradição inventada”, pois, também para Hobsbawm (2008), os monumentos comemorativos faziam parte do processo de tradição inventada.

Assim, o que restou das comemorações do Centenário Farroupilha – e que hoje ainda está presente na construção do imaginário coletivo em determinadas épocas – é justamente a

imagem de Bento Gonçalves “às portas de Porto Alegre”. Esse monumento, carregado de simbologia e representação, sobreviveu a seu tempo por motivos que nos parecem óbvios. Objeto exposto no Parque Farroupilha e que, em determinado momento, é reexposto onde hoje se encontra – Praça Piratini na Avenida Azenha, em Porto Alegre –²² esse monumento parece supostamente mandar um recado à Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre. Ou seja, uma “memória farroupilha”, na cidade que resistiu ao assédio dos farrapos.

Sobre os aspectos metodológicos, nosso trabalho processa-se a partir da análise qualitativa das fontes, sobretudo as da imprensa porto alegreense do período entre 1934-1936, analisando os discursos produzidos, mas entendendo discurso enquanto narrativa. Dessa forma, queremos perceber as relações entre os agentes sociais envolvidos e a disputa pelo espaço de memória na readaptação da identidade e da história cem anos depois. Tudo isso nos leva também a perceber a forma como aquele discurso reforçou o mito entorno de Bento Gonçalves: o que colaborou, conseqüentemente, para a materialização dessa memória no bronze.

A pesquisa para o trabalho deu-se principalmente no Museu de Comunicações Sociais Hipólito José da Costa e no Arquivo Municipal Moises Velinho. O Jornal da Manhã pode ser considerado como a principal fonte que usamos, pois destacamos a grande cobertura deste às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Alicerçados neste, confrontamos estas fontes pesquisadas com a cobertura dada pelo Correio do Povo, que, assim como “A Federação”, também utilizada, cobriu mais precisamente as notícias nas datas dos fatos. Assim, constata-se que o Jornal da Manhã destacou-se quanto à cobertura dos acontecimentos.

A Revista do Globo serviu como importante fonte de consulta, devido, sobretudo, à qualidade fotográfica, contribuindo com imagens e também com notícias sobre a produção do monumento e dos eventos. Nos anais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, disponíveis na Biblioteca da Unisinos, encontramos, além da bibliografia produzida para o centenário da Revolução Farroupilha, os discursos de abertura e encerramento do congresso para o Centenário Farroupilha e também os pareceres das teses apresentadas. Essas fontes são importantes para nossa análise dos discursos produzidos – discurso entendido aqui como narrativa.

Tais fontes são pertinentes pois além de expressarem o ponto de vista intelectual daquela instituição, também permitem o desvelamento de tendências historiográficas de

²² O local era onde originalmente seria inaugurado o monumento durante as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, porém este somente foi trasladado para o local no ano de 1941.

grande parte da intelectualidade rio-grandense. Essa intelectualidade não se restringia somente à instituição fechada. Era atuante. Eram, em sua maioria, colaboradores dos jornais, expondo as ideias de um grupo na imprensa. Enxerga-se aí a importância da produção daqueles agentes, num objeto formador de opinião. O jornal levava a público aquelas ideias. Além do mais, o jornal foi de extrema importância nesse sentido: representava o lugar onde políticos e intelectuais faziam a utilização do passado em função do presente.

Também o monumento constitui-se como objeto de análise, como documento que responde, ou não, quando questionado. A partir de sua exposição, da escolha do local, da estética, de suas significações, ele pode ser visto como a materialização da memória idealizada. Assim como o jornal, o monumento é tendencioso e mesmo este se constitui como um meio de comunicação. Além do mais, ao contrário do periódico, o monumento não passa: reedita-se, transmitindo constantemente para a sociedade uma ideia de si.

Pretende-se, por meio das fontes, analisar o uso do passado na construção da memória farroupilha, a partir de uma investigação sobre a forma como intelectuais idealizaram e heroicizaram a memória de Bento Gonçalves e sobre o uso político dessa memória, até sua materialização no bronze, momento em que passou a constituir-se como a memória de um povo: o rio-grandense.

Quanto à bibliografia referente ao tema de pesquisa, têm-se, à disposição num primeiro momento, os trabalhos acadêmicos de Antonina Paixão (1979) e Lenice Lúcia Mützenbergl (2006), ambos referentes à obra de Antonio Caringi. Sobre trabalhos acadêmicos referentes ao período analisado e que se relacionam diretamente ao tema, encontramos as dissertações de Nara Machado (1990), Giovani Ceroni (2009) e Camila Silva (2012), todos tratando da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha. O primeiro trata de perceber das interferências ideológicas na construção do espaço do certame; já os outros dois trabalhos analisam os discursos produzidos pela imprensa durante as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Nenhum desses trabalhos, porém, trata do monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre, nem sequer o mencionam. Assim, esse trabalho de pesquisa é o primeiro que trata do monumento produzido para o centenário da Revolução Farroupilha.

Quando afirmo que Franco (2000) foi importante para direcionar o tema, é porque este justamente questiona a construção de monumentos aos farroupilhas na cidade de Porto Alegre, devido ao sítio que os farroupilhas impuseram à cidade. No entanto, um trabalho importante para o tema proposto foi o de Juarez Fuão (2009) por analisar o monumento-túmulo de Bento Gonçalves na cidade de Rio Grande. O trabalho serviu, de maneira geral, para pensar a estruturação da memória do “herói” no bronze no monumento equestre de

Bento Gonçalves em Porto Alegre, e de como as autoridades, imprensa e intelectuais fizeram uso da memória no presente.

Todo debate fomentado, em torno do passado histórico dos heróis e suas vinculações, prepara terreno para uma futura materialização desses discursos em um logradouro público. Uma forma de tornar concreto o que anteriormente fazia parte de um imaginário intelectual e restrito a um determinado grupo letrado. (FUÃO, 2009, p. 15).

O ponto de vista do autor, de certa forma, guiou este trabalho quanto à busca de elementos teóricos, como, os discursos, as disputas políticas e intelectuais que permitiram a consumação da memória do “herói” no bronze, como também quanto a percepção dos efeitos da presença desse monumento em praça pública na construção da memória e do imaginário.

No segundo capítulo, procuro analisar como intelectuais e políticos utilizaram o passado farroupilha no ano do centenário da revolução, e mais precisamente, como ocorreu a construção da memória do líder da Revolução Farroupilha, visto que aquele modelo historiográfico tradicional tinha a necessidade de criar seus “heróis”. Busco perceber como os intelectuais readaptaram o mito Bento Gonçalves e como este foi divulgado nos meios de comunicação. Neste capítulo, também pretendo relacionar o que tais intelectuais criaram e busco detectar como se dá a apropriação dessa memória pelos políticos no discurso jornalístico produzido tanto pelos intelectuais como pelos próprios políticos que se diziam herdeiros do “herói farroupilha”.

No terceiro capítulo, analiso a trajetória do escultor do monumento, Antonio Caringi, para tentar expor alguns fatores que o tornaram conhecido como o “escultor da alma de um povo”, pois, entendo que, num primeiro momento, é importante mostrar a relevância da obra do escultor na construção da identidade do gaúcho em Porto Alegre. Procuro dessa maneira, entender quais fatores contribuíram para sua escolha, e as implicações que isso teve num contexto em que se primava pela dita brasilidade do gaúcho. Para isso, analisamos o discurso jornalístico sobre o concurso para o monumento da ponte da Azenha, suas tendências e controvérsias discursivas entre o nacionalismo e o regionalismo, considerando que tais fatos culminaram com a legitimação e deslegitimação de dois escultores relevantes para a escultura pública brasileira.

O quarto capítulo tratará das implicações relativas à inauguração do monumento, as quais se constituem a partir das notícias que antecederam a chegada e desembarque deste até escolha do local de memória, momento em que se percebe o envolvimento dos agentes sociais, captado pelos discursos produzidos na imprensa. Por fim, nesse capítulo será feita

uma análise da própria materialização da memória no bronze, uma vez que o monumento é a consumação daquele trabalho de memória representando a mitificação do “*herói*”. Processo que conseqüentemente, levou para a praça pública uma memória embasada nas “*tradições*” que foram se tornando “*verdades*” inquestionáveis sobre a história dos farrapos.

O centenário da Revolução Farroupilha serviu ainda aos propósitos para a propaganda político-ideológico de uma elite. Dessa forma, procuro compreender como foi se processando a construção do mito, sobretudo no que se refere à imagem que se construiu para e sobre o General Bento Gonçalves. Por outro lado busco salientar a facilidade com que os historiadores e intelectuais de uma maneira geral – alicerçados na história tradicional – conseguiram, de certa forma – com um pouco de anacronismo –, pelo resgate da memória, relacionar, quase diretamente, os “*homens*” de 1835, com os “*homens*” do Centenário da Revolução, ou seja, busco desvelar a forma como conseguiram atribuir valores de uma dada conjuntura a outro contexto histórico e perceber, também como essa memória, via monumento chegou à atualidade, sendo evocada a cada vinte de setembro, aos pés do monumento, dando significado ainda ao lugar de memória.

2. O IHGRGS E A IMPRENSA: OS CAMINHOS TRILHADOS POR CRONISTAS E HISTORIADORES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FARROUPILHA

No Rio Grande do Sul, durante os anos 30 do século XX, observou-se um empenho coletivo de expressivo número de intelectuais gaúchos buscando meios de reelaborar a memória da Revolução Farroupilha, o que veio a contribuir para dar um aspecto nacional ao acontecimento. Objetivava-se manipular um discurso que tinha como ênfase enaltecer o caráter brasileiro do gaúcho e o caráter não separatista da Revolução Farroupilha. Era a história contribuindo com a política, vivificando, edificando e perpetuando o caráter mítico da Revolução Farroupilha e de seus “*heróis*”.

Nesse sentido, torna-se importante não somente compreender os fatores que levaram a construção do monumento a Bento Gonçalves e às apropriações daquele passado pelas elites, mas sobretudo, perceber a aproximação entre políticos e intelectuais e sua circulação entre uma instituição de pesquisa e a imprensa. Procuro, dessa forma, analisar a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), e a via de mão dupla formada entre a instituição e a imprensa por meio de seus colaboradores. Além disso, busco constatar que a imprensa poderia servir não só como um elo intelectual entre reportagem e historiografia, mas também como teatro, no sentido lato do termo, pois era o veículo por meio do qual políticos e historiadores apresentavam suas teses e ideias sobre a

formação da memória rio-grandense. Mais precisamente, era por meio desse vetor que essa elite política e pensante estruturava uma memória cujo objetivo era a construção de um imaginário de brasilidade para a Revolução Farroupilha.

As instituições analisadas (o IHGRGS e imprensa) buscavam por meio da história tradicional fazer uma relação entre os mortos e os vivos. Esse fator foi extremamente trabalhado considerando o momento social pelo qual passava não somente o Rio Grande do Sul, mas o Brasil, e o centenário da Revolução Farroupilha veio a contribuir para a apropriação desse “*passado glorioso*”. A comparação de seus vultos e feitos, com os feitos daquela conjuntura, foram estrategicamente explorados pelos políticos e intelectuais, que se julgavam herdeiros diretos dos “*centauros farroupilhas*”. Sobre esse aspecto, muita ênfase foi dada às comparações entre o general Flores da Cunha, então governador do Estado, com o general Bento Gonçalves, inclusive o primeiro, de acordo com o discurso da imprensa, representaria a figura viva do segundo.²³

A finalidade me parece, é chamar a atenção dos leitores sobre a importância da construção do monumento que não apenas representava essa memória servindo de elo entre o passado e o presente, unindo os dois generais distanciados no tempo, mas também consumava uma memória no bronze eternizando a ligação entre os “*homens de 1835*” com seus supostos continuadores nos acontecimentos políticos de 1930 no Brasil. Esse lugar de memória, que é o monumento, poderia contribuir, assim, para a formação do imaginário sobre um suposto sentimento de nacionalidade acompanhada do republicanismo do gaúcho no “ontem e hoje” daqueles agentes sociais.

2.1 Os usos e abusos da “memória farroupilha” pelo IHGRGS no ano do centenário da Revolução Farroupilha

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)²⁴ teve importante papel na reelaboração da memória da Revolução Farroupilha e, sobretudo, de seu “líder

²³ De acordo com Certeau, a historiografia utiliza a morte para articular leis no presente, introduzindo “no dizer, aquilo que não se faz mais (...) a recondução do morto, ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa criar, no presente, um lugar a preencher. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam”. (CERTEAU, 2011, p.110).

²⁴ O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi fundado em uma sessão realizada a 5 de agosto de 1920. A sessão, realizada no Arquivo Público do Estado, contou com a presença de grande número de historiadores e intelectuais. Nomes como: Eduardo Duarte, Aquiles Porto Alegre, Aurélio Porto, Afonso Guerreiro Lima, João Maia, Luiz Fernando Osório, entre outros, ocuparam-se em escrever seus artigos para o Primeiro Congresso de História do Rio Grande do Sul para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 1º de outubro de 1935, p. 15).

máximo” – Bento Gonçalves. A instituição foi atuante em tal trabalho de memória justamente durante o ano do Centenário da Revolução Farroupilha, quando intelectuais e historiadores imortalizaram suas obras a partir dos anais do “*Primeiro Congresso de História Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha*”. Ieda Gutfreid chamou atenção para a importância que foi dada à história também por parte do Estado do Rio Grande do Sul.

O estado sulino assume um compromisso com a história, e financia as pesquisas, delegando responsabilidades a seus funcionários para a execução de trabalhos. O compromisso a que se alude é o de resgate da história do Rio Grande do Sul, em especial o período da Revolução Farroupilha, nos documentos oficiais, guardados nos arquivos nacionais, tarefa que Aurélio Porto realizou com apoio estadual. Observa-se nessa atitude um esforço para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhe à do Brasil. (GUTFREIND, 1992, p 20).

A produção historiográfica de Aurélio Porto, que foi, em boa parte dirigida para temas da Revolução Farroupilha, foi relevante para o trabalho de reapresentar a Revolução Farroupilha como uma revolução brasileira. (ALVES. F, 2004). A história produzida por historiadores a serviço do Estado do Rio Grande do Sul virou ferramenta de uso político das elites no poder.

O instrumento de poder é a história, e os seus manipuladores, os historiadores e os políticos gaúchos. Após as pesquisas de Aurélio Porto, que resgatam as condições brasileiras da Revolução Farroupilha, historiadores (...), passam a repetir, cada vez com maior profundidade e extensão, o que se tornou essência da historiografia no período: a brasilidade sul-rio-grandense, desde sempre em sua história. (GUTFREIND, 1992, p 20).

Portanto, durante o ano do centenário da Revolução Farroupilha, o IHGRGS seguiu a tendência da historiografia pretendida por políticos e elite que estavam no poder, agindo como um “*braço*” intelectual do governo do Estado do Rio Grande do Sul. A instituição tinha entre seus membros políticos, militares, professores, advogados, assim como intelectuais ligados à imprensa. Coube à instituição colaborar para a construção teórica da memória da Revolução Farroupilha e de seus “*heróis*”, entre os quais destacava-se o general Bento Gonçalves da Silva²⁵.

Dessa forma, o IHGRGS direcionou seus trabalhos para a elaboração de uma história da Revolução Farroupilha voltada para o discurso de brasilidade do gaúcho. Boa parte dos historiadores ligados à instituição foram, em muitos aspectos, responsáveis pela representação

²⁵ Observa-se que este foi um ponto de partida para o trabalho intelectual que precedeu a materialização da memória do líder farrapo no bronze.

criada em torno da imagem de “herói” que se atribuiu ao líder da Revolução Farroupilha durante o centenário da revolução.²⁶

A historiografia exercia um papel crucial nesta elevação do status histórico da guerra civil, elegendo heróis romantizando acontecimentos e enaltecendo feitos, os quais deveriam ser utilizados como exemplo para as gerações vindouras. Num processo de constantes recorrências, muitos dos elementos constitutivos desse arcabouço historiográfico viriam a ser encarados como absolutas verdades históricas, contribuindo decisivamente para a criação mítica da Revolução Farroupilha. (ALVES, F, 2004, p. 45).

Antecedendo ao que seria o Congresso de História organizado pelo IHGRGS, a Revista do Globo, em setembro de 1935, fazia menção à relação entre as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e o trabalho desempenhado pelos historiadores ligados ao IHGRGS. Mostrava também a importância da organização do trabalho de memória preparado na capital rio-grandense.

Em 1935 a atenção do país se volta para o Rio Grande do Sul, onde se comemora o primeiro centenário da Revolução Farroupilha. Grandes festejos se realizam na capital do nosso Estado, e, uma grande Exposição atrai para ela dezenas de milhares de turistas.

À primeira vista, para o observador menos avisado, as comemorações parecem revestir(em)-se de um caráter regionalista não muito simpático. A um segundo exame mais cuidadoso os característicos brasileiros da Revolução de 1835 esfumam-se no improvável às teorias construídas por alguns historiadores (poucos alias) em torno do ideal separatista. A brasilidade do movimento de 35 se evidencia clara. Souza Docca, uma de nossas maiores autoridades em História do Rio Grande do Sul, acaba de provar brilhantemente, em livro recente, que a Revolução Farroupilha não tinha caráter separatista. Outro historiador de mérito. O Dr. Fernando Osório Filho, estudou, em belo livro, o sentido americanista do mesmo movimento. (REVISTA DO GLOBO, 28 de setembro, 1935, p.17).

Percebe-se no texto da Revista do Globo a preocupação com a imagem do evento, que não poderia ser ofuscada pelo regionalismo que “rondava” a história da Revolução Farroupilha. Souza Docca²⁷ e Fernando Osório eram historiadores ligados ao IHGRGS e

²⁶Também coube àqueles historiadores reforçar a ideia da historiografia de matriz lusa, que visava convencer a opinião pública de que a Revolução Farroupilha havia sido uma revolução que objetivava a federação das províncias do Brasil. Também os intelectuais pretendiam desfazer a tese de historiadores que insistissem em provar a tese de separatismo da Revolução Farroupilha ou a aproximação de sua história com a matriz historiográfica platina.

²⁷ O objetivo da obra “O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha”, do historiador Souza Docca era fazer uma defesa sobre o sentido nacional da revolução, como sugeria o título, mas esta também tinha por fito uma crítica ferrenha à obra do historiador Alfredo Varela, “História da Grande Revolução”, que grosso modo fazia referência a ideia de que a Revolução Farroupilha era de cunho separatista. No entanto, o próprio Sousa Docca deixa clara também, a intenção de eximir o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, de em 1933, ter partilhado da ideia de separatismo da Revolução Farroupilha, pois, em 1933, a obra de Alfredo Varela havia sido financiada pelo Governo do Estado, com o patrocínio do IHGRGS. “O resultado de nossa atitude aí está: o Instituto proclamou, por unanimidade, como se há de haver para diante, que não concorda, absolutamente, com aquelas ideias, as quais, o Dr. Varela, jeitosamente, deixava transparecer haverem merecido o beneplácito daquela douta instituição.”

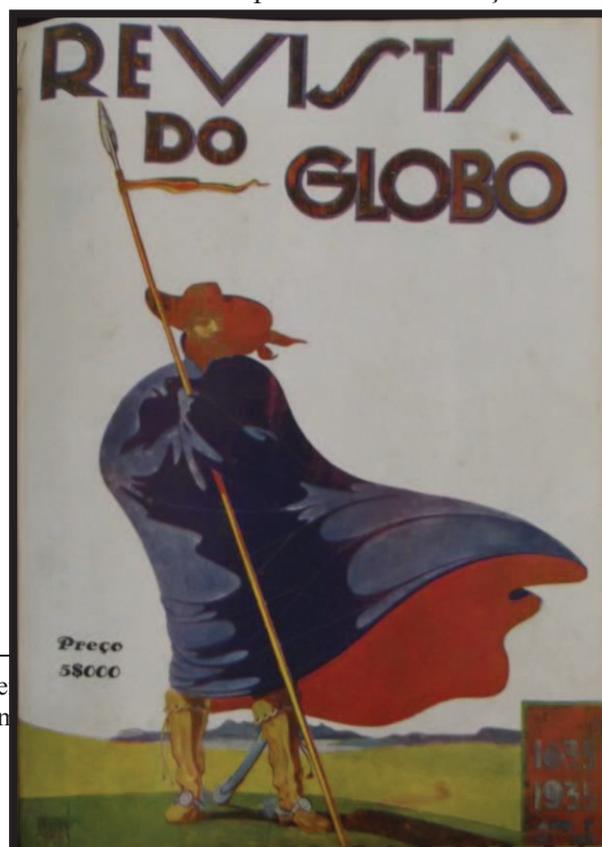
ferrenhos defensores da brasilidade da revolução. Fica clara a ideia daquela geração de que era possível provar pela história a “*verdade*” sobre a Revolução Farroupilha. O ponto de vista dos dois historiadores ia ao encontro da prática que se evidenciava na Exposição Farroupilha e estava de acordo com a teoria desenvolvida por parte dos intelectuais que tencionavam legitimar os fatos a favor das circunstâncias daquele momento do centenário da revolução.

O que se faz no Rio Grande do Sul neste ano de 1935 não é uma exaltação descabida de um punhado de guerrilheiros sem rumo certo. Não é a glorificação da lança e da pata de cavalo. Não é a manifestação de um saudosismo absurdo e pernicioso.

O Rio Grande relembra a epopeia que trazia em seu bojo um alto programa literário. Reverencia a memória dos homens de uma idade passada, que se ativeram na luta com os olhos postos no futuro, nas gerações de que fizeram parte nossos pais, nas gerações de que fizemos parte e na que nossos filhos integrarão. Porque ali estão, na Grande Exposição, nos pavilhões das indústrias e no pavilhão cultural, a evidência palpável de um século de progresso, de cem anos de conquistas espirituais e materiais. (REVISTA DO GLOBO, 28 de setembro, 1935, p.17).

A Revista do Globo associava-se também às comemorações, como mencionava a crônica, reafirmando os propósitos de criar uma ligação entre gerações separadas por um século. Fica evidente o trabalho de memória estabelecendo relação entre as gerações e dando ideia de continuidade histórica embasada apenas num acontecimento, que ia através da narrativa, tomando as formas desejadas pelas instituições. E a forma dada tinha uma direção muito precisa que era a de alçar o Rio-Grande do Sul no cenário nacional.

Imagem 1 - Capa da Revista do Globo para as comemorações do Centenário Farroupilha.



“Nosso intuito é julgar, e grandenses e pensaram con

, (...) que agiram como rio-

Fonte: Revista do Globo, ano VII, nº169, setembro de 1935.

A narrativa por parte da Revista do Globo destacava o aspecto brasileiro da Revolução Farroupilha que seria exaltado no ano de seu centenário. No entanto, a ilustração de capa traz, na verdade, um aspecto do regionalismo rio-grandense na representação do que pode ser um gaúcho como “sentinela da coxilha”, ou o próprio farroupilha representado no “ontem e no hoje”, como se percebe nas datas à direita “1835-1935”. Ou seja, há na ilustração uma noção de continuidade entre os diferentes tempos e acontecimentos.

Dois dias depois de a Revista do Globo fazer uma referência ao trabalho de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, anunciava-se na imprensa a abertura do Primeiro Congresso de História do Rio Grande do Sul realizado pela instituição. Essa afirmava os propósitos do evento, que consistia em dar continuidade, sem descanso, ao:

(...) trabalho iniciado há três lustros, de modo a comemorar o glorioso centenário farroupilha, com a iniciação do primeiro congresso de História Sul-Rio-Grandense instalado, ontem nesta capital, com a sessão preparatória realizada em sua sede provisória, no edifício do Museu Júlio de Castilhos. (...) A mesa do congresso terá como presidente de honra exmo. Sr. Governador do Estado Gal. Flores da Cunha: presidente efetivo o exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Dr. Leonardo Macedônia; o exmo. Sr. vice-presidente Otelo Rosa; e o exmo. Sr. secretário perpétuo Dr. Eduardo Duarte, que será auxiliado por dois subsecretários, os membros efetivos do Instituto, Sr. prof. Tupi Caldas e o ten. De Paranhos Antunes. Fazem ainda parte da diretoria do instituto o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, como orado; o prof. Afonso Guerreiro Lima, como tesoureiro, e o prof. Valter Spalding, como bibliotecário. (JORNAL DA MANHÃ, 1º de outubro de 1935, p.15).²⁸

O IHGRGS, ao que parece, associou-se ao governo do Estado e às festividades servindo de “*braço intelectual*” à disposição das autoridades e do trabalho de memória dos “*heróis farroupilhas*”²⁹. Esse trabalho de culto e celebração que se realizava no ano do

²⁸ O historiador Walter Spalding, teve importante participação na construção da memória da Revolução Farroupilha e de Bento Gonçalves durante as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha em Porto Alegre. Spalding foi membro do IHGRGS, atuando junto à sua administração e colaborador enquanto historiador. Na Exposição Farroupilha, foi responsável pelo Pavilhão Artístico e Cultural do evento. Também foi colaborador do Jornal da Manhã escrevendo artigos relacionados com a Revolução Farroupilha. No terceiro capítulo da dissertação utilizo um de seus artigos onde Spalding faz críticas ao trabalho da maquete do escultor Leão Veloso para o monumento a Bento Gonçalves. Esse apontamento pode demonstrar a circularidade dos sujeitos entre as instituições intelectuais e políticas, públicas e privadas.

²⁹ O Comissário Geral da Exposição Farroupilha confirma em correspondência o convite feito ao IHGRGS para sua associação as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, dizendo o seguinte: “Conforme é do conhecimento de V. S., o governador do estado promoverá, a 20 de setembro de 1935, uma grande exposição, visando demonstrar ao Rio-Grande, o grau de progresso que atingiram as suas forças vivas, a sua arte, a sua cultura.

centenário culminaria com a memória materializada num espaço público, mas também, as autoridades faziam parte dele como membros do Instituto, intelectuais que tiveram grande influência na teorização da memória farroupilha, pois, além de participarem do trabalho intelectual dentro do Instituto, estes colaboraram na imprensa porto-alegrense com os artigos que tencionaram a memória rio-grandense para o rumo por eles desejado.

2.2 A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha: a escrita de um intelectual transitando entre o IHGRS e a imprensa

A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha pode ser definida como um momento em que a elite política do Rio Grande do Sul que estava no poder pretendia demonstrar para o restante do Brasil seu progresso e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, buscar uma ligação com um determinado passado “*glorioso*”.³⁰ O Jornal da Manhã foi um dos órgãos da imprensa porto-alegrense que soube explorar as memórias da Revolução Farroupilha durante o tempo de duração da Exposição Farroupilha, contribuindo, assim, para a representação “*heroica*” de seus episódios e vultos.³¹

O Rio Grande do Sul não pode honrar de maneira mais brilhante os heróis de 1835, na comemoração de seu centenário, do que com essa parada magnífica de trabalho e beleza.

Nós não temos o fetichismo das coisas grandiosas (...) contentamo-nos com o suficiente, talvez por ignorarmos que é justamente o supérfluo das coisas materiais que constitui a delícia do espírito. Daí nosso excesso de comedimento que tanto nos tem impedido de manifestar o adiantamento da nossa civilização e a pujança do nosso progresso. (JORNAL DA MANHÃ, 1935, p. 05).

Tratando-se de um certame comemorativo da epopeia farroupilha, estimamos de maior valia o concurso do Instituto Histórico e Geográfico. Rogamos, pois, a V. S., designar um membro desse Instituto para, em conjunto com pessoas representativas dos nossos meios culturais e artísticos, assentar a melhor forma para a representação dessas atividades.

Na próxima quinta-feira, dia 22 de agosto, às 10 horas, teremos uma reunião na sede deste Comissariado Geral e será com grande prazer que veremos entre os presentes, o representante desse Instituto.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. S., os nossos protestos de muita estima e consideração. Comissário Geral (Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha, 2.1.3.2.1.8 AHPAMV s/d). Esse membro do Instituto, conforme análise foi Walter Spalding.

³⁰ A história da Revolução Farroupilha foi sendo utilizada pelas elites e para seus interesses de acordo com as circunstâncias políticas que, no trabalho de memória, ora o representavam esta como separatista, ora, como brasileira. Segundo Nara Machado “Em 1835 ocorreu a Revolução Farroupilha que, durante dez anos, antepôs as elites dominantes gaúchas ao poder central do Império. A luta tomou cunho nitidamente separatista, com o questionamento do Estado monárquico centralizado, verificando-se, inclusive, em 1838, a proclamação da República Rio-Grandense. Posteriormente, tanto republicanos como liberais reivindicaram os ideais da Revolução Farroupilha”. (MACHADO, 1990, p. 99).

³¹ De acordo com Camila Silva “Avistar o passado implica para aquele que o realiza ver a si próprio no transcurso do tempo, confundindo-se entre o passado e o futuro. A construção de um tempo para si, e de si mesmo no tempo, envolve a definição de marcos, rupturas e continuidades. As comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha constituíram um lugar legítimo para o encontro das temporalidades, e a narrativa foi uma das formas pelas quais elas foram relacionadas”. (SILVA, 2012, p. 53).

O noticiário fazia uma aproximação entre o presente e o passado justamente pelo uso de uma narrativa que buscava no passado uma justificativa para a situação porque passava o Estado. O jornal falava de uma modéstia que se supunha, sempre ter feito parte do “*caráter*” do povo rio-grandense e que acabou por esconder seu progresso.³²

Na organização da Exposição do Centenário Farroupilha, foi rompido com muito acerto essa rotina. O certame não será apenas uma demonstração do que de melhor produzem o Rio Grande do Sul e o Brasil, em todos os ramos da atividade humana. Os visitantes não se limitarão à contemplação deslumbrada das maravilhas de trabalho que constituem os mostruários da Exposição Farroupilha. Ao dia da visita pública, a 20 de setembro, em toda sua pompa majestosa, numa visão e deslumbramento que será o maior orgulho de todos os brasileiros. (JORNAL DA MANHÃ, 1934, p.05).

De acordo com o jornal, a ideia era fazer da Exposição Farroupilha o lugar onde circulasse a representação do progresso não somente do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil, constituindo-se esta por ser comemorativa da Revolução Farroupilha, o amálgama que alimentava as pretensões de brasilidade ambicionada para o gaúcho na década de 1930.³³ Darcy Di Calafiori – em artigo publicado no dia da abertura da Exposição Farroupilha em 20 de setembro de 1935 –³⁴ deixou evidentes as pretensões da imprensa e intelectuais quanto ao

³² “A Exposição do Centenário Farroupilha, no ano de 1935, pode ser percebida como um dos momentos de ruptura (...), a cidade se apresenta ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil como uma cidade moderna e pujante. Porto Alegre preparou-se para comemorar o Centenário da Revolução Farroupilha (...) com uma feira que atraísse para o Estado os olhares do resto do Brasil e do mundo. Com o patrocínio do governo estadual, foi projetada, sob os cuidados da elite intelectual e política local, uma exposição que marcasse época”. (GIOVANAZ, 2013, p. 324). O ponto de vista da autora mostra o propósito da Exposição Farroupilha.

³³ “Para o caso do Rio Grande do Sul, a década de 30 do século XX significou um novo e importante momento histórico. Getúlio Vargas, saído dos mais altos quadros políticos daquele Estado, assume a presidência do Brasil. O país buscava o desenvolvimento industrial e tecnológico e o Rio Grande do Sul fazia todos os esforços para participar dessa frente. O ano de 1935 marcava para o Estado o Centenário da Revolução Farroupilha, principal fato político e militar regional, que era a celebração de sua principal epopeia histórica. A Revolução Farroupilha enquadrou-se no ciclo das revoltas contra o poder centralizador do Império brasileiro no século XIX, e apresentou um caráter federalista e segundo algumas interpretações, até mesmo separatista. Foi complexa a elaboração desse evento na História do estado do Rio Grande do Sul, já que as interpretações construídas até a comemoração do centenário apresentavam o evento marcadamente pelo seu caráter de enfrentamento em relação à nação brasileira”. (GIOVANAZ, 2013, p. 325). A citação da autora condiz com a ideia passada pelo jornal na época da Exposição Farroupilha, de mostrar o progresso do Rio Grande do Sul.

³⁴ Edição Farroupilha do Jornal da Manhã: O Jornal da Manhã deu uma ampla cobertura sobre a abertura das comemorações da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha. O jornal, desde 1934 já vinha dando ampla cobertura aos acontecimentos referentes à organização do certame, assim como à produção do monumento a Bento Gonçalves. A edição Farroupilha foi um caderno especial sobre o centenário da Revolução Farroupilha. Di Calafiori foi um intelectual que transitou com seus trabalhos entre o IHGRGS e a imprensa porto-alegrense. Destaquei seu artigo entre tantos, por fazer parte da edição especial para o centenário da Revolução Farroupilha na abertura da Exposição Farroupilha, portanto por ser um trabalho que culminava com o trabalho dos teóricos e com a abertura dos trabalhos na exposição que pode ser considerada como parte desse trabalho de memória que ali se materializava.

tratamento dado ao passado e à sua ligação com os acontecimentos do presente na legitimação dos propósitos das comemorações que se realizavam naquele momento.

Evocando as glórias vivificadoras do passado o Rio Grande comemora, hoje, o primeiro centenário da Revolta dos Farrapos.

Filhos da terra incomparável de Bento Gonçalves, todos os rio-grandenses tem nesse momento os corações suspensos nas lembranças dos feitos épicos daqueles heróis sublimes, que foram os primeiros, no Brasil independente, a dar largas aos seus anseios de liberdade.

E, neste dia, grandioso para todos nós, que sentimos nas veias o mesmo sangue que, derramado abundantemente no pampa, immortalizou toda uma geração de gigantes – justifica-se o nosso entusiasmo ao verificar-se que a semente do idealismo, plantada em solo úbere e cultivada pelo sacrifício magnífico dos nossos ancestrais frutifica em realizações, ensinando-nos a amar, interminavelmente o “pago” amigo, em que tudo canta o poema deslumbrador de uma tradição imperecível. (JORNAL DA MANHÃ, 1935, p. 04).

Di Calafiori deixa clara a intenção de trazer à tona o passado pelo rito de comemoração, criando uma ideia de pertencimento, filiação e continuidade entre Bento Gonçalves e o povo rio-grandense colocando os “heróis” farroupilhas na vanguarda dos princípios libertadores na política brasileira. No entanto, é notável a pretensão da narrativa de não se distanciar dos aspectos regionais em prol de um espírito de brasilidade.³⁵ A “tradição”, o pago, para ele, são elementos imperecíveis e podem ser interpretados como elementos que são marcas do regionalismo. Segundo o autor,

Realmente. A Epopeia de 35, jornada esplendida, que só legiões de ciclopes poderiam empreender, assinala na história de nossa terra, o começo de uma era dinâmica, de lutas e de conquistas, 93 não foi mais do que um reascender da chama que se extinguiu em 45. 23, 24 e 25 não representam na história brasileira, senão o despertar de um povo cansado de opressão e decidido a dar combate à tirania aviltante. Foram esses movimentos armados, em que, mais do que nunca, avultaram os lances heróicos da gente rio-grandense, o reflexo maravilhoso da Revolução Farroupilha, que preparou a tempera de uma raça, levando-a, afinal, à jornada incontestável de 30, de que na expressão lapidar de Flores da Cunha, “ou se voltaria com honra ou não se voltaria mais”. (JORNAL DA MANHÃ, 1935, p. 04).

Dessa forma, a Revolução Farroupilha era lembrada como um acontecimento que havia preconizado a formação da “raça gaúcha”. O autor conservou nessa citação uma característica comum dos escritores da época, que foi a de estabelecer uma relação linear com a Revolução Farroupilha e seus “heróis”, com a pretensa continuidade dessa obra, cem anos depois da culminância na Revolução de 1930, promovida pelos “herdeiros” de Bento

³⁵ Esse ponto de vista, de que sempre a brasilidade do gaúcho parece vir acompanhada da sombra do regionalismo, já foi mostrado na introdução do trabalho. Autores como Ruben Oliven, Sandra Pesavento e Tau Golin chamaram a atenção para esse aspecto.

Gonçalves.³⁶ Além, é claro, de evidenciar que, no ano do centenário da Revolução Farroupilha, outro general já tomava a frente da política do Estado, pois Flores da Cunha representou, na pena de muitos intelectuais da época, a figura viva de Bento Gonçalves e seu continuador nos feitos em prol de um Brasil republicano e constitucional. E para isso prosseguia o discurso do autor:

E, 30 – arrancada majestosa que se distendeu por todo o território da Pátria, despovoando os lares e inundando de esperança os corações brasileiros – foi a reafirmação irretorquível e empolgante da bravura e do patriotismo dos netos daqueles valentes defensores da soberania popular.

O Rio Grande entrou, assim, em 1835, no posto de sentinela das liberdades públicas.

De então, nada mais tem havido senão a sucessão natural das gerações, que se transmitem as glórias que lhes legaram os seus maiores, acrescidas sempre de novos acervos cívicos, que se vão multiplicando. Os feitos se reproduzem cada vez mais eletrizantes, mais heroicos. O combate da ponte da Azenha em 35 revive, grandioso, no encontro ciclopico do Ibicui da Armada em 93 e se renova, titânico, no memorável recontro de 23 no Ibirapuitan. E, em todos esse embates gigantescos, o braço do Rio Grande, tangido pelas forças incoercíveis da tradição farroupilha, continuou sendo, através dos tempos, como em 1835, o sustentáculo poderoso da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. (JORNAL DA MANHÃ, 1935, p. 04).

A Revolução de 1930, na narrativa de Di Calafiori, tornava pública a ideia de ligação entre os diferentes tempos, tendo, de certa forma, a Revolução Farroupilha representando o embrião da história rio-grandense, marcando mesmo uma época.³⁷ Tal época colocou o Rio Grande do Sul como “*sentinela das liberdades públicas no Brasil*”, e os defensores de tais liberdades – que, segundo o noticiário, eram justamente formados pela “*sucessão natural das gerações*” – justificavam, assim, as ações do presente promovendo-se a partir de acontecimentos do passado (para a análise feita aqui, tais fatos do passado, não necessariamente teriam ligações com o presente, porque o passado era aquilo que os historiadores faziam dele).³⁸ Para Machado, esse apelo ao passado:

³⁶ Di Calafiori, na tentativa de estabelecer uma relação direta ente 1835 e 1935, citou mesmo a Revolução de 93, não levando em conta o que muitos intelectuais evitaram fazer, que é justamente associar a Revolução Federalista à Revolução Farroupilha. A Revolução Federalista deixou evidente algo que, no centenário farroupilha, não era desejável mostrar, que foram exatamente as diferenças internas entre as elites rio-grandenses que levaram àquele acontecimento.

³⁷ No subcapítulo que trata das comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves, serão analisadas as que eram feitas entre o suposto “herói da ponte da azenha” – Bento Gonçalves – com o então ufanado “herói” da ponte do Ibirapuitan, rio que banha o Alegrete, cidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul – Flores da Cunha. Esses elementos que foram explorados habilmente vendo a condição desses sujeitos enquanto políticos e militares e os papéis desempenhados por eles dando um aspecto similar entre esses sujeitos – embora distanciados no tempo.

³⁸ O que se pode perceber na verdade é a maneira como os intelectuais manipulavam a memória a partir de suas necessidades no presente. O centenário da Revolução Farroupilha coincidiu com os acontecimentos da Revolução de 1930, o que pode ter possibilitado, naquele momento, estabelecer relações com o respectivo acontecimento do passado. Havia duas revoluções, seus chefes, o discurso republicano, que, embora separados por um século, permitiram aos intelectuais buscar uma relação na memória do passado rio-grandense.

(...) ocorreu justamente com a intenção de estabelecer uma ponte entre este e o presente, vinculando o heróico Rio Grande de outrora com a grandeza e a dinamicidade que se queria afirmar a nível nacional, cem anos após. (MACHADO, 1990, p. 100).

Pelos dados até agora analisados, podemos compreender que, em se tratando de Rio Grande do Sul, esse movimento de demonstrar para o Brasil a “*brasilidade*” do gaúcho caminhava por terrenos sinuosos. Comemorava-se um acontecimento que enaltecia o habitante do Rio-Grande do Sul dizendo que este tinha sido o “*paladino*” do ideal republicano no Brasil, afirmativa que poderia ser suficiente para colocar o gaúcho como um indivíduo “*mais brasileiro do que os demais*”³⁹. Tal ideia pode sintetizar o que foram os propósitos da Exposição Farroupilha de 1935, ou seja, competência em criar um imaginário de brasilidade do gaúcho a partir daquele acontecimento e do trabalho de memória por parte dos políticos e intelectuais.⁴⁰

2.2.1 O discurso do Dr. Leonardo Macedonia na abertura do Primeiro Congresso de História e Geografia Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha

Na ocasião das comemorações da Revolução Farroupilha durante o ano do seu centenário, o presidente do IHGRGS, Dr. Leonardo Macedonia, foi encarregado do discurso de abertura do congresso no salão da biblioteca pública de Porto Alegre na noite do dia 1 de outubro de 1935. Macedonia, após cumprimentar as autoridades que estavam presentes, entre elas representantes do governo do Estado, militares e eclesiásticos, iniciou o discurso salientando os propósitos do evento.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizando hoje a sessão de abertura do Congresso com que contribui para o maior brilho da comemoração do 1º Centenário da Revolução Farroupilha.

Promovendo a reunião desse Congresso desejou o instituto fazer uma pública e cabal demonstração do interesse de que são investidos, meditados e apurados em

³⁹ Ideia que circulou pelos meios intelectuais, e que é reforçada hoje no senso comum – principalmente a cada 20 de setembro – de que o rio-grandense decidiu ser brasileiro quando não aceitou ajuda estrangeira para levar adiante a Revolução Farroupilha.

⁴⁰ “A identidade regional também experimentava um momento de transformação quando o gentílico gaúcho estava sendo reelaborado. Gaúcho é o gentílico dos nascidos no Estado do Rio Grande do Sul, (...) mas também é um gentílico geográfico, pois se refere aos habitantes do pampa (...). Até a década de 30 do século XX a palavra não era utilizada de forma corrente, sendo rio-grandense o tratamento mais comum. A partir desse processo de reconstrução da identidade regional, o termo gaúcho foi construído positivamente no imaginário local, durante o decorrer do século XX. (...). A Exposição do Centenário Farroupilha foi, portanto uma alavanca de divulgação desta versão historiográfica que se afirmava como vitoriosa naquele momento, transformando-se num palco de produção de imaginário”. (GIOVANAZ, 2013, p. 325).

terras rio-grandenses os fatos e episódios do glorioso decênio revolucionário, e o amor e o carinho com que nossos homens, estudiosos da história desse nosso amado rincão, cultuam a memória dos nossos antepassados, atores do formidável movimento revolucionário, que, pelos feitos e obras valorosas, então realizadas, se vão da lei da morte libertando.

Nesse instante, e diante do magnífico espetáculo desta sessão, assistida pela fina flor da intelectualidade patricia, o Instituto experimenta legítima satisfação, e sente bem recompensado o trabalho realizado para a instalação deste congresso. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

No discurso de Macedônia, à comissão que trabalhou na elaboração do congresso e nas temáticas abordadas nas teses que tratariam do tema da Revolução Farroupilha, os trabalhos que seriam realizados por aquele congresso contavam como ele mesmo dissera com a “*fina flor*” da intelectualidade rio-grandense, a quem caberia tarefa de “*eternizar*” a memória dos farroupilhas. Estes, segundo Macedônia, iriam pelo trabalho de memória do congresso “*da lei da morte se libertando*”, para assim, entrarem para a história, que do ponto de vista daqueles intelectuais era a “*verdade*” dos fatos sobre o decênio farroupilha vinda a público no culto dos antepassados.

O programa do Congresso elaborado por uma comissão constituída pelas brilhantes figuras dos nossos estimáveis confrades João Maia, Otelo Rosa, e Darcy Azambuja, comportava vinte e uma teses, em que deviam ser versados assuntos atinentes à formação do Rio Grande do Sul. História Política, História Militar, Administração e Economia, Letras, Ciências e Artes no grande Estado meridional. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Tais teses segundo Macedônia deveriam versar sobre a formação do Rio Grande do Sul, no entanto teriam que convergir para uma explicação que abordasse e legitimasse as causas da Revolução Farroupilha como um movimento pela república e pelo Brasil. Sobretudo diferenciando o gaúcho brasileiro do gaúcho platino, negando qualquer aproximação com a região do Prata,⁴¹ e também a existência de caudilhos do lado brasileiro da fronteira. Macedônia ainda tecia agradecimentos àqueles que enviaram seus trabalhos para apreciação da comissão organizadora do congresso.

Divulgado o programa, acudiram ao nosso convite muitos confrades, ainda pessoas estranhas ao nosso grêmio, mas estudiosas da História Rio-Grandense, trazendo todas elas o fruto de estudos magníficos, em vinte e cinco Teses e Memórias que as

⁴¹ Sobre a maneira como os historiadores tradicionais escreveram a “*historia do gaúcho*”, Pesavento aponta que “*Tal forma de encarar o passado baseia-se, evidentemente, neste elemento constitutivo da formação histórica sulina, que foi o caráter fronteiriço e militarizado do Rio Grande desde os seus primórdios. Estado extremo meridional do Brasil, a luta constante com o castelhano foi uma contingência histórica impositiva, que levava cada homem a ser um soldado em potencial, cada estância um “quartel general” (...). Na visão do historiador oficial, a influência do meio fronteiriço sobre o caráter do povo atuava como um componente telúrico, condicionando sua situação e selando seu destino*”. (PESAVENTO, In: FREITAS, 1996, p. 68).

nossas comissões especiais vão examinar e preparar para a discussão nas sessões plenárias deste Congresso. Antecipando o juízo dessas comissões, cumpro um dever, agradecendo, como agradeço a todos [sic] dessas Teses e Memórias a maravilhosa contribuição trazida a este Congresso com esses brilhantes estudos que certamente vem dar lustre e relevo a este torneio intelectual, realizado em homenagem a Epopeia Farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Percebe-se que o trabalho dos historiadores, de certa forma, era “bitolado” pela instituição, pois transparece a ideia dos trabalhos que deviam ser escolhidos para o evento que tinha por tema central a Revolução Farroupilha. Portanto, a ideia dos organizadores do congresso era a de que um trabalho, para ser escolhido, teria que “*abrilhantar*” a homenagem que se pretendia às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Assim, aqueles historiadores esperavam demonstrar que os gaúchos teriam saído da guerra de forma honrada. Queriam estes justificá-la de maneira que esta fosse, em 1935, “*estimada por todo o Brasil*”. Deveria sobressair o aspecto do federalismo pelo qual estavam imbuídos os revolucionários gaúchos em 1835, que lutavam por direitos que eram de todas as “*províncias irmãs*”. Na narrativa dos intelectuais os farroupilhas não haviam pleiteado a separação, mas o respeito do governo imperial do qual eram integrantes. Visavam assim, de acordo com os historiadores, à unidade nacional, ou seja, com a comparação de que os farroupilhas haviam idealizado um “*Rio Grande de pé pelo Brasil*” do qual os revolucionários de 1930 se viam como os continuadores. Fazendo alusão à Revolução Farroupilha, os historiadores do IHGRGS viam o congresso como um torneio intelectual dos “*continuadores*” dos “*centauros de 35*”. Tentando explicar os motivos da Revolução Farroupilha, os intelectuais afirmavam que os farrapos estavam cansados de servir aos interesses do Império. Conforme Macedonia (1935),

Meus senhores. A revolução Farroupilha estalou em 20 de setembro de 1835, para reivindicar direitos e liberdades do povo rio-grandense, maltratado pelo Governo do Brasil, que somente se lembrava da província meridional, o Rio Grande do Sul, para a cobrança de impostos, e quando era necessário o apelo a seus filhos para a defesa, pelas armas, dos interesses do Império. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Vendo por outro lado, os farroupilhas defendiam os interesses que também eram seus, já que a defesa da fronteira do Brasil garantia suas posses dentro daquele império. Embora durante o período em que ocorreu a Revolução Farroupilha vigesse um regime imperial, no discurso aparecem indícios de que este havia sido instigado a afirmar que os farrapos lutaram contra o governo do Brasil. Talvez fosse por isso que teria sido enfatizada a necessidade de se contar a “*verdade*” dos fatos, tornando a Revolução Farroupilha um evento brasileiro. E prosseguia Macedonia dizendo:

As vexações, as restrições sem conta, e a opressão deveriam ter um termo. E explicam muito bem através dos exames dos documentos daquele tempo, as causas do movimento que tinha em mira conquistar para o povo gaúcho o reconhecimento dos seus direitos, o respeito do governo e a estima e a confiança dos irmãos brasileiros, disseminados pelo território da Pátria. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Mais do que igualar o Rio Grande do Sul com os outros Estados da nação, o discurso acabava por mostrar que o Estado tinha, sim, suas diferenças em relação aos demais Estados brasileiros, rememorando o clima de opressão por que passava o povo gaúcho à época da Revolução Farroupilha.⁴² Mas o momento do centenário da Revolução Farroupilha, para os historiadores, serviria para desfazer o suposto “*mal entendido*” da pecha de uma revolução “*antibrasileira*” uma vez que estes viam a revolução como uma causa brasileira como as demais.

Além dessas causas, outra de maior importância teve a grande Revolução, a justifica-lá e a torná-la estimada de todo o Brasil.

Aos movimentos que precederam a independência, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, deixaram em forte relevo que o nosso povo estava disposto a tudo sacrificar pela liberdade, e pela organização de uma Pátria forte e respeitada. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Ainda conforme o discurso de Leonardo Macedonia, pelo trabalho que estavam realizando intelectuais, políticos e responsáveis pelos festejos do Centenário, tanto dentro como fora do Congresso, essa geração via-se como a continuadora dos “*homens da Revolução*”. Passavam a imagem de um Rio Grande do Sul onde o povo trabalha e sempre trabalhou para a grandeza de um Brasil unido e forte. E, segundo eles, nunca havia passado pela geração de 1835 a ideia de separatismo e, se passou, teria sido “*provisório*”.⁴³

⁴² “A figura do gaúcho é, pois, idealizada e seus atos elevados à categoria de epopeia. Na Revolução Farroupilha, a revolta encontra-se plenamente justificada, na imputação de “despótica” à dominação do Império sobre a província sulina. Por seu lado, os farrapos não se viam agitados pela “ânsia de poder”, mas “servidos por uma vocação orgânica, originária da velha herança social, anterior à experiência campeira”, lutaram por um “sistema político que encarasse generosamente suas aspirações de autonomia”. (PESAVENTO, In: FREITAS, 1996, P. 69-70).

⁴³ Sobre a questão da proclamação da República Rio-Grandense e o separatismo Dante de Laytano, em seu trabalho “História da Revolução Farroupilha” – primeira edição 1935 -, posiciona-se em relação ao assunto da seguinte maneira: “(...). Era necessário agir imediatamente. Neto, então, proclamou a República. Não sei se cabe legitimar-se este raciocínio. O certo é que a república Rio-Grandense nasceu sob o céu de Jaguarão, na fronteira, numa estância, feita por militares voluntários, forças procedentes de batalhões e regimentos de segunda linha que exprimiam a posição do gaúcho de sempre servir nas forças armadas como meio de defender o solo brasileiro, e foi uma Brigada de Cavalaria a tropa que ouviu o grito de Proclamação da República, e foi um militar da arma de cavalaria que proferiu o grito de República.

São configurações de um esboço de história social que partiram para a consagração de uma atitude, que o escritor rio-grandense respeita e precisa ser examinado com atenção devida. Houve uma formação separatista entre os farrapos? Tanto prova que houve que ela dominou as demais correntes partidárias (...). O separatismo foi

Substituíam “a imagem de um Estado diferente e até separatista, pela de uma unidade associada e fraterna ao brasileiro”. (ALVES, F, 2004, p. 108). Em razão disso, o trabalho de memória deveria de imprimir uma ideia de continuidade, numa analogia entre a geração de 1835 e a dos rio-grandenses de 1935 na construção da história da Revolução Farroupilha. Macedonia afirmava ainda que

Em Certa época, circulou conceito muito injusto sobre a História do Brasil, com o dizer que ela não oferecia interesse nem brilho, e era mesmo fastidiosa. O conceito recebeu veemente contradita do nosso eminente patricio, o Conde Affonso Celso, quando afirmou não haver histórias enfadonhas, uma vez que toda história depende do Historiador. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Portanto, nota-se que existia uma consciência sobre a influência que exercia o historiador sobre os fatos, desvelando a concepção de história daqueles indivíduos. Voltando ao discurso de Macedonia, este prossegue, parecendo pretender mostrar o quanto a história se aproximava das sensibilidades estando muito ligada à memória.

(...). Narrando com simpatia, gosto e arte, animando a descrição das ocorrências, e tornando-as compreensíveis, mercê de explicação à luz das ideias da época, o Historiador digno desse nome fará obra digna de apreço e de louvor, que será muitíssimo interessante. (...) o tratamento da História de cada povo, com zelo patriótico, com fogo poético e com amor, acrescentando que assim não haveria história enfadonha, sem brilho ou interesse. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Dessa maneira, o presidente do IHGRGS demonstrava como teria que se proceder com um trabalho de história que estava a serviço do Estado servindo de alavanca às pretensões cívicas e patrióticas. Tratava-se de uma história que tinha que ter um fundo de vivacidade que construísse seus vultos, seus “heróis”.⁴⁴ Assim, Macedonia reiterava as pretensões do trabalho do instituto que

um momento da Revolução ou, melhor, um condicionamento que se achou para galvanizar a opinião pública, orientá-la para uma doutrina que desse novos resultados até mesmo militares.

O que se pensou, na verdade, foi numa posição provisória, um afastamento temporário e uma República que se incorporaria ao Brasil num determinado instante, quando a ideia republicana dominasse a vida política do Brasil ou o Brasil fosse uma República como se queria”. (LAYTANO, 1983, p. 24).

⁴⁴ Na fala de Leonardo Macedonia o IHGRGS, seguia uma tendência historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que ao que parece seria a base a ser seguida pelos organizadores do congresso na tentativa de reunir um farto material que pudesse “contar” a história da Revolução Farroupilha. “Graças à prática desse processo preconizado por Martius, o nosso venerado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizando desde 1843 a sua notabilíssima missão, de estudioso da História brasileira, sempre fiel a sua divisa conseguiu o milagre de tornar atraente e interessante o estudo do que nos diz respeito, como povo, e como nação, no concerto das nações civilizadas, e em 1914 realizou aquele notável Primeiro Congresso de História Nacional, que produziu cinco copiosos volumes, farto manancial onde são tratados todos os problemas da História brasileira, desde o descobrimento em 22 de abril de 1500”. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p. 10).

Trilhando essa estrada seguida pelo Grande Instituto, sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul promoveu a reunião do congresso hoje instalado e elaborou um magnífico programa de estudos e investigações em torno de nossa terra, da nossa gente, e da grandiosa Revolução Farroupilha, que durante um decênio empolgou a alma gaúcha, causou apreensões em todo o Brasi, e terminou de maneira honradíssima para os nossos maiores, cuja fama e cuja gloria a geração atual celebra, plena de orgulho e reconhecimento. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

A história farroupilha como queriam os intelectuais, além de ser um fato celebrado por aquela geração, tinha que relevar os aspectos que haviam feito desta um motivo de orgulho para as gerações que sucederiam e, sobretudo, exaltar a maneira “honrosa” como haviam sido tratados os revolucionários – lembrados como “os maiores” – pelo governo do Brasil. Ao que parece, a tentativa era elaborar um manual “definitivo sobre a história da grande revolução” contando a respeito da inspiração federalista desta. De acordo com Macedonia, o federalismo era uma tendência brasileira do século XIX:

E os acontecimentos que se seguiam, com a guerra de independência, na Bahia, no Maranhão e no Pará, consolidaram a obra dos patriotas que rodeavam o príncipe D. Pedro e propiciaram o novo Estado. Organizando o país, como Nação independente, convenceram-se os patriotas rio-grandenses, após o sete de abril, que era urgente, em benefício da Pátria. (...). Assim também foi a aspiração dos nossos maiores, obedientes à direção de Bento Gonçalves, implantar no país a República sob a larga base da federação, e para isso conseguiram, começaram eles por proclamar a República de Piratini. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Nesse ponto do discurso, Leonardo Macedonia procurou estabelecer ligação com os acontecimentos da época da independência, um vez que, seguindo seus irmãos do norte, o Rio- Grande, na primeira metade do século XIX, buscou consumar a república no Brasil. Aí surgiam na sua narrativa, os farrapos, tendo à frente Bento Gonçalves, como portador desses ideais. Podemos supor que esse discurso fosse meramente republicano e contemporâneo, no sentido de atender mais às necessidades da situação republicana do Brasil da década de 1930, pois em se tratando de governo vigente à época da Revolução Farroupilha, aquele era do Império. Pode-se hipoteticamente dizer que também os historiadores do centenário poderiam ter tido a noção de que a República Rio-Grandense havia sido de fato um governo à parte do sistema imperial brasileiro e que também não havia consumado junto às demais províncias do império, um sistema federativo unificado. Mas Macedonia conduz o discurso para o interesse daquele grupo e para aquelas circunstâncias no momento do centenário Farroupilha:

O fato, contestado durante certo tempo, hoje não sofre contradita, graças aos pacientes trabalhos de investigação e de análise dos documentos que servem de

amparo aos estudos magníficos, e decisivos, de Canabarro Reichardt, no magnífico livro de Bento Gonçalves, de Aurélio Porto, o grande sabedor da história da vida do Rio Grande, nos opulentos trabalhos em torno do Processo dos Farrapos, e do nosso estimado Souza Docca, em maravilhosa dissertação sobre o Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Os fatos celebrados sobre a Revolução Farroupilha, segundo a narrativa, não eram mais contestados porque justamente o congresso era direcionado para a promoção da Revolução Farroupilha como uma revolução brasileira. Contudo, a própria obra citada por Macedonia, de autoria de Souza Docca – já mencionada anteriormente –, é uma crítica ao historiador Alfredo Varela sobre sua tese a respeito dos motivos separatistas da Revolução Farroupilha. Então, a “*contradita da história*” tinha seus autores sendo colocados no “ostracismo” da história rio-grandense produzida naquele momento. Houve controvérsias quanto a aceitação da tese apresentada ao congresso por Setembrino Pereda, por haver nesta indício de contestação da história farroupilha. Segundo a narrativa abaixo,

Foi motivo de forte discussão a tese de Setembrino Pereda por conter termos julgados injuriosos ao Farroupilha Joaquim José Vieira termos estes que, em alguns pontos, se regeneralizam (sic) ao povo rio-grandense. Longamente debatido o assunto, apresentada uma ressalva pelo sr. Felix Contreiras Rodrigues, proposta de rejeição pelo sr. Fernando Osório e Otelô Rosa, foi levantada uma preliminar pelo sr. Manuel Duarte, pela qual devia ser rejeitada a tese em questão por ter sido apresentada em língua estrangeira. Posta em votação, foi aprovada. (JORNAL DA MANHÃ, 9 de outubro de 1935, p. 07).

Ao que parece não se tratava simplesmente de uma submissão do trabalho do historiador. Essa tese ao que consta não atendia à ideia de exaltar plenamente a figura do gaúcho como “*herói*”. Por se tratar de um texto em língua estrangeira, possivelmente não se teria motivo para criar uma indisposição com o autor deste, mas, segundo o que foi salientado pelo jornal, e que deveria ficar claro, teria sido a posição do historiador quanto aos farroupilhas. Ao que parece, e ao contrário do que afirmava Macedonia, mesmo entre as teses apresentadas, apareciam indícios contrários à plena “*glorificação*” dos farrapos.

Retornando ao discurso de Macedonia, novamente este procurava mostrar, como muitos já haviam feito, que o germe da República do Brasil estava no sul, vinculado ao passado da Revolução Farroupilha.

A transformação política, que então não foi possível conseguir, seria alçada antes de findar o século que fora o da independência. E para ela o Rio-Grande contribuirá, como efetivamente aconteceu, com o esforço de seus grandes homens, Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Barrros Cassal, e outros, legítimos

continuadores dos heroicos farrapos. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Estabelecia-se a ligação pretendida entre o presente e o passado da memória rio-grandense na elaboração da história pelo IHGRGS. Direcionava-se a narrativa para onde pudesse, de certa forma, ficar demonstrada a participação do Rio Grande do Sul no processo republicano brasileiro. Construía-se um caminho muito seguro dentro do viés da história tradicional para demonstrar a continuidade comum num suposto passado “heroico” legitimado no presente. Reafirmando o sentimento nacional do gaúcho, e legitimando seu discurso, Macedonia seguia fazendo uso da história:

Na ocasião da paz de ponche verde, após dez anos de lutas, em que foi tudo sacrificado, interesses materiais, tranquilidade e comodidade, os rio-grandenses conseguiram pôr termo à luta, e viram atendidas de modo razoável os interesses do Rio Grande do Sul.

A nobre terra gaúcha voltou ao seio da comunhão brasileira, administrada, respeitada e estimada por todos os patriotas, e o gaúcho soube desde logo apreciar e recompensar o carinho que fora tratado pelo duque de Caxias, o nobre representante do Brasil, que sustentou a luta, por parte do império, em sua última e decisiva fase, e bem compreendeu a elevação dos intuítos, e o patriotismo dos heroicos farroupilhas. Concluída a paz, o Rio Grande levantou Caxias em seus escudos, e mandou-o ao Rio de Janeiro, como seu representante no senado do Império. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Esse discurso aproximava muito a Revolução Farroupilha dos propósitos da almejada brasilidade do gaúcho para a década de 1930, mas também deixava evidente que os fatos eram narrados sob a ótica dos historiadores, uma vez que a leitura que estes faziam explicitava o conflito entre as partes deixando evidente os interesses dos farroupilhas em detrimento dos do povo rio-grandense. Podemos chamar a atenção para o fato de que levar Caxias ao poder poderia se mostrar muito mais como um brinquete militar do que como um pleito para estabelecer uma comunhão entre a “terra gaúcha” e o Império, da mesma forma que a volta do império poderia ser interpretada como o enterro da ideia de república – ao menos por parte dos sujeitos da Revolução Farroupilha. Talvez essa citação de Macedonia seja um cruzamento, em que poderia ser posto em cheque o republicanismo dos farroupilhas, mas, naquele momento, o congresso estava voltado mesmo para o “sentido brasileiro da Revolução Farroupilha”, e é nesses termos que a memória “ia” ao passado ressaltando, segundo Macedonia,

(...) o orgulho, porque nossos maiores, tudo fizeram, e tudo sacrificaram, para nos legar um Rio-Grande onde pudéssemos nascer e viver felizes, e onde pudéssemos um dia repousar tranquilos, no seio da gleba adorada.

Da satisfação, porque na herança do passado, nos aperfeiçoamos, e tornamos melhor, e mais estimada, durante o século que nos separa da aurora do 20 de

setembro de 1835, e estamos seguros de assim poder transmiti-la aos nossos filhos, que também, terão orgulho da obra realizada pela geração a que pertencemos. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Na sua narrativa, Macedonia procurava mostrar sinais de estabilidade política e social adquirida na sua geração com as lições dos antepassados, passando a sensação de tranquilidade e paz cem anos depois da Revolução Farroupilha, como se, naquele tempo (1930), vivessem numa perfeita comunhão o Rio Grande e a nação e seus partidos políticos, sempre tão divididos historicamente.⁴⁵ Assim, segundo o autor, a herança do passado seria passada de geração em geração confortando filhos e netos dos farrapos. O autor segue dizendo da vitalidade dos farrapos em serem os precursores de tal “*espírito*” de patriotismo que afluía nas gerações do presente:

*Meus senhores,
A gloriosa geração que, de 1835 a 1845, teve a energia e o patriotismo necessários para fazer com que:
Nos ângulos do continente,
O pavilhão tricolor,
Se dividisse sustentado,
Por liberdade e valor,
Merece o nosso profundo respeito e veneração.
Mas a geração contemporânea, que, orgulhosa de seus maiores, celebra nos dias que correm o centenário da epopeia farroupilha, essa também é digna continuadora dos homens da Revolução, ao mostrar ao Brasil a situação e o progresso moral, intelectual, artístico e industrial desta formosa terra do Rio Grande do Sul, onde vive, trabalha e prospera, satisfeito e feliz um povo cioso de suas liberdades, e amante do bom nome e da grandeza do Brasil, unido e forte, no concerto das nações americanas. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).*

Nessa parte da narrativa, Macedonia dava a entender, com todas as palavras, que a geração de 1930 era, sim, herdeira dos farrapos, continuadora de sua obra, mas leia-se aí a geração de intelectuais, militares e políticos que eram representados pelo IHGRGS, e também “a geração” de Flores da Cunha com a frase que ficou celebre pronunciada por Getúlio Vargas: “*o Rio Grande de pé pelo Brasil*”.⁴⁶ Reforço que essa era a visão de parte da elite

⁴⁵ Conforme Carlos Rangel, a estabilidade política tanto regional como nacional da década de 1930, que fez o “Rio Grande de pé pelo Brasil”, que moveu a elite gaúcha, mostravam interesses de se instalarem no poder federal. No caso do Rio Grande do Sul, o autor salienta que a cisão entre os partidos já apareceu, logo após a revolução com a chegada ao poder do Estado do Interventor Flores da Cunha. Mas também a situação de Flores da Cunha, então chefe do recém-criado PRL, e as constantes interferências do interventor gaúcho na elaboração da Constituição Federal, desagradava tanto paulistas como a FUG, e mesmo Getúlio Vargas, que, devido à intromissão de Flores no processo de elaboração da Constituição Federal, “sugeriu” a volta do interventor para o Rio Grande do Sul. Tais indícios sugerem que a unidade política era parte do discurso idealizado pelos intelectuais e políticos da elite que estava no poder no Estado no ano de 1935, e que a realidade política demonstrava a fragilidade dos relacionamentos políticos da elite rio-grandense. (RANGEL, 2007).

⁴⁶ No entanto, em setembro de 1935, nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, segundo Rangel, o que era um boato “ficou explícito” quando Getúlio Vargas e Flores da Cunha sentaram-se de costas um para o outro numa cerimônia realizada por ocasião da visita do presidente ao certame farroupilha. Sobre o acontecimento, “Flores revelou que Getúlio havia sugerido um golpe, para evitar as eleições que substituiriam os dois dos seus cargos. Getúlio reclamou das tentativas de sabotagem política que seu ex-amigo tentara fazer

organizadora do congresso que se associava aos festejos do governo estadual e municipal de Porto Alegre, que tinham o PRL à frente. Assim, o discurso mostrava um Rio Grande que “*dava continuidade aos ideais de 1835*”, em que seus idealizadores pretendiam salientar um crescimento amplo nos aspectos intelectuais, políticos e econômicos, numa espécie de crescimento ascendente no decorrer daqueles cem anos. E concluía Macedônia:

A grande exposição, inaugurada ali na Várzea, e nas mediações da Ponte da Azenha, cenário do primeiro embate dos farroupilhas contra os defensores do Brasil Imperial, em 19 de setembro de 1835, mostrará a todo o Brasil isso que afirmamos, sem receio de contestação.

E o congresso de História, agora instalado por iniciativa deste instituto, esse convencerá mais uma vez o Brasil, da superioridade e da nobreza dos intuitos dos farroupilhas, e do muito que eles fizeram no glorioso decênio pela grandeza do Rio Grande do Sul, e pela integridade do nosso amado Brasil. – Disse. (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Dr. Leonardo Macedônia, fez um fechamento sobre os propósitos da instalação do Congresso naquele ano de 1935. Esse órgão teria a missão de fazer o trabalho intelectual de resgate da memória da Revolução Farroupilha dentro da ótica de uma revolução que foi também, como em 1930, “*pelo Brasil*”. Também ficava clara a associação do Congresso com a Exposição Farroupilha. Tudo indica que se formava, nas palavras de Macedônia, uma amálgama entre a instituição intelectual e a política. Era a teoria do IHGRGS que estava sendo posta em prática na Exposição Farroupilha, idealizada pelos políticos.⁴⁷ Pode-se dizer também que este trabalho de pesquisa já está entrando no caminho para compreender como vai se dar a materialização da memória no bronze, ou seja, de perceber o processo de elaboração intelectual da memória farroupilha. Os documentos importantes da correspondência do comissário da Exposição Farroupilha podem trazer indícios importantes, mostrando que o monumento deriva do imaginário produzido por uma elite intelectual e política a partir das suas representações entre memória e história. Esse documento pode ajudar a responder a um

contra ele na questão eleitoral do Rio de Janeiro”. (RANGEL, 2007, p. 32). Portanto, pode-se compreender que as narrativas de Macedônia se encaixam dentro da perspectiva regional da elite no poder em estruturar um discurso de unidade política regional que mostrasse relações entre o passado e o presente ressaltando a unidade do gaúcho e seu sentimento nacional, que, na prática, pareciam tênues.

⁴⁷ Uma segunda Correspondência do Comissário Geral da Exposição já mostrava Walter Spalding como responsável de fato pelo Pavilhão Cultural da Exposição: “Esse pavilhão tem por fim não só exibir o que o Rio Grande tem produzido no terreno intelectual propriamente dito, mas também, e principalmente, demonstrar a sua cultura em geral e seu gosto artístico. Dividido em XIII seções, abrangerá o Pavilhão Cultural, que estará a cargo do Sr. Walter Spalding, todos os ramos do conhecimento humano, desde a história aos desportos, formando um conjunto grandemente educativo. Comissário Geral, Alberto Bins, Porto Alegre 16 de outubro de 1934” (Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha, 2.1.3.2.1.8 AHPAMV) Esses documentos podem trazer indícios importantes, mostrando que o monumento deriva desse imaginário produzido por uma elite intelectual e política a partir das suas representações entre memória e história.

dos questionamentos dessa dissertação que é justamente o de mostrar as ligações entre intelectuais e políticos num trabalho de memória que construiu um discurso que acabou por se materializar num monumento em praça pública. Há duas correspondências do Comissário Geral da Exposição Farroupilha dirigidas ao IHGRGS delegando a seus membros o trabalho de cuidar da história e da memória entrono do tema da Revolução Farroupilha para seu centenário.

2.2.2 Os Anais do Primeiro Congresso de História Sul Rio-Grandense do IHGRGS para a Comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha.

Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Dessa maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica. A instauração literária desse espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou. (CERTEAU, 2011, p. 110).

No ano de 1936, foram publicados os anais do Congresso de História do IHGRGS comemorativo ao centenário da Revolução Farroupilha. Esses anais eram compostos pelas teses apresentadas no congresso, as quais tinham por finalidade reescrever a história do Rio Grande do Sul, cujos idealizadores puderam ser compreendidos como representantes de uma história rio-grandense de matriz lusa.⁴⁸ Tal perspectiva procurava escrever uma história rio-grandense que vinculasse as origens do gaúcho e do Estado à história do Brasil.

Para a comemoração do 1º Centenário da Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, contribuiu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, organizando e realizando de 1 a 9 de outubro de 1935, um Congresso de História e Geografia, o primeiro reunido em terra rio-grandense. E os anais constituem, sem dúvida

⁴⁸ No regulamento do Congresso, encontra-se a forma como este foi organizado e vinculado às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha na cidade de Porto Alegre. “Art. 1º: Na cidade de Porto Alegre, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração ao Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, nos dias 20 a 28 de setembro de 1935, realizar-se-á um Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense.

Os trabalhos do Congresso obedecerão a este programa: Dia 20 de setembro, às 5 horas da tarde: Sessão preparatória, para a organização da lista dos congressistas e verificação da presença dos mesmos. Relação das teses e Memórias apresentadas, e distribuição pelas Comissões. Às 9 horas da noite, sessão solene de instalação, com o discurso de abertura do Congresso, pelo Exmo. Sr. Presidente efetivo. Dias 21, 22, 23 e 24 de setembro, sessões das Comissões, para o exame das Teses e Memórias, e redação dos pareceres. Dias 25 e 27 de setembro, às 8 horas da noite, sessões plenas, para a leitura e votação de pareceres, propostas e moções.

Dia 28 de setembro, às 8 horas da noite, sessão solene de encerramento do Congresso, constando do discurso do presidente efetivo e do relatório dos trabalhos pelo Secretário Perpétuo do Instituto, e efetivo do Congresso.

Art.9º: Excetuadas as sessões das Comissões, todas as outras serão públicas, e poderão ser assistidas pelas pessoas interessadas nos assuntos neles tratados, embora não tenham a qualidade de Congressistas.

Art. 10º: As discussões e discursos, as Teses e Memórias, as indicações e moções serão feitas e redigidas em língua nacional.

Art. 3º: O Instituto não aprova nem condena as opiniões emitidas em Teses e Memórias, cabendo a responsabilidade exclusivamente aos respectivos autores”. (ANAIS IHGRGS, 1936, p.08-11).

alguma, um novo monumento erguido pelo Instituto à glória dos nossos maiores os intrépidos farroupilhas, que, durante um decênio, foram abnegados e inexcedíveis nos serviços prestados à liberdade, ao Rio-Grande e ao Brasil. (ANAIS IHGRGS, 1936, p. 03-04).

Desse modo, qualquer perspectiva que pudesse aproximar o gaúcho rio-grandense do gaúcho platino era vista com desdém e ironia em 1935. Pretendia-se, como diziam os historiadores defensores de tais ideias, desmanchar a “*lenda*” do separatismo do gaúcho rio-grandense do restante da federação brasileira, que ocorreu durante a Revolução Farroupilha.⁴⁹ Ao que parece, havia a necessidade de se “limpar o terreno” para a reconstrução da memória farroupilha e de seus “*heróis*”. De outra forma, como dar sentido ao ato pretendido de comemorar? De acordo com Helenice Silva,

Comemorar significa, então reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal. (SILVA, 2002, p. 432).

Nesta parte da pesquisa, analiso os trabalhos dos historiadores que tinham uma relação de aversão com a chamada “*lenda do separatismo*” que rondava a história da Revolução Farroupilha. De acordo com tais historiadores, o Congresso era a oportunidade que estes tinham de “*cortar o umbigo da lenda*”. J. Egon Prates afirmava que os movimentos brasileiros, como o a Confederação do Equador, no ano de 1824, eram de inspiração republicana. Porém, segundo o historiador, foi somente em 1835, no Rio Grande do Sul, “*onze anos passados, surge, o movimento encabeçado por Bento Gonçalves da Silva*”. (PRATES, 1936, p.16-17), que conseguiu, pela constância e empenho, realizar a obra do republicanismo que fracassara no restante do Brasil durante a primeira metade do século XIX. Pensavam os historiadores que caberia a eles, no centenário da Revolução Farroupilha, pôr às claras as causas da revolução.

⁴⁹ Moacir Flores – escrevendo em 1978 – mostra uma versão separatista da Revolução Farroupilha, o que se pode compreender pelo sentido dado à história como uma construção do historiador relacionado ao seu presente, ou seja, a influência do meio e o questionamento do historiador às fontes e suas necessidades revelam as tendências da escrita de um fato nas diferentes conjunturas históricas. Sobre o separatismo da Revolução Farroupilha, afirma Flores: “Os rebeldes farroupilhas criaram de fato uma república soberana, com decretos normativos, bandeira, escudo de armas, e hino próprios, projetos de constituição, embaixadores diplomáticos em países vizinhos, exército de carreira e milícia, concedendo cidadania e tratando os brasileiros de outras províncias como estrangeiros. Seus jornais dão notícias do Rio de Janeiro, de São Paulo ou da Bahia como sendo do exterior. Bento Gonçalves da Silva, quando esteve em Paisandu, recebeu honras de presidente de Estado, o que provocou protesto do Império do Brasil perante Frutuoso Rivera. Os revolucionários elegeram e instalaram uma Assembleia Constituinte e Legislativa, que elaborou leis e discutiu artigos do projeto de Constituição, até que o governo republicano teve que se retirar de Alegrete, ameaçado pelas tropas imperiais”. (FLORES, 1978, p. 120).

Comemora o povo gaúcho, no corrente ano, o Centenário da Revolução dos farrapos. A iniciativa, que tomou o governo estadual, de fazer conhecer, por meio de publicações, ao resto do Brasil não só as causas e origens, como, também, a verdade histórica daquele movimento, é altamente patriótica e merecedora de francos e calorosos aplausos.

Seguindo o exemplo oficial, grande número de homens bem intencionados trabalha ativamente revolvendo arquivos, consultando documentos, decifrando manuscritos, no intuito são e honesto de cooperar para completa elucidação da Revolução Farroupilha, até hoje tão desfigurada, tão pouco conhecida pela massa que constitui o povo brasileiro. (PRATES, 1936, p.16-17).

Ao que parece, Prates tinha a intenção de mostrar que a maneira de desfazer a “*lenda do separatismo*” envolveria o trabalho dos historiadores que levariam ao conhecimento das massas a história farroupilha. Podemos intuir que, se essa história, naquele momento, não era conhecida, conseqüentemente, era ignorada pela população brasileira, podendo não fazer parte da memória coletiva. Tratava-se antes de, uma memória da elite, que reelaborava uma memória de acordo com os propósitos para aquela circunstância do centenário da revolução. Por isso de acordo com Prates:

Raríssimos são os que estão a par da história e da finalidade no aludido movimento. Tirantes estes, que se dedicam à pesquisa, ao estudo desapaixonado, o resto, a grande massa, ignora ainda essa página brilhante da história nacional, esse gesto máximo de brasilidade, aceitando o movimento de 1835 tal qual “El cuento” oficial de cem anos atrás.

Perdura, pois, no espírito do povo, o velhíssimo e claudicante truque do qual, em desespero de causa, lançou mão o governo de então, para afastar ou, mais acertado, para jogar contra os sul-rio-grandenses o resto do país: – a separação violenta, a desintegração da comunhão nacional com o auxílio estrangeiro e, finalmente, o repúdio aos demais brasileiros. (PRATES, 1936, p. 17).

Os historiadores justificavam o desconhecimento do que seria a história da Revolução Farroupilha por parte do povo acusando o governo imperial de criar, com o discurso do separatismo um afastamento do povo sulista em relação ao restante do país.⁵⁰ Naquele

⁵⁰ Nota-se a ideia, por parte dos intelectuais do IHGRGS, de atribuir ao governo imperial a ideia de disseminar a “lenda do separatismo”, mas não partiu do império a ideia de se proclamar uma república no Rio Grande. Do ponto de vista dos imperiais, poderiam, sim, os farroupilhas serem vistos como separatistas, já que a República Rio-Grandense havia sido proclamada. Para Moacir Flores, não restava dúvidas quanto ao separatismo dos farrapos: “A ideia de separação política está clara, nesta segunda fase do movimento, os republicanos desejavam separar o Rio Grande do Sul da comunhão brasileira, constituindo uma pequena república independente e soberana, pois essa forma de governo se coadunava com pequenas nações.

Os republicanos adotaram a constituição e leis do Império que fossem compatíveis com a forma republicana por uma questão prática: eles ainda não haviam tido tempo de elaborar sua própria constituição, que já estava prevista nas sessões das Câmaras de Jaguarão e de Piratini. O Brasil, quando se tornou independente de Portugal, também continuou se utilizando da legislação portuguesa, enquanto não a substituísse por suas leis próprias” . (FLORES, 1978, p. 127).

momento, estes pretendiam mostrar que a Revolução Farroupilha fazia parte da história nacional como um momento de brasilidade do povo sul-rio-grandense.

Hercúleo será o trabalho de propaganda para desfazer a lenda. E, se não houver muito esforço, muita constância, muita tenacidade, por parte do Rio Grande e de seus dirigentes, o nacional continuará, para o futuro, na mesma ignorância, preso ao umbigo da lenda,⁵¹ olhando sempre com desconfiança o sulista, uma vez que, pelos processos super técnicos, ultramodernos, etc., o estudo da “História do Brasil” – acompanha o mil réis na queda, foi mais vertiginoso e foi mais além – caiu completamente, desaparecendo dos estabelecimentos de ensino. E, em seu lugar, surgiu a “História da Civilização”, nas páginas do qual o Brasil, perdido, “deitado eternamente” aguarda impassível, no dolce far niente, que um outro “almirante” Pedro Álvares, também perdido, o venha descobrir por acaso”. (PRATES, 1936, p.17-18).

Ao que tudo indica, o autor demonstrava a preocupação em desfazer, e mesmo “cortar o umbigo da lenda” à qual estavam presos os brasileiros, visto que estes estavam alheios às “verdades” históricas porque o próprio sistema de ensino brasileiro não tratava a questão como deveria, segundo o ponto de vista do IHGRGS. Nesse sentido, a ideia do autor é contradizer a ideia separatista a partir dos documentos, que eram “provas cabais” dos acontecimentos. Pensavam os historiadores do IHGRGS, estarem tirando da ignorância as massas desavisadas das supostas “verdades” sobre a Revolução Farroupilha, o rio-grandense e também sobre o perfil de seu líder Bento Gonçalves.

Seus habitantes, desde crianças, embalados pelos contos heroicos dos antepassados, cresceram com o caráter formado na rija tempera do ancestral: briosos, cavalheirescos, tendo uma noção muitíssimo alevantada da honra e da generosidade. Era, pois, de esperar, mais dia, menos dia, que se tornasse em realidade, que se concretizasse o que de há muito se preparava: o levante de 20 de setembro de 1835, chefiado pelo varonil Bento Gonçalves da Silva. (PRATES, 1936, p.19).

Prates citou uma carta de Bento Gonçalves escrita para o chefe legalista Mena Barreto falando dos propósitos da revolução, que, segundo as “afirmativas oficiais, foram contraditadas pelo próprio Bento Gonçalves, em carta dirigida ao General Mena Barreto, Chefe legalista”. (PRATES, 1936, p.19). Podemos analisar o movimento do historiador em relação à memória sobre Bento Gonçalves e procurar desvendar quais seriam seus princípios, de acordo com o historiador, que cita o chefe farrapo:

A questão é de princípios, e não de interesses. Fez-se a revolução para garantir os direitos e liberdades do Rio-Grande, conspurcados pelo Império, depois de 7 de abril”, e, mais adiante, frisa a posição vexatória do brasileiro, colocado num plano

⁵¹ Grifo meu.

inferior, sem liberdade, sem direitos de espécie alguma: “uma opressão acintosa pesava sobre o Rio-Grande; a influência lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de abril, dominou por toda a parte. Empunhamos as armas para resistir à opressão. (GONÇALVES, apud. PRATES, 1936, p. 19).

O historiador pretendia mostrar o caráter antisseparatista de Bento Gonçalves e mesmo afirmar os princípios que haviam moldado a figura de “herói”, despido de interesses próprios preocupado com as humilhações a que rio-grandenses e brasileiros eram sujeitados pelo governo imperial. A história deveria mostrar uma luta, desencadeada em defesa do Brasil contra a opressão do sistema imperial. E prossegue Prates:

*Um ano depois, em 1837, Alegrete, no outro extremo do Rio-Grande, pela sua Câmara, repetia ao país o objetivo dos revolucionários.
(...) a província do Rio-Grande deve constituir-se em Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Rio-Grandense, podendo ligar-se por laços de federação às províncias do Brasil que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma forma de governo, querendo elas esta união.
Não procedem, ainda, as insinuações do governo, imputando ao gaúcho leal e patriota, o crime da alta traição, de lesa-pátria, quando aponta como agenciador de elemento estrangeiro, numa aliança maquiavélica com o inimigo de ontem, que combateu em defesa da integridade nacional, a fim de, auxiliado por ele, levar adiante seus propósitos. (GONÇALVES, apud. PRATES, p. 20).*

No entanto, supunha-se, que, pelo discurso, criava-se um estado livre, portanto separado, que não condizia com a ideia de uma revolução que tinha por bandeira a unidade federativa. Separatismo ou não, era uma questão de ponto de vista, pois Bento Gonçalves, na citação, afirmava a separação do Rio Grande do Sul, formando um Estado livre que poderia se ligar ou não por laços de federação a alguma província que, por acaso, viesse a se separar do Império do Brasil. Podemos entender a citação de Bento Gonçalves como uma hipótese e sabe-se que a posteriormente – inclusive no ano do centenário da Revolução Farroupilha – as outras províncias não se desligaram do Império do Brasil, não formaram uma federação republicana. No entanto, segundo o trabalho da Maria Medianeira Padoin, nem toda elite farroupilha possuía:

*(...) os mesmos ideais políticos, especialmente no que tange à formação de um estado republicano, separado e independente do Brasil. Nesse sentido, teremos, especialmente a partir da Assembleia Constituinte de 1842, a divisão clara em dois grupos ou facções: a maioria e a minoria.
Portanto, quando falamos em projeto político federalista da elite farroupilha estamos nos referindo ao projeto político defendido pelo grupo da maioria, representado nas figuras de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida, que permaneceram no comando da Revolução e da República Rio-Grandense até meados de 1843. (PADOIN, 2001, p. 78).*

Pela ótica de Padoin, entende-se que a elite farroupilha dividia-se quando o assunto era federalismo, porém Prates utilizou a correspondência de Bento Gonçalves como documento na tentativa de desfazer o “*mal entendido*” do separatismo que “*rondava*” a sociedade rio-grandense e brasileira, defendendo a ideia de que a farroupilha foi uma luta pela unidade federativa vinculada à república.⁵² A mesa do Congresso, composta por Afonso Guerreiro Lima, F. R. Simch e Jorge Bahlis, avaliou o trabalho como perfeito para apresentação em um congresso de história nacional pelo teor de nacionalidade que nele atingiu a Revolução Farroupilha.

Parecer:

Funda o autor essa sua hipótese da evolução do sentimento nacionalista, no desenvolvimento das ideias republicanas e nos movimentos a que deram origem o maior dos quais considera a Revolução dos Farrapos, sustentando que está longe de ser um movimento separatista, era animada pelo elevado ideal de estabelecer no país a forma republicana federativa.

Parece, à primeira vista, que o assunto da tese em apreço mais perfeitamente se enquadraria em um congresso de história brasileira do que em o nosso – taxativamente de História e Geografia Rio-Grandense.

Mas, atendendo a que tem sido empenho máximo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul restabelecer os verdadeiros ideais que animaram os revolucionários de 35, apagando de uma vez para sempre a falsa ideia de um simples movimento local tendente ao desmembramento do Brasil, – parece à comissão que, pelo simples fato de concluir a tese pelo reconhecimento daqueles ideais – deve ser aceita pelo nosso congresso.

Sala das Sessões das comissões, em 4 de outubro de 1935. (LIMA, apud PRATES 1936, p.26).

No parecer da tese de Prates, a mesa aceitou a tese do historiador, salientando também o aspecto que esta atendia. Ficaram claros na declaração de Guerreiro Lima os propósitos do trabalho do IHGRGS de construir a “*verdade*” histórica sobre a Revolução Farroupilha baseada no patriotismo dos farrapos. Outro autor que, dentro dos trabalhos do Congresso do IHGRGS no ano de 1935, sustentou a ideia de desfazer a “*lenda do separatismo*” foi Luiz Fernando Osório, na tese: “*A Ação e os Propósitos Orgânicos dos Farrapos*”, para o Congresso de História, em que o autor dizia:

⁵² Souza Docca, em sua tese – já citada – “O sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha”, saiu em defesa da brasilidade dos farroupilhas. Afirmando num tom romântico: “Eles amaram, amaram muito ao Rio Grande, mas nunca esqueceram o Brasil, que souberam, sempre, colocar acima de todas as competições.

Eram idólatras do fogão gaúcho, mas sempre comungaram, com lealdade, na ara sagrada da Pátria.

Na defesa desta, por nenhum dos filhos das outras províncias foram excedidos. Os mais bravos, os mais dedicados, precisaram subir muito alto, em afeições e serviços ao Brasil para com eles ombrearem.

A história não se funda em juízos temerários e, por isso, não averbará como justo, como verdadeiro, o que disse Saturnino de Souza e Oliveira, nem aceitará o pretendido fingimento para a paz em 1845”. (DOCCA, 1935, p. 100). Suponha-se, porém, que Docca transpareceu no seu discurso, na tentativa de exaltar a brasilidade do gaúcho, “o sentido do regionalismo rio-grandense”, falando que o gaúcho, na defesa da pátria, era mais brasileiro que os demais.

Será elevado em Praça Pública do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves, e de seus gloriosos companheiros da cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, si antes a iniciativa particular não houver satisfeito esse patriótico tributo. (Artigo 8 da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, indicação do deputado Fernando Osório, pai). (OSÓRIO, 1936, p. 45).

Com a citação acima, iniciava a tese apresentada por Fernando Osório, procurando fazer alusão à proposta que teria partido de seu pai para a produção de um monumento que comemorasse a memória da Revolução Farroupilha tendo como expoente o general Bento Gonçalves. Tal ideia que ia ao encontro dos propósitos daquele congresso de trabalhar a memória dos farroupilhas salientando a “*heroicidade*” de Bento Gonçalves. A tese demonstrou a intenção de seguir na mesma linha de estudos na tentativa de “*esclarecer o mal-entendido*” – era como alguns historiadores tratavam a versão separatista da farroupilha⁵³ – sobre a história da Revolução Farroupilha que, durante bom tempo, se “*contou*” à população brasileira. O autor menciona um artigo de Júlio de Castilhos, em que este dizia:

(...). Júlio de Castilhos, em artigo (...) “A Federação”, de 29 de setembro de 1889, denunciou a obra dos fabricantes de narrativas cortesãs e de crônicas palacianas que empreenderam nas suas memórias inspiradas pela cortesia áulica, a falsificação calculada da história do nosso passado revolucionário, deprimindo os heróis e o sentido imaculado da revolução rio-grandense, descrita como uma estrepitosa expansão de caudilhagem turbulenta e viciosa. (OSÓRIO, 1936, p. 47).

Referindo-se à “*caudilhagem*”, Osório faz um comparativo importante sobre a formação étnica da população rio-grandenses, em relação à população do Prata em 1833, procurando justificar como antisseparatista a Revolução Farroupilha. O autor parte do ponto de vista de Darwin, que assinalava que o acampamento de Rosas era composto quase totalmente de pessoas de origem negra e índia. Porém, para o mesmo período, o autor, em sua narrativa, conta que, do “*lado de cá*” da fronteira, o rio-grandense era o expoente da raça latina. A origem do gaúcho brasileiro era “*representada pelo português, com o privilégio de ter sido o Rio Grande colonizado pelos casais açorianos – que trouxeram as qualidades e feições puras de sua estirpe engrandecidas no devassamento do oceano e conquista das terras longínquas*”. (OSÓRIO, 1936, p. 53). É nesse viés que se formaram, por mão dos historiadores, os elementos étnicos do gaúcho rio-grandense que o diferenciavam do gaúcho

⁵³ Como o já citado Souza Docca, em “O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha”, 1935, argumentava que sua obra tinha o propósito de desfazer o mal-entendido, quanto à tese do separatismo dos farroupilhas, defendida pelo historiador Alfredo Varela.

do Prata.⁵⁴ E seguia o autor fazendo apontamentos sobre os propósitos federativos da Revolução Farroupilha:

A visão de conjunto é a condição filosófica da Sociologia. E para dar a sentir a jornada de 35, permanecendo fiéis à lógica dos acontecimentos que determinaram e condicionaram tão soberbo empenho regenerativo, na América de origem lusa, o que mais importa realçar – retumbante a fama da falange Farrapa, – é o sentido sociológico, o seu timbre oriental, na vera história democrática do Novo-Mundo; são os seus traços culturais, para que todos os bons brasileiros conscientemente, possam bendizer e exaltar, no estrelário da glória nacional, os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, os supremos objetivos, as diretrizes efetivas, a que se voltaram, com inteireza moral, pelas armas e pelo coração, subordinando a espada à inteligência – os evidentes paladinos de Piratini, Gigantes maltrapilhos, descendentes de Troia, que, das coxilhas visionárias, para não serem escravos de sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da Pátria. (OSÓRIO, 1936, p.45-46).

Para o historiador, foi nesse “*luso americano*” que se criou o feitio do gaúcho que se consolidou na Revolução Farroupilha e também de seus líderes, “*dignos dos contos homéricos*”. Criava-se, assim, um imaginário de gaúcho, vinculado à ideia de afirmar que os propósitos dos farroupilhas eram federativos, mas federalismo no século XIX, poderia não significar sinônimo de república. De acordo com Padoin:

A ideia de federação, no século XIX, não estava exclusivamente ligada à ideia de república, pois existiram facções que defenderam propostas federalistas vinculadas à monarquia constitucional, como se observou da Assembleia Constituinte brasileira de 1823, dissolvida por D. Pedro I e que, em carta Outorgada em 1824, privilegiou a adoção de um regime centralizado. (PADOIN, 2001, p. 92).

Portanto, o uso da ideia de federalismo pelos historiadores do IHGRGS foi ligado à ideia de república para, assim, melhor atender aos propósitos daquele trabalho de memória na época estreitando os vínculos entre os diferentes tempos e “seus homens”. Assim, também, era Bento Gonçalves representado pela e para a geração de 1935, como exemplo de “*brio*” e “*pundonor*”, homens que tinham verdadeiro apreço no empenho da palavra, além de um profundo respeito pelas virtudes morais. Ainda sobre a honestidade dos farrapos, o autor dizia que

Foi limpa a honestidade dos homens de 35 cujos principais chefes entraram para a revolução abastados e saíram paupérrimos. Bento Gonçalves e João Antônio “morreram na miséria, cercados de respeito e de bênçãos”! Neto e Canabarro foram mais tarde ricos, porém, – a custa do seu trabalho. O primo chefe do novel

⁵⁴ Reitero que foram elementos construídos pelos historiadores com o aval dos políticos e que, no entanto tal ponto de vista pertencia a uma elite que tinha à frente o PRL na organização do centenário Farroupilha em Porto Alegre.

Estado, Vasconcelos Jardim, evangélica figura, outrora abastado proprietário, acabou quase reduzido à penúria, e, por seu devotamento à causa, lhe decretou o governo uma mesada de 30 mil réis. (OSÓRIO 1936, p. 54).

No texto fica evidente o trabalho de memória idealizado por esses historiadores, determinando: um gaúcho o que seria um modelo de gaúcho idôneo aos olhos dos brasileiros: um gaúcho que pertence à nação. Na citação acima, Bento Gonçalves aparece representado como “mártir”, pelo fato de ter abdicado de sua riqueza, em nome da causa do “povo” rio-grandense. Bento Gonçalves era idealizado como republicano representado como precursor das gerações de 1935. Osório cita no seu trabalho uma proclamação de Bento Gonçalves, numa analogia, ao que deveriam ser os predicados do gaúcho brasileiro para aqueles congressistas do IHGRGS.

A moral é a base da felicidade pública e privada, e a nós que temos por norte estes objetos sagrados, cumpre o dever de sustentá-la. Virtuosos patricios que, mal favorecidos dos bens de fortuna em serviço da Pátria sofreis toda classe de privações com uma resistência digna de admiração, recebeis os encômios devidos à vossa honrosa pobreza. Constância, valor e moralidade, e salva será a Pátria; cobertos então de bênçãos volveis a vossas famílias, e saberei inspirar-lhes o amor da virtude... (proclamação de 24 de março de 1836, Campo em marcha no Passo-do-Barreto). (GONÇALVES, apud OSÓRIO, 1936, P. 54-55).

Bento Gonçalves é representado por Osório como homem portador de um incrível espírito de renúncia e sacrifício. Era o general que seguia à frente de seus comandados para o campo de luta, ao encontro do inimigo. De acordo com o autor suas tropas, praticamente nuas, nunca pensaram em deserção, mesmo quando precisaram comer couro molhado e raízes de árvores, andando a pé e fracos, completamente em farrapos. (OSÓRIO, 1936). A narrativa visava à representação dessa memória da “epopeia” farroupilha e de seus vultos, como feitos dignos de comemorar-se pelas gerações afora, até mesmo considerando-os como os “eleitos”.

O mais interessante, o mais empolgante e instrutivo, por sua imponência e grandeza, o mais completo dos movimentos cívicos operados no Brasil, em exemplos de estoicismos e largueza de descortino em favor da democracia, foi o que impeliu a ação regenerativa daqueles homéridas do Rio-Grande, – terra cheia de vitalidade, “estremecida de civismo ardente”. Eles primorosamente, definiram, gravaram, em tábuas de bronze, a compreensão que tinham do sistema republicano e que se universalizou na “Jerusalém dos eleitos”, como o mais puro e alto “tabernáculo” de liberalismo, província cujas fronteiras José do Patrocínio dizia serem os alicerces da liberdade. (...) (OSÓRIO, 1936, p. 76).

O discurso mostra o Rio Grande como a “Jerusalém dos eleitos”, então, entendam-se os farroupilhas como povo eleito, num forte tom de ufanismo, que assumia o discurso historiográfico dos anos 1930. O gaúcho, como eleito, já estava supostamente um patamar

acima de seus irmãos brasileiros. Subjacente a isso, intui-se que está o regionalismo, que marca a diferenciação desse gaúcho por “opção”⁵⁵. No parecer da tese de Fernando Osório, apreciada por Manuel Duarte, Gaston Hasslocher Mazerom e Adroaldo Mesquita da Costa, ficava evidente a maneira como esses historiadores se viam diante da história da Revolução Farroupilha. Eles se percebiam como portadores de uma missão, uma espécie de “*destino manifesto*” da história feita por eles. Segundo os intelectuais participantes do congresso, o próprio Bento Gonçalves havia “*profetizado*” sobre a vinda dos homens que “*cortariam o umbigo da lenda*” do separatismo farrapo.

E o próprio Bento Gonçalves, o campeador máximo e a figura central da epopeia nacionalista de 35, apelaria para a justiça da longínqua posteridade, quando exclamara profeticamente: – ‘Ah! Nem eu nem os rio-grandenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. Tempo virá, talvez, em que por fatos possa convencer-vos desta verdade. (OSÓRIO, 1936, p. 76).

No trabalho de Osório, Bento Gonçalves é mencionado como o “*campeador máximo*”: é nesse sentido que é feito o trabalho de memória que precede a materialização desta memória no bronze. Sua tese é vista por seus pares como uma das mais “*belas*” obras de contribuição para o “*exercício*” de abraçar o gaúcho. Mas, afinal de contas, para aqueles historiadores, não restava dúvida quanto à brasilidade do gaúcho, já que tal obra trazia para os seus contemporâneos os feitos dos farrapos mostrando estes como predestinados. Tentava-se, como já foi visto, de tentar reforçar os laços de identidade entre o presente e o passado.

Destacava Osório que não podia deixar de ser a epopeia dos farrapos o reflexo dos dotes da alma de todos os ‘íclitos guerrilheiros do Pampa’, isto é, da ‘alma brasileira’ dos rio-grandenses, de modo que o movimento não perdesse nunca o seu caráter eminentemente nacional, apoiando-se em elementos e em política essencialmente brasileiros. (ALVES, F, 2004, p. 105).

No parecer de sua tese, os relatores sintetizavam o “*sentido do ser gaúcho*”, trabalhando os elementos para a formação deste sujeito social que se idealizava para aqueles dias de rememoração do passado farroupilha. Reiteravam o que seriam os propósitos dos farrapos:

Revela-lhes o alto sentido de disciplina social, o instintivo respeito da justiça, o nobre anseio de inviolável honestidade administrativa: “acima dos delegados do poder, está a própria Nação que o criou”. Salienta-lhes o desvelo crescente pela

⁵⁵ Os próprios intelectuais do IHGRGS, durante as teses do Congresso de História em 1935, vão afirmar a escolha do gaúcho em ser brasileiro opondo-se os seus vizinhos platinos.

instrução do “povo, cuja dignidade é preciso que seja realçada consciente ao fim de seus direitos e deveres.” Encarece-lhes o vaticínio do voto livre e a descoberto; a batalha pela redenção dos escravos; pela absoluta inteireza moral; pelo espírito de renúncia e sacrifício que esmaltavam a couraça de ânimo perene dos Farrapos. Evidencia-lhes a convicta confiança no credo republicano-federativo, na unidade moral da Pátria, sob cristalinas bases amplamente vinculadas à genuína brasilidade. (OSÓRIO, 1936, p.81).

No discurso de Osório, é possível analisar o que supostamente seria a escrita do historiador influenciada pela realidade deste. Muitos apontamentos, como voto livre, nação, instrução do povo e república federativa, eram pautas apreciadas e defendidas por Flores da Cunha em 1935. Esses elementos teriam contribuído mais tarde para o rompimento de Flores da Cunha com Getúlio Vargas.⁵⁶ Esse indício também colabora para o entendimento do uso da memória na legitimação do presente. E por isso, para aqueles historiadores, por assim dizer tradicionais, que se debruçavam no documento oficial, o trabalho de Osório constituiu-se como uma história com um fim em si, baseada na documentação que falava por si mesmo. Era “*um trabalho seu, conclusivo, de que o magnífico ensaio é índice fundamental à promissora construção definitiva*”. (OSÓRIO, 1936, p. 81). Também se referiam à importância de erguer uma estátua como lugar de memória para as gerações futuras.

Dia virá em que se há de dar fiel cumprimento ao artigo da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho que há 44 anos por indicação do Deputado Fernando Osório (pai), mandava erigir sobre o solo gaúcho um majestoso Monumento que fosse consagrado aos heróis dessa imortal Cruzada, e, então, “como em face de um altar sagrado, diante desse monumento, irão ajoelhar-se: – o patriota sincero e respeitoso, o republicano convicto – os descendentes dos Farrapos que legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela, e irão também descobrir-se, instigados por justo acatamento, os filhos dos legalistas, que tiveram a fortuna de ouvir seus pais falarem com reverência das grandiosas façanhas daqueles que dormem o perpétuo sono da glória no solo em que batalharam corajosamente.

Restaurar a essência nacionalista dos pensadores edificadamente cívicos dessa geração de predestinados gaúchos, – eis a missão grandiloqua da inteligência contemporânea. Inicia-o, sob os melhores auspícios, o espírito brilhante e arguto de Fernando Luiz Osório, cuja tese merece os mais justos louvores e aplausos irrestritos do primeiro Congresso de História Rio-Grandense, que aprova o apelo à ereção da estátua Farrapa. (OSÓRIO, 1936, p.79-80).

O IHGRGS apoiou publicamente a criação de um monumento a Bento Gonçalves. Assim, percebe-se uma ligação entre uma memória iniciada ainda em um processo teórico, que apelava para a materialização dessa memória dentro da ótica que ficava evidente de definir a história como acabada. O monumento deveria servir de lugar de memória, lugar de “*culto às tradições*”, onde as gerações buscariam uma identificação com a história a partir do

⁵⁶ Esse assunto será analisado no decorrer do trabalho.

ato de comemorar. O monumento seria uma síntese daquelas comemorações. Penso que aí reside a importância da produção do monumento que se constituiu como lugar de memória cumprindo uma função pedagógica de “*ensinar a amar a terra natal*”. Na citação de Osório este falara do dia em que iriam fazer um monumento à “glória” dos farrapos, lembrando que sua tese havia sido apresentada em outubro de 1935, e que somente em janeiro de 1936, é que fora inaugurado o monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre. O monumento, que representa Bento Gonçalves, também foi composto de relevos que trazem representações de Gomes Jardim, Antonio de Souza Neto e Onofre Pires, o que nos permite, assim, fazer essa relação com a narrativa dos historiadores e de conhecer sua opinião sobre a necessidade de materializar no bronze a memória farroupilha. Quero chamar a atenção aqui que os intelectuais do HIGRGS não fizeram referência ao monumento túmulo de Bento Gonçalves em Rio Grande, inaugurado no início do século XX, supondo-se, pela narrativa de Osório, que este fazia referência à construção do monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre, talvez como forma de tornar mais significativo o acontecimento do centenário da Revolução Farroupilha. Porém um monumento à “glória dos farrapos”, como queriam os intelectuais da época, já se tinha em Rio-Grande. Juarez Fuão (2009), na sua tese de doutorado “A Construção da Memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas”, pesquisou sobre a construção do monumento túmulo de Bento Gonçalves para a cidade de Rio-Grande. Tratava-se de um monumento carregado de significados por ser o monumento que contém os restos mortais de Bento Gonçalves. Coincidentemente as duas cidades que ergueram um monumento em homenagem a Bento Gonçalves foram as cidades que haviam resistido ao assédio farroupilha. De qualquer forma, os intelectuais do HIGRGS pensavam eles estarem cumprindo o “tributo” e a “missão” da geração de 1935, que, pretensamente, visava perpetuar a memória da Revolução Farroupilha e de seus “heróis” sob a ótica nacionalista.

Sublime ideologista da nacionalidade federativa, sob o império da Lei da Justiça, Liberdade e Democracia. Tais, as ideias nucleais na intuição divinatória dos vultos solares da homeriada farroupilha, cujos destinos se truncariam à resistência implacável do aulicicismo epicurista... E eram “destinos que se anunciavam em glórias” vitórias à integral grandeza da Pátria, que deveria ter nascido em 17; que deveria redimir-se em 35, imune dos pecaminosos aleijões estrangeiros, de 22, que a deprimem e profanam ainda... Porque há, entre Farrapos e Pernambucanos, de idade heroica, o nexo virtual, exaltado de civismo redentor e igualmente consumido à adversidade lorpa do postigo imperialismo... Sala das Comissões do Primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense, 5 de outubro de 1935. (OSÓRIO, 1936, p.80).

A justificativa encontrada pelo historiador para a defesa da suposta brasilidade do gaúcho, alicerçada na epopeia dos farroupilhas de Bento Gonçalves, apareceu no discurso

apontando o que seriam “*surtos*” de brasilidade ocorridos em 1817 e 1835. Esses acontecimentos constituíam os embriões da República Brasileira, que foi ofuscada pela independência feita por estrangeiros em 1822. Parecia, assim, que em 1822, teria ocorrido uma cisão entre os ideais de um Brasil republicano que estava sendo retomado em 1930. João Maia, outro historiador ligado ao IHGRGS, também contribuiu com outra tese que atendia com às expectativas daqueles historiadores sobre o “*elucidar*” dos acontecimentos e os propósitos dos farrapos, sobretudo de seu líder Bento Gonçalves. Maia, em seu trabalho, deu importante contribuição para o Congresso na elaboração da representação do chefe farroupilha Bento Gonçalves como “*herói*”.

A ideia de federação, que vinha trabalhando o espírito público desde muito, tornou-se, nesse momento, o móvel decisivo para as aspirações rio-grandenses. Bento Gonçalves da Silva foi escolhido para chefe do importante movimento. Patriota inextinguível, guerreiro famoso, experimentado cerca de trinta anos de campanhas sucessivas, cidadão venerado como nenhum outro em toda extensão da província, pela austeridade de suas virtudes e pelo notável vigor do seu civismo, a ele cabia, realmente, empunhar a espada de general em chefe que deveria guiar o Rio Grande do Sul em uma jornada tão magna e tão solene. (MAIA, 1936, p. 76).

Maia sintetizou as características atribuídas pelos historiadores ligados ao IHGRGS ao general Bento Gonçalves. Assim, cabe notar que esse pensamento ia tomando forma como memória também dentro das instituições políticas. O deputado estadual Coelho de Sousa, em discurso na Assembleia Legislativa do Estado, a 20 de setembro de 1935, fez a defesa dos ideais dos farrapos, exaltando a memória “*heroica*” de seus principais vultos; então, remetendo também a Bento Gonçalves da Silva, dizia que

*Nas horas de exaltação e de emoção desbordante, como esta, a história não se conta, canta-se.
Neste recinto, que uma centúria de atividades parlamentares torna sagrado, devam cair, agora, estâncias de ouro, que evocassem o encanto da terra rio-grandense: as origens heroicas da sua gente; a bravura, a pureza e o espírito de sacrifício de seus lidadores; a beleza épica de seus feitos.
Devemos, agora, legitimar as atitudes do passado, o júbilo do presente e os compromissos do futuro. Devemos mostrar, nos contornos definidos, o ideal que animou e impulsionou por uma década aquela estirpe de heróis – para a sua maior glória, para a nossa própria justificativa; para que o Brasil, de uma vez por todas, faça justiça a nossa conduta, no pretérito e no tempo presente. (SOUZA, 1972, p. 13-14).*

Na narrativa de Coelho de Souza, este convida a Assembleia a fazer justiça à memória dos farroupilhas, justificando as ações do momento e convidando o Brasil a reparar a

“injustiça” que se disseminara pela desconfiança do separatismo dos farrapos.⁵⁷ Fazer justiça significava para Coelho de Souza, que o Rio Grande tinha que ser reconhecido pela nação tanto no passado como naquele momento, reavivando seus “heróis”. De acordo com Maia, a Revolução foi um conflito orgânico que fazia parte da história do Brasil dentro do regime imperial, porém podemos analisar, por meio de seu discurso, que, naqueles dez anos de lutas, teria ocorrido uma cisão entre a República Rio-Grandense e o Império do Brasil. Conforme o historiador:

Proclamada a República Rio-Grandense, ela lutou durante um decênio com o império em peso, sem dar mostra de desânimo. O governo Imperial havia feito concentrar aqui, para combatê-la, todos os recursos bélicos de que podia dispor, na ocasião. Colocou à frente de seus exércitos os mais experientes cabos de guerra. Tudo era baldado: não se rendiam os valentes, aliás, farrapos, no dizer escarinho do imperialismo orgulhoso. Só mesmo um móvel transcendente levaria a República Rio-Grandense a render-se – e esse mesmo que a gerou: o patriotismo. (MAIA, 1936, p. 77).

Tal discurso pode ser interpretado no sentido de mostrar que não havia, por parte dos farroupilhas, a intenção de se entregarem, algo que somente ocorreu devido à ameaça externa, que se configurava como mais perigosa que a que representava o próprio Império do Brasil. Isso segundo o autor havia gerado o patriotismo por parte dos farroupilhas. Sobre a ideia de patriotismo Pinto Soares em tese também apresentada para o congresso reafirma a posição de Maia sobre a ideia do “patriotismo” dos farroupilhas.

Por patriotismo o Rio Grande do Sul uniu-se como um só homem em 1845, para firmar a paz com o Duque de Caxias, ante a ameaça externa: a projetada invasão da Argentina com o fim de libertar aquele povo amigo da tirania de Rosas, o que efetivamente veio a se realizar em 1851 e para cuja campanha Caxias organizou um exército de 20.200 homens, dos quais quinze mil eram rio-grandenses. (...) para as campanhas externas, posteriores da paz de 1845, marcharam todos os revolucionários – generais e soldados vivos e validos da revolução de 35 – irmanados, assim, na defesa da Pátria comum, com os adversários da véspera; porque o que eles almejavam, sinceramente, com o prélio sangrento de 1835-45, era nunca absolutamente fazer da província um país definitivamente fora da comunhão brasileira (...) sim, fazer do Brasil uma República sob a forma federativa, e não uma sucursal, como estava, do apodrecido trono da casa de Bragança. (SOARES, 1936, p. 234-235).

⁵⁷ Coelho de Souza também fez uma crítica aos historiadores “superficiais” fora do Rio Grande, e dentro do Estado, dizendo que estes refletiam a tendência positivista de fragmentação da nação, que acabaram apresentando a Revolução Farroupilha como uma revolução com ideais separatistas na sua gênese e nas suas finalidades. Destacava porém, que o trabalho desenvolvido por uma corrente composta por historiadores “honestos” mostraria agora a Revolução Farroupilha nas suas “verdadeiras” características, sendo esta um fenômeno brasileiro para a evolução e progresso, salientando o federalismo farroupilha: “Esse federalismo tem a sua origem em um fenômeno, que, antes de ser brasileiro, é americano, do norte ao sul (...)”. (SOUZA, 1972, p. 17).

Insistia também Soares na ideia da construção de uma república federativa formada a partir da pátria comum que se levantou contra o inimigo comum, no que pode ser analisado como importante manobra de interesses. Segundo Spalding, o que os farrapos não haviam conquistado pelas armas conseguiram com “*o tino político do grande Caxias, apontando o patriotismo dos farroupilhas à ameaça estrangeira à integridade do Brasil*”. (SPALDING, 1982, p. 05-06). Portanto, percebe-se que os historiadores da ocasião do centenário da Revolução Farroupilha procuravam ver indícios de “*brasilidade federativa*” em todos os lances do fato na tentativa de negar a ideia de separatismo dos farroupilhas. Mas, segundo Spalding, esse federalismo esbarrava em interesse de grupo, pois

A base social foi estreita: em princípio, o federalismo deveria interessar à província, mas tal não ocorria na prática. Os senhores o manipularam em nome de interesses pessoais e sabiam que, caso o tivessem obtido, seria para seu benefício, já que outras classes não possuíam força para reivindicar o que ele oferecia em termos de possibilidade para a sociedade. De qualquer modo, torna-se claro que, naquele contexto, era inviável outra forma de articulação entre o discurso federalista e a sua aplicação real. (SPALDING, 1982, p. 17).

Nota-se que Spalding justifica as medidas tomadas pela elite como se esta fosse a única capaz de organizar o país sobre uma federação republicana. A história, dessa forma, ia cooperando na elaboração da memória sob o ponto de vista dos historiadores do IHGRGS, atendendo também aos políticos daquele momento,⁵⁸ já que a política, em 1935, estava nas mãos da elite rural do sul, que se dizia herdeira dos farrapos. Sobre a construção da história através das memórias da Revolução Farroupilha, Soares afirmava:

Essa recordação passada, à época contemporânea, somente pode ser haurida pelas gerações que se sucedem, nos autênticos documentos, testemunhos vivos de um passado distante, incorporados que devem ser, criteriosamente, às eternas páginas do imenso livro da história. (SOARES, 1936, p. 239).

De acordo com Soares os documentos davam prova viva dos propósitos federativos dos farrapos, que, como está sendo exposto aqui, eram enfatizados pelos historiadores do Congresso. Para Manuel Duarte, na sua tese apresentada no Congresso, não havia possibilidade de cisão entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, pois, mesmo nos tempos de Brasil

⁵⁸ Sobre o parecer da tese de Soares, os representantes da mesa concluíam que “Depois de havermos lido com a atenção e o carinho que sempre nos deserta quando diz respeito à formação, às glórias e à tradição de nosso querido Rio-Grande, a tese apresentada pelo digno oficial de nosso exército (...) Pinto Soares, somos de opinião que o mesmo tratou-a e defendeu-a brilhantemente.

Há, de fato, nesse trabalho, tão farta cópia de documentação corroboradora das afirmativas nele contidas que este ficara como um capítulo de verdades históricas a quantos, nesse particular, quizerem saber do Rio-Grande. (SOUZA, 1936, p. 241).

colônia, o rio-grandense não era português, mas sim já era brasileiro. (DUARTE. Manuel 1936). Conforme o autor, pensar a Revolução Farroupilha sob o aspecto do separatismo seria ir contra os ideais

(...) da epopeia decenal, inspirada na flâmula santa da Federação Brasileira, desferida na alvorada do 20 de setembro. Seria, por igual, o derradeiro grande esforço de genuína brasilidade, para arrancar a pátria ao mórbido centralismo das lusas garras da trôpega mentalidade bragantina. E foram dez anos de heroísmo, de renúncia e abnegação, votivos a nacionalidade irremediavelmente oprimida, desviada da própria finalidade ingênita, a de compor-se e a corromper-se até que fosse inteiramente absorvida pela monarquia intrujona e desamada. (DUARTE. Manuel, 1936, p. 202).

Duarte reafirma a intenção do trabalho de memória do IHGRGS direcionando as memórias da Revolução Farroupilha na construção de uma história em que os farroupilhas tudo fizeram para a unidade da pátria. Quanto a Bento Gonçalves como líder, este também o foi na política, tendo sido, junto com os deputados rio-grandenses de 1842, um dos “*libertadores do Brasil inteiro*”. (DUARTE. Manuel, 1936). Duarte insistia que a ideia de unidade federal do Brasil pelos farroupilhas era comprovada pela vontade destes em unir-se às demais províncias. Sobre Bento Gonçalves, narrou Duarte:

(...) disse o campeador: “aproxima-se o dia em que, banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir por estreitos laços federais à magnânima Nação Brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos caros interesses (...). Uma República Federal baseada em sólidos princípios de justiça e recíproca convivência uniria hoje todas as províncias irmãs, tornando mais forte e respeitável a Nação Brasileira, se o interesse individual e a traição não violentassem o espírito público. (GONÇALVES, apud DUARTE. Manuel, 1936, p.203).

O discurso procurava mostrar o caráter nacionalista de Bento Gonçalves e também a sua intenção de se unir às outras províncias pelo regime republicano. No entanto, podemos supor, por meio da análise desse discurso, que, mesmo Bento Gonçalves, reconhecia empecilhos para uma suposta unidade federal republicana. Compreendemos, assim, os rastros da construção dos historiadores do IHGRGS, na história baseada em documentos e no tratamento dado por este às fontes. Duarte também não poupou adjetivos sobre a pessoa e a “*heroicidade*” de Bento Gonçalves.

Bento Gonçalves, símbolo da própria bravura dos tempos históricos, modelo de lealdade, convicção e espírito de sacrifício; profunda intuição de videntes construtores de nacionalidade: – estaca de repente, indecisa, comovida, a nossa admiração imaginativa, de patriotas. Só as grandes causas sociais podem gerar os grandes homens, que as interpretem e nucleiem. Só as ardentes aspirações federativas à pátria esmagada de exotismo asfixiante é que gerariam aquela

incomparável plêiade de autênticos super-homens, cuja espécie se perdeu com a imolação dos próprios anseios de nacionalidade, traída e imersa na monstruosidade tentacular, de irrespirável centralismo administrativo. (DUARTE, Manuel, 1936, p. 207).

Assim, é possível reafirmar que, de acordo com o autor, Bento Gonçalves era representado como símbolo de patriota e espírito de sacrifício pelo ideal federativo, como aquele que por intuição previu e antecedeu os ideais republicanos em uma luta pelo Brasil, assim como seus “*sucessores*” em 1930.⁵⁹ Entretanto, o autor também salienta que se trata de uma representação que habita a imaginação dos intelectuais sobre a construção patriótica daqueles homens do passado. De acordo com Duarte, é somente nos momentos difíceis por que passam as sociedades que surge a possibilidade de a sociedade gerar seus “*grandes homens*”. Isso pode ser aludido aos propósitos de relacionar a Revolução Farroupilha com a Revolução de 1930, numa reconstrução intelectual da memória de Bento Gonçalves e da Revolução Farroupilha, dois expoentes que entram para a história e que, para eles, eram indissociáveis. Talvez se possa atribuir à memória materializada no bronze de Bento Gonçalves a maneira encontrada para sintetizar a memória da Revolução Farroupilha e compreender, assim, a importância que se dava à produção dos lugares de memória.

2.2.3 A brasilidade do gaúcho e a sombra dos caudilhos platinos.

Em 1935, no ano do centenário da Revolução Farroupilha, outro propósito dos historiadores do IHGRGS, que ficou demonstrado nos anais do Congresso de História, foi a tentativa de diferenciarem o gaúcho rio-grandense do gaúcho platino. Os historiadores pretendiam mostrar que, no Rio Grande do Sul, não havia existido o caudilho como no lado platino da fronteira e que, quando estes deram traços de suas características, haviam agido com “*parcimônia*”. Pensando dessa forma, os historiadores do IHGRGS foram moldando a memória de Bento Gonçalves, que foi representado por estes como um tipo de “*caudilho parcimonioso*”.⁶⁰ Segundo o IHGRGS, ainda caberia ao “*representante máximo da raça*” –

⁵⁹ Ainda conforme Duarte, Bento Gonçalves fazia parte daquela “plêiade, incomparável, heróica, reconstrutora, a que avulta o decênio farroupilha. Admirável conjunto de homens autenticamente superiores e dominados pela ideia superior, de federalizarem o Brasil unitário, e reimplantarem os ideais do 7 de abril. Genuínos grandes homens, provenientes de várias províncias, erguem sobre os ombros o santo ideário de 17 e 24 dos heróicos pernambucanos e por ele pelejavam contra o colosso bragantino. (...). bateram-se exclusivamente pela unidade federativa nacional. (DUARTE. Manuel, 1936, p. 212-213).

⁶⁰ Souza Docca (1935) afirmava que havia existido um “*platinismo imaginário*”, com o qual era conivente Alfredo Varela. Docca dizia que Varela cometera um erro, já que seu ponto de vista sobre a influência platina na formação da raça rio-grandense estava mais ligada à mentalidade de Varela, do que “o sentir dos rio-grandenses”. Docca afirmava que os rio-grandenses originavam-se dos casais açorianos; em contrapartida, os

como era representado Bento Gonçalves em 1935 – levar adiante a empreitada da implantação de uma federação no Brasil. Bento Gonçalves seria o homem-síntese rio-grandense de 1935 para o IHGRGS, porque era reverenciado como “*herói*”, e seus interesses eram apresentados como estritamente nacionalistas. Também foi feito um trabalho pelos historiadores do IHGRGS para empreender a “*desplatinização*” do gaúcho rio-grandense, sobretudo dos vultos da Revolução Farroupilha, como já apontamos anteriormente. Bento Gonçalves e seus confrades foram distinguidos dos seus vizinhos estancieiros e militares do Prata, por estes serem considerados, agora, como caudilhos. Segundo os historiadores do IHGRGS, do “lado de cá” da fronteira, esse tipo de gaúcho não existia.⁶¹ O gaúcho rio-grandense era um gaúcho “*aportuguesado*”, “*digno*” e “*honrado*”, uma raça formada pela “*seleção natural do meio*”. Vejamos como Felix Contreiras Rodrigues representou os caudilhos platinos:

Na ânsia de formarem governo nas diferentes Províncias que aspiravam à independência, que valeriam seus chefes improvisados sem a chusma dos Gaúchos, cujo principal emprego era matar ou servir de carne à lança? Durante meio século, a instabilidade da América Platina foi uma questão de número, de plebe, o que significa – de Gaúchos. Formando assim, o governo de baixo para cima, surgia-lhe logo um problema urgente – suprimir os Gaúchos que o perturbariam. Era o nunca acabar, era o opróbrio, a barbaria, a tal ponto, que o cidadão medianamente educado, segundo os hábitos das velhas famílias da Colônia, não consentia que se o chamasse de – Gaúcho. Não era bandoleiro, não era malo, portanto, não era Gaúcho. Assim Gaúcho no Prata designou sempre a parte da população mais gloriosa pela função histórica que lhe foi imposta. Este é o Gaúcho estudado por Sarmiento em seu notável trabalho – Facundo. (RODRIGUES, 1936, p.319).

O gaúcho platino é representado como o indivíduo que vivia á margem da sociedade “civilizada” tendo como propósito a guerra e a barbárie, sendo responsável pela instabilidade política da América Platina. Ser gaúcho, do lado platino da fronteira, significava servir aos caudilhos num governo descentralizado, que propiciava o aparecimento da figura do chefe local. Rodrigues criticava a construção histórica feita pelos historiadores na figura “*gloriosa*” que se arquitetou sobre gaúcho platino. Essa afirmativa é passível de reflexão sobre a construção histórica que também se fazia no ano do centenário da Revolução Farroupilha sobre a “*glória de seus maiores*”,⁶² pois o gaúcho rio-grandense dos tempos de Revolução Farroupilha – representado pelos intelectuais do IHGRGS – sob o comando de Bento

gaúchos do Prata tinham sua formação racial pela mestiçagem – Assis Brasil, em 1882, já havia feito essa observação. Segundo Docca, “Daí procede o caudilhismo, que não é um fenômeno isolado ou brutal, mas derivado lógico de antecedentes e disposições étnicas e sociais”. (DOCCA, 1935, p. 101).

⁶¹ Para Sousa Docca, o caudilhismo, não foi um fruto artificial, mas, sim, um produto do determinismo histórico dos gaúchos da região platina, de uma evolução de “forças psicológicas e étnicas”. Portanto, “Os fatores determinantes da existência do caudilho não existiram no Rio Grande do Sul e, por isso, o caudilho não infelicitou a nossa terra”. (DOCCA, 1935, p. 102).

⁶² Como eram representados os farroupilhas pela historiografia na década de 1930 e também pela imprensa porto-alegrense, que serviram de fonte para este trabalho.

Gonçalves somente pegava em armas pela defesa da pátria. “*Dez anos apenas, do decênio farroupilha, foi desviado das fainas campeiras ou militares para as hostes revolucionárias; mas estas ainda animadas da disciplina tradicional e da cordura que caracteriza o povo português de que descendemos*”.⁶³ (RODRIGUES, 1936, p.320).

Portanto, pelo trabalho de memória com o qual Rodrigues era conivente, o gaúcho rio-grandense teria que representar o oposto do platino no ano do centenário da Revolução Farroupilha. Afinal aquela comemoração tinha por propósito representar o progresso do Rio Grande do Sul, reafirmando a memória da Revolução Farroupilha na reelaboração da identidade de gaúcho, que teria que atender aos propósitos da cidade e do campo, mostrando indícios de uma unidade como gaúcho inserido num discurso de brasilidade.

Neste processo de construção de uma identidade regional, no Rio Grande do Sul ocorreu uma dupla necessidade: afirmar-se enquanto gaúcho diferenciando-se dos gaúchos uruguaios e argentinos – os platinos e, assim, afirmar-se como gaúcho brasileiro. (MACIEL, 2004, p. 242).

Nesse sentido, a depreciação do gaúcho platino serviria para a legitimação do gaúcho brasileiro, este compreendido como o oposto daquele, levando-se em conta as pretensões de reconhecer o gaúcho como símbolo do povo rio-grandense. Em um trabalho de memória que era realizado em Porto Alegre, esta era uma maneira de dizer ao Rio Grande e ao Brasil que, na memória da Revolução Farroupilha, repousava a “*herança das tradições*” do povo rio-grandense. Rodrigues expõe em seguida as características do gaúcho rio-grandense.

*Vede agora o Gaúcho rio-grandense ou brasileiro.
Ao lado daqueles, sob os mesmos paralelos, pisando o mesmo veludo de capim, sob o mesmo sol ardente, com o mesmo algar dos gélidos serenos contra os mesmos ventos, medra outra variedade do mesmo tipo social, com idênticas ocupações, errando a cavalo, criando gado, correndo boi, boleando potros, pealando terneiros, vigiando em face do inimigo da Pátria, marchando em coluna, carregando a lança. Esta variedade, porém, é feita de indivíduos morigerados, aparentemente mais humildes e modestos. (RODRIGUES, 1936, p. 340-341).*

Rodrigues representa o gaúcho rio-grandense também como brasileiro, um tipo social que se diferenciava do platino. Era um indivíduo ordeiro, humilde e modesto, que, além das ocupações semelhantes às de seu vizinho platino, tinha ainda que vigiar a fronteira contra

⁶³ Nota-se que, na narrativa de Rodrigues, o gaúcho do lado português da fronteira, até a Revolução Farroupilha foi considerado um sujeito envolvido na lida campeira e militar a serviço dos chefes locais, mas estes eram obedientes a uma ordem que vinha do centro do Império. Com isso, o autor justifica a suposta organização e ordenação com que os revolucionários de 1835 realizaram sua “empreitada”. Em outras palavras, o historiador queria encontrar justificativas que tornassem a Revolução Farroupilha e seus homens objetos de admiração os diferenciando dos platinos, que eram culpados pela instabilidade da região. A relevância dessa análise está em poder notar como era manipulada a história pelos intelectuais no trabalho de memória que realizavam.

possíveis invasões deste, como se o gaúcho platino fosse o único causador das desordens da região. Rodrigues, em sua tese apresentada ao IHGRGS, defende a ideia de que embora a Revolução Farroupilha tivesse sido a origem do caudilhismo no Rio Grande do Sul, mas “*difere das revoluções platinas! (...) a autoridade era manejada pelos nossos caudilhos parcimoniosamente*”. (RODRIGUES, 1936, p 357).

Portanto Rodrigues chegou até a admitir a presença de caudilhos no Rio Grande do Sul, mas, segundo o autor, estes estavam, subordinados a um poder central. Concomitantemente, o autor trouxe elementos que serviram para relacionar as memórias da Revolução Farroupilha com a sua representação no ano do seu centenário. Esses elementos também ajudaram a tecer a produção da identidade em torno dos mitos farrapos. Em algumas passagens, ele não enfatiza a imagem de Bento Gonçalves diretamente, mas este, enquanto chefe da revolução, apareceu no texto de uma forma que nos permite fazer tal analogia, pois o autor fala que seus chefes representam o conteúdo moral da Revolução Farroupilha. De certa forma, a revolução, para os historiadores do período estudado, podia ser vista como reflexo dos predicados morais dos seus líderes, os quais tiveram importância à medida que os historiadores se utilizaram de seus discursos para definir (a partir dos gaúchos da Revolução Farroupilha) um arquétipo de gaúcho. Buscava-se a identificação do rio-grandense com aquele passado para levar tal discurso aos meios políticos nacionais sob a marca da brasilidade rio-grandense ⁶⁴. A própria Revolução Farroupilha, de acordo com Rodrigues, foi representada como uma causa repleta de “*feitos heroicos*”.

Para não asseverar que é única na História, afirmamos, porém, que é raro encontrar outra revolta, outra guerra tão longa, tão cheia de privações, com tanto equilíbrio moral por parte dos chefes. Sempre em um nível elevado de humanidade, verdadeiramente nobres, para não desmentirem a qualidade principal do caráter do Gaúcho da espécie brasileira, os chefes farroupilhas são modelos de coragem, tenacidade, resignação, brandura para com os vencidos, ternos para com as mulheres, de rara elegância moral, ainda nas horas mais trágicas de sua grandiosa epopeia. Nessas atitudes de escol, que nada têm de plebeísmo da gauchada platina, está a explicação do cunho patronímico da designação – Gaúcho – entre nós. (RODRIGUES, 1936, p. 358).

⁶⁴ Conforme Maria Eunice Maciel, “a construção de figuras emblemáticas requer também uma ‘bagagem’ fornecida pela história, a memória e as tradições e costumes locais. Porém nem tudo é utilizado, somente aquilo que pode atender às necessidades identitárias do grupo, construindo algo que seja capaz de efetuar uma identificação. O caso da ressemantização do termo gaúcho parece ter algo a ver com esse processo: do passado recolheu-se a ideia de valentia e liberdade, deixando de lado a crueldade e a violência inerente a estes bandos dos primeiros gaúchos. O passado, neste quadro, torna-se uma ‘garantia de veracidade’ e o fator legitimador de um costume e de uma manifestação cultural, já que nele são encontradas as tradições e é ele o manancial em que são buscados os elementos que serão os traços ou marcadores de uma dada identidade”. (MACIEL, 2004, p.245).

Enfatiza Rodrigues que o gaúcho brasileiro é uma espécie à parte, diferente do platino, como se isso fosse possível numa fronteira tão instável e maleável como a do Rio Grande com o Prata. O autor chamava atenção para as causas morais dos chefes farroupilhas, pela suposta humanidade destes, o que segundo ele, reforça o caráter do gaúcho brasileiro. Tal fato pode ser relacionado diretamente com a representação que esses historiadores faziam de Bento Gonçalves.⁶⁵ Não existiu na história da Revolução Farroupilha, na ótica de Rodrigues a barbárie que existia nas revoluções do Prata proporcionada pela plebe dos gaúchos platinos. E prosseguia Rodrigues:

No Rio-Grande, no Brasil, – gaúcho – não é o epíteto infamante que no Prata se atira à bagaceira dos que vivem nos campos sem lar, sem educação, sem ascendência, como os nossos jagunços, os nossos cangaceiros, bandoleiros; não é isso porque significa a designação mesma do habitante da Província, resumindo em si tudo quanto se possa imaginar de excelso na alma humana. Gaúcho aqui é nobre, o que não quer dizer fidalgo; e nobre, principalmente pela coragem, que é a qualidade mais dignificante do varão, e que os Gaúchos exageram; nobres querem ser todos os rio-grandenses. Em 35, não se saqueou e só se degolou raramente, por aberração. (RODRIGUES, 1936, p. 358).

Nessa citação, Rodrigues diferencia o gaúcho do cangaceiro e do jagunço, sem, no entanto, deixar de lado a brasilidade do gaúcho, tratando os jagunços como “nossos” irmãos brasileiros, mesmo que fossem considerados de outra categoria. Ao que parece, importava era mostrar que o rio-grandense estava inserido ao restante do Brasil. O gaúcho do Rio Grande do Sul da época da Revolução Farroupilha, como já foi dito por Rodrigues, era um caudilho que agia “*parcimoniosamente*”. Foi um tipo idealizado pelo historiador e seus pares, aceito pelos intelectuais dentro de um viés “romântico”, de quem se exaltava a “*coragem e nobreza*”, um indivíduo “*sobre-humano*” como o historiador ressaltava, ao contrário da “*bagaceira*” à que se jogava o gaúcho que habitava a região platina – esse, sim, comparado aos “*nossos jagunços e cangaceiros*”. De acordo com o autor, o caudilho, como o termo sugere, passou de fato a existir no Rio Grande somente com a ascensão da República e seus propósitos visavam à unidade, e não à política de fragmentar a nação.

Se o nosso Gaúcho não tinha contra quem revoltar-se no tempo da Monarquia, era porque os Reis detinham os caudilhos locais em xequê. A autoridade deste diferia essencialmente da dos caudilhos do Prata; era delegada e não originária; exerciam-na em nome de outrem e não de si mesmos. Com esta escola, lançaram-se eles no tirocínio de 35, e com ela chegaram até os nossos dias, segundo se verá no decorrer das “Memórias”, cujos fatos deixaram mais do que provado o que

⁶⁵ Docca, referindo-se a Bento Gonçalves, negava a aproximação deste com alguma “filiação platina”, dizendo que Varela, para afirmar sua ideia de separatismo, denominou Bento Gonçalves de “amigo de Artigas”, exaltando o “uruguaiofilismo de Bento Gonçalves”. (DOCCA, 1935).

asseveramos. O Rio-Grande não conta revolução sem ideal alevantado e sem chefe político, que norteie os caudilhos em campo lhes reprimam a sanha dos homens em armas com o prestígio ou a censura. Nunca foi da escola do caudilho rio-grandense fazer-se o supremo. (RODRIGUES, 1936, p. 359).

Nessa passagem, aparece a noção do trabalho de memória por parte dos historiadores do IHGRS, isso segundo a ótica de Ulpiano Bezerra de Menezes (2000), de que a memória acontece no presente, acionada pelos propósitos de um grupo no presente. Os historiadores trabalhavam a memória de maneira que esta representasse um caudilho que “obedecia a um poder central”. Era, segundo eles, o modelo de gaúcho que teria ido para a Revolução Farroupilha e também constituía a origem “*morigerada*” de caudilho do Rio Grande do Sul, que chegara ao presente lutando pelos interesses do Brasil.⁶⁶ Novamente se fazia uma analogia entre dois tempos históricos distintos em que eram enaltecidos feitos que pudessem marcar na memória a brasilidade do gaúcho farroupilha e que era negado, por outro lado, o separatismo do Rio Grande do Sul, o que imbuía a crítica ao trabalho de historiadores como Alfredo Varela. Sobre esse assunto, em um importante trabalho, Sousa Docca defende o IHGRGS, dizendo:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, negando seu apoio às ideias sustentadas pelo Dr. Varela relativamente à finalidade da Revolução Farroupilha, ideias que o referido autor insinuava como sendo esposadas por essa douta instituição, com o patrocínio da publicação de sua História, assim se manifestou, por unanimidade, depois de negar o apregoado separatismo: ‘Ao invés disso, tem reivindicado para os farroupilhas a integridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana – federativa, e que a proclamação do Seival, e a conseqüente independência da Província foi apenas um meio e não um fim. (DOCCA, 1935, p. 34).

Justificava Docca o papel que buscava cumprir o IHGRGS no ano do centenário da Revolução Farroupilha: o de provar pelos documentos a história da revolução. Porém, como foi visto anteriormente, Varela teve o aval do IHGRGS para fazer a “*História da Grande Revolução*”. Mais uma vez, pode-se observar a flexibilidade da memória no que se refere ao separatismo e à brasilidade, que era destacada, ora para um lado, ora para outro, de acordo com os interesses políticos e intelectuais. Rodrigues reiterava essa prática afirmando que embora a geração de Bento Gonçalves não tinha propósitos separatistas, e que tal sentimento poderia, sim, ter se desenvolvido entre os republicanos do período castilhisto – o que, segundo o autor não aconteceu.

⁶⁶ Nota-se a flexibilidade do discurso produzido pelos historiadores do IHGRGS, pois, por um lado, justificavam a proclamação da República Rio-Grandense devido à opressão imposta pelo Império do Brasil ao Rio Grande do Sul, em contrapartida, justificavam a “parcimônia” dos “caudilhos” locais justamente por serem obedientes a uma ordem que partia do centro do Império, que era responsável pela formação dos gaúchos “morigerados” e “ordeiros”.

(...) poderiam haver cogitado da separação, si é que não o fizeram, movidos pelos princípios da fragmentação universal e pelos aplausos ao que se passara no Paraguai dos Francia. Mas Júlio de Castilhos, ameaçado pelas investidas da política espenserista de Silveira Martins e pela maioria oposicionista do Rio-Grande, foi obrigado a bater palmas à Ditadura de Deodoro e a pedir o concurso de Floriano a bem de julgar a insurreição de Joca Tavares, de Gumercindo, de Salgado, de Prestes Guimarães. (RODRIGUES, 1936, p. 360).

Mostrava-se, dessa forma, a continuidade e os princípios dos rio-grandenses que haviam trabalhado pela unidade nacional, partindo-se da Revolução Farroupilha e estendendo-se até o final do século XIX, momento em que o Estado mergulha no castilhismo – que veio trazer como consequência as revoluções de 1893 e de 1930. Assim, é possível compreender como era pensada pelos historiadores a ideia de linearidade entre a Revolução de Bento Gonçalves e a que colocou Getúlio Vargas como chefe, em 1930. No entanto, é preciso perceber que, por ocasião do centenário, as comparações entre os sujeitos do passado e do presente giraram em torno de Bento Gonçalves e Flores da Cunha. Pelo fato de Vargas poder ser compreendido dentro do plano nacional, pode-se perceber que, nos noticiários, não havia uma referência à memória de Bento Gonçalves diretamente ligada à Getúlio Vargas.

Em 1930, novamente se ascende o facho da revolta no sul; e agora, com o firme propósito de marchar contra o centro, para impor de lá diretamente, o que nunca conseguira daqui – a maior união. Por fim, em 1932, sopitando o instinto da revolta a que está afeito o rio-grandense, atira-se contra a explosão paulista e mostra a evidência, qual a fatalidade que impera em nossa História – a da unidade, ainda que à custa dos sonhos de certos brasileiros desorientados. (RODRIGUES, 1936, p. 361- 362).⁶⁷

Na narrativa de Rodrigues, pode-se observar uma crítica à Revolução Paulista de 32, no momento em que o autor reforça a ideia de unidade por parte dos rio-grandenses, uma vez que estes, em 1932, mais uma vez, haviam garantido a integridade nacional. Como enfatiza o autor, estes queriam mostrar que a ideia de separatismo, em qualquer tempo, era um sonho de brasileiros “*desorientados e desarticulados*” dos propósitos federativos entre os Estados brasileiros. Rodrigues, no final de seu artigo, reafirmava a ideia de continuidade nos princípios políticos dos gaúchos e sua intenção antisseparatista nos propósitos postos em prática pelos políticos e militares gaúchos ao longo do tempo, reavivando a ideia de um gaúcho brasileiro acima de tudo.

⁶⁷ O historiador falava em unidade entre os gaúchos na Revolução Paulista, porém, como se verá mais adiante, foi justamente a Revolução Paulista que acelerou a cisão entre a FUG, contra Getúlio Vargas e contra Flores da Cunha.

Oh! Brasil, belo e grande Brasil, que pretenderão fazer teus insensatos filhos da tua grandeza e da tua beleza? Estarão eles a preparar-te dias de dor e de sangue? Seja! Os caudilhos unitários te salvarão sob as pregas dos seus ponchos. O homem se agita e a humanidade o conduz. Pois bem, dentro de um mundo brasileiro, o gaúcho se agita, e o Brasil o conduz. O Rio Grande nada mais é do que o campo propício para que estes brasileiros cumpram o seu destino histórico e o seu dever sublime – guardar as fronteiras da pátria e cimentar a unidade nacional. A mola da execução tem sido o gaúcho, e o seu gênio direto o caudilho, o chefe dos exércitos improvisados para correr a fronteira no primeiro momento, o restaurador morigerado da autoridade sempre que degenera em abuso ou falta fortuitamente. Se no Prata o caudilho fez autoridade dispersando uma grande pátria, no Brasil tem amparado aquela. (RODRIGUES, 1936, p. 363).

Rodrigues pretendia mostrar a unidade nacional construída em virtude da ação dos caudilhos rio-grandenses, que não tinham por intenção – nas palavras do historiador – “a fragmentação da pátria brasileira”,⁶⁸ ao contrário de seu vizinho do Prata – o gaúcho, o caudilho – o gaúcho rio-grandense não cortou a pátria em regiões de influência de tais caudilhos, tornando-se responsável, segundo os historiadores, pela unidade nacional, como o elemento que cimentava, e não o que dividia a nação. Esse era o caudilho parcimonioso de Félix Contreiras Rodrigues, apresentado e agraciado pelos seus pares no Congresso de História e Geografia Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha em outubro de 1935.

O Congresso de História, naqueles dias do mês de outubro de 1935, pode ser compreendido como o arcabouço teórico da história do Rio Grande do Sul. O Congresso não só estruturou e deu base para as práticas e representações, em torno da memória farroupilha, como também estreitou a ligação entre o passado e o presente entre os gaúchos da Revolução Farroupilha e os representantes da Revolução de 30. O trabalho do IHGRGS em 1935, além

⁶⁸ De acordo com Rodrigues, “A ausência da autoridade central deu lugar ao crescimento das autoridades locais, e o povo rio-grandense, contra a sua índole e a sua história, escorregou para trás até onde haviam deixado as republicas vizinhas, quando conseguiram sair da vulgocracia, para a democracia e do obscurantismo políticos para a luz.

No Rio Grande, porém, desde a República, tem vivido em Estado latente, e às vezes patente, a rebeldia, conforme já aconteceu cinco vezes em 33 anos, e que o nosso individualismo político-filosófico, sem qualquer outro princípio que o contrabalance.

Em 30 porém, já o sentimento liberal mais generalizado entre os rio-grandenses, movidos por um ideal mais elevado, restabeleceu-se em torno desse ideal, e poder único que anima as consciências e concreta os movimentos populares. Dir-se-ia que um novo monarca ritmava os corações dos gaúchos e dos seus caudilhos – os Aranhas, os Luzardos, os João Franciscos, os Flores da Cunha. E de fato, portaram-se todos como se agissem por delegação de um poder superior. Era ideal generalizado todas as velhas virtudes de um povo.

A causa principal, como dissemos, desses movimentos coletivos do Rio-Grande, em que o povo não se submete à força dos potentados regionais, é a falta das escolas incumbidas de criar na consciência de cada cidadão o patriotismo, que, sob o regime passado, era inconsciente, mas que se revelava com a veemência das forças misteriosas, coordenadoras da vida de todos os seres”. (RODRIGUES, 1936, p. 365-366). Rodrigues chamava a atenção para o fato de o rio-grandense não se deixar levar por poderes locais; no entanto, sabe-se que somente em 1930 é que um dos fatores do “sucesso” da revolução foram justamente as alianças de força entre federalistas e republicanos. Por tanto, o que se constata é um divisão histórica entre os poderes locais no Rio Grande do Sul.

de poder ser compreendido, então, como a parte teórica do plano de construção da memória do gaúcho associada à Revolução Farroupilha, pode ser definido como promotor do discurso da brasilidade. Foi a maneira encontrada por esse intelectuais para se construir um imaginário de unidade regional para o Rio Grande do Sul sem que este perde-se sua marca regionalista e para, ao mesmo tempo, promover a inserção da elite política rio-grandense no discurso nacional. No discurso de encerramento do Congresso, o presidente do IHGRGS Leonardo Macedonia fez um agradecimento às instituições presentes e, ao fazê-lo, mostrou um pouco do espírito corporativista daquela elite intelectualizada.

Macedonia agradeceu às instituições da imprensa rio-grandense: *“todas elas atestando o valor e a pujança do jornalismo em terra do Rio Grande do Sul”*. E não poderia ser de outra forma, afinal muitos dos membros do IHGRS também eram colaboradores da imprensa nos jornais que lhes dessem espaço. Macedonia também fez menção à Academia Rio-Grandense de Letras, que deu *“magnífica contribuição para a glória dos Farrapos, em sessões memoráveis, que causaram o elevo dos que tiveram a fortuna de assisti-las.”* O presidente Macedonia ressaltou ainda a participação da Assembleia Legislativa, reafirmando o cunho político daquela história feita pelo IHGRS. (MACEDONIA, 1936, 20-42). Também exaltou a atuação do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio do Grande do Sul, como parte importante que veio a completar a obra de *“glorificação”* da memória dos farroupilhas. Finalizou o agradecimento exaltando o nome de *“Bento Gonçalves”*, como também *“a bravura indômita do gaúcho”*, contribuindo *“para o espírito de sacrifício e de renúncia, por amor do pago e da liberdade”*. (MACEDONIA, 1936, 20-42). Leonardo Macedonia unia no discurso o IHGRGS a outras instituições intelectuais unidas para o trabalho de representação do *“herói”* farroupilha como um símbolo de tudo que representava o *“ser gaúcho”* em 1935.

Pelo discurso de Macedonia, pode-se constatar ainda que o trabalho de memória tinha amplo empenho por parte dessa elite intelectual, uma vez que tal trabalho de manipulação da memória rio-grandense tivera seu *“remate necessário e decisivo”*, no próprio Congresso, promovido pelo IHGRGS. Estabelecia-se o que seria o conteúdo teórico das práticas representativas de se visualizar e materializar a memória dos vultos Farroupilhas. Esse conteúdo foi, nas palavras do Presidente do IHGRGS, o *“monumento intelectual”*, que também pode ser compreendido como base para o monumento material da Revolução Farroupilha, que, além de se personificar na figura de seu líder também iria projetar uma analogia ao líder do presente (1935).⁶⁹

⁶⁹ Aqui, no caso, me refiro a Flores da Cunha.

A associação que reúne e congrega homens amantes da sua terra, estudiosos da sua história, empenhados em investigar e pôr em relevo os episódios gloriosos dessa história, o Instituto tinha o dever de promover a reunião de um Congresso, capaz de atestar o valor intelectual dos homens do Rio Grande, no trato dos assuntos que fazem objeto do seu programa de estudos, e que fosse um monumento erguido à glória dos Farroupilhas.”

Compenetrado da importância e das vantagens de tal cometimento, o Instituto não vacilou um instante sequer. Organizou programa do Congresso, fixou-lhe o regulamento e fez a propaganda da memorável assembleia, logo recebida com simpatia pelos estudiosos da História sul-rio-grandense, dentro e fora do nosso Estado. (MACEDONIA, 1936, 20-42).

Macedonia, que considerava o trabalho do Instituto como mais um monumento para rememorar a Revolução Farroupilha, finaliza seu discurso levando a entender que teria havido a aceitação do convite do Estado para organizar os trabalhos intelectuais associando-se àquele trabalho de memória, que girava em torno do certame farroupilha em Porto Alegre.

Imagem 2 - Capa da revista comemorativa do IHGRGS para o Centenário Farroupilha.



Fonte: Revista do IHGRGS IV trimestre de 1935 (arquivo pessoal).

A capa da revista comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, publicada pelo IHGRGS no IV trimestre de 1935, sintetizava em imagem as aspirações do IHGRGS e o trabalho desenvolvido nas teses apresentadas no congresso de história da instituição para a comemoração do centenário Farroupilha. No entanto, a capa ressalta aspectos regionais na imagem do cavaleiro calçando esporas, um chapéu de abas largas, e, além disso, sugere que este está com um poncho atirado para trás. Representa, ao que tudo indica, um general comandando tropas, em posição de ataque. Tal qual a imagem da capa, os textos do congresso

do IHGRGS representam o líder Bento Gonçalves. As datas dão o entendimento de continuidade entre 1835-1935 mostrando, supostamente, com a imagem do sol, ao fundo, que a Revolução Farroupilha e seus vultos haviam sido a aurora dos ideais de brasilidade, dos quais a geração de 1930 era a continuadora, segundo o trabalho dos intelectuais do IHGRGS.

Faz-se necessário, portanto, fazer o trabalho de análise crítica desses textos e documentos do ano de 1935, para compreender a forma como ocorreu a materialização da memória do chefe farrapo por meio de sua representação imagética em um monumento, inaugurado no centenário da revolução – comemorado na “Leal e valorosa cidade de Porto Alegre”. Como já foi mencionado por Franco (2010), havia uma incoerência no ato de se comemorarem os “feitos” farrapos em Porto Alegre já que nessa cidade, os farroupilhas haviam sido ferrenhamente combatidos.

Utilizando os pressupostos analisados ao longo deste capítulo, busco, na próxima parte deste trabalho, compreender os interesses dos políticos e intelectuais “donos” dessa “fábrica” de história, uma vez que estes detinham a posse do arcabouço teórico produzido a respeito da história farroupilha. Conseqüentemente, quero entender a apropriação que estadistas e intelectuais fizeram da memória de seus vultos, sobretudo Bento Gonçalves. Penso que, dessa maneira, possa entender melhor os aspectos que permeiam as tentativas de convencimento pelo trabalho de memória de dizer à sociedade que o gaúcho farroupilha é a própria identidade do povo rio-grandense. Nas folhas dos intelectuais no IHGRGS ou nos jornais, reavivaram a memória e reelaboraram a “*história do gaúcho no seu mais límpido espírito de brasilidade republicana*”. Vislumbravam não tanto em Getúlio Vargas, mas principalmente em Flores da Cunha a “*encarnação e continuidade dos centauros de 35*”.

2.3 Releitura e apropriação da memória: as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves

Procurei analisar, na primeira parte deste capítulo, a maneira como historiadores ligados ao IHGRGS foram fazendo uso da memória da Revolução Farroupilha de maneira que esta pudesse ser incorporada dentro de um discurso nacional e não separatista, que tinha a intenção de representar para o Brasil um rio-grandense integrado ao seio da nação, mostrando um Rio Grande tão – ou até mais – brasileiro que os outros Estados da federação. Pretendo agora completar esta parte do trabalho analisando as comparações feitas pela imprensa e pela própria elite entre os generais Bento Gonçalves e Flores da Cunha. Dessa maneira, procuro identificar os agentes políticos que, com o auxílio dos intelectuais, (re) construíram a memória da Revolução Farroupilha e de seu líder Bento Gonçalves.

Fala-se muito que a memória da Revolução Farroupilha sempre é reivindicada pela elite que compõe o poder político em um determinado tempo histórico. Foi possível identificar que, para o ano do centenário da Revolução Farroupilha, órgãos de imprensa e historiadores ligaram a memória de Bento Gonçalves à representação do General Flores da Cunha, então interventor do Rio Grande do Sul desde a Revolução de 30. Com isso, pretende-se verificar quem fazia parte daquela “elite” que levou a cabo a construção da memória da Revolução Farroupilha, no ano de seu centenário, no bronze de Bento Gonçalves em Porto Alegre.

É importante perceber que havia a necessidade da criação de um lugar de memória que simbolizasse a unidade regional, já que, de fato, essa, logo após a Revolução de 1930, estava em vias de se fragmentar. Segundo Machado (1990), as frustrações de parte da elite rio-grandense com as pretensões centralizadoras do governo Vargas, logo após a Revolução de 30, dividiu opiniões que levaram:

(...) parte da elite rio-grandense a alinhar-se com os paulistas na defesa da volta à legalidade. O apoio à Revolução Constitucionalista, em 1932, gerou uma divisão interna no PRR consubstanciada no setor que aderiu à mesma (ala borgista) e naqueles que se mantiveram fiéis ao Governo Provisório. (MACHADO, 1990, p. 31).

No Rio Grande do Sul, às vésperas da Revolução de 1930, observou-se a união dos dois partidos políticos – até então inimigos históricos – tradicionais do Rio Grande no final da Primeira República: o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de Borges de Medeiros, e o Partido Libertador (PL), de Raul Pila e Assis Brasil. Contrapondo-se a eles, Flores da Cunha, no pós Revolução de 1930, fundou o Partido Republicano Liberal (PRL) afastando-se das antigas lideranças do Estado. (CARONE, 1982; MACHADO, 1990). Com a derrota paulista na Revolução de 1932, aparecem as dissidências internas da Frente Única Gaúcha, que

havia se dividido entre Getúlio Vargas e os paulistas. Essa situação daria notoriedade ao recém-criado PRL de Flores da Cunha.⁷⁰ Conforme Carone:

No Rio Grande do Sul, cabe a Flores da Cunha a iniciativa de se organizar para as futuras eleições. O interventor governa desde 1930, com o apoio ou de acordo com as duas correntes políticas existentes – Partido Republicano Rio-Grandense e Partido Libertador. A prisão e exílio de suas lideranças, após 1932, não significa desorganização partidária e, compreendendo a impossibilidade de continuar uma política de conciliação como no passado, Flores da Cunha organiza, em novembro de 1932, o Partido Republicano Liberal. A nova agremiação tem apoio de Osvaldo Aranha, e sua estrutura se baseia na aquiescência coronelística dos prefeitos e políticos de prestígio. (CARONE, 1982, p. 319).

A partir daquele momento, pelo menos até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Flores da Cunha, sobre as bases do PRL, guiou a “elite” que teve a “missão” de levar adiante a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha. Tal “elite” dirigiria o Estado na figura do próprio Flores da Cunha e da presença do Prefeito Alberto Bins, representante do PRL na prefeitura de Porto Alegre, e responsável não só pela organização dos festejos farroupilhas de 1935, como também pela organização e construção do monumento a Bento Gonçalves. Ao que parece, as eleições de 1933 possibilitaram, mesmo que temporariamente, que Flores da Cunha se afirmasse no poder por intermédio do governo do Estado. Segundo Carone,

Devido aos impasses destes meses de luta e incerteza, ao exílio de grande número de líderes e à existência de uma base sólida, as eleições de 3 de maio de 1933 dão grande vitória ao partido de Flores da Cunha. A afirmação é total, mas os combates futuros das oligarquias contra si são infrutíferos e só os fatos exteriores ao Estado é que o levam, posteriormente a uma derrota. (CARONE, 1982, p. 319).

Pode-se compreender que fatos exteriores podem ter tido relação com a atividade de Flores da Cunha na política nacional em prol de uma Assembleia Constituinte em 1934, pois, conforme analisado, ele havia tido destaque nacional na campanha pela reconstitucionalização do país. Portanto, no ano do centenário da Revolução Farroupilha, era ainda ele quem estava à frente do comando do Rio Grande do Sul. A narrativa de Ivo Caggiani apresenta Flores da Cunha sob aspectos semelhantes aos da construção dos fatos “gloriosos” que também foram apresentados pelos historiadores sobre o líder Bento Gonçalves no ano do centenário da Revolução Farroupilha:

⁷⁰ De acordo com Nara Machado (1990), com a criação do PRL Flores da Cunha mantinha o apoio a Getúlio Vargas tornando-se seu principal suporte como aliado agindo como uma espécie de esteio da ditadura, o que não quer dizer que este não tenha se empenhado pelas eleições da Assembleia Constituinte de 1933 que seria promulgada em 1934.

José Antônio Flores da Cunha nasceu na Estância São Miguel, região de Vista Alegre, município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, em 5 de março de 1880. Naquele imensidão esquecida das terras da fronteira oeste, onde o pampa e a coxilha fazem divisas com os países do Prata, o menino cresceu. Sua descendência açoriana remonta à tradição guerreira do povoamento do Rio Grande do Sul, mas, mesmo que uma origem aristocrática não o tenha privado do trato diário com a rudeza do labor campeiro, vivia pela sua gente. Ao universo mítico, povoado de ancestrais heroicos e figuras legendárias, somava-se, desde muito cedo, sua convivência com homens que compartilhavam a dignidade do perigo, para os quais a dura vida havia imposto a obrigação de serem valentes. Sua pobreza lhes assegurava um único luxo: a coragem. (CAGGIANI, 1998, p. 25).

Nesse sentido, a narrativa o aproximava do “herói” Bento Gonçalves da Silva. Flores da Cunha, como foi visto, foi colocado no poder como interventor federal pelo presidente Getúlio Vargas em 1930, tido importante participação política e militar no Rio Grande do Sul, como parlamentar, interventor, governador ou como general.⁷¹ Sua vida pública, portanto, trazia marcas e características que eram necessárias para que pudessem ser feitas comparações por parte da imprensa, de historiadores e de políticos com o general farroupilha Bento Gonçalves, mesmo que estes estivessem separados por um século. Segundo Cagianni, ainda:

(...) José Antônio Flores da Cunha, assim como Getúlio Vargas, é um produto da fronteira, chamada zona da Campanha, que, pela trajetória desenvolvida no cenário social-político-administrativo, constituiu-se em síntese de uma época e que, pela sua vida, marcada por um conjunto admirável de atributos, tornou-se um verdadeiro e autêntico “SÍMBOLO DO RIO GRANDE”. (Caggianni, 1998, p.20).

Flores da Cunha e Bento Gonçalves eram ambos generais oriundos da zona de fronteira, e mesmo seus envolvimento na política abriam precedentes para que houvesse um determinado uso político do passado que permitiu identificar que as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves já apareciam na imprensa em 1934 em virtude da elaboração da Constituição Federal naquele ano.

No dia 6 de janeiro de 1934, o Jornal da Manhã trazia estampada na capa a notícia que dizia: “Esteve verdadeiramente imponente a chegada, no Rio, do grande chefe gaúcho, o General Flores da Cunha”. (JORNAL DA MANHÃ, 1934, Capa). Ao longo daquele ano, pôde-se observar, por parte desse jornal, como estaria sendo elaborada a imagem de Flores da

⁷¹ De acordo com Ivo Caggianni, Flores da Cunha era um homem que apresentava múltiplas facetas: Parlamentar por quase maio século, atuando na Assembleia legislativa, na Câmara Federal e no Senado. Além disso, atuou como advogado, trabalhou no jornalismo, na administração municipal e como governador do Estado, Além, é claro, dos campos de batalha. (CAGGIANI, 1998).

Cunha.⁷² Sempre que ocorriam viagens à Capital Federal – Rio de Janeiro –, por exemplo, o jornal procurava mostrar a atuação de Flores da Cunha no processo constitucional de 1934.

Em entrevista pelo rádio, telegraficamente, durante a sua viagem, pelo “O Globo”, o general Flores disse: “A constituinte não corre perigo algum. Acredito que o reajustamento em torno do Sr. Getúlio Vargas está dependendo apenas da escolha dos nomes que deverão ocupar os postos.

O ponto de vista rio-grandense é de defesa da ordem que, para mim, está acima dos partidos e do amor próprio ofendido dos políticos. Não entrarei em nenhuma recomposição ministerial e só abandonarei a interventoria gaúcha pelo sossego de minha estância. A nova situação ministerial e política deve considerar de preferência do país, relegando a plano inferior os melindres dos políticos. Julgo que devem ser aproveitados os homens de valor, tenham a origem que tiverem. Acho que São Paulo está no dever de colaborar no reajustamento. (...). O Rio Grande não exige nada para si. Contenta-se com o que já tem conseguido do benemérito Sr. Getúlio Vargas, ao qual dá decidido apoio. (...). O Rio Grande dará tudo pela ordem e pela paz”. (JORNAL DA MANHÃ, 06, de janeiro, 1934, capa).

Portanto, nota-se o envolvimento do interventor gaúcho no processo constitucional brasileiro e a relativa importância que o jornal dava à sua imagem como defensor dos direitos constitucionais.⁷³ Tal imagem estava em evidência nacional devido à elaboração da constituição nacional, o que pode ser interpretado como manobra estratégica de Flores da Cunha para se legitimar perante a política nacional. Mesmo nas palavras dele, percebe-se o teor de “*entrega*” que se pretendia representar, tanto do interventor como do próprio Rio Grande pela comunhão constitucional do Brasil.⁷⁴ Nota-se também a contribuição do jornal na propaganda a favor do interventor. Novamente, no dia 7 de janeiro de 1934, o Jornal da Manhã trazia na capa: “*O General Flores da Cunha acentua a necessidade de se prestigiar a obra da Constituinte*”. O noticiário sintetizou a “*palestra*” de Flores da Cunha na casa de Osvaldo Aranha, no Rio de Janeiro.

Rio, 6 (A. B.) – Os jornais matutinos publicaram declarações do General Flores da Cunha. Resumindo-as, diz o general, em síntese, que é dever de todos os brasileiros prestigiarem a constituinte, cujo fracasso seria a desmoralização do país que anseia pela mais breve re-constitucionalização. O General Flores da Cunha não acredita que seja esta a “última briga” que obrigará a deixar o Rio Grande às pressas e vir até aqui. Está disposto a trabalhar pela recomposição do governo, dentro dos quadros revolucionários. Não sabe quanto tempo que julga suficiente para tudo

⁷² Lembramos que de acordo com Camila Silva (2010), o Jornal da Manhã pertencia nesse período ao irmão de Flores da Cunha, o que colabora para a análise e entendimento sobre a posição tomada pela instituição quando se tratava da imagem do general Flores da Cunha.

⁷³ “Em 1933, ocorreram as eleições para a Assembleia Constituinte Federal (instalada em novembro daquele ano). No Rio Grande do Sul, foi significativa a vitória do novo partido, demonstrando um grande prestígio do interventor federal. Cabe destacar que, após sua adesão a Vargas, em 1932, Flores da Cunha não deixou de sistematicamente, procurar entendimento com a oposição, no caminho da conciliação”. (MACHADO, 1990, p. 31).

⁷⁴ De acordo com Nara Machado (1990), essa tendência que aparece em Flores da Cunha de “lutar” pelo cumprimento da constituição e dos direitos políticos marca a cisão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas já no ano do centenário da Revolução Farroupilha.

entrar nos eixos. Relativamente ao seu nome, afirma que prefere continuar na interventoria do Rio Grande, onde a confiança do Sr. Getúlio Vargas julga necessário seus serviços. Aliás nunca o Sr. Getúlio Vargas o convidou para, deixando o Rio Grande, assumir qualquer outro posto, inclusive de ministro. Tudo que se tem dito nesse sentido é mais ou menos falho. (JORNAL DA MANHÃ, 07 de janeiro, 1934, capa).

Assim, fora-se processando um ambiente propício para que Flores da Cunha pudesse ser visto como a “re-presentificação” de Bento Gonçalves, nos seus “rasgos de patriotismo”, mas também o general procurava representar-se como peça importante naquela conjuntura política no momento em que havia deixado o Estado para dirigir-se à capital federal no empenho de “colocar as coisas nos eixos”. Dizia estar trabalhando pelos princípios revolucionários com base nos quais havia sido pensada a revolução de 1930. Sob o título “Nobres Atitudes”, o Jornal da Manhã esclarecia a intervenção do general Flores da Cunha nas pastas ministeriais convencendo Osvaldo Aranha e Afrânio de Mello a reverem seus pedidos de exoneração dos ministérios.

Estamos vivendo uma hora de júbilo cívico. A solução da crise surgida no seio do governo provisório, com repercussão no cenário da política nacional, dá-nos a confortadora certeza de que os homens que fizeram a Revolução e sobre cujos ombros pesam a responsabilidade da República redimida, sobre pairam às contingências humanas das questões individuais ou de grupo, para se subordinarem os interesses pessoais da nação num clima purificador pelas rajadas contínuas do idealismo. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1934, capa).

Observa-se que esse ambiente de incertezas sobre a política do governo provisório pode ser associado à vontade de provar a brasilidade do gaúcho, pois em 1934, ainda se tinha a noção de que o governo revolucionário seria provisório. Ou seja, ainda se tratava de um governo em vias de se consolidar. Vendo dessa forma, pode-se compreender a necessidade de se “provar a brasilidade do gaúcho” durante o centenário da Revolução Farroupilha. O jornal falava também das “dívidas” quanto aos princípios da Revolução de 1930.

Já agora, mesmo os mais cétricos, não se podem reservar o direito de nutrir dúvidas: a Revolução Brasileira não se fez para os homens, mas para a República. O retorno dos Srs. Osvaldo Aranha e Afrânio de Mello às pastas de que se demitiram, não constitui, não apenas uma atitude impressiva de elegância política, pelo generoso espírito de renúncia que revela, mas, igualmente, uma nobre e alta lição de patriotismo lúcido a que o país não estava habituado ao tempo em que os homens não se sacrificavam em benefício da coletividade. Chamados a restabelecer o ritmo de trabalho febril nas pastas de que se haviam exonerado e que vinham enobrecendo, pela capacidade realizadora e pela limpidez de inteligência, aqueles dois ilustres brasileiros esqueceram os ressentimentos e mágoas que porventura pudessem conservar e voltaram a colaborar na obra da Revolução. Com esse gesto revela duas índoles nitidamente democráticas, que só se sabem escravizar à

felicidade da Pátria, os Srs. Osvaldo Aranha e Afrânio de Mello Cresceram ainda mais se isso é possível, na estima e respeito de todos os brasileiros. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1934, capa).

O discurso do jornal fazia referência não só aos propósitos da Revolução de 30 e a seu compromisso com os direitos republicanos em uma revolução feita para o Brasil, como também à Revolução Farroupilha, representada como um movimento Brasileiro. Por esses fatos, intelectuais e políticos iam costurando seu presente à memória farroupilha com ares de brasilidade. Eram novamente os gaúchos que tudo “*sacrificavam*” numa “*nobre*” atitude pela unidade nacional. E foi com o adjetivo de “*O PACIFICADOR*”⁷⁵ que Flores da Cunha foi homenageado pelo Jornal da Manhã, pelo seu trabalho como conciliador do ambiente político nacional do pós-Revolução de 30. Portanto, erigir um monumento representativo da historicidade cívica dos gaúchos atendia mais aos anseios do presente do que somente à exaltação de um passado, por isso o monumento já nascera com um sentido voltado ao interesse de seus idealizadores. Por trás da festividade, percebe-se que o monumento havia sido edificado para um momento de crise, esta a ser utilizada em favor de Flores da Cunha:

A crise política, cujo feliz e honroso encerramento é motivo de vivas e jubilosas congratulações de parte de todos os brasileiros, veio reafirmar uma das virtudes marcantes do General Flores da Cunha, preclaro interventor federal no Estado; o seu alto e generoso espírito de conciliação.

Desde que partiu com a nobre missão de reajustar a situação, o eminente rio-grandense declarou, reiteradamente, que nada mais aspirava se não a confraternização daqueles que, parecia, se iam separar em meio à jornada de reconstrução nacional. Nada queria para si, nem para seu Estado. Levava apenas o desejo ardente e patriótico de desfazer desinteligências e dúvidas que estavam criando dificuldades. E animado desse admirável espírito público, consagrou-se, na capital da República, inteiramente a sua tarefa. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1934, capa).

O jornal consagrava a Flores da Cunha a imagem de “*o pacificador*”, como patriota que não exigia nada para si, como se passasse por cima dos anseios regionais para defender a questão mais forte, que era o aspecto da Revolução. Com isso, Flores da Cunha ia construindo sua imagem e esta ia sendo moldada por seus simpatizantes, vindo a reforçar-se na política nacional.⁷⁶ Tal imagem, de acordo com o que ele mesmo havia afirmado, teria sido

⁷⁵ A grafia em letra maiúscula é original do jornal, que pretendia com isso destacar o adjetivo atribuído a Flores da Cunha.

⁷⁶ Cabe ressaltar que não teria sido a Revolução de 1930, e muito menos Getúlio Vargas, que teriam contribuído para o aparecimento de Flores da Cunha no cenário da política nacional. Flores da Cunha, ainda jovem, iniciou sua vida pública fora do Rio Grande. “Pelo fato de a economia familiar dos Flores da Cunha ter sofrido significativa baixa durante a guerra civil de 1893/1895, pois grande parte dos rebanhos haviam sido dizimados, e mais com o agravante que mudando-se para São Paulo (...). Para completar seu sustento, começou a trabalhar como repórter num jornal de propriedade de Pedro de Toledo e Herculano de Freitas. Já inserido no foco das discussões políticas nacionais e, por conseguinte, executando sua vocação jornalística, assim como arriscando

conquistada antes da Revolução de 1930, portanto, muito antes de Getúlio Vargas ter influência no cenário político nacional. Sobre seu “apadrinhamento” político, Flores da Cunha dizia:

(...) a minha nomeação não a devi aos políticos e às recomendações dos rio-grandenses.

Quando fazia o meu curso até o quarto ano em São Paulo, a minha república de estudante era com os goianos, na Rua da Vitória. E o senador Leopoldo de Bulhões, grande talento, grande financista e grande patriota, quando ia passar as férias parlamentares em São Paulo, parava na nossa república, onde estudavam dois sobrinhos seus, (...).

Eu dava-lhe a minha cama para que ele dormisse e eu dormia no chão, no colchão. Eu era grande fumador de cigarro crioulo, de fumo goiano, perfumado e delicioso. E ficávamos conversando até altas horas da noite, e ele notou alguma qualidade em mim. Tanto que, depois de eu me formar e tendo ele sido nomeado Ministro da Fazenda do governo de Rodrigues Alves, que se iniciara havia dois meses antes me disse: “não vá para o Rio-Grande. Fique aqui que eu vou aproveitá-lo no lugar de delegado de polícia e vou recomendá-lo.”

Devo minha primeira nomeação a ele, a Leopoldo de Bulhões. Muita gente acreditava que eu devesse aos homens do Rio Grande, entre os quais tinha grandes amigos e era um castilista extremado. Entretanto, fora a Leopoldo de Bulhões que devi o meu ingresso na vida pública. (CUNHA, 1998, p.28).

Pode residir aí uma hipótese para a relativa autonomia política que transparece nos noticiários e também o motivo pelo qual, de repente, Flores da Cunha poderia representar uma ameaça à política de Getúlio Vargas, o que talvez, explique um pouco as razões de seu rompimento com Getúlio. Em 1934, Flores da Cunha foi reafirmando, pela propaganda jornalística, sua imagem no cenário nacional, como mediador nos assuntos da Constituição de 1934 dos ministérios do Governo Federal.

O que foi a atividade indormida desse embaixador da fraternidade nacional, disseram-no, com eloquência, os jornais nos seus noticiários telegráficos. Mediador plástico e arguto, sagaz e sereno, ele teve uma visão clara da situação. E as negociações por ele empreendidas, se denunciam, desde logo, um tato excepcional e uma singularíssima penetração, deram ao país a extensão exata da autoridade e do prestígio com que é ouvido nos mais importantes problemas da vida nacional.

No trato das questões políticas administrativas destes três anos de governo no Rio Grande, o General Flores da Cunha captara as admirações do país.

Com o serviço que acaba de prestar à Revolução e a república, o pré-claro estadista se faz credor do reconhecimento nacional. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1934, capa).

seus primeiros ensaios no dom da oratória, passou a participar ativamente dos movimentos políticos da juventude acadêmica, ligada ao Partido Republicano Paulista (PRP), de cujo líder, Herculano de Freitas, fez-se amigo. (...) quando transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, vindo a bacharelar-se em 31 de dezembro em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito dessa cidade. (...). Um mês depois de formado, foi indicado para assumir um posto de delegado de polícia na cidade do Rio de Janeiro. A sua nomeação se deu por intercessão de Leopoldo de Bulhões, na ocasião Ministro da Fazenda do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

Esse movimento pela reconstitucionalização do Brasil servira de fermento para as comparações entre Bento Gonçalves e Flores da Cunha que, em momento oportuno, foram explorados pela imprensa. Flores da Cunha foi representado nesse contexto como “*a figura central do movimento pela reconstitucionalização do Brasil*”.⁷⁷

Rio, 25 (A. B.) – O General Flores da Cunha, no momento, é a figura central do movimento que visa à Reconstitucionalização do país. Julga o interventor rio-grandense que a comissão dos vinte e seis é morosa, ocupando-se de detalhes que poderia deixar de lado. A presença do general Flores da Cunha, ontem, na Assembleia Constituinte, prendeu-se ao interesse que tem pela votação, custe o que custar. (JORNAL DA MANHÃ, 26 de janeiro de 1934).

Ao que parece, Flores da Cunha, ao menos no discurso do jornal, mostrava que sua presença na Assembleia Constituinte tinha a intenção de pressionar os constituintes para que esta saísse do papel. Ao que tudo indica, tal pressão surtiu efeitos e, segundo o Jornal da Manhã, tal empenho de Flores da Cunha em relação à reconstitucionalização do país rendeu-lhe o adjetivo de “*homem do dia*” por parte da imprensa do Distrito Federal.

“O HOMEM DO DIA”

Sob esse título, o “Diário de Notícias” do Rio destaca a atuação do General Flores da Cunha.

Rio, 27 (A. B.) – Sob o título “O Homem do Dia”, o “Diário de Notícias” escreve que a política nacional está girando, no momento, entorno da pessoa do General Flores da Cunha. Diz que ele é, por assim dizer, o homem do dia. Todos o cercam e desejam ouvir a sua opinião autorizada sobre os acontecimentos políticos na hora atual, com aqueles gestos desassombrados, de franca responsabilidade do cargo governamental. Diz que o interventor do Rio Grande a todos atende e dispensa um sorriso amável. Quando o Sr. Flores da Cunha chega ao palácio Tiradentes, sem demora. Os jornalistas e constituintes aguardam o momento para demonstrar a

⁷⁷ Porém as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves feitas pelos intelectuais e políticos parecem muito mais ser uma construção do presente levando em conta que Flores da Cunha teve papel destacado pelos jornais nos trabalhos da Assembleia Constituinte, desejando o andamento daquele processo, que, por isso, era visto como um homem influente no processo constitucional, sendo, assim, comparado a Bento Gonçalves na defesa dos direitos republicanos e constitucionais. Moacir Flores, porém, contrapõe essa visão dos historiadores da década de 1930, mostrando que Bento Gonçalves não era tão simpático aos princípios constitucionais se estes pudessem comprometer sua posição política. “Bento Gonçalves retardou várias vezes as eleições para a Assembleia Constituinte e legislativa, depois transferiu a sessão de abertura e da posse dos eleitos porque não queria abrir mão de seus poderes discricionários. Aproveitando a viagem de Bento Gonçalves a Paisandu, o vice-presidente José Mariano de Matos convocou e deu posse aos deputados. Quando retornou a Alegrete, Bento Gonçalves condenou a medida e estacionou soldados junto ao prédio da Assembleia, ameaçando os deputados opositoristas. O atentado à vida do deputado opositorista Antônio Paulino da Fontoura, com banda do exército tocando músicas alegres em frente da casa em que ele agonizava, provocou profundas divergências entre os republicanos”. (FLORES, 2013, p. 103). Claro que fatos como estes não apareceram no ano de 1935 na imprensa e nem era do gosto da intelectualidade do IHGRGS, mas pode-se dizer que, para a década de 1930, poder-se-ia comparar muito mais Getúlio Vargas com Bento Gonçalves do que com Flores da Cunha no que tange ao assunto da Constituição e aos trabalhos da Assembleia Constituinte, porém, é obvio que a comparação com Flores da Cunha fazia parte daquele trabalho de memória e história de parte daquela elite da qual fazia parte Flores da Cunha, na organização do centenário da Revolução Farroupilha, construindo também outra imagem do líder farroupilha que não deturpasse o “herói”.

simpatia em que o tem, e, se na roda se encontram figuras da velha república, a mesma coisa acontece no edifício Victor, onde S. excelência, está hospedado, uma verdadeira multidão espera que ele apareça, a fim de saudá-lo e solicitar-lhe um obséquio qualquer. É que o instituto humano compreende que do bravo interventor gaúcho depende agora a solução de vários problemas políticos, sem a qual a nação dificilmente poderá marchar tranquila. Foi sem dúvida, o General Flores da Cunha, dentro dos quadros políticos e revolucionários, um elemento decisivo para que se determina-se a data em que se deveria convocar a Constituinte. É ainda ele que vem sentindo o retardamento dos trabalhos constitucionais e verificando a ânsia do povo brasileiro para sair dessas oscilações que um governo discriminatório origina, dirige à pessoa a ação para o aceleração dos trabalhos constitucionais, prestigiando os construtores da nova estrutura jurídica da nacionalidade. (JORNAL DA MANHÃ, 28 de janeiro de 1934, capa).

Com todas essas congratulações, foi se estruturando a representação regional e nacional de Flores da Cunha no início do ano de 1934. Também durante aquele ano, com os preparativos para o centenário da Revolução Farroupilha, iriam aparecer as comparações entre homens e feitos, políticos e militares que passariam a colaborar para o uso político do passado em relação presente daqueles homens que se diziam herdeiros dos farrapos. Ainda em 05 de setembro de 1934, o Jornal da Manhã fazia uma relação entre o centenário da Revolução Farroupilha e a campanha para a presidência constitucional do Rio Grande do Sul.⁷⁸ A partir desse momento, a imprensa demonstrou, de fato, apoiar Flores da Cunha, relacionando seu trabalho aos supostos feitos do líder farroupilha Bento Gonçalves.

Apresta-se o Rio Grande para reverenciar, no próximo ano, por ocasião da passagem do primeiro centenário da gloriosa República dos Farrapos auréola-[sic] dos nossos avôs, que, há um século, em pugnas audazes, com denodo, abnegação e heroísmo, mostraram ao mundo o valor combativo e a têmpera de nossa raça.

Redivivos, hão de sobre pairar na admiração do povo rio-grandense, as figuras de Bento Gonçalves e tantos outros, que idealizaram, promoveram e sustentaram, com os sacrifícios dos bens mais preciosos, com a propriedade, a família e a vida, a cruzada epopeica de 35. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Assim, Cícero Trindade iniciava seu artigo para o Jornal da Manhã um ano antes do centenário da Revolução Farroupilha. Falava o intelectual da abnegação e da têmpera da

⁷⁸ É possível notar que Flores da Cunha tinha influência na Assembleia Constituinte nacional e também na assembleia do Rio Grande do Sul. O jornal acrescentava que Flores da Cunha era visto como a solução na capital do Brasil para o aceleração do processo constitucional em contrapartida a um governo discriminatório que estava oscilando e retardando o processo constitucional da nação. Assim, o jornal apresentava Flores da Cunha como o representante das ânsias políticas do povo brasileiro, que levaria adiante o plano constitucional, que, segundo o discurso do órgão de imprensa, fazia parte do plano revolucionário de 1930. Porém não era para essa tendência constitucional de autonomia dos Estados que apontava Getúlio Vargas, que visava à centralização da política nacional; por isso é que, sob a análise de Flores (2004; 2013), é passível comparar Getúlio Vargas a Bento Gonçalves quando a questão se refere à centralização do poder nas mãos do indivíduo. “Desde a proclamação da República, em 1836, os liberais pretendiam reunir a Assembleia Legislativa e Constituinte, mas Bento Gonçalves, não querendo abrir mão de seus poderes de ditador militar, protelou as eleições e depois, por várias vezes, a sessão de abertura”. (FLORES, 2004).

“*nossa raça*”, que seu “*herói*” Bento Gonçalves, como seus pares, haviam sacrificado o bem maior que era a própria vida na “*cruzada de 35*”. Ressaltava a importância das comemorações do dia 20 de setembro:

A 20 de setembro vindouro, irão refluir, pois, na alma gaúcha, o orgulho da estirpe e o entusiasmo cívico, com que ela sempre recorda os vultos centrais do decênio farroupilha, que é, sem favor, um relicário de bravura e estoicismo, por onde se estandardizaram os espíritos de scol das gerações atuais. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Trindade procurou aproximar as gerações fazendo lembrar que a geração daquela época de políticos e militares buscaram seguir os modelos de seus “*avós*”. Os vultos farroupilhas, nas palavras do historiador serviam de espelho de onde as gerações daquela época guiavam o futuro do Rio-Grande e da nação. Era um Rio Grande que, durante o vinte de setembro, pretendia mostrar seu crescimento econômico e social vinculando esse “*sucesso*” aos feitos e homens do passado. Seguindo essa tendência, enfatizava o jornal:

Todos os preparativos, de ordem industrial, social e cultural, de iniciativa pública ou particular, que desde já se fazem, com o fim de ser posto em relevo nas festividades projetadas, o nosso adiantado grau de civilização contribuirão, evidentemente, para abrilhantar, enaltecer e tornar mais sugestivo o preito de reconhecimento e veneração que o Rio Grande de nossos dias, forte, livre e valoroso, vai prestar ao Rio-Grande martirizado dos nossos maiores; aquele Rio Grande que, durante dez anos, com épico destemor, se dilacerou em recontros sangrentos, para conquistar uma servidão no caminho da glória e no-la transmitir, afinal, como um padrão de coragem, valor e tenacidade. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Cícero Trindade reforça a ideia de que os farroupilhas pertenciam a um Rio Grande martirizado, demonstrando o destemor de seus “*maiores*” num decênio de sacrifícios para que no presente, este fosse forte, industrial, social e culturalmente. Os farroupilhas eram representados por Trindade como exemplos de valor e tenacidade, que foram legados aos homens da década de 1930, ou seja, os intelectuais, em seus discursos, seguiam a tendência de buscar uma base “*comum*” numa narrativa “*heroica*” de um passado em proveito do presente. Afirmava Trindade a relação entre o general Flores da Cunha e o general Bento Gonçalves, dizendo o seguinte:

Não obstante, sob o aspecto racial, político, sentimental ou ideológico, nenhuma das homenagens previstas será tão apropriada àquela efeméride, como a que decorrerá da apresentação da candidatura do General Flores da Cunha à próxima presidência constitucional do Rio Grande do Sul; pois não poderá conceber, sem evocar o histórico esplendor da altivez farroupilha, que, a 20 de setembro de 1935,

estivesse à frente dos destinos do nosso Estado, outra mentalidade que não a de um autêntico Bento Gonçalves. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p, 04).

A comparação do historiador é importante para nosso trabalho, pois se pode analisar a quem é dirigido o trabalho de memória sobre a representação de Bento Gonçalves, ou seja, quem é visto como a continuação política e militar do líder farroupilha.⁷⁹ Dessa forma, podemos compreender a importância de se fundar um lugar de memória em que se constituiu o monumento a Bento Gonçalves. Na comparação entre Bento Gonçalves e Flores da Cunha Trindade prosseguia:

E o invicto herói da Ponte do Ibirapuitan é, sem contradita, como alhures foi magistralmente, quem no ardor da peleja, no ímpeto do assalto na originalidade da tática, nos rasgos de cavalheirismo, no pronto esquecer e perdoar e na elegância moral das atitudes, generoso, aquele que melhor encarna as grandes virtudes guerreiras e cívicas do farrapo imortal. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

O autor procurava fazer uma associação da vida de ambos os sujeitos relacionando suas trajetórias como militares e patriotas, em que Flores da Cunha encarnava todas as qualidades do “imortal” Bento Gonçalves. Bento Gonçalves era o “herói da ponte da Azenha” e, segundo os historiadores, havia revivido em Flores da Cunha, na Ponte do Ibirapuitan. Ao que parece, sob o ponto de vista dos intelectuais, era como se a história se repetisse devido à suposta linearidade, de forma que – fazendo referência a Pollak – propiciasse a compreensão dos sujeitos históricos naquele momento, como “personagens vividos por tabela”.

Bento Gonçalves, que já se revelara no inolvidável Pinheiro Machado, ressurgiu, cem anos depois, na personalidade vitoriosa do General Flores da Cunha. S. Exa. portanto, é quem deve presidir à nossa terra durante o ano em que ela vai reafirmar, em majestosa solenidade pública, vibrante de emoção patriótica, a sua secular admiração pelos guerreiros legendários de 35. Neste momento singular, não se pertence, por consequência, o nosso ilustre governante, é prisioneiro da glória farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Flores da Cunha era, de acordo com Trindade, a representação viva do General Bento Gonçalves como também queria boa parte dos intelectuais rio-grandenses. Tinha-se um

⁷⁹ Quanto às comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves, movimento que revolve a memória da Revolução Farroupilha no ano de seu centenário, sustenta a ideia de Flores da Cunha ser herdeiro e continuador da obra de Bento Gonçalves. Em 1935, tal ideia foi, ao que parece, coerente com os propósitos daquela elite. Neste estudo, porém, foi analisada uma obra publicada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1998, para homenagear os parlamentares gaúchos, em que de acordo com essa fonte, Flores da Cunha descendia, por parte de pai, de um legalista que lutou na Revolução Farroupilha. De acordo com a fonte seu bisavô paterno, o Coronel José Antonio Martins havia lutado ao lado das forças legalistas do Império do Brasil. (CUNHA, 1998).

discurso que enfatizava a necessidade de este se encontrar no comando do Rio Grande do Sul, no ano do centenário da Revolução Farroupilha.⁸⁰

*E que há de fazer quem ama com fetichismo a província natal, por cujo bem estar tem consagrado a maior parte da existência?
Anuirá, de certo, sentindo-lhe morrer nos lábios a negativa que estivera na iminência de ser proferida.
Valho-nos esta confrontadora convicção.
Será licito, porém é natural que cada uma pergunte a si mesmo levar o apego até a imprudência de sonegar o direito a descanso a quem, incessantemente, com estafante dedicação, tem trabalhado pelo bem coletivo, em todos os setores da causa pública: com o braço e o cérebro, a pena e a palavra, a espada e o coração!?
Não. Não é justo – é o primeiro juízo que a todos ocorre. Mas o raciocínio que logo se desenvolve, modifica-o sofregamente: entretanto, é necessário; despoticamente necessário! (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).*

Nessa parte da narrativa, Trindade procura justificar a necessidade de ter à frente do controle político do Estado uma personalidade como Flores da Cunha, pois dizia-se que este, mesmo doente, não havia abandonado a luta política no momento em que passava o Rio Grande pela elaboração de sua constituição estadual.

A lei magna do Estado que ainda deve ser elaborada e promulgada carecerá de um executor capaz de impô-la e garanti-la com uma vontade de aço. E a consolidação do novel regime jurídico? A salvaguarda da ordem nesse período? A reorganização político administrativa das comunas? Não serão, da mesma forma, tarefas ingentes que só um chefe prestigioso, de indiscutível autoridade e comprovada energia, poderá levar a bom termo? (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p. 04).

De acordo com Cícero Trindade, era em Flores da Cunha que se encontravam as qualidades indicadas para levar a obra da Constituição estadual à sua edificação. As comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves pretendiam reviver o general farroupilha, revivendo o passado, mas também atendendo às necessidades políticas de Flores da Cunha e seus partidários. E prosseguia Trindade:

Por outro lado, ainda que se desprezem estas razões e mais algumas, que seria fastidioso arrolar, subsiste o argumento de honra: estamos às portas do Centenário, aonde o Rio Grande deve entrar timoneado por quem, sobre estadista provecto, reúna maior e com mais realce, as qualidades típicas do povo gaúcho. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934p. 04).

⁸⁰ Os anos de 1935 a 1937, no Rio Grande do Sul, foram de intensos trabalhos parlamentares, no quadro constitucional do Estado, pela Constituição instalada em abril de 1935. As atribuições do governo do Estado foram objetos de intensos debates bem como a possibilidade de participação política dos setores sociais emergentes, mas estes se defrontariam com uma visão da sociedade em que uma elite deveria zelar pelo interesse de todas as classes. (MACHADO, 1990). O que pode esclarecer a visão também da memória que uma elite pretendia reelaborar como forma de reestruturar uma identidade baseada num passado “glorioso” sobre a Revolução Farroupilha, da qual se diziam herdeiros.

Dessa forma Cícero, Trindade apresentava Flores da Cunha como o mais preparado para estar no comando do Estado no ano do Centenário da Revolução Farroupilha, pois este, para Trindade, representava “*fielmente*” a marca do povo rio-grandense, claro, dentro da ótica daqueles intelectuais que faziam uso da memória farroupilha em benefício de um coletivo. O autor também faz menção aos princípios patrióticos que envolvem os generais, mesmo que separados no tempo, porque esse discurso é justamente a forma de se apropriar e manipular a memória da Revolução Farroupilha a favor dos “representantes” da revolução de 1930. Fazia-se menção ao sentimento patriótico, que, supostamente, envolvia ambos os generais revolucionários.

O paisano que se militarizou em 1923, para dignificar com sua nobreza os arraiais republicanos; o soldado que foi agraciado com os bordados de general, exclusivamente pelo mérito de seus feitos nas refregas de 924 e 926; o primeiro castilhistas que, em nome de seu partido, estendeu a destra da amizade ao adversário tradicional, até a véspera combatido; o parlamentar brioso, que foi um dos mais sólidos sustentáculos da Aliança Liberal; o general intrépido, que, em 1930, vanguardiou a arrancada outubrina; finalmente o homem de governo, que, em 1932, preferiu alancear o coração a desonrar a confiança de que era depositário; e, em vez de destruir incoerentemente a vitória grandiloqua de outubro, salvou-a de uma derrocada inglória, consolidando a estabilidade do novo regime: – esse patriota insigne, na parada grandiosa de 1935, deve ser necessariamente, o comandante do Rio Grande. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Trindade levantou todos os predicados que poderiam assemelhar Flores da Cunha a Bento Gonçalves, e o contrário não seria diferente: possivelmente, se não fosse pelas data, seria complicado saber a quem se referia Trindade num artigo que trata do centenário da Revolução Farroupilha, pois este buscou narrar a vida militar e política de ambos os generais que, em momentos distintos, estiveram à frente do governo no Rio Grande do Sul, fosse durante o período da República Rio-Grandense, ou da Interventoria do Estado, ou mesmo como governador. Reiterava Trindade sobre a importância e a representação de Flores da Cunha à frente do governo do Estado dizendo:

Adivinha-se já que o General Flores da Cunha, em sua individualidade cintilante, revive Bento Gonçalves, ao assumir aquele posto de comando, haverá traduzido a homenagem mais significativa que poderíamos oferecer à memória dos heróis do 20 de setembro.
E é desse modo que deseja o Rio Grande comemorar o centenário de sua data máxima. (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p.04).

Nesse sentido, a memória da Revolução Farroupilha está outra vez presente ligando o ontem ao hoje. Talvez esse trabalho de memória e a necessidade de se marcar o passado

possibilitassem a criação de um lugar de memória para a Revolução Farroupilha, materializada no bronze de quem era apontado pelos intelectuais como seu principal líder.⁸¹

No ano de 1935, as comparações entre o general Flores da Cunha e Bento Gonçalves tornaram-se mais latentes na imprensa. O Jornal da Manhã de 20 de setembro de 1935 trazia a imagem comparativa entre os generais.

Imagem 3 - Comparação entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves.



Fonte: JORNAL DA MANHÃ, 20 de setembro de 1935, p. 06, (MCSHJC).

A imagem comparativa entre os dois generais, como falava anteriormente, pode ser interpretada como a intenção de mostrar a continuidade e a ligação entre os dois homens, separados no tempo. Sobre a imagem de Flores da Cunha, logo acima, aparece escrito: “o presente”, enquanto, num segundo quadro, a imagem de Bento Gonçalves aparece como representação do “passado”. O morto não era só a sombra do vivo, mas a base sobre a qual a elite assentava seu discurso, o discurso de brasilidade. E foi sob o título “SOB O SIGNO DA BBRASILIDADE” que o jornalista André Carrazini se referiu ao discurso de Flores da Cunha na abertura do centenário farroupilha.

(...) os homens de 35 jamais deixaram de gravitar dentro do plano ideal da nação brasileira. A bandeira de uma federação cobrindo as demais províncias, como cúpula de um monumento que procurava construir em Piratini, era a poderosa força moral e espiritual que imantava a alma dos guerreiros farroupilhas. A um

⁸¹ Flores da Cunha como suposto herdeiro do “herói” farroupilha, estava de acordo com a visão da intelectualidade de 1930, adequado ao discurso de brasilidade do gaúcho.

século de distância, a claridade já não nos ofusca e podemos rastrear, com o sentimento de amorosa realidade, o itinerário verdadeiro daquela geração de heróis. O centenário que estamos comemorando aqui é bem o sétimo dia do mundo dramático de 35. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 09).

O sétimo dia da criação⁸², segundo o autor, leva a entender a continuidade da obra iniciada em 1835, que, cem anos depois, era retomada, naquele momento, com plenitude, pelas elites no poder. Eles não só queriam demonstrar a continuidade entre 1835 e 1930, mas também criar uma atmosfera de redenção, a qual havia sido alcançada pelos continuadores dos “centauros de 35”. Flores da Cunha, em seu discurso na abertura da Semana Farroupilha de 1935, dizia:

*Reafirmo neste ato o espírito de nossos antepassados, reafirmando cada vez mais essa chama ardente, que sempre fez vibrar nossos corações.
Meus senhores. Há já alguns decênios que os meus sentimentos se preparavam para essa grande e gloriosa comemoração. Era uma hora que eu aguardava ardentemente a fim de após 30 anos de incessantes lutas, poder recolher-me e terminar minha vida numa estância, de onde vim, cercado de afeto e de respeito dos meus concidadãos. Ansiava por esta hora, não só para compartilhar dessa imensa alegria, que domina mesmo aqueles que têm sido meus opositores, como ainda demonstra meu amor pelo Rio Grande e dizer a todos que, nas comemorações do centenário, estávamos ardendo de júbilo e vibrando de entusiasmo pelos feitos dos heroicos centauros de 35. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 07).*

Flores da Cunha deixava clara sua origem de estancieiro e também se reconhecia como descendente dos “homens de 35”, mas também aparece em seu discurso referindo-se à oposição, que, segundo Flores da Cunha, também apreciava o ato das comemorações, pois, segundo o discurso do general, era uma hora de serem esquecidas as diferenças em nome de um passado comum entre rio-grandenses, sendo uma “demonstração de amor” pelo Rio Grande.⁸³ Mostra-se, portanto, nessa passagem, o que já se salientou neste trabalho: a nacionalidade do gaúcho precedida pelo regionalismo.

⁸² Na Bíblia cristã, no Antigo Testamento, o sétimo dia da criação é quando Deus descansou após a criação do mundo e podemos compreender a intenção do discurso dando ares de um grande acontecimento à “obra” dos homens da Revolução de 1930.

⁸³ A narrativa do Jornal da Manhã ressaltava a disposição de Flores da Cunha em zelar pela união dos rio-grandenses, que, segundo o jornal, é algo que fazia parte da herança farroupilha.

Imagem 4 - A representação da imagem dos dois generais.



Fonte: Revista do Globo, 28 de setembro de 1935, p. 70, nº 169 (MCSHJC).

A Revista do Globo também deu contribuição em imagens sobre a comparação entre os generais. A revista trazendo as imagens de Bento Gonçalves e de Flores da Cunha dá um aspecto de linearidade entre os dois generais quando aparece, abaixo de suas imagens respectivamente, a inscrição dos anos de 1835-1935. Flores da Cunha também, em seu discurso, reiterou essa linearidade dizendo:

Cem anos depois das jornadas de dor e de glória que iniciaram a formidável epopeia dos farrapos, o Rio Grande todo vibra hoje de alegria e de orgulho pela consagração nacional e continental da revolução republicana de 1835. Todas as classes, o seu povo unânime, se rejubila nas empolgantes manifestações que enchem de rumores festivos as cidades, as vilas, as serras e os campos.

Do coração de cada um de nós sobe, se avoluma uma onda de indescritível entusiasmo, ao evocar, na paz e na tranquilidade do presente, o estupendo poema cívico dos nossos antepassados, cujo exemplo ilumina as nossas consciências, enche de fé e energia o nosso esforço e coroa de inesgotável confiança e aspirações os ideais do povo rio-grandense.

Há cinco anos, vibração cívica semelhante à de hoje levantava os rio-grandenses para mais uma de suas batalhas (...) o rio-grandense se pôs de pé pelo Brasil e venceu com o Brasil a mais bela de nossas vitórias nacionais pelo direito a democracia. Dias conturbados de incertezas e de dolorosos sacrifícios custou a consolidação da obra de 30. (Jornal da Manhã, 24 de setembro de 1935, p.08).

Na citação, foi possível analisar a posição do próprio Flores da Cunha a respeito de fazer uma associação entre o período da Revolução Farroupilha com os acontecimentos

políticos e militares que ocorreram com a Revolução de 1930. A Revolução de 1930, para o general, foi mais uma das batalhas empreendidas pelo Rio Grande do Sul para a unidade nacional e era vista como uma das “*nossas*” mais belas vitórias nacionais, posto que a Revolução Farroupilha, para Flores da Cunha, também se constituiu como uma revolução nacional. Ainda afirmava o governante que a paz que vivia o Brasil naquele momento (1935) era o objetivo pelo qual os farrapos cem anos antes tinham lutado. Assim, o passado era rememorado como o “poema” cívico cantado pelos antepassados da geração de 30.

Imagem 5 - Placa de Bronze do Monumento de Belém Novo.



Fonte: Alves. J, 2004, p.31.

A placa de bronze acima é parte do monumento que foi inaugurado em Porto Alegre no bairro Belém Novo em homenagem a Flores da Cunha.⁸⁴ A placa de bronze do obelisco traz primeiramente a imagem do busto de Flores da Cunha, à esquerda; à direita, está o general Bento Gonçalves e, abaixo das imagens, os louros que representam a vitória. Entre as imagens inscreve-se, a dedicatória que relaciona os dois generais: “*Ao Gal. Bento Gonçalves, símbolo duma época e patrono do culto das nossas tradições*”; em seguida: “*Ao general Flores da Cunha, benemérito benfeitor de Belém Novo e legítimo representante da estirpe farroupilha*”. O monumento é significativo, pois se constitui na materialização de discurso e imagem. Trata-se da memória no bronze em praça pública representando a fundação de um lugar de memória. Mais do que isso, esse monumento, inaugurado pelo próprio Flores da

⁸⁴ Foi utilizada a imagem retirada de Alves. J, (2004), pois a foto reproduzida do Arquivo Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho não estava legível.

Cunha, solidificava naquele lugar a própria representação que o general fazia de si. Também o comissariado da Exposição Farroupilha contribuiu ao mandar cunhar medalhas comemorativas com as duas efígies e as respectivas datas do centenário farroupilha.

Nelas, a comparação entre os generais ficava explícita.

Imagem 6 - Medalha comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

A importância de trazer essa imagem para o trabalho está em reafirmar a posição da elite do PRL, encarregada da Exposição Farroupilha cujo objetivo era identificar as imagens e comparar Flores da Cunha a Bento Gonçalves. No que diz respeito à interpretação das imagens, observa-se, num primeiro momento, o brasão da república Rio-Grandense, em relevo, com as datas também em relevo, trazendo a ideia da continuidade do tempo entre elas. Acima do brasão, aparecem os dois generais, em relevo, dando a ideia de que Flores da Cunha era o continuador da obra de Bento Gonçalves. A presença da brasilidade é dada pela imagem do Cruzeiro do Sul ao fundo, entre os dois generais.

Assim, podem-se observar, ao longo deste capítulo, indícios dos discursos que antecederam à produção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre. Foram discursos produzidos por parte de uma elite que estava no poder sendo representada por Flores da Cunha e os seus correligionários do PRL, e apoiados pelos membros do IHGRGS, como “representantes” e “herdeiros dos heróis de 35”. Essa suposta herança era, no ano do centenário, a identificação do rio-grandense com aquele passado por meio do trabalho de memória daquelas instituições. E seria também o lastro de memória que seria aproveitado no

ano do centenário da Revolução Farroupilha para afirmar a brasilidade dos propósitos dos gaúchos no passado e no presente tendo os “*homens de 1930*” como continuadores da “*raça de centauros*” que tinham, durante dez anos, lutado pelos ideais republicanos. Tendo um lastro teórico, o caminho estava aberto para a construção da memória no bronze, em um espaço público, na tentativa de aquela elite de consumir o que entendia como a memória do povo rio-grandense.

3. UM MONUMENTO, DOIS ESCULTORES: LEÃO VELOSO E ANTONIO CARINGI A ESCOLHA DO ESCULTOR PARA O MONUMENTO A BENTO GONÇALVES

3.1 O poder público e a idealização do monumento

No ano de 1934, o prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins, ao apresentar o Orçamento Extraordinário de despesas do município previstas para o referente ano, também assinava por esse decreto, o orçamento que previa a construção do monumento a Bento Gonçalves.

Decreto nº 286, de 4 de janeiro de 1934 aprova as instruções para a arrecadação das rendas municipais. Alberto Bins, Prefeito de Porto Alegre.

Atendendo à conveniência de ser dado regulamento aos serviços de arrecadação das rendas municipais previstas em lei: Decreta, Art. 1º Ficam aprovadas as instituições que com este baixam, organizadas pela Diretoria Geral da Fazenda, para arrecadação das rendas municipais previstas em lei.

Art. 2º As instruções, a que se refere o Art. Anterior, entram em execução a partir da data da publicação deste Decreto.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 4 de janeiro de 1934. Alberto Bins, Prefeito. (BINS, LEIS DECRETOS E ATOS, 1933-1934, s/p).

No Decreto 286, que foi possível encontrar incluso a renda destinada à construção do monumento. Em uma folha em anexo, intitulada “*Orçamento Extraordinário de 1934 – Despesas*”, aparece listado, na “*tabela 1*”, classificada como “*obras não reprodutivas*”, o monumento especificado como: “*construção de um monumento comemorativo do Centenário Farroupilha ... 500:000\$000*”. Esse foi o valor do monumento a Bento Gonçalves segundo o Jornal da Manhã, como será mostrado mais adiante.

Esse documento pode atestar que o monumento foi uma obra que fez parte do orçamento municipal de Porto Alegre no ano de 1934. Mas o Decreto nº 286, referente ao orçamento e assinado pelo prefeito Alberto Bins também foi aprovado pelo Conselho Consultivo do município.

Parecer do Conselho Consultivo Municipal sobre o Orçamento Extraordinário para 1934 (...).

*Construção de um monumento Comemorativo do Centenário Farroupilha (...).*⁸⁵

Nosso parecer é, pois, pela aprovação do orçamento extraordinário para 1934, fazendo votos para a rápida execução dos melhoramentos nele contidos. Sala de sessões do Conselho Consultivo do Município de Porto Alegre, 3 de abril de 1934. (ass.) Basil Sefton, Gabriel Rosa, Oscar Germany Victor A. Kessler, Anibal di Primo Beck. (ANNAES CONSELHO CONSULTIVO DE PORTO ALEGRE, 1932, p. 140-142).

O Conselho Consultivo do município, portanto, dava um parecer favorável para o Orçamento Extraordinário do município. Isso significa que o conselho aprovava, entre as demais obras extraordinárias, a construção do monumento comemorativo para o Centenário Farroupilha. Esses documentos atestam a autoria e os agentes envolvidos na construção do monumento ainda no período de sua idealização. Em dezembro de 1934, o Prefeito Alberto Bins entregou para o general Flores da Cunha, o Relatório do Orçamento Extraordinário, onde prestara contas citando o monumento para o Centenário Farroupilha, resumindo em anexo da seguinte maneira: “*Construção de um monumento comemorativo do Centenário Farroupilha ... 500:000\$000*”. (*RELATÓRIO APRESENTADO A FLORES DA CUNHA PELO PREFEITO ALBERTO BINS, 20 de dezembro de 1934, s/p*).

⁸⁵ Em 1934, segundo os noticiários dos jornais em Porto Alegre, não se referiam ao monumento a Bento Gonçalves como tal, mas, sim, ao monumento para a ponte da Azenha, comemorativo para o Centenário da Farroupilha.

Pode-se observar que, mesmo que o monumento idealizado, como parte das comemorações do centenário Farroupilha, tivesse incluído no orçamento do município de Porto Alegre, o então prefeito da cidade prestava contas ao interventor. Esse fato demonstra o estreitamento das relações entre os poderes em torno das comemorações farroupilhas. Foi possível também descobrir que o próprio Flores da Cunha nomeou o prefeito Alberto Bins para Comissário Geral da Exposição Farroupilha. O prefeito, no seu relatório ao interventor, diz: “*Tendo V. Exa. me designado para o Comissariado do futuro certame, estão já em plena atividade os trabalhos preparatórios, conforme tenho repetidamente dado ciência a V. Exa.*”. (RELATÓRIO APRESENTADO A FLORES DA CUNHA PELO PREFEITO ALBERTO BINS, 20 de dezembro de 1934, s/p).

De acordo com o relatório de Alberto Bins a Flores da Cunha, o interventor era informado de toda a movimentação sobre os preparativos para a Exposição Farroupilha e de suas obras. Dessa forma, é possível compreender que, de fato, era o PRL que tinha o controle da situação em torno dos preparativos da exposição, como também da idealização do monumento, que, conforme é mostrado, seria pago pelo orçamento da prefeitura.

Os documentos acima não mencionam o monumento como sendo o de Bento Gonçalves: este só será assim conhecido quando estava em vias de ser inaugurado. Foi em um documento do Prefeito Alberto Bins ao Conselho consultivo do município que apareceu pela primeira vez a denominação de “o monumento a Bento Gonçalves”.

*Sala de sessões do Conselho Consultivo de Porto Alegre, 13 de dezembro de 1935.
Em seguida a Mesa tomou conhecimento do seguinte ofício de nº 624, do sr. Prefeito:
A 31 de dezembro corrente, deverá ficar encerrado o orçamento extraordinário aprovado pela lei nº 280 de 18 de abril de 1934.
Durante a execução das obras autorizadas nesse orçamento, algumas tiveram que o orçado, por imprevistos surgidos (...).
A fim de encerrar o orçamento, venho solicitar vossa autorização para suplementação das verbas excedidas e para a abertura de créditos especiais destinados a atender às despesas das comemorações do Centenário e outras especificadas na relação inclusa (...).
(...) Monumento a Bento Gonçalves ... 20:000\$000. (ANNAES CONSELHO CONSULTIVO DE PORTO ALEGRE, 1935, p. 108-110).*

A verba suplementar para o monumento, que foi pedida ao Conselho Consultivo de Porto Alegre, pela data, pode estar relacionada com algo referente à sua instalação no local, em frente ao pórtico da exposição. Trata-se de uma verba suplementar, para completar o que já havia sido pedido na lei orçamentária nº 280 de 18 de abril de 1934. Portanto, tal indício atesta a afirmação de o dito “*monumento comemorativo do centenário Farroupilha*” que

aparece no orçamento, tratar-se do mesmo monumento a Bento Gonçalves, que passou a ser chamado assim através dos noticiários a partir do segundo semestre de 1935.⁸⁶ Quanto ao parecer do Conselho Consultivo, esse se manifestou da seguinte forma: “*A esse documento o Conselho deu o seguinte parecer: O Conselho Consultivo vota pela aprovação do exposto pelo sr. Prefeito no presente ofício e demonstração anexa*”. (ANNAES CONSELHO CONSULTIVO DE PORTO ALEGRE, 1935, p. 108-110).

A ideia, no início do capítulo, foi expor documentos produzidos pela municipalidade, no intuito de verificar por onde circulavam sujeitos e ideias, a fim de desvelar o envolvimento dos personagens nos episódios que antecederam a inauguração do monumento. A partir dos documentos produzidos pela governança de Porto Alegre é possível compreender a proximidade dos sujeitos na relação estreita entre os governos estadual e municipal, o que possibilita delimitar a parte da elite envolvida no projeto do monumento a Bento Gonçalves. Outra etapa do processo diz respeito à escolha do escultor que iria executar a construção do monumento.

A escolha do escultor para a construção do monumento a Bento Gonçalves comemorativo ao centenário da Revolução Farroupilha presente nas discussões da comissão central do evento ao longo dos anos de 1934 e 1936 ocupou também as páginas de jornais e revistas de grande circulação do período. Num primeiro momento, segundo as fontes analisadas, quando do anúncio do concurso para o monumento a Bento Gonçalves, apenas manifestou interesse o escultor paulista Hildegardo Leão Veloso e, ao que tudo indica, este junto com o arquiteto Cristiano Gilbert, foram os construtores do projeto. Segundo o jornal, a certeza vinha do fato de: “*O Sr. Major Alberto Bins e demais membros da grande comissão, visitaram ontem a “maquete” dos monumentos e ponte a serem construídos na Azenha*” (JORNAL DA MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p. 06). A construção dessa maquete, de acordo com o jornal, já estava concluída.

NA PONTE DA AZENHA

É um ponto altamente histórico da epopeia Farroupilha.

Obedecendo ao programa traçado, serão ali construídos importantes melhoramentos inclusive a construção de uma nova e majestosa ponte.

⁸⁶ O monumento a Bento Gonçalves era também conhecido como o monumento da ponte da Azenha, comemorativo ao centenário Farroupilha. Os jornais explicavam tratar-se de um monumento a Bento Gonçalves, mas os noticiários, somente a partir de 1935, passaram a denominá-lo como tal. Talvez porque este não mais seria inaugurado em 1936 na ponte da Azenha, e sim num pedestal em frente a Exposição Farroupilha em Porto Alegre.

O projeto para esse trabalho foi executado pelo arquiteto Sr. Cristiano de la Faise Gilbert e escultor o sr. H. Leão Veloso especialmente vindo do Rio de Janeiro para tal fim.

A maquete desse importante trabalho já está concluída. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p. 06).⁸⁷

Veloso, de acordo com a citação acima, viria como convidado a participar do projeto, pois o escultor era um artista conhecido no meio artístico e acadêmico do Brasil, tendo tido, ao que tudo indicava, referências suficientes para realizar tal projeto. No entanto, quando no ano de 1934, os jornais porto-alegrenses mostravam que Leão Veloso era o único concorrente para realizar a obra do monumento encomendado pela prefeitura de Porto Alegre, eis que surgiu o nome de Antonio Caringi como o segundo concorrente para o concurso para o então conhecido projeto do “*monumento para a ponte da Azenha*”. De acordo com o jornal, “*O talentoso escultor Caringi deverá partir em outubro próximo, da Alemanha, trazendo consigo uma “maquete” para o monumento da ponte da Azenha*”. (JORNAL DA MANHÃ 16 de setembro de 1934, p. 07).

Em junho de 1934, o Jornal da Manhã, sob o título “*Para Comemorar o Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha*”, destacava o papel da prefeitura de Porto Alegre como idealizadora do monumento a Bento Gonçalves. Dizia o noticiário que, através da sua Secretaria de Obras e Viação, a Prefeitura Municipal havia concluído os estudos para “*o monumento a ser erigido na antiga ponte da Azenha*”. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06).⁸⁸ Gostaríamos, inicialmente, de esclarecer que os jornais analisados foram enfáticos quanto à autoria intelectual e econômica do monumento. Ao contrário do que afirma José Alves (2004), ao enfatizar que o monumento era um projeto em conjunto da Prefeitura

⁸⁷ Nessa citação aparece um fato novo que vai ser citado novamente no decorrer do trabalho, é que Cristiano Gilbert é arquiteto da Secretaria de Obras e Viação de Porto Alegre e segundo consta, Leão Veloso veio especialmente do Rio de Janeiro para trabalhar na maquete da Secretária de Obras e Viação. E essa se chamava “Projeto Veloso”, o que pode sugerir que houve uma concorrência pública no momento em que Caringi apareceu como concorrente para a construção do monumento. Talvez, por isso, não encontrei até o momento o edital de concorrência pública para a execução do monumento a Bento Gonçalves. Foram feitas pesquisas no Arquivo Municipal de Porto Alegre Moises Velinho, por meio das quais foi analisada a documentação da Exposição Farroupilha; a Correspondência, as Leis Atos e Decretos do prefeito Alberto Bins. Também foi feita uma pesquisa na Procuradoria Geral da Prefeitura de Porto Alegre no setor de Registros Gerais, onde não consta nada sobre a abertura de concorrência pública para a construção do monumento a Bento Gonçalves. No entanto os jornais A Federação e o Jornal da Manhã mencionam a abertura de concorrência pública a partir de 20 de junho de 1934, mas não foi encontrado nas suas páginas tal edital. Porém em novembro de 1934 os jornais mencionam que tal concorrência pública foi aberta. O edital se foi feito, é algo ainda a ser encontrado. Assim, utilizarei os documentos disponíveis acima e irei relacioná-los com as notícias dos jornais referentes ao “concurso” o que vai aparecer no andamento deste capítulo.

⁸⁸ O Rio Grande do Sul, durante a década de 1930, parece ter seguido a tendência nacional no que se refere à produção de monumentos e cerimônias comemorativas para a promoção política de seus dirigentes: “No Brasil, o governo de Getúlio Vargas aproveitava para exaltar seus ideais políticos com a instalação de estátuas monumentais, pregando sua ideologia e seduzindo, assim, o povo por meio da imagem. Também promovia grandes cerimônias em locais públicos, reunindo multidões de jovens, para estimular os sentimentos cívicos, instigando todos os brasileiros a atingir um ideal máximo de patriotismo”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 31).

Municipal com o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Até o momento, entretanto, não foi encontrado nenhum indício que ateste a afirmação do autor. Sobre o assunto diz o Jornal da Manhã:

Como parte das comemorações a serem realizadas em setembro do ano próximo em que se celebrará o 1º Centenário da Revolução Farroupilha, está incluída a inauguração de um monumento ao general Bento Gonçalves o legendário herói figura de grande projeção nas lutas de 1835.

Querendo homenagear o grande farroupilha a Prefeitura Municipal associando-se as futuras comemorações consignou uma renda especial para construir um monumento comemorativo à Revolução de 35 e a seu chefe máximo. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06).

Percebe-se que o jornal confirma a propriedade do monumento à governança de Porto Alegre. Podemos mesmo analisar como o discurso do jornal contribuiu para as memórias que seriam evocadas no ano de 1935, ao apresentar Bento Gonçalves como “herói”, associando o monumento às comemorações. O monumento ao ser idealizado pela prefeitura com aval da imprensa, fortalecia a construção do vínculo entre o passado e o presente. Além do mais, é significativo falar que os políticos envolvidos – inclusive o prefeito Alberto Bins – supostamente poderiam ampliar suas junções com tal memória devido ao fato de terem patentes militares. O jornal que se referia a Alberto Bins, lembrava:

Desejando que a obra projetada fosse um monumento de grande arte, o Major Alberto Bins, ilustre prefeito municipal determinou que a Diretoria de Obras e Viação da prefeitura, da qual é chefe o Dr. Acelino Carvalho, procedesse aos indispensáveis trabalhos para a organização dos desenhos e dos croquis para então a Prefeitura chamar os concorrentes para a construção da grande obra. O local escolhido foi a ponte da Azenha onde se travaram vários combates no período da Guerra dos Farrapos. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06).

Entende-se que, além de os documentos analisados confirmarem a prefeitura como mentora do monumento, mencionava-se a importância do local a ser escolhido, a ponte da Azenha,⁸⁹ pelas suas significações históricas. No entanto os combates rememorados na presença do monumento e mencionados pelo jornal não referenciam tais fatos. Não faziam parte daquela conjuntura os questionamentos que Franco (2000) levantou a posteriori sobre os combates dos farroupilhas naquele local e do cerco imposto à cidade de Porto Alegre e seus moradores. A prefeitura pretendia, no Centenário da Revolução Farroupilha, “colocar” às portas da cidade, novamente, os sitiadores.

A prefeitura não remodelará a atual ponte. Fará a construção de uma nova toda de concreto armado. Simultaneamente, com essa obra, será ereta em bronze a estátua

⁸⁹ Grifo meu.

equestre de Bento Gonçalves como figura principal que foi da Revolução de 1835. Em relevo, no pedestal, as figuras de Silva Jardim e Onofre Pires. Nos quatro cantos da ponte, serão esculpidos em bronze gaúchos a cavalo, de lança em riste, lembrando a epopeia Farroupilha e simbolizando a raça demonstrando a ação desenvolvida pelas forças revolucionárias para a posse da ponte. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06).

Segundo o Jornal da Manhã, o monumento demonstraria a “raça”: seria uma obra que daria destaque ao monumento de Bento Gonçalves por este representar a figura principal da Revolução de 1835. Em cada cabeceira da ponte, haveria uma estátua equestre, o que daria ao projeto, que não se efetivaria no ano do centenário, uma dimensão de obra arquitetônica monumental para a entrada de Porto Alegre. A notícia do jornal faz questão de ressaltar que o monumento a ser construído é uma estátua equestre. Esse fator é relevante, pois os significados de se ter a representação de um “herói” montado no cavalo estão de acordo com a pretensa memória daquela elite. No imaginário rio-grandense, o cavalo é o companheiro do gaúcho: além de representar o militar estancieiro, no caso do general Bento Gonçalves, a figura equestre é de grande significado no sentido de representar a marca regional do homem rio-grandense pretendido para servir de “espelho” para a elite idealizadora do monumento em 1935. Sobre a representação do monumento equestre, na falta deste para o monumento a Bento Gonçalves em Rio Grande, Fuão diz que:

A inexistência do cavalo na figura do general farroupilha fora questionada em outros momentos do processo de erguimento da obra. Como resultado desse imaginário que entende a figura de Bento Gonçalves como equestre, capaz de transmitir uma maior impressão de superioridade e liderança relativa ao pampa, caracterizou-se mais tarde em Porto Alegre. (FUÃO, 2009, p. 291).

Talvez a importância de ressaltar essa representação de liderança que transmite o monumento equestre resida justamente na intenção de mostrar a continuidade entre os “homens de 1835” e os de 1935. No capítulo anterior, revelou-se como até mesmo o próprio Flores da Cunha e seus partidários viam no monumento equestre a representação de Bento Gonçalves, uma vez que Flores da Cunha também havia utilizado o cavalo como militar e general, nas contendas regionais do início do século XX. Pode-se até mesmo dizer que o cavalo é elemento de reelaboração dessa memória ligada à elite rural rio-grandense.⁹⁰

Imagem 7 - Desenho do projeto da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de Porto Alegre.

⁹⁰ Ainda sobre a representação de Bento Gonçalves “a pé”, Fuão diz: “A representação de Bento Gonçalves “a pé” contrariava abertamente a concepção mitificadora edificada sobre o típico gaúcho. Chocou-se com a ideia de “centauro dos pampas”, atribuída aos sul-rio-grandenses ao longo da segunda metade do século XIX em diante, pela cultura regional”. (FUÃO, 2009, p. 291).



Fonte: JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06.

O monumento equestre aparece no desenho da maquete acima, idealizada pela Secretaria de Obras e Viação da prefeitura de Porto Alegre. Este seria o croqui exigido para os participantes apresentarem seus projetos. Embasado nele, os artistas imprimiriam seu estilo de arte.⁹¹ Novamente aqui é possível perceber que o monumento é parte de atos individuais que, por consequência de um círculo de interdependência, têm como fim um produto das conformações sociais vividas pelo artista. Quanto ao croqui o jornal do monumento que a prefeitura iria construir, o jornal dizia tratar-se de uma homenagem ao “*maior feito da história rio-grandense será uma notável obra que muito contribuirá para o embelezamento da cidade*”. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06). O jornal também fazia questão de destacar o caráter monumental da ponte. Esta teria:

(...) 20 metros de comprimento com três vãos sendo um central de 12 metros e dois outros laterais de 4 metros cada um. As vigas principais serão do tipo pórtico (...). Além disso, tem o ponto obrigatório que é a Avenida da Azenha (...). A largura da ponte será de 26 metros, assim distribuídos: dois passeios laterais de 350 metros cada um. Duas faixas de rodagem com 12 metros cada uma com seis metros de linha de bondes. À entrada da ponte serão plantadas grama e maciço de árvores. (JORNAL da MANHÃ, 22 de junho de 1934, p. 06).

A citação acima, relacionada com a imagem anterior, pode dar uma dimensão da monumentalidade do empreendimento. Ao que tudo indica, era um trabalho de grande importância visual, pois foi planejado, como deixa transparecer, para ser um local de grande fluxo de pessoas. O empreendimento, que serviria para o trânsito de pedestres, carros e

⁹¹ Nota-se que a imagem equestre do croqui representa um gaúcho campeiro a cavalo em trajes típicos esboçando o regionalismo, porém não foi esse tipo que representou o monumento depois de pronto, uma vez que esse retrata o general em farda militar, o que revela uma tendência ao nacionalismo pretendido em 1935.

bondes, Ou seja, era por onde transitaria grande parcela de habitantes da cidade e mesmo daqueles que viessem até ela, e sua presença nesse local, causaria mais impacto quanto a informação a cerca de sua representatividade diante da população. Segundo o jornal, em questão de dias, estariam anunciando a abertura do concurso, que inaugurou um período de reveses e tomada de posição dos agentes envolvidos.

Assim foi possível encontrar, a partir das fontes analisadas, os reveses surgidos com a chegada do escultor gaúcho da Alemanha para entrar no concurso. A partir da presença deste, as fontes revelaram o jogo de poderes e interesses políticos e sociais na escolha de quem seria mais “*qualificado*” para a execução do projeto para a ponte da Azenha. Nas palavras dos cronistas, “*quem mais saberia impregnar o monumento da alma da nossa gente*”.

3.2 Leão Veloso: um escultor paulista para a construção do “monumento dos gaúchos”

O escultor brasileiro Hildegardo Leão Veloso, nasceu em Palmeiras, no Estado de São Paulo, no ano de 1899. De acordo com as fontes, o escultor participou de grandes projetos dentro do Brasil, inclusive da Semana da Arte Moderna de 1922,⁹² em São Paulo, junto com escultores como Victor Brecheret e W. Haerberg, porém sua obra não se encaixava no conceito de modernismo, estando voltada para a arte neoclássica. (PORTALARTES, 31 de janeiro de 2013, s/p). Nesta análise, percebe-se que Leão Veloso teve sua formação artística dentro do Brasil, havendo estudado escultura e modelagem com o professor Bernardelli, no Rio de Janeiro, na Academia Imperial de Belas Artes.

O professor de artes de Leão Veloso, José Maria Oscar Rodolpho Bernardelli, era mexicano naturalizado brasileiro, mas foi no Brasil que se formou e lançou suas obras. Passou alguns anos na Europa, estudando em Roma. “*De volta ao Brasil, passou a atuar como*

⁹² Nas primeiras décadas do século XX, houve a preocupação de alguns intelectuais importantes do nosso país, para que a arte fizesse referência às “coisas da nossa terra”, da nossa cultura, com características brasileiras. O primeiro movimento aconteceu com a Semana da Arte Moderna, em 1922, formado por um grupo de artistas plásticos, poetas e críticos, entre eles, Di Cavalcanti, Brecheret, Anita Malfatti, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade. Esse movimento tinha como objetivo romper com os padrões de estética tradicional”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 28).

*professor de escultura estatutuária na Academia Imperial de Belas Artes e como diretor na recém-criada Escola Nacional de Belas Artes”.*⁹³

Leão Veloso, antes de participar do concurso para o monumento de Bento Gonçalves em Porto Alegre, havia trabalhado em outras obras dentro do país. Entre tais obras, destacam-se os seguintes trabalhos:

Em 1925, com o francês Jean Magrou elaborou as esculturas esculpidas em mármore de Carrara que adornam os túmulos de D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, na Catedral de Petrópolis.

Monumento ao Senador Pinheiro Machado - Ipanema, Rio de Janeiro.

Em 1931, foi o escultor da imponente obra dedicada ao Senador Pinheiro Machado, na Praça Nossa Senhora da Paz, por encomenda da Câmara dos Deputados.

Foi o autor da estátua equestre do General Osório, inaugurada na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, no ano de 1933. (PORTALARTES, 31 de janeiro de 2013, s/p).

Esses dados permitem concluir que Leão Veloso, anteriormente à sua participação no concurso para a execução do monumento a Bento Gonçalves, já havia participado de importantes projetos de arte nacional, tendo-se destacado mesmo ao lado de estrangeiros. Participava ativamente como escultor desde os anos 1920 e em 1933, produziu o monumento equestre do General Osório para Porto Alegre.⁹⁴ Portanto, podemos sugerir que Leão Veloso não era um sujeito desconhecido de políticos e intelectuais gaúchos.

Ainda no ano de 1937, foi autor do projeto vencedor para a construção do monumento ao Almirante Tamandaré – patrono da Marinha do Brasil. O monumento foi inaugurado em 28 de dezembro de 1937, no Rio de Janeiro. Seu trabalho estende-se para a década de 1940, quando sua arte passou a ser reconhecida em outro Estado do país. Nessa época, o então governador de Santa Catarina, Nereu Ramos, encomendou-lhe a execução de adornos para o túmulo do poeta Cruz e Sousa, também ocorreu a inauguração de um monumento de sua autoria na cidade de Laguna, em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, com a dimensão de 11, 5 metros de altura. (PORTALARTES, 31 de janeiro de 2013, s/p).

Já na década de 1950, Leão Veloso executou um monumento à memória do ex-presidente Getúlio Vargas, inaugurado em 27 de janeiro de 1957, pelo então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek. (PORTALARTES, 31 de janeiro de 2013, s/p). Considerando-se as obras realizadas por Leão Veloso em diversos Estados brasileiros para o governo desses Estados e mesmo as que foram inauguradas por presidentes, pode-se intuir que esse escultor

⁹³ Obtida de "http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rodolfo_Bernardelli&oldid=38826737" Acesso em: 31/07/2014.

⁹⁴ A estátua encontra-se no mesmo local de inauguração, no centro histórico de Porto Alegre, na Praça da Alfândega.

gozava de certo prestígio no Brasil, o que pode atestar seu reconhecimento nacional durante quase todo o século XX.⁹⁵

Segundo José Francisco Alves (2008), Leão Veloso recebeu muitos prêmios dentro do Brasil, inclusive em 1934, no Salão nacional de Belas Artes, quando recebeu uma medalha de bronze pelos trabalhos apresentados. (ALVES. J, 2008, p. 236). Tal referência pode ser relacionada com as fontes analisadas que dão uma melhor compreensão da representação de Leão Veloso na arte nacional.⁹⁶

Pelos indícios até agora apresentados, supõe-se que Leão Veloso teria as condições adequadas para poder fazer o monumento a Bento Gonçalves. Afinal de contas, Veloso tinha experiência e supostamente saberia capturar as feições regionais do gaúcho para o monumento. Cabe lembrar ainda que o autor já havia participado de outros monumentos em outros Estados brasileiros, o que leva a crer que tinha consciência da diversidade regional dos Estados brasileiros.

No entanto, Mützenberg (2006) chama a atenção para o fato de que, durante o período Vargas – década de 1930 –, os governos tinham por prática comissionar às obras dos artistas que tivessem uma formação em artes clássicas, com passagem em ateliers da Europa e que tivessem tido contato com os mestres europeus dos grandes centros de artes clássicas. Assim, os governos entendiam que os escultores com tal perfil capturariam melhor e mais fielmente as formas, as precisões dos volumes e os padrões estéticos. Sobre Antonio Caringi, Mützenberg, afirma que:

(...) teve formação artística na Alemanha, produziu obras em estilo clássico, as quais estavam dentro do padrão estético exigido pelos governantes, que comissionavam monumentos, para fazer homenagens políticas e de propaganda. Foi o escultor com o maior número de obras encomendadas no estado gaúcho. (MÜTZENBERG, 2006, p. 30).

Neste aspecto, observa-se um elemento que possivelmente possa ter contribuído em relação à escolha de Antonio Caringi – em detrimento de Leão Veloso – para a execução do monumento a Bento Gonçalves: embora este escultor tivesse como cânone de seu estilo de arte os padrões clássicos, a este faltava-lhe experiência nas academias de arte europeias.

⁹⁵ De acordo ainda com a fonte analisada, Leão Veloso foi vencedor “do concurso internacional para o panteão do General Urquiza. Fez inúmeros bustos, entre eles os de Rui Barbosa, Aurelino Leal e Jackson de Figueiredo, entretanto, a falta de dados, faz com que os estudiosos não saibam ao certo o número de obras apresentadas pelo escultor”. (PORTALARTES, 31 de janeiro de 2013, s/p).

⁹⁶ Segundo Alves, na trajetória do escultor Leão Veloso, consta ainda que este: “Em 1950, foi nomeado Livre docente na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, sendo diretor da instituição entre 1955 e 1966. Também fez parte da Comissão Nacional de Belas Artes, de 1952 a 1955. É autor de vários monumentos pelo país”. (ALVES. J, 2008, p. 236).

Caringi, por sua vez, tivera sua formação, desde cedo, na Europa, tanto que suas obras produzidas durante a década de 1930 foram realizadas em seu atelier em Munique, na Alemanha, onde havia fixado residência.

Possivelmente, como será visto mais adiante, não foi somente a questão da experiência europeia que pesou a favor de Antonio Caringi para sua escolha como executor do monumento de Bento Gonçalves – claro que é um indício interessante –, porém, na análise da escolha de Antonio Caringi, para fazer o trabalho é preciso ater-se também aos aspectos do regionalismo e dos discursos por parte da imprensa dando margem para a produção de Antonio Caringi, pois, como já foi mencionado, Leão Veloso era o escultor que havia produzido o monumento para o General Osório. Tal fato pode ter tido efeitos colaterais, tendo em vista a pretensão dos idealizadores do concurso de dar o “tom” regional que o monumento, mesmo para falar da brasilidade do gaúcho, precisava ter. Também não pode ser desconsiderada a relevância simbólica que seria ter um gaúcho com “reconhecimento” internacional no mundo das artes à frente daquele trabalho para o centenário da Revolução Farroupilha. Mas o fato é que se tinham dois escultores brasileiros para a construção de um monumento que, no discurso político em que o monumento se inseria, ressaltava os aspectos da brasilidade do gaúcho. A questão é saber o quanto esta brasilidade estava subordinada aos princípios regionais dos idealizadores do monumento.

3.3 A trajetória do gaúcho Antonio Caringi: o escultor dos “pampas”⁹⁷

Embora, o propósito deste trabalho seja analisar o monumento a Bento Gonçalves da Silva e suas representações políticas e sociais, assim como sua influência na reprodução da memória e imaginário da sociedade porto-alegrense, busco traçar um panorama sobre seu escultor Antonio Caringi. Tal panorama tem o propósito de entender como este vai ser apresentado pela imprensa na ocasião do concurso para o monumento Bento Gonçalves. Em outras palavras, procuro analisar elementos que demonstrem as “credenciais” de Antonio Caringi no discurso jornalístico, quando do concurso do monumento em 1934.⁹⁸ Pois, afinal

⁹⁷ O termo faz referência ao título da obra de Luiz Antonio de Assis Brasil que dá ênfase aos trabalhos realizados pelo escultor que dizem respeito aos monumentos feitos para comemorações dentro do Rio Grande do Sul, casos como os do monumento a Bento Gonçalves, o laçador e dos inúmeros monumentos as mães, ao imigrante, ao expedicionário e a muitas personalidades do Estado do Rio Grande do Sul.

⁹⁸ De acordo com Paulo Gomes, In: Brasil 2008, pela experiência internacional de Antonio Caringi: “sua obra deveria ser colocada ao lado das de Humberto Cozzo (1900-1973), Arlindo Castellane (1910-1985), Ricardo Cipicchia (1885-1969), João Batista Ferri (1896-1977), Galileo Emendabili (1898-1974), além das de Lelio Coluccini (1910-1983), José O. Corrêa Lima (1878-1974), Julio Guerra (1913- 2001), Modestino Kanto (1889-1967), Paulo Mazuchelli, Honório Peçanha (1907-1992), Hildergado Leão Veloso (1889-1966), Augusto

de contas, este havia estudado “em um dos maiores centros artísticos do mundo. O esforço de sua obstinação é recompensado”. (BRASIL, 2008, p. 13).

Desse modo, busco analisar para este capítulo, alguns trabalhos já escritos sobre Antonio Caringi, para não só tentar perceber o artista e suas tendências, como também compreender o “mundo” do escultor para assim, possivelmente compreender a conjuntura vivida pelo artista e o quanto esta influenciou em sua arte. Afinal de contas como já foi constatado, Antonio Caringi de acordo com as fontes, estudou nas escolas de arte mais renomadas da Europa, com os melhores mestres internacionais, porém acabou conhecido como escultor também pela sua arte regional. Mas até que ponto sua estadia na Alemanha influenciou na concepção de sua arte na produção do monumento a Bento Gonçalves? José Alves (2004) aponta muitos aspectos sobre a influência da arte europeia para a construção do monumento a Bento Gonçalves. O monumento está representado “no modo tradicional das clássicas estátuas equestres europeias”. (ALVES. J, 2004, p. 59).

Antonio Caringi nasceu em Pelotas, em 25 de maio de 1905. Filho de Antonio Caringi e Josefhina Sicca, fez seu ginásio em Bagé, veio para Porto Alegre em 1918, onde estudou e se graduou em Ciências e Letras. Na URGS, no ano de 1923, estudou química industrial na Escola de Engenharia, não tendo concluído o curso. (ALVES. J, 2004; PRIETTO, 2012). Porém, uma vez estando em Porto Alegre, procurou aproximar-se do trabalho com esculturas em argila e gesso frequentando ateliês de amigos. Mesmo estudando engenharia, apresentou trabalhos no Salão de Artes de Outono em Porto Alegre. Com vinte e três anos de idade, embarcou para Munique por intermédio de Afonso Lopes de Almeida, crítico de arte e diplomata. Na Alemanha, assumiu o cargo de adido cultural no consulado brasileiro em Munique no período entre guerras. Caringi estava inserido em um dos maiores centros de arte do mundo. (ALVES. J, 2004; BRASIL, 2008; PRIETTO, 2012). Sua atividade consular possibilitou-lhe conhecer os grandes centros culturais da Europa.

(...) permaneceu em Florença e Roma por um longo tempo. Mais tarde especializou-se em plástica monumental. Estudou também em Berlim, com o escultor Arno Breker, antes de se transferir para Paris. A partir daí Caringi fez uma “peregrinação gloriosa” que o levou a Itália, Dinamarca, Suécia e França e países balcânicos (...) na Grécia e na Turquia. (ALVES.J, 2004, p. 231).

Zamoyski (1893-1970) e Amadeu Zani (1869- 1944). A maioria desses escultores aqui citados faz parte do elenco organizado por R. A. Freudenfeld, em *Artistas Plásticos Contemporâneos no Brasil*. (...) Esses artistas, na sua maioria, foram os responsáveis pelos grandes monumentos públicos brasileiros do período. É um grupo caracterizado pelo ecletismo, transitando pelo neoclassicismo, o Art Déco e o realismo, tendência mais a gosto das elites da época”. (GOMES, In: BRASIL, 2008, p. 24-25).

Portanto, Caringi teve a oportunidade por meio de atividades no consulado, de viajar pelos centros de arte europeus, porém foi em Munique que este conheceu seu professor Herman Hahn, que influenciaria no estilo de arte do escultor gaúcho. No ateliê de Hahn, Antonio Caringi preparou-se para conseguir uma vaga na Academia de Belas Artes de Munique, onde, entre quinze concorrentes, ficou em primeiro lugar. (BRASIL, 2008). Segundo nossas fontes a partir da Academia de Belas Artes em Munique, Caringi conquistou renome na Europa, o que supostamente significava renome mundial. (BELLOMO, 1997; BRASIL, 2008; PRIETTO, 2012).

Segundo Harry Bellomo (1997), o estilo de arte desenvolvido por Caringi em seus monumentos revela:

(...) claramente a influência exercida em Caringi pelos seus mestres alemães, especialmente Herman Hahn e seus volumes grandiloquentes à maneira de Miguel Ângelo. Essa grandiloquência, aliás, parece ter sido decisiva na valorização de Herman Hahn no III Reich de Hitler. Tal como seu mestre, a obra de Caringi é marcada por um figurativismo realista e vigoroso. Suas figuras perdem as suaves curvas do neoclássico e do historicismo para ganhar angulosidade nas linhas. As listas superficiais neoclássicas encrespam-se em ásperas enrugaduras. Nos gestos e poses, em lugar de delicada elegância, aparecem posturas pesadas e rijas. Os volumes tendem à geometrização. A nervosa contração dos sobrolhos, maxilares cerrados, lábios crispados também fazem parte do seu repertório expressivo. (BELLOMO, 1997, p. 59).

O fator espaço teve certa relevância quando do concurso para a construção do monumento? É uma questão a ser respondida. Caringi, quando do concurso do monumento, como veremos mais adiante, levará vantagem, em relação ao seu oponente Leão Veloso. Ao menos no discurso jornalístico, será dada ênfase à experiência internacional de Antonio Caringi. De acordo com Paulo Gomes (2008), a obra de Caringi estava, ligada tanto à escultura alemã quanto à escultura francesa. Como afirmou Brasil (2008), Caringi foi aluno de Herman Hahn, e Gomes acrescenta que também foi “*aluno de Plástica Monumental com Arno Breker (1900-1991), célebre escultor oficial do III Reich, formado sob a influência da escultura francesa de Auguste Rodin*”. (GOMES, In; BRASIL, 2008, p.24).

Analisando a afirmação de Gomes, fica clara a proximidade de Antonio Caringi com os artistas que influenciariam a arte na Alemanha durante o III Reich. Afinal de contas, é historicamente sabido que, na década de trinta, no período de que estamos tratando, a Alemanha caminhava rumo ao estabelecimento do nazismo.⁹⁹ Ironicamente, será da

⁹⁹ “A Alemanha foi sofrendo forte influência do governo que se instalava no período que compreende o final da década de 20 até o início da década de 40. Foi nesse tempo que o artista pelotense passou estudando nesse país,

Alemanha de Hitler que será importado o monumento de Bento Gonçalves, o “nosso Bento”, o monumento que, uma vez estando em terras rio-grandenses – segundo o discurso jornalístico –, representava a república e seus ideais de liberdade.

A volta de Antonio Caringi ao Rio Grande do Sul ocorreu justamente em virtude do concurso para o monumento a Bento Gonçalves. Como afirma Alves. J (2004), na ocasião do concurso, somente havia entregado uma proposta o escultor paulista Hildegardo Leão Velloso, e este foi aceito. Já em Assis Brasil (2008), cujo mencionado trabalho é exclusivamente sobre Antonio Caringi, o autor nos diz o seguinte. “(...). *Antonio Caringi estando no Brasil, e tocado por sua sadia ambição, concorre e vence*”. (BRASIL, 2008, p.13).

Não é o primeiro aspecto contraditório entre autores. No entanto, as fontes analisadas da época coincidem com a posição de Alves. J. (2004), dando-nos a entender que Caringi nem figurava como artista concorrente.

No dia 10 de outubro, partirá da Alemanha, onde fixou residência há seis anos [sic] o escultor brasileiro Antonio Caringi, em viagem para o Brasil, tendo por fim exclusivo a apresentação da “maquete” com que concorrerá ao monumento aos heróis de 35. (JORNAL DA MANHÃ, Noticiário, 16 de setembro de 1934, p.07).

Caringi somente apresentou seu projeto em novembro de 1934, enquanto o Jornal da Manhã de 22 de agosto de 1934 já apontava como concorrente único Leão Veloso. Então, como entender a afirmativa de Assis Brasil (2008) de que Antonio Caringi estava no Brasil quando do concurso? As próprias fontes demonstram todo o transtorno pela espera de Caringi. A obra de Assis Brasil traz os aspectos do romancista, além de ser um trabalho específico sobre um importante nome da arte rio-grandense, enquanto Alves. J. (2004) teve cuidado com a cronologia e a historicidade dos acontecimentos. A questão levantada será retomada em momento oportuno, para a compreensão das fontes a serem analisadas.

Esse trabalho – a construção do monumento a Bento Gonçalves –, já em sua constituição, mostrava-se politicamente importante, pois o Rio Grande do Sul estava às vésperas das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. E o Rio Grande do Sul encontrava-se dentro da intricada conjuntura estabelecida pós-“revolução” de 30. Em outras palavras, o Rio Grande do Sul precisava se mostrar brasileiro e também marcar a brasilidade de seus heróis. Necessitava marcar os seus mitos criando quem os representasse. Mas não era uma obra qualquer, esta era uma obra que precisava mais do que bronze, pois precisava de

onde obteve sua formação artística, num período em que as nações europeias viviam grande instabilidade econômica, política e o campo artístico na Alemanha era duramente atacado”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 25).

“identidade” de “alma”. A imprensa na época coerente com essa exigência, vai demonstrar sua predileção por Antonio Caringi, em detrimento de Leão Veloso.¹⁰⁰

Caringi vence o concurso e embarca novamente para a Alemanha, para seu ateliê na cidade de Munique. Conforme Assis Brasil (2008), o escultor passa grande parte do ano de 1934 trabalhando até treze horas por dia no monumento, porém o Jornal da Manhã, cobrindo os acontecimentos, atesta que é somente em 10 de janeiro de 1935 que se saberá o resultado do concurso e que, somente depois, Caringi embarca para a Alemanha. (JORNAL DA MANHÃ, noticiário, 10 de Janeiro de 1935, p. 06). O escultor retorna à capital rio-grandense somente em novembro de 1935, para a inauguração do monumento. Mais uma vez, coube à imprensa dar-lhe destaque como o “*escultor patricio*”. (JORNAL DA MANHÃ, noticiário, 30 de novembro de 1935, p.09). De acordo com Assis Brasil, o monumento a Bento Gonçalves, foi a primeira grande escultura pública de Antonio Caringi. A partir desta, muitas outras viriam. Caringi ainda retornaria a seu ateliê em Munique para, definitivamente, voltar ao Brasil em 1942.

A referência que faz Assis Brasil sobre o fato de a obra do monumento a Bento Gonçalves ser a primeira grande obra pública de Antonio Caringi foi citada também na obra literária de Lília Manfroi. A autora fez um estudo sobre Antonio Caringi para seu trabalho de literatura, cujo título é: “Caringi: agora estou ali em bronze”. Ela cita a prática de equitação por Antonio Caringi, que fazia parte do curso de artes em Munique. Esse fato foi citado no trabalho de Antonina Paixão no terceiro capítulo desse trabalho. Da mesma forma, a autora cita as memórias de Garibaldi narradas a Alexandre Dumas falando de Bento Gonçalves como “*um verdadeiro cavaleiro errante do círculo de Carlos Magno*”. (MANFROI, 2005). O referente trecho das memórias de Garibaldi foi citado na inauguração do monumento em 1936. Percebe-se aqui o trabalho de memória usando a história e a literatura como fontes.

Conforme Chagas (2009), a importância da escolha do artista é fundamental, pois, afinal, para o autor, são eles que têm o poder de mediar as situações como verdadeiros agentes de memória. É o artista que transforma o desejo da sociedade em uma obra.

¹⁰⁰ As fontes da imprensa porto-alegrense da época que analiso são o Jornal da Manhã e também alguns números do Correio do Povo e A Federação. A escolha se deve, sobretudo, pela grande cobertura desses acontecimentos pelo Jornal da Manhã, e por este estar à disposição no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Na ocasião da pesquisa, os outros jornais não estavam à disposição, ou não se tinham as edições do período analisado. Antonio Caringi era apontado como o “vigoroso escultor patricio” e, dessa forma os jornais vão fazer referência a sua experiência internacional, e mesmo destacar o fato de que este, por ser gaúcho poderia melhor colocar o que os jornais entendiam ser a “alma” do povo gaúcho. Tais citações aparecerão no decorrer do capítulo, quando esse tratar da análise em torno do andamento do concurso narrado pela imprensa.

(...) são mediadores (gostaria de dizer “agentes de memória”) entre diferentes tempos, entre o acontecimento e a posteridade. Como mediadores individualizados e carregados de subjetividades, eles se dirigem por meio de indivíduos à coletividade; eles dialogam com o imaginário social. Em suas obras, há também uma intenção pedagógica; não é sem razão que, até hoje eles habitam os livros e cadernos didáticos, como se fossem capazes de dar corpo ao acontecimento. Nesse sentido, eles também são agentes políticos, e não tão estranhos ao ninho como se poderia julgar. (CHAGAS, In: ABREU. R, e CHAGAS, 2009, p. 165).

Talvez aí resida a importância que o historiador que estuda os monumentos ou outras obras de arte deva dar ao artista, ao escultor. No caso analisado – e pode servir para outros –, é importante para o historiador inteirar-se não somente da obra como objeto de análise, mas do meio em que o artista viveu e se criou. Este deve até mesmo perguntar-se, sobre o conhecimento que o artista tem sobre o objeto que produziu, e as implicações para o lugar de memória que este vai servir. É importante também conhecer melhor a trajetória do artista, seu papel como “agente de memória” e todas as implicações que têm o exercício de memória para um presente determinado. Assim, talvez possamos compreender melhor as várias inquietações políticas e sociais de um determinado período e a representação do monumento como objeto de memória e identidade.

É importante salientarmos ainda uma questão perceptível na cronologia,¹⁰¹ que diz respeito à produção de Caringi e seu reconhecimento à época do monumento a Bento Gonçalves. Os dados da cronologia deixam claro que Antonio Caringi tinha, na produção do monumento a Bento Gonçalves, sua primeira obra pública relevante e podemos supor que esses fatores foram supervalorizados pela imprensa na concorrência para o monumento.

Laureado pela akademie de Bildende Kuste, de Munich – a mais celebre academia de arte da Alemanha –, Antonio Caringi volta a sua terra após ter recebido elogios dos júris mais exigentes da Europa e ter visto aceitas suas obras nas exposições internacionais mais selecionadas. (...) (JORNAL DA MANHÃ, noticiário, 16 de setembro de 1934, p. 07).

Caringi tinha reconhecimento nas exposições e salões de artes europeus. Porém, sendo sua primeira escultura pública o monumento a Bento Gonçalves, até que ponto o regionalismo falou mais alto no concurso? Queremos lembrar, antes de entrar em seu mérito, que o outro concorrente, Hildergado Leão Veloso, tinha credenciais suficientes para a execução de uma escultura pública. A prova estava bem aos olhos dos porto-alegrenses, na praça da Alfândega: era o monumento a Osório. Enquanto Caringi chegava da Alemanha trazendo apenas um

¹⁰¹ Ver anexo número 3.

“projeto” de projeto de maquete,¹⁰² Veloso já tinha credenciais empíricas para a execução de tal obra, por ter produzido a estátua equestre do general Osório, assunto que será retratado adiante. Aqui é importante fazer uma explanação sobre o trabalho de Caringi, relacionada ao monumento a Bento Gonçalves.

3. 4 A estátua de Bento Gonçalves e suas influências: entre o regional e o nacional

Antonio Caringi, como se verificou, chegou da Alemanha, propositadamente para entrar no concurso para a construção do monumento a Bento Gonçalves, que seria construído com a intenção de servir de elemento de ligação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil. Buscava-se nesse período um discurso sobre a Revolução Farroupilha, que representasse a revolução como um movimento nacional. Sendo assim, o monumento teria que estar, de certa forma, “impregnado” desse “espírito” de brasilidade. Para Alves. J (2004), entretanto, o monumento apresentava outras leituras, pois, segundo o autor, ele carregava na sua elaboração os traços dos modelos de esculturas de inspiração nacionalista,¹⁰³ movimento pelo qual passava a Europa.

A escultura, (...) está representada no modo tradicional das clássicas estátuas equestres europeias, sem que Caringi tenha dado ao homenageado as características que permitissem identifica-lo como líder maior do povo sul-riograndense. Pelo contrário, o monumento de Caringi, além de representar a figura na mesma posição e movimentos que o fez Verrocchio, acrescentou uma atmosfera mais rígida e idealizada, tratando as figuras de Bento Gonçalves e do seu cavalo no estilo estereotipado que soube desenvolver com seus mestres alemães. (ALVES. J, 2004, P. 59).

A influência da arte antiga fica evidente na arte de Antonio Caringi. Seus estudos junto aos mestres alemães possibilitaram sua integração à tradição da civilização ocidental. (Paixão, 1979). Transposto para o Rio Grande do Sul, seu estilo de arte, impregnado de símbolos da “raça” nas diversas representações do gaúcho que renderam-lhe o adjetivo de “*escultor dos pampas*”.

¹⁰² Assim, Caringi se referiu aos jornais gaúchos sobre o esboço do monumento a Bento Gonçalves que trouxe consigo da Europa.

¹⁰³ “A arte como escultura, pintura e arquitetura, foi utilizada pelos regimes totalitários, como expressão estética, e empregadas na produção de símbolos nacionais usados por Hitler. Foi ele que criou o símbolo da propaganda nazista (...). No início dos anos 20 do século passado, a arte era de fundamental importância para o regime nazista, e a preocupação com a degeneração cultural, levou seus comandantes a impedir as produções artísticas modernas, impondo a volta da arte neoclássica, inspirada nos modelos greco-romanos, na busca do belo ideal”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 26).

A orientação recebida na escola de Munique, no tempo em que ali realizou seus estudos, constitui a principal e marcante influência que serviu de embasamento na formação do estilo do artista pelotense. Os trabalhos realizados durante aquele período são exemplos do influxo “neoclássico” ou “germano-grego”, como afirma o artista pelotense. (PAIXÃO, 1979, p. 18).

Portanto, Antonio Caringi teve bases clássicas para representar o gaúcho e, mesmo conservando traços regionais deste, o escultor buscou inspiração nos cânones da arte clássica europeia, no gótico, nos artistas do renascimento e no romantismo dos mestres alemães, que eram a base de sua formação. Os alemães, por sua vez, buscaram suas bases nos mestres franceses, movimento que pode ser entendido como um processo em que o artista sofre a influência do estilo da escola e de seus mestres de arte. Dessa forma, podemos compreender que as obras de arte – no caso os monumentos aqui mencionados – dispõem também de material psíquico e social, já que têm o artista como mediador entre os diferentes tempos representados na arte.

Os monumentos de Antonio Caringi têm entre suas propriedades o aspecto de delimitar as características regionais. No entanto, o monumento a Bento Gonçalves foi produzido em um momento conjuntural, que caminhava para a afirmação do Estado Nacional da “Era Vargas”, entram em cena as potencialidades “civilizadoras” quanto aos motivos que buscavam “abrasileirar o gaúcho” e que foram captados pelo escultor, pois a readaptação da identidade do gaúcho, acontece na década de 30, quando se acentuaram os esforços para o abrasileiramento do “centauro dos pampas”, como já foi demonstrado no capítulo anterior. Caminhava-se para a civilização do sujeito numa amalgama entre civilização e cultura, em que se procurava dar um novo sentido à palavra gaúcho, que segundo Duarte, possuía: *“um sentido negativo que se vai desfazendo à medida que este é inserido no projeto civilizatório da classe dominante”*. (DUARTE. Márcia, 2003, p.03). Em outras palavras, ainda se buscava essa unidade. O Rio Grande do Sul tinha que demonstrar essa brasilidade, tão posta em xeque pelas marcas do regional. E o monumento era o elemento potencial dessa memória pretendida. Afinal de contas, não estaria Caringi reproduzindo sua influência europeia na obra? Haveria que se ter cuidado com esse aspecto, pois, da mesma forma, o monumento era uma representação de Bento Gonçalves, que teria que ser direcionada para todo o Brasil, dentro de um ideal de nacionalismo próprio da época. Portanto, representar o general farroupilha com trajes do exército imperial teria todo um simbolismo de cunho nacional, diferente de representá-lo com as trajes regionais. Isso talvez não fosse tão vital para a releitura do

trabalho de memória do gaúcho, visto que a própria representação do sujeito – Bento Gonçalves – já trazia implícita a memória regional.

Na questão que Alves. J. (2004) levanta do modelo estereotipado do general e de seu cavalo, podemos ver reflexos do próprio ambiente de produção do monumento, que pode ser relacionado à formação da ideologia nazista, conforme apontou Mützenberger¹⁰⁴. Nesse sentido, o ano de 1935 é uma data importante, pois representa o momento em que políticos e elites passaram a demonstrar interesse em minimizar os aspectos regionais do Rio Grande do Sul em relação aos demais Estados da federação. O monumento esculpido por Antonio Caringi foi um dos pontos altos das comemorações realizadas às “portas” da capital gaúcha, que, a partir daquela data passou a assumir o papel de símbolo para aqueles que cultuavam as “tradições do Rio Grande”. Esse é, em última instância o seu “lado regional”.

Imagem 8 - Caringi em seu ateliê.¹⁰⁵



Fonte: REVISTA DO GLOBO, 1935, p. 22, nº172. (MCSHJC).

¹⁰⁴ “A ideologia nazista era purificar a Alemanha, e os padrões estabelecidos pelo ditador seguiam alguns critérios, como a glorificação da nação alemã, a representação da beleza, da força. Para isso, era necessário seguir os padrões estéticos do século XIX, principalmente o Romantismo, movimento que estimulou o culto à nação, tanto nas artes plásticas, como na música. Para a escultura, que representava os heróis ou os alemães, glorificando seus cidadãos, optaram pelo classicismo, para poder criar os tipos étnicos perfeitos e assim representar a raça perfeita dos alemães”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 26).

¹⁰⁵ “NO ATELIÊ – Caringi, no seu ateliê em Munique, modelando uma miniatura do trabalho a executar. No primeiro plano, um soldado alemão posando para o escultor aprender mais facilmente os movimentos do animal e a posição do cavaleiro”. (REVISTA DO GLOBO, 1935, p. 22, nº172).

Na imagem acima, podemos perceber a conjuntura histórica e social, na qual estava envolvido e da qual fazia parte Antonio Caringi. Assim, era possível compreender a realidade social à qual se vinculava a obra. Caringi não só tinha seu ateliê em Munique, mas também, pelo que nos deixa transparecer a imagem, tinha uma estreita relação com o III Reich e, pelo que parece, contava com o seu apoio “logístico” para a produção do monumento a Bento Gonçalves.

Observe a estátua equestre do monumento ao Herói Farroupilha, que aparece em sua totalidade para ser admirada; nota-se que o artista obedece à realidade correta da postura do cavaleiro bem como do animal, pois ambos atingem as perfeições que impressionam o observador. A ponta do pé para cima, o calcanhar para baixo, tudo é representado devidamente na figura do general; todavia, o rosto de Bento Gonçalves recebeu uma expressão que, em realidade, não possuía: foi-lhe atribuída pelo artista porque julgou assim caracterizar melhor o personagem. (PAIXÃO, 1979, p. 56).

Paixão (1979) observa que a representação buscada na escultura apresenta um militar a cavalo. Portanto, o monumento configurando-se como representação, não é a realidade em si. De acordo com a autora, até mesmo o rosto criado por Caringi para Bento Gonçalves, na verdade, foi uma expressão inventada pelo autor. Esse ponto é importante no sentido de entender a autonomia do artista em imprimir seu estilo, mas também de se perceber como um indivíduo interage constantemente, visto que este vive em sociedade. De acordo com a Revista do Globo, o monumento constituiu-se como

*(...). um bronze soberbo, de grandes dimensões, que vai encimar artístico pedestal, perpetuando de um modo concreto o civismo e a coragem rio-grandenses na pessoa do legendário general dos farrapos.
Cumprir dizer que o Governo Alemão foi muito gentil para com o Rio-Grande, auxiliando bastante o nosso escultor e seu trabalho. (REVISTA DO GLOBO, 1935, p. 22, nº172).*

Essa imagem, e mesmo esse discurso, perpetuam-se até nossos dias representando aquele gaúcho idealizado para aquelas circunstâncias. Mas, até que ponto, realmente o soldado alemão e seu cavalo apenas estavam ali para o artista compreender melhor os movimentos do animal, e as posições do cavaleiro? Afinal de contas, na Escola de Belas Artes de Munique, Caringi praticou equitação e não deveria ser difícil para ele compreender os movimentos do cavalo e do cavaleiro.

(...). a obrigação da prática de equitação aos alunos da Academia de Munique é que objetivava aos futuros escultores conhecerem a realidade, em experiência.

Primeiro, vivê-la. Para depois representá-la. Assim, Caringi praticou intensivamente a equitação para sentir a energia do animal e a postura real do cavaleiro. “cavalo não é cadeira, cavaleiro não é boneco”. (CARINGI, 1978, apud, PAIXÃO, 1979, p. 56) é a frase atribuída a Herman Hahn (PAIXÃO 1979, p.56).

Se o rosto de Bento Gonçalves foi idealizado, e Caringi precisava visualizar o cavalo para ver seus movimentos, possivelmente precisava também visualizar os movimentos do cavaleiro. Por que seria diferente? E assim, quem sabe o quanto teve de carga visual a participação do soldado alemão na visualização de Antonio Caringi para o seu imaginário de criação do Bento Gonçalves representado no monumento. As imagens podem atestar a influência do meio cultural, político e social na produção do monumento, assim como as imagens podem dar melhor clareza a respeito do que foi analisado até agora por meio de textos bibliográficos e documentos.

Imagem 9 - Comparação do monumento e o seu modelo, um soldado alemão.¹⁰⁶



Fonte: REVISTA DO GLOBO, 1935, p.22, nº 172. (MCSHJC).

Ao serem analisadas as fotos do monumento e do soldado alemão que serviu de modelo para Caringi, torna-se imprescindível uma reflexão sobre a influência do meio na obra

¹⁰⁶ Montagem das fotos feita pelo autor para ilustrar o trabalho.

do artista. Assim, cabe uma indagação acerca da quantidade de “DNA” alemão presente no “Bento” do Monumento. Nesse aspecto não afirmamos nada, não somos estudiosos de artes plásticas, mas fica aí a nota. De acordo com PAIXÃO (1979), há uma divisão entre os estudiosos da arte e sua opinião sobre as influências sociais na obra do artista. No entanto, a autora reconhece que tal influência pode ter certo grau de relevância.

Os artistas, trabalhando separadamente ou em conjunto, nos ateliê e escolas, apontam uma direção, muitas vezes comum, de suas aspirações individuais. (...) as formas produzidas como reflexo de uma experiência pessoal não evoluem independentemente do desenvolvimento social, que novas realidades sociais conduzem a novas maneiras de sentir e produzem o refinamento ou o embrutecimento de percepção sensorial, refletindo-se o fato na produção artística. (PAIXÃO, 1979, p. 15).

Da mesma maneira, sugerimos que esse movimento de percepção artística pela influência da arte alemã, relacionada à conjuntura em que vivia o escultor pode ditar as bases do monumento produzido. Em outras palavras o monumento não escapou das conformações sociais vividas pelo artista.¹⁰⁷

Esse círculo de interdependência, no tocante à produção do monumento a Bento Gonçalves, de maneira alguma, foi um ato isolado de Caringi. A produção desse monumento foi resultado da relação desse círculo de interdependência entre o sujeito e o meio. A intencionalidade do monumento era fruto de uma complexa relação secular de indivíduos – enquanto grupo – interagindo em sociedade. Se quisermos extrapolar o recorte histórico analisado, o monumento era visto como parte simbólica integrante do processo de “abrasileirar” o gaúcho, que teve suas sementes, de acordo com os intelectuais da década de 30, lançadas na e pela Revolução Farroupilha.

O ato de criar, atribuído a Caringi, em relação ao monumento, era mais um ato do indivíduo, que, isolado em seu ateliê, mas interagindo com o mundo à sua volta, ia criando a partir de sua atmosfera social. De acordo com Alves.

(...). A obra foi realizada numa linguagem formal de extrema idealização do heroísmo, que encontra direta referência na estatúaria difundida no período do nazifascismo, do realismo socialista e na arte em voga até hoje em países como a

¹⁰⁷ “A escultura do pré-guerra na Alemanha apresentava-se numa linguagem formal, dentro das correntes do surrealismo, cubismo e expressionismo. Mas essas tendências todas foram violentamente banidas da arte alemã, durante os anos 30 e 40, quando vários escultores que não seguiram a linha do realismo nacional-socialista foram impedidos de praticar sua produção escultórica, e conseqüentemente deixaram o país. Os grandes nomes da escultura alemã, durante o governo nazista, foram Arno Breker e Josef Thorak. Suas obras, de figuras humanas, tanto femininas quanto masculinas, eram monumentais. (...) com formas e curvas bem definidas representando a figura do homem ideal, gozando de muita saúde e beleza, pois a escultura clássica deveria representar o verdadeiro padrão estético para os ideais da Alemanha”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 26).

Coreia do Norte e China (também derivados do realismo socialista). “(...) O monumento é hoje local “sagrado” das comemorações anuais da Semana Farroupilha”. (ALVES, J, 2004, p. 59).

É possível observar as implicações ainda presentes na produção do monumento e as leituras – novas ou adaptadas – que lhe foram sendo aplicadas por agentes sociais durante décadas. O que podemos marcar quanto a esta parte do trabalho é a reflexão sobre as implicações políticas e sociais da arte, sobretudo da escultura pública, e sobre o meio ao qual ela pertence.¹⁰⁸

3.5 O concurso para o monumento a Bento Gonçalves da Silva: a nacionalidade do sul-rio-grandense e o dilema do regionalismo

A comemoração do centenário da Revolução Farroupilha foi uma grande oportunidade para parte da elite intelectual e política rio-grandense fazer uso do passado, elaborando e manipulando a memória dos fatos históricos de acordo com suas necessidades. O fato de naquele momento, um gaúcho estar na presidência do Brasil, representava o momento de ser mostrada a suposta pujança econômica pela qual passava o Rio Grande do Sul. (MACHADO, 1990). Mas nem tudo nessa história se resumia à economia local. As comemorações também tiveram um caráter simbólico, que buscava dar outra cara ao regionalismo rio-grandense. Tratava-se até mesmo de um movimento, que, pretendia reelaborar uma identidade para o rio-grandense embasada nas memórias da Revolução Farroupilha – memória aqui entendida, segundo o ponto de vista de Ulpiano Bezerra de Menezes, como um processo:

(...), historicamente mutável, de um trabalho e não de uma coisa objetivada ou de um pacote fechado de recordações (...), a memória é um mecanismo de experiências, a memória é um mecanismo de esquecimento programado. E se a memória se constrói filtrando e selecionando, ela pode também ser induzida, provocada. (MENEZES, 2000, p.93).

Assim, de acordo com Menezes (2000), a memória pode ser entendida como uma representação do passado construída no presente para atender às necessidades políticas e

¹⁰⁸ Caringi, em 1936, entrega à prefeitura de Porto Alegre, o monumento a Bento Gonçalves, por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha. Caringi ainda inauguraria, em 1958, em Porto Alegre, o monumento ao Laçador. Num primeiro momento, poderíamos nos indagar: mas já não tínhamos o monumento a Bento Gonçalves? Sim, porém, diante da análise das fontes, é possível ver o emprego da obra de Caringi desfilando pela via de mão dupla, do regionalismo ao nacionalismo, ao gosto das instituições sociais, políticas e intelectuais.

Quero chamar a atenção que o capítulo é direcionado ao escultor, na tentativa de conhecê-lo: desejamos mostrar a importância deste para a construção dos monumentos públicos de fundo político, mais precisamente compreender o quanto sua obra contribuiu e ainda contribui na formação – construída – do imaginário social na formação da identidade do povo rio-grandense.

sociais desse determinado presente. Trata-se de um presente que tem suas elites políticas e intelectuais que geralmente assumem as “rédeas” da história por meio das manipulações desta pelo trabalho seletivo da memória desse grupo. Essa manipulação tende a converter o que se entendia por memória de um grupo ou pelo que estes elegiam para si como memória coletiva. Então, dentro da conjuntura das comemorações do centenário farroupilha, a construção do monumento a Bento Gonçalves seria uma maneira de eleger um espaço de destaque para a construção da memória regional, pois, afinal de contas, o monumento, na ótica de José Abreu (2005), tem a capacidade de agir como polo de integração, já que sua intenção era a de reunir em seu em torno um vasto e indistinto público. O monumento pensado para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, antes de segregar, tinha a finalidade de unir os rio-grandenses e brasileiros, porém sem se distanciar do conteúdo regional.

3.5.1 Acertos e desacertos ou a “dança das cadeiras”: a escolha do escultor para o monumento da Ponte da Azenha

O próprio título pretende sugerir o quanto foi conturbada a escolha do escultor para a construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva. Porém, vendo o quanto esse monumento ainda tem, de tempos em tempos, significado, na reformulação da memória sul-rio-grandense, podemos entender a preocupação de seus idealizadores quanto à escolha do escultor. As fontes mostraram o quanto autoridades, e mesmo a imprensa, balançaram na escolha de quem teria condições de imprimir melhor no bronze o que se entendia (por parte das elites) ser a “*alma*” do povo rio-grandense. No dia 12 de agosto de 1934, noticiava-se a entrada do escultor paulista Hildegardo Leão Veloso como concorrente à construção do monumento e até mesmo sua maquete para o monumento já estava aberta para a visita das autoridades. No dia anterior, a maquete havia sido visitada pelo prefeito Alberto Bins e pelos membros da Comissão Organizadora do Certame Farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p.06).

Mas, como a construção da ponte, não se resumia somente aos monumentos, a maquete de Leão Veloso foi apresentada em conjunto com a do *arquiteto da secretaria de obras e Viação de Porto Alegre Cristiano de la Faise Gilbert*. (A FEDERAÇÃO 13 de agosto de 1934, p. 03), que era responsável pela parte arquitetônica da ponte. Segundo o jornal, a maquete daquele que era visto como um importante trabalho já estava concluída. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p.06).

Imagem 10 - A maquete de Leão Veloso.



Fonte: JORNAL da MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p.06.

A imagem anterior registra a exposição do trabalho em conjunto de Leão Veloso e Gilbert, o que nos leva a compreender que a prefeitura já tinha uma maquete completa contemplando o trabalho do escultor e do arquiteto. Da forma como se apresentava nos jornais, tal trabalho havia sido feito em consonância; em decorrência disso, podemos sugerir que se tornaria mais complicado desvincular o trabalho de Veloso do de Gilbert, pois afinal de contas, o trabalho havia sido apresentado em conjunto.

Foi exposta, ontem, aos membros da grande comissão, que se reuniram ontem às 11 horas, acompanhados do sr. Major Alberto Bins, Prefeito Municipal, Dr. Mário de Oliveira, secretário da referida comissão e representantes da imprensa. A maquete com todos os detalhes, os diversos serviços a serem feitos naquele local, agradando plenamente. A exposição da “maquete” em questão será franqueada à visitação pública, de amanhã em diante. (JORNAL DA MANHÃ, 12 de agosto de 1934, p.06).

Até o momento, o discurso do jornal, apresentava a maquete como se representasse simplesmente “o projeto Veloso”, não expressando o interesse de mais nenhum

concorrente.¹⁰⁹ Inclusive o historiador Valter Spalding, em 22 de agosto de 1934, escreveu um artigo de opinião sobre o projeto de Leão Veloso. Referia-se àquele como uma construção monumental para as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha.

Será, a nosso ver, única no gênero em todo o Brasil e, quiçá, em toda América do Sul. Se essa histórica ponte for realmente construída tal o mostra o grande projeto do sr. Leão Veloso, Porto Alegre, e o Rio Grande do Sul poderão orgulhar-se de possuir obras de arte como em poucas partes do mundo existem. (JORNAL DA MANHÃ, 22 de agosto de 1934, p.04).

Nas primeiras palavras de Spalding, já encontramos um fato importante que se refere ao local de inauguração do monumento: A ponte da Azenha. Este, no ponto de vista do historiador, era algo ainda a ser concluído, levando-se em conta que faltava aproximadamente um ano para as comemorações do Centenário Farroupilha. Esse fato pode ter tido implicações quanto à mudança do local de inauguração, como será visto mais adiante. Outra questão a ser levantada é a dimensão dada por Spalding ao trabalho de Leão Veloso, o que nos leva a compreender que este tinha as condições necessárias para realizar o trabalho. Afinal, era a palavra de um intelectual comparando a arte de Leão Veloso a padrões mundiais. E prosseguia Spalding:

O conjunto desse projeto para a monumental ponte histórica que bem merece essa consagração, pois foi ali, justamente no local em que está aquele viveiro da prefeitura, que se deu o primeiro encontro entre farrapos e legais, pouco antes da meia noite de 19 de setembro de 1835, o conjunto do projeto para essa ponte, dizíamos, é realmente grandioso. Entretanto temos algumas pequenas restrições a fazer no tocante às figuras que a ornamentam. (JORNAL DA MANHÃ, 22 de agosto de 1934, p.04).

Spalding ressalta a questão do valor histórico do local e a importância de se construir ali esse monumento. Sua narrativa demonstra, também, que o local histórico estava esquecido, pois ali funcionava um viveiro da prefeitura. O quanto essa narrativa de Spalding vai ao encontro do ato de construir a memória? De estabelecer um lugar de memória para a Revolução Farroupilha em Porto Alegre? Uma memória buscada por uma elite, na década de 1930, unia, ao mesmo tempo, uma memória até então subterrânea, esquecida. Os lugares na cidade ora são esquecimento, ora se tornam, por vontade de alguns, memória, ou seja, subsídio para a escrita da história. Mesmo com toda grandiosidade da obra de Veloso, Spalding fez algumas ressalvas.

¹⁰⁹ De acordo com José Francisco Alves (2004): “Para execução das peças artísticas, foi aberta um concorrência, naquele mesmo ano, para a qual só se apresentou Hildegardo Leão Veloso”. (Alves 2004, p.107). No entanto, o autor não cita a fonte de onde tirou a informação.

Assim, por exemplo, no monumento central – a estátua equestre de Bento Gonçalves existem ao que nos parece, pequenos defeitos, que devem ser corrigidos pelo vigoroso escultor.

O braço esquerdo de Bento Gonçalves está em posição um tanto forçada, o que enfeia a figura imponente do herói. Também cremos que existem pequenos defeitos na cabeça e no pescoço do cavalo. Os lados um tanto chatos e no pescoço, de ambos os lados, as entradas demasiadas fundas. Mas isso somente zootécnico poderá dizer com precisão.

No pedestal, os baixos relevos também se ressentem de pequenos defeitos. A figura de Onofre Pires, a nosso ver, está demasiado esgalga. Onofre era um tipo alto, agigantado quase, segundo as crônicas da época, robusto, gordo, mesmo. A de Gomes Jardim era, ao contrário de Onofre, baixa mas também robusta, gorda, pescoço curto. Onofre Pires como Oficial, fardado, está bem. Gomes Jardim, porém, está mal. O presidente da República Farrapa nunca pôs farda em sua vida. Era o tipo perfeito do civil. E é nessas condições que ele deve figurar no pedestal. Quando muito poder-se-á revesti-lo de um poncho, ou pala e calçar-lhe longas botas de campo, mas não botas militares. (JORNAL DAMANHÁ, 22 de agosto de 1934, p.04).

Apesar dos elogios anteriores, Spalding fez praticamente uma revisão da obra de Veloso. Apontou defeitos, ao que parece justamente nas questões que envolvem os elementos do monumento que remeteriam à memória, os mesmos elementos que servem de condutores ao imaginário e à identidade: era o cavalo que não estava conforme, assim como as feições físicas dos “heróis” e mesmo suas vestimentas. Também opinou sobre os gaúchos que seriam expostos nos ângulos da ponte, dizendo que

Esses gaúchos, com aqueles lenços na cabeça dão-nos, à primeira vista, a impressão de charruas. Em ponto maior, porém, cremos que tal impressão desaparecerá é a má impressão que causam dois dos gaúchos canhotos. É um verdadeiro absurdo, especialmente se tratando de uma obra de arte como essa de que tratamos. É admissível que existissem gaúchos canhotos, mas talvez nem um por mil. Entretanto, num monumento, com quatro gaúchos são 50% canhotos. É demais. É demais e um absurdo aproveitar-se o torto para uma obra artística, pois o canhoto não é o normal. Torna-se absolutamente necessário eliminarem-se esses dois canhotos do monumento. (JORNAL DA MANHÃ, 22 de agosto de 1934, p.04).

A questão de Spalding ao criticar a representação dos gaúchos como charruas pode ser relacionada com a própria tarefa intelectual vigente naqueles anos na tentativa de “civilizar” o gaúcho. Para reformular uma identidade para o rio-grandense, baseada nas memórias farroupilhas, o monumento teria que representar o gaúcho farroupilha o mais “civilizado” possível. Daí, nem de longe, ele poderia lembrar indígenas, lembrar a barbárie.¹¹⁰ Algo

¹¹⁰ Sobre a observação de Spalding criticando o fato de os gaúchos se parecerem com charruas, portanto, de não representarem o gaúcho como se pretendia pode ser relacionado com o fato de estes não serem compreendidos como elemento da formação do gaúcho, como já havia levantado a questão Assis Brasil em “História da República Rio-Grandense”, em 1882, para a comemoração do 47º aniversário da Revolução Farroupilha. “Em resumo, a população rio-grandense – e cumpre notar que me refiro à que influiu para o movimento de 1835 – é

semelhante aparece na crítica do historiador, quanto à imagem dos canhotos: ele mesmo afirma que ser canhoto é anormal. Contudo, a ideia de gaúcho, para o Centenário Farroupilha era a do indivíduo dentro da “normalidade social”. *“Outro defeito que nos apresenta os gaúchos; o modo de segurar a lança. Segurando-a pela forma com que os representou o artista, podem eles ser tudo, menos lanceiros”*. (JORNAL DA MANHÃ, 22 de agosto de 1934, p.04). Mesmo assim, ainda dizia que a obra seria perfeita.

Corrigido estes defeitos que apontamos, pelo menos para nós, a obra será perfeita e, temos certeza, não será de forma alguma sobrepujada.

Obras como essa só mestres serão capazes de executar, e o sr. Leão Veloso pode orgulhar-se de ter apresentado tão magnífico projeto. (JORNAL DA MANHÃ, 22 de agosto de 1934, p.04).

Dessa forma, Spalding “alisava como uma mão e batia com outra”. Encontrou defeitos em quase toda a maquete do projeto. Depois, chamou Leão Veloso de mestre. O artigo de Spalding é importante pelo fato de suas críticas terem sido posteriormente reforçadas pelo próprio Caringi quando este teria chegado da Alemanha para entrar tardiamente no concurso, mas, até então, Leão Veloso aparecia nos noticiários como autor da única proposta para a construção do monumento para a Ponte da Azenha. Ao que parece, nada se sabia ainda quanto à intenção de Caringi participar do concurso, ao menos a imprensa não havia divulgado nada.

Outro aspecto notado durante a pesquisa é o fato de não haver na imprensa uma manifestação de Leão Veloso na defesa de sua proposta para o monumento da ponte da Azenha. Como será observado mais adiante, Antonio Caringi teve espaço para falar a respeito de seu trabalho e mesmo criticar o trabalho de Leão Veloso. A manifestação de Spalding sobre o trabalho de Leão Veloso, pode ter sido determinante devido a sua posição de responsável pelo pavilhão cultural da Exposição Farroupilha e tal fator pode ter tido significado expressivo para a opinião pública. Spalding, fazendo apontamentos quanto ao trabalho de Veloso, demonstrou ser tendencioso mencionando os “pequenos defeitos” do projeto do escultor.

Pode-se ter presente que a opinião de Spalding teve peso maior quando da entrada de Antonio Caringi no concurso para o monumento da ponte da Azenha. Aí faria sentido a crítica de Spalding, quanto ao fato de que, ao que tudo indica, a imprensa teria usado de elementos citados pelo historiador para realizar a entrevista de Caringi. Caringi, por sua vez, soube tirar

produto imediato destes fatores principais: açoriano e português, paulista e mineiro; o elemento africano e o autóctone exerceram ação quase nula”. (BRASIL, 1981, p. 21). Também no ano do centenário da Revolução Farroupilha, Souza Docca negava que a formação do gaúcho rio-grandense tivesse origens no elemento indígena; ao contrário, essa era formada por casais açorianos. O autor afirmava que a mestiçagem entre o europeu e o indígena era produto da região do Prata e daí derivava o gaúcho, e o caudilho.

proveito do espaço que lhe cederam. Será mostrado mais adiante que Caringi pretendia mesmo mudar o projeto quando da sua entrevista para o Diário de Notícias de 08 de novembro de 1934.

Desse modo, o Jornal da Manhã de 14 de setembro de 1934 trazia uma nota divulgando que a comissão encarregada pelo prefeito de Porto Alegre, o Major Alberto Bins, iria opinar sobre o trabalho de Leão Veloso, não tendo outro concorrente se apresentado. Leão Veloso, como já mencionamos, era paulista, algo que, aparentemente não influenciava em nada, já que o discurso era provar a brasilidade do gaúcho. Entretanto, internamente, também se ia plantando a ideia de uma memória embasada no passado farroupilha. De acordo com o noticiário:

Nunca o Rio Grande do Sul movimentou-se tão antecipadamente e com tanto entusiasmo para qualquer comemoração, como que para as próximas festas que irão se realizar em setembro próximo, quando se festejará o primeiro centenário da Revolução Farroupilha.

Data primeira da história de nosso povo, por todos os motivos faz jus a estes preparativos. É de justiça que as festas do Centenário Farroupilha tenham repercussão por todo o país, numa ocasião única para que o Rio Grande do Sul mostre aos seus irmãos do norte a sua grande força, a sua grande brasilidade. (JORNAL DA MANHÃ, 14 de setembro de 1934, p.04).

As comemorações para o Centenário da Revolução Farroupilha foram idealizadas sob o aspecto da brasilidade e também seus monumentos foram estruturados sob esse aspecto. Assim, Leão Veloso, como escultor brasileiro, constituía a escolha mais indicada para a realização de um monumento que representava o passado de brasileiros. Nessa atmosfera cívica, o prefeito de Porto Alegre Alberto Bins “abriu concurso entre os nossos principais artistas, arquitetos para que o monumento aos farrapos seja uma verdadeira manifestação de arte”. (JORNAL DA MANHÃ, 14 de setembro de 1934, p.04). A comissão escolhida por Alberto Bins era composta por Otelo Rosa, Pereira Neto, Libindo Ferraz e Mário de Oliveira, que dariam “parecer sobre a maquete apresentada, de autoria do Célebre Leão Veloso, um dos orgulhos da arte nacional”. (JORNAL DA MANHÃ, 14 de setembro de 1934, p.04).

Como um dos orgulhos da arte nacional, foi assim que Leão Veloso foi elogiado pelo Jornal da Manhã. Sua obra, como mostra a foto abaixo e segundo o jornal, era notável e muito viria a “embelezar a nossa metrópole e que será uma homenagem digna que a nossa geração presta aos valorosos revolucionários de 1835, que tão alto e com tanta honra elevaram o nome do Rio Grande do Sul”. (JORNAL DA MANHÃ, 14 de setembro de 1934, p.04).

Imagem 11 - Exposição do projeto Veloso.



Fonte: JORNAL DA MANHÃ 14 DE SETEMBRO DE 1934, p. 07.

Quando tudo parecia correr bem, indicando que a vitória de Leão Veloso era certa – pois este era apresentado como concorrente único – a comissão escolhida pelo prefeito Alberto Bins reunia-se na prefeitura de Porto Alegre, “*trocando ideias e sugestões, tendo, por fim, resolvido observar, novamente a maquete, para opinarem mais tarde*”. (JORNAL DA MANHÃ, 14 de setembro de 1934, p.04).

No dia 16 de setembro de 1934, inesperadamente, o Jornal da Manhã, anunciava a entrada de Antonio Caringi como concorrente para a construção do monumento. “*O talentoso escultor Caringi deverá partir em outubro próximo, da Alemanha, trazendo consigo uma “maquete” para o monumento da ponte da Azenha*”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de setembro de 1934, p. 07). Mas, o que motivou a comissão a esperar Caringi, que chegaria somente em novembro daquele ano da Alemanha para o concurso? E Leão Veloso, não era considerado concorrente único, até o dia em que “a comissão havia resolvido adiar” a escolha? Afinal de contas teria a brasilidade do evento sido ofuscada pela ufania do regionalismo?

A partir do conhecimento da imprensa sobre a entrada de Antonio Caringi no concurso, Leão Veloso caiu praticamente no ostracismo. Não se sabe ao certo o porquê, mas

Veloso não era mais citado na imprensa, tampouco sua maquete aparecia nos noticiários. A tendência do discurso também foi sofrendo alterações: o que se tinha de concreto, com a entrada de Caringi no concurso para o monumento da ponte da Azenha, era o desaparecimento de Leão Veloso das páginas dos jornais. Toda propaganda foi direcionada para a promoção de Antonio Caringi, como escultor que tinha todas as credenciais para executar a obra.

Distinções excepcionais lhe foram conferidas pela direção de academia onde o grande Hahn louvou publicamente o talento e a formação cultural e técnica de seu discípulo; pelo governo alemão que, sempre cioso de amparo a ser dado aos valores reais em arte, auxiliou a Caringi, embora fosse estrangeiro, permitindo-lhe se alçasse à altura de um Hahn, de um Maillol, Despiau, Mastrovic, etc. Na imprensa Francesa, o artista gaúcho viu o seu nome apontado como um dos mais vigorosos escultores modernos. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de setembro de 1934, p. 07).

Enquanto Veloso não era mais mencionado nos noticiários, Caringi tinha sua carreira internacional mostrada pelos jornais. Os jornais frisavam a representação internacional de Antonio Caringi e sua estadia entre os grandes nomes da arte europeia, elementos que, por si só, poderiam trabalhar a favor do artista na sua escolha para a execução do monumento da ponte da Azenha. O escultor gaúcho: foi assim que Caringi começou a ser representado pela imprensa porto-alegrense, mesmo antes de ter pisado em terras brasileiras. Coube à imprensa encarregar-se de construir a sua imagem ao estilo “campanha eleitoral”. O que se tinha de concreto a respeito da obra de Antonio Caringi era o discurso produzido pelos meios de comunicação. Afinal, como já antecipamos, o monumento a Bento Gonçalves foi a primeira grande obra pública de Antonio Caringi.¹¹¹ O jornal creditava o talento do escultor aos anos em que este estivera em contato com escultores considerados grandes artistas. Sobre os mestres europeus, dizia o jornal:

Os seis anos que passou na Europa com as grandes obras dos grandes mestres do passado, e a lição dos mestres modernos (...) permitiram que, amparado ao vigor alvo da técnica que lhe transmitem os seus mestres, se desenvolvesse livremente o dom magnífico do seu talento; ele vai realizar em forma definitiva os tipos raciais

¹¹¹ Segundo Lenice Mützenbergr (2006), havia, durante o governo Vargas, em meados da década de 1930, uma predisposição para a escolha de artistas que tivessem formação artística em ateliês europeus, de tendência clássica que ressaltassem formas e precisão nos volumes estéticos. “No Rio Grande do Sul, o escultor Antonio Caringi, que teve formação artística na Alemanha, produziu obras em estilo clássico, as quais estavam dentro do padrão estético exigido pelos governantes, que comissionavam monumentos, para fazer homenagens políticas e de propaganda. Foi o escultor com maior número de obras encomendadas no estado gaúcho”. (MÜTZENBERG, 2006, p. 30)

da nossa gente do sul, seus costumes e heroicidade. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de setembro de 1934, p. 07).¹¹²

Além de os noticiários afirmarem que Caringi tinha reconhecimento internacional – mesmo sem ter produzido nenhuma grande obra pública até aquele momento –, estes afirmavam que ele saberia colocar na escultura as “*representações do povo gaúcho*”. Naquele instante, possivelmente, o discurso da imprensa começava a pender para os anseios regionais. Além do mais, dois dias depois de anunciar como certa a vitória de Leão Veloso, o Jornal da Manhã divulgava que o prefeito de Porto Alegre havia tomado conhecimento da intenção de Caringi em concorrer para a construção do monumento. Afirmava o noticiário que:

A prefeitura de Porto Alegre solicitando, tal como decidiu a orientação inteligente do administrador Alberto Bins, uma “maquete” ao nosso grande escultor, a fim de que seja julgada em concorrência pública, mostra mais uma vez a elevação do espírito [sic] anima no desejo de dotar Porto Alegre de um monumento à altura das nossas tradições e culturas. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de setembro de 1934, p.07).

Essa afirmação leva a supor que, quando o prefeito teria tomado conhecimento quanto às intenções de Antonio Caringi, teria interferido junto à comissão, que suspendeu os trabalhos de análise da obra de Veloso. Contudo, pode ter ocorrido uma cisão na própria comissão que se dividiu entre a entrada ou não de Caringi no concurso. Quanto ao fato de o prefeito ter exigido uma maquete para Caringi, o jornal traz essa menção entre aspas. Sugere que era uma maquete que nem era tão expressiva assim. Mesmo a notícia finaliza o texto expressando a “*vontade*” do prefeito em “*dotar*” Porto Alegre de um monumento à altura da cidade. O Jornal dá a entender que, com a entrada de Caringi no concurso pela vontade das autoridades, isso estava se concretizando. Ao que parece, houve uma concorrência pública pelo fato de Caringi ter intenção de entrar no concurso.

Ao que parece, a espera pelo “*escultor patricio*” atrasou o final do concurso, pois, de acordo com a fonte abaixo, foi somente em novembro de 1934 que Caringi chegou da Alemanha. Desde setembro de 1934, pela reviravolta que teve o concurso devido à entrada de Caringi, esperava-se pela apresentação de seu projeto, que somente foi apresentado em 8 de novembro de 1934. “*Antonio Caringi, o vigoroso escultor gaúcho, inaugura hoje no Teatro São Pedro a mostra de seus esboços*”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03). O noticiário reafirmava ainda a ideia sobre a importância regional do escultor.

¹¹² O Jornal da Manhã apontou que Caringi havia feito: “duas viagens para Itália, três viagens a Paris, estadia em Viena, Bruxelas, Amsterdam, Berlim, Strasburgo, etc.”. Assim, pretendia reforçar a ideia do conhecimento adquirido pelo escultor em matéria de artes plásticas.

Abrir-se-á, hoje, ao público, às 14 horas, no Teatro São Pedro, a exposição das maquetes do monumento farroupilha da Azenha, trazidas à concorrência aberta para a sua execução pelo brilhante artista conterrâneo Antonio Caringi. Trata-se de esboços em gesso das partes escultóricas do projetado monumento e, como é claro, obedecem às linhas gerais do projeto organizado pela prefeitura. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).

Nota-se que, quando da análise do projeto de Leão Veloso, este foi exposto em frente à prefeitura de Porto Alegre, em uma garagem, onde funcionava a Assistência Pública municipal. (A FEDERAÇÃO, 13 de agosto de 1934, p.04). No entanto, a abertura ao público do projeto de Caringi ganhou ares de espetáculo. Mudou-se o local para apresentação deste. O local agora era o Teatro São Pedro. Além do mais, o Diário de Notícias fizera questão de divulgar, na manhã do dia 08 – conforme acima –, a abertura da exposição que se realizaria na parte da tarde. Em uma imprensa em que, na maioria dos casos, a notícia se dava de um dia para o outro, isso é algo bem relevante, porém o mais tendencioso, o aspecto que mais chamou a atenção, foi o espaço dado no Diário de Notícias para Antonio Caringi defender e divulgar seu trabalho. Ao jornal, Caringi concedeu entrevista que foi divulgada também no dia da abertura de seu projeto para visita pública.¹¹³ O escultor começou apresentando sua obra dizendo:

Exponho aqui apenas o esboço da parte que, no projeto, interessa ao escultor, isto é a plástica monumental que deve ornar a ponte. As maquetes não são, como é bem de ver miniaturas. O tempo que me foi dado era exíguo demais para isso. E na Alemanha, é claro, não podia eu ter presentes detalhes da indumentária, armamento e equipamento da época. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).

É importante pontuar alguns aspectos do discurso de Caringi ao Diário de Notícias. Em primeiro lugar, a preocupação apenas com sua parte escultórica, uma vez que o escultor mesmo confirma que suas maquetes não eram nem miniaturas do projeto. Porém, para a imprensa, seu trabalho já era louvado, principalmente pelo fato de ser “filho da terra”. Caringi menciona, em segundo lugar, o pouco tempo que havia tido para preparar os esboços. Isso pode confirmar nossa hipótese de ele ter entrado de última hora no concurso. Os jornais analisados destacaram ainda a grande capacidade do escultor em imprimir na escultura traços fiéis da “nossa gente”. Mas, estando na Alemanha, pelo fato do distanciamento, Caringi usou isso de empecilho para a falta de originalidade de seus esboços. Esse fato pode dar a entender

¹¹³ Ou seja, a entrevista foi concedida antes da exposição do projeto de Antonio Caringi. Assim, sua entrevista foi apresentada junto com o noticiário que dava a cobertura do jornal, que noticiava a abertura da exposição do monumento. O que chama a atenção nesse fato é que raríssimas vezes o jornal antecedia notícias ou lançava-as no dia. Há indícios de que possa ter havido um favorecimento no aspecto de propaganda e divulgação do trabalho de Antonio Caringi para a maquete do monumento. Tudo leva a acreditar que pode ter havido uma concorrência desleal, promovendo Antonio Caringi, em detrimento de Leão Veloso.

que também um grande escultor que estude sobre o que vai produzir independente de ser da “terra” ou não, pode capturar os traços regionais e imprimi-los em sua obra, sem maiores problemas.

Caringi foi firme no combate à proposta de Veloso para o monumento quando indagado sobre a obra de seu concorrente:

– *Que pensa da ideia de colocar vis a vis, na ponte, quatro cópias de um mesmo tipo equestre, como está no projeto?*

– *Que é um pecado contra a estética e a verdadeira arte. Combato-a por isso. Trata-se de uma obra que envolve o nosso nome de gaúchos e creio bem que o Rio-Grande desejará que se faça uma obra de arte digna das gerações futuras e não uma econômica homenagem aos heróis que deram a vida pelo ideal de Bento Gonçalves e pela república de 35. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).*

Caringi chama para si a questão de ser gaúcho, transpirando regionalismo em meio ao nacionalismo. O que poderia ser levado em conta, a respeito dos gaúchos representados no projeto de Veloso – como foi mencionado no artigo de Spalding citado anteriormente –, é o fato de que esses eram problemas que poderiam ser resolvidos. No entanto, entende-se que Veloso teria que ter tido espaço por parte da imprensa com direito de resposta. Pois Caringi falava mesmo que aquilo não era uma verdadeira arte. No entanto, o projeto, cabe lembrar, era algo idealizado pela Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de Porto Alegre, do que se deduz que Veloso e Gilbert poderiam apenas estar acatando o que pedia o projeto,¹¹⁴ a partir até mesmo de um orçamento previsto. Caringi, ao criticá-lo, via o projeto, como uma “econômica homenagem”, que, de econômica, não teve nada.¹¹⁵ Quando da entrevista sobre seu projeto, afirmava Caringi:

– *Propõe, assim, a modificação do projeto?*

– *Sim. Desejaria representar imperiais e farroupilhas, que ambos tomaram parte no combate inicial da revolução, em diferentes atitudes. Compreende-se, de logo, que de par com a verdade histórica, ganha a arte consideravelmente. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).*

Seria o primeiro projeto uma mentira? Ou o escultor queria dizer que Veloso não conhecia a história do Rio Grande do Sul? Era a representação de um acontecimento feita a

¹¹⁴ Cabe lembrar que o arquiteto Cristiano Gilbert era arquiteto da Secretaria de Obras e Viação de Porto Alegre. (A FEDERAÇÃO, 13 de agosto de 1934, p. 04)

¹¹⁵ Quanto ao projeto, refiro-me ao desenho do croqui da Secretária de Obras e Viação apresentado no início do capítulo. Também de acordo com o jornal A FEDERAÇÃO, de 23 de junho de 1934, na página 03, o monumento foi orçado em quinhentos contos de réis, como foi visto no orçamento da prefeitura para o ano de 1934.

partir daqueles segmentos que detinham os meios de manipular a memória: isso era verdadeiro. Assim, de “*par com a verdade histórica*”, como indicava Caringi, ganhava a arte e ganhava a política, a partir de uma história idealizada pela memória que os agentes sociais tencionavam, na projeção de uma identidade pretendida. Quando indagado sobre o monumento a Bento Gonçalves, respondeu Caringi:

– *E quanto ao monumento a Bento Gonçalves?*
 – *Salvo ligeiras modificações no pedestal, o resto é exigido pelo projeto. Representando o grande farroupilha a cavalo, de espada na mão, como entrou em Porto Alegre. (DIÁRIO de NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).*

De acordo com alguns autores, Bento Gonçalves não estava na tomada da ponte da Azenha da noite do dia 19 para 20 de setembro. Bento Gonçalves, segundo consta, estava em Pedras Brancas e, atravessando o rio Guaíba, entrou na cidade na manhã do dia 21 de setembro de 1835. (BRASIL, 1982; FLORES, 2004; TELLES, 2010). Portanto, não se tinha a necessidade de entrar com espada desembainhada, como queria representá-lo Caringi. A “verdade histórica” não era tão verdadeira assim, ao que parece. Talvez, por isso, no protótipo da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura e no apresentado por Leão Veloso, Bento Gonçalves não estava representado de espada em punho.

Ainda sobre o monumento equestre, sobre o conjunto homem e cavalo, Caringi acrescenta que estes deveriam ser representados em uma:

Atitude séria e majestosa, triunfal, desde o cavalo que marcha a passo (passo certo), pois adotei os cânones do mais belo cavalo monumental do mundo (Verrochio, Veneza). Há nisto uma homenagem ao gênio artístico, que digam o que disserem, é mais belo que a verdade da ciência. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).

Caringi, em momento anterior, criticava o trabalho de Veloso, levantando questões referentes às “*Verdades históricas*”.¹¹⁶ Falava em representar o monumento o mais verdadeiro possível, como o próprio escultor disse, “*de par com a verdade histórica, ganha a arte*”. No entanto, ele buscou inspiração nos padrões equestres europeus para construir o

¹¹⁶ Na entrevista de Antonio Caringi para o Diário de Notícias, pode-se levantar a hipótese de que as próprias perguntas feitas para o escultor pelo jornal podem demonstrar o favorecimento por parte da imprensa na promoção de Caringi para o concurso, pois o entrevistador direciona o discurso pelas perguntas que estavam em pauta, que, justamente, questionavam a maquete do escultor Leão Veloso, já que indagava Caringi sobre aspectos da maquete de seu oponente, que já haviam sido levantados na imprensa pelo artigo de Valter Spalding – analisado neste capítulo – publicado no Jornal da Manhã. Assim esse discurso “tendencioso” poderia favorecer Caringi, visto que este poderia “desconstruir” o trabalho de Veloso, ao mesmo tempo em que fazia a defesa do seu.

cavalo. Poderia ser também uma maneira de promover sua arte comparando-a aos padrões europeus. Já, depois que ganhou o concurso, mudou o discurso em relação ao cavalo. Segundo Till, Antonio Caringi em entrevista ao Correio do Povo em 1936, diz que criou em seu ateliê um cavalo crioulo. O monumento: *“não é pura reprodução naturalista, mas um trabalho estilizado do nosso cavalo crioulo: forte, sadio e redondo, o qual estudei detidamente”*. (CARINGI, apud, TILL, 2002, p. 44).

Constatam-se, portanto, dois discursos por parte do autor, os quais foram noticiados pela imprensa gaúcha: um discurso para ganhar o concurso, e outro, no momento da inauguração, em que o monumento precisava fazer uma chamada regional à população. Na entrevista de 1934 para o Diário de Notícias, Caringi chamava a atenção de seu conhecimento de arte, embasado na arte europeia. Tal discurso o favorecia em relação ao seu concorrente, que, àquelas alturas, não figurava mais na imprensa. Já em 1936, tendo chegado da Europa com o monumento, seu discurso assumiu uma matiz regionalista quando descreve o cavalo do monumento como um estilizado cavalo crioulo. Para cada circunstância, um discurso!

O Diário de Notícias ainda lhe perguntou se, caso ganhasse o concurso, qual seria sua atitude quanto aos monumentos que ornamentariam os ângulos da ponte.

– *Como pretende representar o gaúcho dos ângulos da ponte?*
 – *Como ele foi e é na realidade, vigoroso, forte, em atitude de ataque. A indumentária do gaúcho é (depois da grega antiga) a mais artística que se possa desejar. O poncho tem grande efeito decorativo. Claro que tudo depende da execução. O gaúcho, como vê da maquete, segura, com a mão direita, a lança pela metade. Chapéu com barbicacho. O gaúcho não pode figurar sem o chapéu, que faz parte da indumentária e é, além de decorativo, altamente característico. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).*

Caringi procurava ir mostrando seu conhecimento a respeito do vestuário do gaúcho, sua importância como marca registrada. Vai arquitetando um ideal de gaúcho que poderia agradar e atender às expectativas da imprensa e dos órgãos governamentais, pois sendo Caringi um conterrâneo, poderia melhor colocar a arte a serviço da política. Podemos entender que a oportunidade desse falar na imprensa, também, de certa forma, poderia acabar por pressionar os organizadores do concurso pela sua escolha. Afinal de contas, o apoio da imprensa começava por colocar Caringi como mais cotado para realizar a obra, mas tudo levava a crer que o que pesara na escolha do escultor havia sido o aspecto do regionalismo. Quando indagado, no final da entrevista, sobre se executaria a obra no Brasil, este responde dizendo:

Não posso afirmá-lo de ante- [sic]. Não sei mesmo se podemos contar com boas fundições de bronze. Há, na especialidade, três fundições notáveis na Europa: Bruxelas, Paris e Munique são o mais belo que vi. No caso de se não poder executar a obra aqui, será essa a aconselhável. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de novembro de 1934, p. 03).

Pois bem, se Caringi, após a apresentação pública de sua maquete, saísse do Teatro São Pedro descendo a antiga rua da Ladeira, dobrando à esquerda, na rua da Praia se depararia com a resposta para seu questionamento sobre as fundições de bronze do Brasil. Ali, no ano de 1933, havia sido inaugurado o monumento equestre ao General Osório de autoria de seu concorrente. Mas, perante a imprensa Caringi era visto como o escultor patricio: parece que isso – e mais o fato de ter-se aperfeiçoado na Europa – bastavam para lhe conferir credenciais e mesmo lhe dar o direito de opinar sobre o projeto de seu oponente.

No entanto, a imprensa ao que parece, esqueceu-se das credenciais de Leão Veloso para a execução do monumento. Suas credenciais eram empíricas: estavam na mesma rua da Praia onde Caringi poderia avaliar o bronze das fundições brasileiras, e mesmo não precisaria ir à Veneza para adotar os cânones de um cavalo. Podemos intuir que Veloso não precisava provar nada sobre escultura equestre para a prefeitura de Porto Alegre caso esta quisesse aprovar seu projeto.¹¹⁷ E se levarmos em conta que o monumento a Bento Gonçalves era a primeira obra pública de vulto do escultor Caringi, ao menos nesse quesito, este poderia ser ainda uma aposta. Mas, enfim, chegaria o dia da escolha do escultor para executar a obra, e, com ele, mais controvérsias.

O Jornal da Manhã de 10 de janeiro de 1935 noticiava sobre a escolha do monumento para a ponte da Azenha. Em primeira página, já divulgava a vitória de Antonio Caringi e expunha em suas páginas o ofício que a comissão havia enviado ao prefeito Alberto Bins. Entretanto, ocorreram algumas mudanças bastante significativas na organização do concurso.

Para concorrerem com projetos de construção, inscreveram-se dois escultores, H. Leão Veloso e Antonio Caringi.

O major Alberto Bins chefe da grande comissão dos festejos e prefeito municipal, nomeou os Srs. Alcides Maia, Fabio de Barros e Francis Pelichek, para em comissão opinarem sobre os dois projetos apresentados. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1935, p. 06).

¹¹⁷ Em sua tese, Fuão (2009) fala sobre o aspecto de o escultor português não ter a dimensão da importância da imagem equestre na formulação da representação do gaúcho, o que é coerente em se tratando de um escultor que não tinha, possivelmente, um prévio conhecimento dos elementos da cultura da campanha gaúcha. Mas, para o monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre no ano de 1935, se tratando de Leão Veloso, o argumento da imprensa, e mesmo da comissão julgadora do concurso, de que Antonio Caringi saberia melhor imprimir as características do gaúcho no monumento, precisaria de cautela, pois Veloso já tinha produzido em Porto Alegre um monumento equestre, como foi afirmado acima.

O noticiário apaziguou tudo. Anunciou naturalmente como se os dois candidatos tivessem entrado em condições iguais no concurso. No entanto, notamos que o Major Alberto Bins, havia nomeado outra comissão para avaliar os trabalhos dos escultores. A primeira comissão era composta por, Otelo Rosa, Pereira Neto, Libindo Ferraz e Mário de Oliveira. Em nossa pesquisa, pretendemos encontrar respostas para desvelar os motivos dessa troca. Esse fato pode reforçar a hipótese de desacordo entre a comissão e o próprio prefeito quanto da entrada tardia de Caringi no concurso. Sendo assim, o quanto pode ter havido de favorecimento a Antonio Caringi a troca dessa comissão? Mais do que uma resposta, essas distorções servem para demonstrar que nem tudo foi harmonia naquele ambiente de festividade. As tensões estavam ali, também.

Assim, chegou o dia de a nova comissão escolher o escultor para executar a construção do monumento. Quanto ao ofício encaminhado ao prefeito Alberto Bins pela nova comissão, ele começava dizendo o seguinte:

Exmo. Sr. Major Alberto Bins, prefeito desta capital – No desempenho da tarefa que nos foi cometida pela prefeitura de Porto Alegre, de ajuizamento sobre os dois projetos apresentados para o monumento comemorativo do movimento revolucionário de 20 de setembro de 1835, sobre o antigo arroio da Azenha; e atendendo ao primo objetivo de estudo correspondente ao tema por nós aceito para uma representação de caráter estritamente estético visando o [nal] de Bento Gonçalves, em revulto histórico, no quadro tradicionais; após as necessárias [flexo] nas duas maquetas pré-pesquisadas, de iniciativa pessoal, reunidos em sessão plena da comissão, em seguida à leitura, exame e aceitação recíproca dos juízos pessoais emitidos por cada um de nós, resolvemos, não havendo nem um voto em separado, elaborar o parecer que temos a honra de apresentar a V. Ex.. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1935, p. 06).

Ao que parece, tudo convergiu para a escolha unânime de Antonio Caringi para executar a obra. Independente de os membros da comissão serem especialistas no assunto, estes deixavam claro que apreciaram apenas a estética: queriam analisar quem melhor saberia capturar as feições do grande “herói” farroupilha. Novamente, o aspecto regional pendeu para Caringi. A comissão reiterava dizendo que:

Na representação ideal da figura de Bento Gonçalves sejam quais forem as escolas ou gêneros de arte seguidos, o critério a adotar-se terá de alcançar razões triplas, estéticas e cívicas: uma de ambiente local, outra de meio social, de acordo com o gênio da época em que se operou a ação cívica a ser celebrada, e a última referente aos traços e feitos predominantes na biografia do Herói. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1935, p. 06).

Pensavam estes, ao que parece, que simplesmente pelo fato de Caringi ser gaúcho desempenharia mais habilmente esse trabalho. Nesse ponto, podemos relacionar com o que Pollak denominou de acontecimentos vividos por tabela.

(...) são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 02).

Para a comissão julgadora, o escultor teria que entender o gênio da época em que havia ocorrido os acontecimentos. Esse pensamento em relação ao conceito de Pollak (1992), para o período analisado, poderia ser um movimento sem maiores problemas, tendo em vista a facilidade intelectual de estabelecer relações entre tal passado e aquele momento. E isso era pertinente aos propósitos daquela elite. O ofício seguia dizendo que:

Na existência de Bento Gonçalves, predominam motivos epopeicos. Ele é um dos arquétipos de evolução brasileira, representa o ideal republicano federativo que, afinal triunfou nos institutos pátrios; simultaneamente, exprime o complexo (espírito, usos e costumes, lides pastoris e militares) do ciclo gaúchesco do Rio Grande do Sul, independente do puro valor artístico intrínseco, que porventura assinala o futuro monumento, entendemos, após maduro estudo, ser o do primeiro (maqueta Caringi) o de mais fiel expressão simbólica, o de mais vida subjetiva como imagem individual e objeto de culto cívico. A concepção da maqueta Leão Veloso é de soberbas linhas, mas, atolha-se no mais natural, mais assente nas tradições, mais próxima, como indumentária e gesto, da verdade social rio-grandense historicamente considerada, a concepção de Antonio Caringi. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1935, p. 06).

Como objeto de culto cívico, segundo os membros da comissão, o monumento de autoria de Caringi era mais apropriado, o mais próximo da “verdade” que estes pretendiam para a representação da memória farroupilha no ano do centenário.¹¹⁸ Mas suponho ter havido falta de um argumento mais substancial para justificar a escolha por Caringi, pois apenas afirmavam que o trabalho de Veloso divergiu para o senso natural da arte equestre. Entretanto, chamo atenção, para o fato de que o próprio Caringi, em entrevista, disse que a base de sua escultura era europeia. Ainda sobre o projeto de Caringi, diziam os julgadores o seguinte:

¹¹⁸ De acordo com Mützenberg (2006), a maioria dos monumentos comissionados pelos governantes, inclusive o monumento a Bento Gonçalves, tinham que expressar referências cívicas e figurativas. Ainda, segundo a autora, o condicionamento de obras públicas, principalmente estátuas, foi gradativamente declinando até o final da Segunda Guerra.

O Bento Gonçalves deste artista não surge como um magnífico acenador de vitórias às multidões entusiásticas. Não é uma espada como as outras, das glorificações comuns americanas aquela espada tão dos Farrapos, na sem dúvida ovante, mas plácida beleza de atitude modesta. O projeto Caringi evoca as legiões de 1835, adivinhados em torno da figura majestosa e original de seu glorioso condutor. Nestes termos lavrados deixamos o nosso voto em tal matéria. Pela preferência do projeto Caringi. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1935 – ass – Alcides Maia, Fabio de Barros e Francisco Pelichek. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1935, p. 06).

Um monumento que foi pensado para representar a brasilidade do gaúcho perante os outros Estados da nação teve justificativas que o segregavam como símbolo regional em detrimento do nacional. Ele começou tomando forma, ainda que embrionariamente, como símbolo regional, como um monumento que não era comparado às outras estátuas equestres americanas, mas pertencia ao “grande” chefe farrapo. Teria o monumento segundo a comissão do concurso, que evocar as legiões de farrapos,¹¹⁹ os mesmos atores que haviam infligido o cerco à “Leal e Valorosa” cidade de Porto Alegre em 1835.

Em nível de comparação entre o monumento do General Osório de 1933, de autoria de Leão Veloso, e o monumento de Bento Gonçalves, de Caringi, podemos dizer que ambos retrataram generais em vestes imperiais. Portanto, a escolha de Caringi, com o pretexto de este saber capturar melhor as feições do gaúcho, é algo que parece um tanto incoerente. Reforço então, a percepção quanto à possibilidade de a escolha de Caringi estar muito mais associada ao fato de este, além de ter talento – o que não faltava também para Veloso –, ser “filho da terra”. Assim, a brasilidade almejada passava primeiro pelo crivo do regionalismo.

No dia 11 de janeiro de 1935, o Jornal da Manhã trazia, a notícia sobre o contrato assinado em cartório entre o prefeito Alberto Bins e o escultor Antonio Caringi. A obra foi orçada em 500: 000\$000 réis. Seria a última vez – ao menos na documentação analisada – que se ouviria falar do monumento da ponte da Azenha: este passou a ser o monumento a Bento Gonçalves, que teria sua inauguração em um pedestal no pórtico de entrada da Exposição Farroupilha, no Parque Farroupilha e nem mesmo os monumentos que ornamentariam a ponte foram mais citados. No final do ano de 1935, quando Caringi retorna da Alemanha, este vem trazendo o monumento de Bento Gonçalves, junto com um monumento denominado “Filho de Farrapo”. Esse monumento, que, nas fontes, até então, não tinha sido mencionado, é conhecido hoje como o “Sentinela Farroupilha” e foi inaugurado em Pelotas. Temos aqui uma lacuna? Mas isso é matéria para outro trabalho.

¹¹⁹ “A grande corrida pela estatuária pública deve-se à ideologia estatal de seus governantes, que se pode notar em todo o Brasil, e o pleno desenvolvimento das cidades, fazendo com que a burguesia se interessasse pela estatuária, utilizando-se da arte e dos fatos epopeicos que precisavam ser comemorados e registrados na memória coletiva”. (MÜTZENBERG, 2006, p.32).

3.5.2 O “anfitrião” da festa chegou: os momentos que antecederam a materialização da memória no bronze

Muito em breve, o patrimônio da nossa capital será enriquecido com o monumento a Bento Gonçalves, que o vigoroso escultor Antonio Caringi acaba de concluir. O clichê que aqui estampamos nos mostra o notável escultor porto-alegrense dando os últimos retoques na sua obra monumental, que é também a maior realização do seu admirável trabalho do seu admirável talento de artista. Além do valor evocativo do grande vulto da Revolução Farroupilha, o importante trabalho de Caringi será uma expressão de capacidade criadora que poderemos mostrar com orgulho, como um atestado do nível de desenvolvimento que já atingimos nos domínios das artes plásticas. (A FEDERAÇÃO, 5 de novembro de 1935, p. 02).

O jornal A Federação noticiava momentos que antecederiam à chegada do Monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre ressaltando sua importância para o patrimônio cultural da capital rio-grandense, pois esse monumento tinha a possibilidade de fundar um lugar de memória alicerçado nas memórias da Revolução Farroupilha, atendendo aos propósitos da elite política e intelectual que se identificava com tal perspectiva de memória.

Imagem 12 - O monumento em fase de acabamento.



A FEDERAÇÃO, 5 de novembro de 1935, p. 02.

A imagem acima mostra o clichê ao qual se referiu o noticiário de A Federação, que fazia uma prévia exaltação do escultor gaúcho e também das expectativas criadas em torno do monumento. O monumento, segundo seus idealizadores, atenderia à necessidade de evocação daquele passado, rememorando-o, mas também atendia às exigências sociais daquele presente, para o qual a elite buscou evocar o que dizia ser a memória rio-grandense. Sobre o escultor Antonio Caringi, o jornal A Federação não poupava elogios, ressaltando seu talento e, ao mesmo tempo, reafirmando a questão acerca de sua origem.

Escultor moço, orientado por uma nobre e alta visão de arte, Caringi trabalhou na obra que lhe foi confiada com todo o seu entusiasmo de artista e de rio-grandense, pondo na execução do monumento a Bento Gonçalves toda a força de seu talento e todos os recursos da sua técnica. Realizou, assim, uma obra de arte que será digna de admiração seja qual for a elevada esfera de evolução artística que o Rio Grande do Sul venha a atingir. Conseguiu, além disso, uma obra em que se equilibram admiravelmente as normas imperecíveis da arte monumental clássica com espírito moderno das escultura do nosso tempo. (A FEDERAÇÃO, 05 de novembro de 1935, p 02).

O monumento, de acordo com o noticiário, era uma obra inspirada na arte clássica, contudo, atendia aos propósitos do espírito moderno. Era um discurso que, de certa forma, estabelecia uma simetria entre a idealização do monumento e os propósitos pensados para a execução da Exposição Farroupilha, preocupada em mostrar também aspectos do desenvolvimento rural e industrial do Rio Grande do Sul. Para o jornal, Antonio Caringi:

Nem se restringiu a um frio e banal espírito acadêmico, nem se desviou para um modernismo extravagante, impróprio para um trabalho da natureza do que lhe foi confiado. Nessa harmonia entre um sentido atual de arte e as normas que são as bases eternas de toda a criação estética, está o segredo do vigor e da expressividade plástica da arte de Caringi. Realizando um monumento rio-grandense, o notável escultor conterrâneo conseguiu também um trabalho de valores plásticos, de largueza de concepção que poderá ser admirado em qualquer parte e em qualquer época. Como obra evocativa de um grande vulto histórico e bem rio-grandense, como realização plástica é um trabalho que enquadra Antonio Caringi entre as vigorosas afirmações da escultura contemporânea. (A FEDERAÇÃO, 5 de novembro de 1935, p. 02).

Como a citação sugeria, Antonio Caringi conseguiu, no seu trabalho, cumprir com o que lhe fora pedido, indo além, já que tal trabalho poderia colocá-lo entre os grandes nomes da arte contemporânea. Assim evidenciou-se algo que, à época do concurso para o monumento a Bento Gonçalves, ainda não aparecera a respeito do escultor, que dizia respeito justamente à consagração, como sugeriam os jornais porto-alegrenses analisados, pois os jornais – como foi visto – haviam defendido a escolha de Antonio Caringi devido a este ser reconhecido na Europa, em detrimento de Leão Veloso, que, segundo os jornais, não tinha tal expressividade artística, sendo seu trabalho restrito à arte nacional.

O monumento, que seria inaugurado no dia 20 de setembro de 1935, na abertura da Exposição Farroupilha, acabou por atrasar e, em 17 de novembro de 1935, o Jornal da Manhã dava conta que este deveria chegar a Porto Alegre ainda no mês de novembro.¹²⁰

¹²⁰ Os jornais não mencionavam o motivo do atraso na entrega do monumento, porém o que foi possível observar, no capítulo três deste trabalho, foi a entrada tardia de Antonio Caringi no concurso, quando este, segundo o jornal estava em vias de se definir, e teria como concorrente único o escultor Leão Veloso. A entrada de Caringi no concurso adiou aproximadamente dois meses a definição do concurso. Tal indício leva a supor que seu atraso havia se dado devido a esse acontecimento.

Imagem 13 - O monumento no momento do embarque.



Fonte: JORNAL DA MANHÃ, 17 de novembro de 1935, p. 11.

A imagem publicada no Jornal da Manhã projetando a inauguração do monumento mostrava o momento em que o monumento era preparado para ser embarcado em Hamburgo, com a presença do escultor e do cônsul brasileiro, assim como das autoridades da cidade. (JORNAL DA MANHÃ, 17 de novembro de 1935, p. 11). Também as notícias que antecederam à inauguração do monumento mostravam indícios interessantes sobre a grandiosidade que se queria representar não só do monumento, mas também de seu lugar na Exposição Farroupilha.

Defronte ao pórtico da Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, existe um pedestal de grandes proporções, destinado ao gigantesco monumento a Bento Gonçalves, o herói farroupilha que tão alto elevou o nome dos farrapos.

Este monumento que estava sendo esculpido na Alemanha, pelo artista patricio Antonio Caringi, acaba de embarcar na cidade de Hamburgo com destino a nossa capital.

Este monumento é uma grandiosa obra de arte, pesando cerca de 1700 Kl, foi embarcado a 15 de outubro, devendo dentro de poucos dias chegar a esta capital. (JORNAL DA MANHÃ, 17 de novembro de 1935, p.11).

As primeiras informações retomavam a ideia de “heroicidade” de Bento Gonçalves, e também faziam menção à ligação do escultor com o Rio Grande do Sul, pelo fato ser gaúcho. É interessante notar que o monumento é fruto de toda uma organização e que até mesmo a

escolha do artista foi algo – como já foi falado – direcionado para que, de certa forma, saísse tudo como planejado pela comissão organizadora da exposição, que assim exaltava feitos e sujeitos regionais. Fernando Carrión chama a atenção para as disputas que envolvem uma construção como um monumento.

Estes actos conmemorativos no se quedan solo em ello porque van mucho más allá de las efemérides protocolares y porque trás de ellos existen sujetos y actores que los encarnan y reivindicam como memorias de proyectos de futuro confrontados, em tanto son y representan espacios de disputa de los tiempos. (CARRIÓN, 2012, p.57).

De volta da Alemanha, Caringi, no final de novembro de 1935, era aclamado pela imprensa como sujeito constituinte daquele trabalho de memória, ator social dentro daquelas comemorações, sendo “*consagrado*” e, ao mesmo tempo “*consagrando*” a memória de Bento Gonçalves num espaço público da capital rio-grandense. (JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p. 09). Entretanto, o monumento não ocuparia mais o mesmo lugar para qual havia sido projetado, que era a ponte da Azenha. E o novo lugar não era um espaço qualquer: tratava-se do espaço que teve significado histórico à época da Revolução Farroupilha, e que, no ano do centenário Farroupilha passava a ter significado oposto. Bento Gonçalves agora seria o condutor do desenvolvimento e da pujança do Rio Grande do Sul, colocado à entrada da exposição chamando o povo para visitá-la e apreciar o crescimento do Rio Grande do Sul, cem anos depois do início da Revolução Farroupilha. Era, portanto, um significado bem coerente para as pretensões daquela elite dos anos 30. Não levaram em conta, por exemplo, que o Parque Farroupilha teria sido o local de onde os farroupilhas haviam sitiado a cidade, no cerco de Porto Alegre, e que nesse sentido, era um lugar oportuno para colocar o monumento do chefe farrapo. Mas, ao mesmo tempo, o que ficava evidente era o valor dado para a comemoração, que produzia outra interpretação sobre os farroupilhas: e foi essa representação que prevaleceu. O monumento pode ter a capacidade de redefinir o sentido do lugar, como diz Correia (2013). Segundo o autor, a arte pública:

Transforma o espaço público em espaço real, povoado e diversificado, suprime um espaço inicialmente vazio para o tornar habitável. A presença da obra de arte no espaço público convida o espectador a imaginar como se pode dispor esse espaço, na situação que se tem pela frente face a um dado local e a uma dada obra de arte, e como se podem mudar as distâncias vividas no espaço público (...). Por isso deve ter-se em conta a integração da arte no espaço público também sob o ponto de vista social e o que isso significa para o presente. (CORREIA, 2013, p.31).

A partir da ótica de Correia, é possível observar e analisar como era pensado o lugar de memória planejado pela elite (do PRL e também de outros partidos) e, também, o quanto a

arte era importante como elemento de representação social e histórica quando implantado no imaginário coletivo. Então, supostamente, é possível compreender a valorização feita pela imprensa tanto para o monumento a Bento Gonçalves, quanto para seu escultor. O Jornal da Manhã dizia:

Antonio Caringi – o magistral escultor gaúcho, bastante afamado e conhecido em muitas partes do mundo civilizado – está de volta à capital, depois de prolongada ausência, trabalhando em Munique, na Alemanha, onde tem montado seu atelier.

E com Caringi vieram para o Rio Grande do Sul as estátuas a Bento Gonçalves e “Filho de Farrapo”.

A primeira, que será colocada no pedestal situado defronte ao pórtico da Exposição Farrroupilha, o qual já foi inaugurado pelo exmo. Dr. Getúlio Vargas, quando em sua visita ao Sul, no início dos festejos comemorativos da epopeia farrapa, é uma obra de alto valor, honrando e enaltecendo a mão do mestre que a esculpiu. (JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p. 09).

Vargas não se fez presente na inauguração do monumento em janeiro de 1936. Como afirmou o Jornal da Manhã, o presidente inaugurou somente o pedestal do monumento a Bento Gonçalves. Considerando-se que o monumento seja conceituado como representação, – dentro do conceito de representação de Chartier (2002) –, compreende-se que representa uma ausência. Como ler, então, a inauguração de um pedestal vazio? Vargas havia inaugurado a “ausência do objeto ausente”, o que permite pensar que Vargas não havia prestado culto a nada que representasse o monumento a Bento Gonçalves no aspecto regional, e muito menos nacional. Ao que tudo indica, Vargas fazia questão de manter certa distância dos aspectos regionais, como dá a entender o seu discurso durante a Exposição Farrroupilha.¹²¹

¹²¹ O presidente Getúlio Vargas discursou em 24 de setembro de 1935, em Porto Alegre, nas dependências da Exposição Farrroupilha. O discurso assumiu um tom nacionalista. Pretendia Getúlio Vargas mostrar que tanto rio-grandenses dos tempos da Revolução Farrroupilha, como os da Revolução de 1930, partilhavam do mesmo espírito de nacionalidade. Segundo Vargas: “Entre esses movimentos precursores, frequentemente caluniados, figura a Revolução de 1835, tantas vezes acoimada de separatista. Diante do exame dos documentos arrancados à poeira dos arquivos, não é possível mais sustentar, sem má fé, que os pró-homens da década farrroupilha viessem desagregar a nação, quando pela sua unidade, com denodo e heroísmo, haviam combatido antes e combateram depois”. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 08). Apresentando a Revolução Farrroupilha como uma revolução brasileira, o presidente criava suporte para justificar e mesmo legitimar, seu governo, estabelecendo uma linearidade entre 1835 e 1935: “A trajetória da vida do Rio Grande, no decorrer destes cem anos, é verdadeiramente extraordinária. A antiga província, mais empobrecida do que nunca, ao encarregar-se do decênio farrroupilha, marchou sempre em linha ascendente, até atingir o maravilhoso grau de progresso que hoje ostenta. Refez-se no trabalho fecundo, e os campos e povoações por onde a rajada revolucionária passou, semeando a morte e o desconforto, transformaram-se em fartos celeiros, em movimentadas e modernas cidades, em grandes empórios do comércio e da indústria”. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 08). E Getúlio Vargas compara os acontecimentos e os personagens de 1930 com os acontecimentos e personagens da Revolução Farrroupilha: “Tenho bem vivo o espetáculo memorável do Rio Grande, ao declarar-se de pé pelo Brasil, em 1930. Atravessamos períodos que, sob muitos aspectos, repetiam a situação política de 1835. O regime se abastardara, desfigurando pelos corrilhos partidários e amolecidos no seio das oligarquias imperantes. O cacequismo instalado no poder distribuía os benefícios públicos segundo as medidas das preferências domésticas. Desprezando o comodismo das situações criadas, saltando sobre todas as conveniências de ocasião, o povo rio-grandense ergueu-se de novo, como um só homem, para combater pela boa causa – causa que transformou o Brasil”. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 08). E se

Quanto a Antonio Caringi, este teve seu lugar garantido na imprensa, a mesma que lhe dera apoio no momento do concurso e agora consolidava sua volta demonstrando que esta se dava de forma “*triumfal*”. A notícia da volta de Caringi soava de maneira que este poderia ser visto também como parte integrante daquele trabalho de memória. Afinal de contas, o artista tem o papel de imprimir sua marca em sua obra, e talvez isso torne seu trabalho importante tanto quanto o dos historiadores do IHGRGS. Cada qual teve seu papel naquele trabalho de memória, pois, enquanto os primeiros teorizaram, o segundo materializou num espaço público a memória do chefe farrapo. Quanto ao trabalho de Antonio Caringi, dizia o Jornal da Manhã da emoção e do prazer que sentia sua redação por receber, no dia 29 de novembro, o escultor nas suas dependências. Das dependências do jornal, Antonio Caringi palestrou para os jornalistas, respondendo às perguntas que lhe eram feitas, e falando das dificuldades para a execução do trabalho que o “*Rio Grande do Sul lhe dera*”. (JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p.09). E prosseguia o jornal, lapidando os momentos que antecediam à inauguração do monumento:

Vencendo o concurso instituído para a construção da estátua, Antonio Caringi dirigiu-se, sem demora, à Alemanha, pondo-se a trabalhar no seu atelier na cidade de Munique.

Admirado escultor gaúcho brilhantemente soube terminar sua tarefa e, dentro de pouco tempo, o nosso público poderá admirar, no Parque Farroupilha, o que fez um cérebro rio-grandense, honrando sua terra e engrandecendo sua geração. (JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p. 09).

Desse jeito, o jornal foi legitimando o trabalho de Antonio Caringi, fazendo uma relação entre sua arte e o sucesso desta com o fato de ele ser gaúcho. Mas, sobretudo, observa-se o fato de o escultor ser gaúcho, o que o colocava em outro patamar artístico e social, ou seja, o jornal fazia questão de deixar claro que não era uma obra qualquer e que, seu artista também não era um artista qualquer: pelo contrário, era um escultor que tinha um compromisso com a sua geração, pois este, também ao edificar tal monumento, edificava também uma memória que dizia respeito à sua terra e à sua geração. O jornal continuava, dizendo que Caringi era um artista modesto:

distanciando do regional em prol de seus planos nacionalistas Getúlio Vargas, delegava a Flores da Cunha a representação dos descendentes farrapos: “(...) apresento minhas congratulações ao General Flores da Cunha, não só pelo brilho excepcional destas comemorações, como também pela circunstância feliz de, em momento de tamanha significação, presidir o governo do nobre povo rio-grandense, a que vem servindo com incedível devotamento e cujas virtudes cavaleirescas dignamente encarna – bravo, leal e generoso – como bom descendente da heroica estirpe farroupilha”. (JORNAL DA MANHÃ, 24 de setembro de 1935, p. 08). Então, da mesma forma que os jornais da capital Rio-Grandense representaram Flores da Cunha como a “encarnação” de Bento Gonçalves, Vargas manteve a máxima em seu discurso. Ao que parece, para Getúlio Vargas nesse momento, o interesse estava voltado para o aspecto da nacionalidade.

Que, escondido por de trás das paredes de seu ateliê, ele entregou-se de corpo e alma à sua obra, empregando toda a imensa capacidade de sua inteligência na construção dos marcos de bronze com que o povo do Rio Grande do Sul, homenageando os heróis de um passado glorioso, assinalará a passagem do primeiro centenário da guerra Farroupilha. (JORNAL DA MANHÃ, 30 de setembro de 1935, p. 09).

Seus monumentos assinalariam, de acordo com o noticiário, a passagem do primeiro centenário da Revolução Farroupilha, porém o jornal não se referia aos monumentos que, à época do concurso, tinham sido encomendados quando Antonio Caringi vencera o concurso e embarcara para a Alemanha para então realizar a obra. Os monumentos que Caringi traz consigo da Alemanha são os monumentos a Bento Gonçalves e uma estátua denominada Filho de Farrapo, que foi inaugurada em Pelotas. Sobre os quatro gaúchos a cavalo em tamanho natural que ornamentariam os quatro cantos da ponte, não houve qualquer menção pelos jornais, e nem tampouco o artista foi questionado publicamente sobre a ausência desses outros monumentos.¹²²

Quando chegou o dia da inauguração do monumento a Bento Gonçalves o jornal Correio do Povo, em 15 de janeiro de 1936, publicava um artigo assinado por Jacy de Castro Brasili, cujo título era “Caringi”: tal artigo falava do “*milagre esculpido no bronze pelo escultor patricio*”.

Caringi... o grande escultor patricio, possuidor de um talento invulgar, que, embora ausente de sua terra natal pelo grande espaço de dez anos, não esqueceu jamais, honrando ao sabor da sua arte maravilhosa, esculpindo agora no milagre do bronze, a figura máxima da epopeia farroupilha – Bento Gonçalves! – a quem deu a mais forte expressão da vida e de energia ao brilhantismo de seu cinzel privilegiado. (CORREIO DO POVO, 15 de janeiro de 1936, p.10).

Portanto, para Brasili, Caringi soubera cumprir a tarefa para a qual havia sido destinado. Segundo o autor, este soubera capturar – como queriam os membros da comissão organizadora do concurso para o monumento a Bento Gonçalves – as feições regionais do

¹²² Pelo menos nos jornais e mesmo em documentos até agora pesquisados não foi possível identificar nenhum indício que pudesse esclarecer o fato de Antonio Caringi ter somente trazido o monumento a Bento Gonçalves como parte da obra por meio da qual o escultor havia vencido o concurso. E causa estranhamento o fato de, inesperadamente chegar à capital rio-grandense, outro monumento denominado o “Filho de Farrapo”. O próprio Jornal da Manhã questiona o nome do outro monumento parecer ter sido um nome dado tão de última hora. Cabe ressaltar que em momento algum na época do concurso para o monumento a Bento Gonçalves, apesar de toda a propaganda jornalística ser tendenciosa a Antonio Caringi, mencionou-se o fato de este estar também em vias de construir um monumento para sua cidade natal, o que poderia pesar a favor do escultor. Tais indícios são questões levantadas a partir das fontes disponíveis, que ainda não deram margem para o avanço da pesquisa de modo que possam ser esclarecidos tais indícios. Por enquanto, o que se tem por parte das fontes é um “não dito” pela imprensa que apoiava o escultor “patricio”.

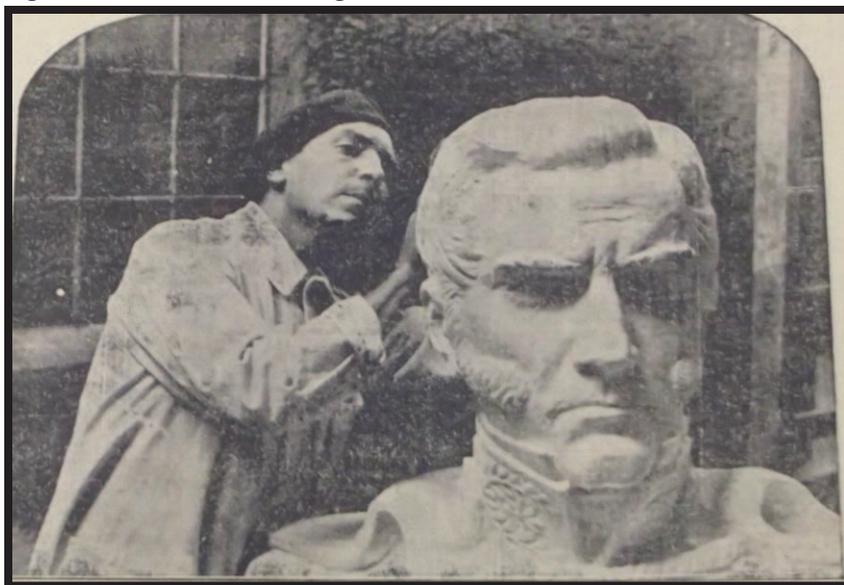
gaúcho através do “*milagre do bronze*”. No entanto, Caringi, em entrevista, havia afirmado que o monumento era uma representação estereotipada de Bento Gonçalves, feita dessa forma para dar mais arrojado à idealização do monumento.

Sobre a questão de o autor imprimir sobre a arte o que este entendia serem as feições do “*herói*”, Correia afirma que os artistas criam também para agradarem a si próprios, o que, em muitos casos, desperta a liberdade criadora no artista, segundo a qual:

(...) o artista, na sua criação, não deve estar subordinado a critérios do público, ou outros critérios, como políticos, morais ou religiosos, por preceitos, mesmo que sejam preceitos estéticos, e que nem sequer deve estar limitado pelos objetos reais e pelos princípios da imitação, devendo ser movido mais pelo princípio da invenção no ato criador, na arte permanece sempre algo aquém ou além da dimensão pública, que está fora do suscitar do público e do enraizamento espaço-temporal. (CORREIA, 2013, p.39).

Portanto, Caringi pode ter apresentado um monumento que não era uma “imitação” da representação que este tinha em mãos do retrato de Bento Gonçalves, mas, como sugeriu Brasili (1936) para o Correio do Povo, o artista “*soube imprimir brilhantismo*” e criando uma forte “*expressão de vida*” para o general Bento Gonçalves a partir de seu trabalho.

Imagem 14 - Antonio Caringi trabalhando no monumento em Munique.



Fonte: Correio do Povo, 15 de janeiro de 1936, p. 10.

Na imagem acima, observa-se Antonio Caringi trabalhando no monumento em seu ateliê em Munique. A imagem permite uma melhor visão do rosto de Bento Gonçalves, possibilitando observar melhor os traços e as feições dadas à representação da face de Bento Gonçalves idealizada pelo escultor. O próprio Antonio Caringi confirmou que as feições do rosto de Bento Gonçalves haviam sofrido influência de sua arte e do desejo de dar traços mais

expressivos à imagem do “herói”. Afinal de contas, um monumento, por ser uma criação intencional, busca atingir o imaginário coletivo, remetendo a uma ideia de heroísmo, patriotismo ou regionalismo, dependendo para qual propósito ele está sendo feito, isto é, de que forma quer atingir a “memória de um povo”.¹²³ De acordo com Brasili:

Quem, contemplando-o, não sentirá, por certo, o coração a pulsar de orgulhoso patriotismo, em ver perpetuado sempre ali, naquele majestoso monumento, o vulto do maior guerreiro farrapo. Símbolo autêntico do valor e nobreza dos nossos antepassados!

É a arte, sublime sempre, revelada mais uma vez pelas mãos divinizadas de Caringi!

Orgulhemo-nos, pois, de, na constelação de artistas rio-grandenses, ver fulgir, aureolado de luz, o nome do escultor que tão alto eleva a nossa pátria. (CORREIO DO POVO, 15 de janeiro de 1936. p.10).

Pode-se levar em consideração ainda a opinião de Brasili sobre os propósitos de ser criado o monumento a Bento Gonçalves, mas é pertinente verificar, para além da pergunta de Brasili, por que se criavam monumentos na década de 1930. A resposta deixa transparecer que há motivos e expectativas por parte da imprensa e dos intelectuais sobre o que deveria representar o monumento. Brasili ressaltou aspectos como patriotismo, a heroicidade e o papel do símbolo, que deveria perpetuar a memória dos antepassados. Já Antonio Caringi foi “divinizado” publicamente pelo escritor, devido ao fato de este ter, através do monumento, elevado o nome da pátria brasileira.

A fotografia da Revista Aplauso revelou de forma mais clara o rosto de Bento Gonçalves representado no monumento, e o escultor Antonio Caringi aparece em um trabalho de comparação com imagens de Bento Gonçalves que este tinha levado para a Alemanha.

¹²³Monumento intencional, construído intencionalmente para comemorar, rememorar e inaugurar um lugar de memória. Sobre monumento intencional, ver mais em José Abreu: A Arte Pública e os Lugares de Memória. Revista da Faculdade de Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, 2005.

Imagem 15 - Antonio Caringi no seu ateliê em Munique.



Revista Aplauso: <http://www.aplauso.com.br/site/portal/default.asp> acesso em: 31/08/2011.

Em comparação com a foto da Revista Aplauso, a foto que segue foi encontrada em 2013, em uma pasta do museu da cidade de Julio de Castilhos.¹²⁴ A foto faz parte de uma polêmica quanto ao fato de tratar-se de Bento Gonçalves ou não. Mas, polêmica a parte, o que interessa para esse trabalho é mostrar como mesmo ainda hoje, não se tem muitas certezas

¹²⁴ De acordo com a fonte: “Quando tudo sobre a Guerra dos Farrapos parecia já ter sido escrito, eis que surge uma nova imagem da revolução que forjou a identidade do Rio Grande do Sul – e um novo enigma. Uma fotografia inédita encontrada no Museu Julio de Castilhos, que retrataria o general Bento Gonçalves, voltou ao centro de debates, dividindo opiniões e multiplicando teses sobre a representação do principal líder farroupilha. A ausência de registro da data em que foi feita aumenta a polêmica. O cartão que acompanha a fotografia traz o nome do fotógrafo H. Fritot, com a inscrição “Photografia Parisiense” e a cidade de Bagé. Como Bento morreu em 1847, antes da difusão de estúdios fotográficos no país, a direção do museu acredita que se trate de uma reprodução feita a partir de um daguerreótipo, imagem em placa de prata produzida pelo primeiro equipamento fotográfico fabricado em escala comercial. Apesar de destacarem que seria necessário um estudo mais aprofundado para garantir a autenticidade, historiadores como Gunter Axt, professor do mestrado em memória social e bens culturais do Unilassale e pesquisador associado da USP, e Spencer Leitman, historiador norte-americano brasileiro, autor de Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos, consideram a versão plausível.

Já o historiador Moacyr Flores, estudioso da temática farroupilha e autor de livros sobre o tema, rechaça a hipótese. Além de cogitar que seja a foto de um desenho, garante que não é Bento o retratado. Pelos traços, sustenta que seja outro farrapo, bem menos ilustre: Manuel Carvalho de Aragão e Silva, que chegou a tenente-coronel na guerra. A descrença é compartilhada pelo pesquisador das origens da fotografia no Brasil e no Rio Grande do Sul Ronaldo Marcos Bastos — que acredita tratar-se de um retrato original, mas de alguém parecido com o líder farrapo. — Teriam de serem muitas coincidências para que fosse Bento — diz. Apesar das divergências, o museu pretende ampliar a imagem e exibi-la como um retrato presumido de Bento, ainda este mês. Mesmo sem certeza? — Claro. O Masp tem um quadro lá, que Pietro Maria Bardi, o diretor na época, colocou lá: “Pintura de Rembrandt”. E aí botou entre parênteses, pequenininho, embaixo: “Uma comissão do museu da Holanda acha que não é” — responde o diretor, lembrando que a história é feita de versões”. (Agência RBS: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/semana-farroupilha/noticia/2013/09/o-enigma-fotografico-de-bento-goncalves-o-principal-lider-farroupilha-4261717.html> acessado em: 20/09/2014).

sobre a “real” aparência do líder farrapo. Presume-se, então, que, para o ano do Centenário da Revolução Farroupilha, seria muito mais complexo representar Bento Gonçalves.

Imagem 16 - Suposta fotografia de Bento Gonçalves.



Fonte: Félix Zucco/ Agencia RBS, 20 de setembro de 2014.

Imagem 17 - Perfil do rosto representado no monumento de Bento Gonçalves.



Fonte: Antonio Caringi Escultor dos Pampas – Assis Brasil 2008 – fotografia Paulo Gomes.

A pertinência do fato está ligada à imagem do líder, que poderia ser contestada ou mesmo posta em xeque no monumento. Já o monumento a Bento Gonçalves pode ser compreendido como a representação do “herói” da Revolução Farroupilha, que, no ano do

seu centenário, seria colocado em praça pública. Para aquele momento a partir da ótica daquela elite composta de políticos, historiadores, e imprensa, ao menos para esses, o monumento trazia a representação “real” de Bento Gonçalves. A questão não era pôr em xeque a memória do líder farroupilha, mas sim afirmá-la, sem qualquer tipo de contestação que pudesse supor que aquelas comemorações não condiziam com a “*realidade histórica*” comemorada no ano de 1935. Ao que tudo indica o trabalho de memória foi pensado e cercado por muitos lados, formando uma base estrutural sólida o suficiente para concretizar o trabalho de memória que se pretendia, servindo como elemento de identificação para os rio-grandenses, e não permitindo contestações que pudessem deturpar a história da Revolução Farroupilha, apresentada como um capítulo “*definitivo*” da história do Brasil, que fora materializada na praça pública.

4. O LUGAR DE ONDE SE FALA: A PRODUÇÃO DO LUGAR DE MEMÓRIA E SUA CONSUMAÇÃO NO MONUMENTO A BENTO GONÇALVES

*Que importa um nome? Muita vez ouvido
Pesa sobre um herói. Do tempo o insulto
Apaga um nome e lhe destrói o culto,
Deixando-o dos demais desconhecidos.
Que importa um nome? A um povo tem sumido
Pesado sono, sob o pó sepulto,
E se o passado e a tradição consulto,
Nem um traço sequer! Tudo perdido!¹²⁵*

O lugar de onde se fala como sugere o título deste capítulo, tem por intenção fazer uma reflexão sobre a maneira como foi estruturado um desses “lugares de memória” em Porto Alegre. Falo do monumento a Bento Gonçalves, inaugurado em 1936, como elemento de consumação material da memória farroupilha, a partir da ideia de seus organizadores. É importante demarcar o lugar, pois este pode dizer muito dos propósitos do monumento, exteriorizando os sujeitos sociais e, assim, podendo definir e articular um discurso em relação a um lugar social. De acordo com Certeau (2011), a pesquisa histórica está situada num lugar que determina uma vinculação do “possível” e do “impossível”. “*A história se define por uma relação da linguagem com o corpo social, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala*”. (CERTAU, 2011, p. 63).

A ideia e o planejamento do monumento que celebraria a memória de Bento Gonçalves na festa do centenário da Revolução Farroupilha, durante sua inauguração, teve novos rumos que contradizem toda a situação para a qual o monumento havia sido pensado. O lugar outrora pensado foi deixado de lado e assumia agora lugar junto à Exposição Farroupilha, no parque que ganhou o mesmo nome, sob o decreto nº 307, de 19 de setembro de 1935, publicado pelo então prefeito de Porto Alegre Alberto Bins, que dizia o seguinte:

*Considerando que as tradições de honra e valor, sofrimentos e glórias, como laço de união necessária entre o passado e o presente, devem os governos culto perene, perpetuamente vivificando-as;
Considerando, assim, que a epopeia traçada pelos heróis de 1835, em busca do ideal republicano, objeto constante de nossa evolução política, representa o quartel mais fulvo e brilhante do brasão rio-grandense;
Considerando, também, que todo o Rio Grande do Sul comemora amanhã, por entre festivas demonstrações de patriotismo cívico, data que assinala o primeiro centenário da Revolução Farroupilha;
Considerando, mais, que a figura central dessa heroica etapa da nacionalidade foi o General Bento Gonçalves da Silva, cujos atos de bravura, de heroísmo e de amor*

¹²⁵ Trecho do poema escrito para o Jornal da Manhã do dia 20 de setembro de 1935, (s/p), pelo escritor Henrique de Casaes, tendo por título “Aos desconhecidos Soldados Farroupilhas”. O trecho do poema sugere a necessidade de se comemorar o centenário da Revolução Farroupilha, demonstrando também o sentido de se deixar um legado que possibilite às gerações renderem culto a seus “heróis” para que estes não caiam no esquecimento.

à sua terra são sempre lembrados à veneração e respeito das gerações que se vão sucedendo;

Considerando que, no dia de amanhã, toda a população acorrerá às grandiosas comemorações da legendária e gloriosa campanha republicana de 1835-1845, evocando o nome aureolado de Bento Gonçalves;

Considerando ainda que, está no plano geral de obras da administração municipal o aproveitamento, em um grande parque, do precioso logradouro doado à cidade pelo governador Paulo José da Silva Gama, em 24 de outubro de 1807, já tendo sido empreendido em parte e devendo ser levado a termo após as festas comemorativas do Centenário Farroupilha;

Considerando, finalmente, que constituirá aquele logradouro um dos mais atraentes recantos da capital;

No uso das atribuições que lhe são conferidas em lei, DECRETA:

Art.1º Fica denominado “Parque Farroupilha” o logradouro até agora chamado Campo da Redenção, compreendido entre as avenidas João Pessoa, José Bonifácio e Oswaldo Aranha e a rua Sarmiento Leite.

Art.2º Fica denominada “Bento Gonçalves” a avenida que atravessa o “Parque Farroupilha”, na direção N. E., a partir do prolongamento da rua da República, à avenida João Pessoa, até a avenida João Pessoa, até a avenida Oswaldo Aranha, na direção da rua Garibaldi.

Art.3º A praça formada ao centro do Parque, no alinhamento da avenida a que se refere o art. Antecedente, e onde a prefeitura está erguendo um monumento ao grande herói de 35, fica igualmente denominada Bento Gonçalves.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 19 de setembro de 1935. (Leis, Decretos, e Resoluções. Período de janeiro a dezembro de 1935).

A narrativa do decreto traz importantes elementos sobre a memória de Bento Gonçalves, relacionada àquele acontecimento, não só com o monumento, mas também com o lugar para o qual este havia sido pensado. O lugar de memória era, de fato, mais complexo tendo o monumento como item central, mas este era precedido pela memória de Bento Gonçalves reverenciada na praça e na avenida que atravessava o Parque Farroupilha, que também levaram seu nome. Era a representação de Bento Gonçalves como elemento de destaque naquele lugar de memória, era a representação do líder farrapo em meio ao parque que levava o nome da revolução que havia proclamado a República Rio-Grandense da qual Bento Gonçalves havia sido general e presidente.¹²⁶ O trabalho de memória daquela elite tinha elementos significativos para a transmissão da memória pretendida por aqueles sujeitos, como a rua, a praça e o próprio monumento, todos dispostos no espaço público, que, conforme Correia, “*diz respeito à constituição histórica da ordem burguesa, através da elaboração de um discurso racional e de uma objetividade de julgamentos capazes de agregar interesses privados e convertê-los em questões públicas*”. (CORREIA, 2013, p. 12). Sobre a autoridade desse conjunto de lugares que receberam o nome do “herói” farroupilha no decreto tratado acima, relacionando-o com o pensamento de Correia, destaca-se a explicação desse autor

¹²⁶ A prática observada pela narrativa do decreto, de nomear praças e avenidas, além do próprio monumento a Bento Gonçalves, deixa evidentes elementos que convergem para o ponto de vista de Nora quanto à necessidade de se criar o lugar de memória, mostrando a complexidade que pode envolver a criação de um lugar, que corresponda à representação da memória que se pretende perpetuar.

acerca da importância da relação entre ambos e os motivos pelos quais estes se constituíram em terreno fértil para a construção de um lugar de memória. De acordo com o autor,

(...). A rua torna-se uma instituição social, e é a sua aceitação pela comunidade que lhe dá a importância e o vínculo da função desejada: o movimento de peões, de veículos e de bens, albergando diversas funções e a comunicação entre indivíduos e grupos: a recreação, as manifestações públicas, a ocorrência de diversos rituais, e o comércio, ou seja, a construção da comunidade local. (CORREIA, 2013, p.17).

Analisando o uso da rua para este trabalho, podemos perceber as significações que pode ter tido a renomeação de uma rua e avenida com o nome de Bento Gonçalves durante o centenário da Revolução Farroupilha.¹²⁷ Podemos considerar que é a própria perpetuação da memória do “herói” sendo evocado diariamente pelos transeuntes. A praça também é um produto que tem seu uso significativo no sentido da produção do espaço social – assim como a rua – mas tem um papel mais específico para a construção do lugar de memória, pois, em muitos, aspectos ela é o lugar da comemoração.¹²⁸ De acordo com Correia,

(...). na praça, que, em sentido estrito, é o resultado de um agrupamento de casas em torno de um espaço livre, de cujo sentido implícito à própria definição se destaca como característica principal ser um espaço central ou centralizador, onde se concentram geralmente as atividades administrativas, festivas, comerciais, e onde se encontram normalmente os edifícios da administração Pública, um Coreto, uma Igreja, um Monumento, uma estátua, que constituem uma diferença mais relevante dos aglomerados populacionais entre si. Mas, enquanto à rua se aplica melhor a ideia de transitoriedade, à praça, aplica-se melhor a ideia de permanência, de uma vivência social mais prolongada e estável por parte das pessoas. (CORREIA, 2013, p.18).

A praça é, por consequência, o lugar do monumento, é o lugar da permanência, por isso, talvez, o lugar adequado para se perpetuar a memória. No caso que constitui o estudo

¹²⁷ José Abreu considera que: “(...) a arte pública, enquanto destinada a uma determinada comunidade, comporta potencialmente uma dimensão social, convocando-a e confrontando-a com a sua própria identidade (...). Mais ainda contribui a arte pública para o ordenamento e qualificação dos espaços, logo, das vivências, urbanas. Em termos de identidade e legibilidade da cidade, a integração da arte pública no espaço urbano permite obter intervenções mais valiosas (...), ou seja, a problemática da articulação dos poderes públicos, políticos e financeiros locais, nacionais e supranacionais”. (ABREU, J, 2005, p. 16). Portanto, a arte no espaço público no sentido analisado neste trabalho, pode considerar essa potencialidade de inferir na conformação identitária da coletividade, pois esta se insere no espaço público, que, como Abreu aponta, é o espaço das vivências. O monumento assim potencializa uma legibilidade de si e do seu entorno dialogando com o espaço e com os diversos grupos que fazem parte da comunidade urbana na qual o monumento foi inserido. O monumento resignifica o espaço.

¹²⁸ Maria Barros Ribeiro, falando sobre a função da praça no seu estudo sobre o monumento equestre de D. Pedro, afirma que “erguido em praça pública, o monumento trouxe a arte para a rua, tornando-a acessível a todos. Se embeleza o espaço, cumpre também objetivos políticos e didáticos. A comunicação visual estabelecida entre os passantes e o monumento recorre a uma simbologia cívica própria aos monumentos honoríficos, que unem personagens e acontecimentos, mas que também se inserem num sistema simbólico mais amplo aos quais correspondem valores históricos idealizados”. (RIBEIRO, in: KNAUSS, 1999, p. 20).

deste trabalho, o lugar de escolha do monumento era também o lugar onde a elite organizadora da Exposição Farroupilha reelaborava e disseminava a memória que idealizava. Knauss (1999), falando sobre a relação do monumento com o espaço, diz que é preciso levar em conta que *“o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas, sobretudo, como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território”*. (Knauss, 1999, p. 07).

Quanto ao espaço planejado para o monumento de Bento Gonçalves, este foi pensado primeiramente para ser o monumento da ponte da Azenha, no entanto, quando este chega da Alemanha, passa a ser conhecido por meio da imprensa como o monumento a Bento Gonçalves. Mudou-se a proposta de se colocar o monumento na entrada de Porto Alegre, onde, historicamente, o monumento representaria o momento da entrada das tropas farroupilhas na eclosão da revolução. Até mesmo os noticiários davam conta da inauguração do pedestal para o monumento no pórtico de entrada da exposição. Sendo assim, podemos compreender que foi dado por parte da municipalidade um novo aspecto para o lugar de memória. O monumento foi pensado para fazer parte das comemorações, porém a mudança de lugar pode ter trazido aspectos importantes para serem analisados. Afinal de contas, o lugar pode dizer muito sobre os propósitos da produção do monumento. Quanto ao local, em setembro de 1935, pronunciava-se o Jornal da Manhã:

Em frente ao pórtico monumental, será erigido o monumento equestre de Bento Gonçalves. A estátua já está em viagem para esta capital e provavelmente será inaugurada em outubro, em dia que será previamente marcado. O pedestal já está pronto, dando uma ideia da grandiosidade do monumento. (JORNAL DA MANHÃ, 07 de setembro de 1935, p. 11).

O novo lugar pode nos sugerir – e até mesmo nos dar pistas – do espaço social para o qual havia sido projetada a “recolocação” do monumento, no seio da comemoração, em frente ao pórtico de entrada da exposição, onde ficava o coração do certame. Ali funcionava o escritório do comissário geral da exposição – o prefeito de Porto Alegre Alberto Bins –, junto com os escritórios e departamentos municipais. As duas torres que faziam parte do pórtico de entrada tinham, em uma delas, o escritório da secretaria geral e, a portaria e no segundo andar, a tesouraria, o arquivo e outras seções. Na outra torre, encontravam-se os gabinetes do comissário geral e do departamento de imprensa. No segundo pavimento, ficava *“o salão de honra, mobiliado a capricho”*. (JORNAL DA MANHÃ, 07 de setembro de 1935, p.11).

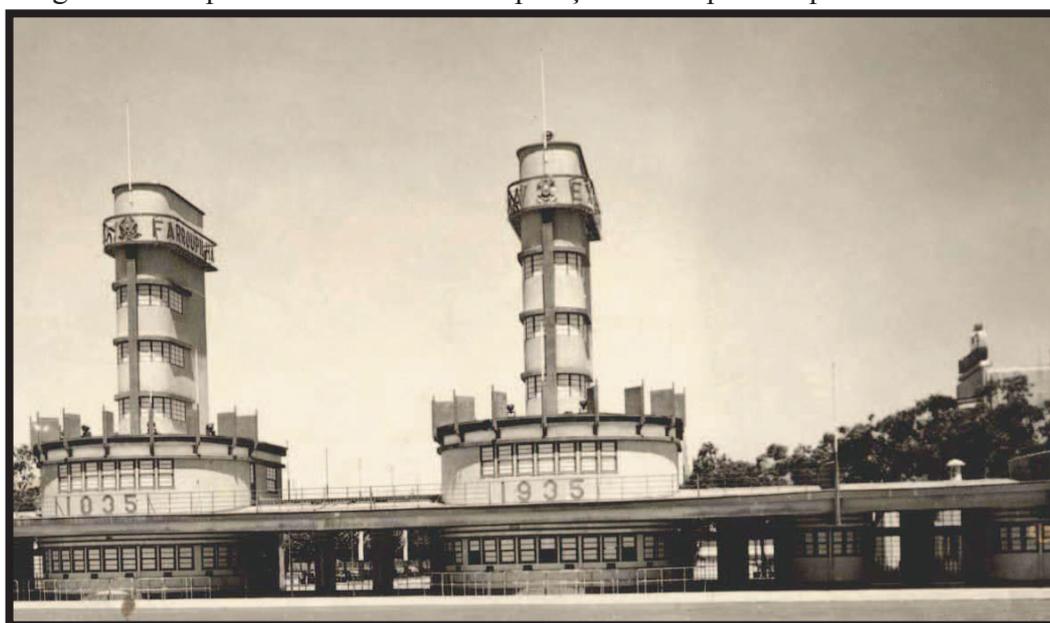
Imagem 18 - Esboço do pórtico de entrada da Exposição Farroupilha.



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de dezembro de 1934, p.03.

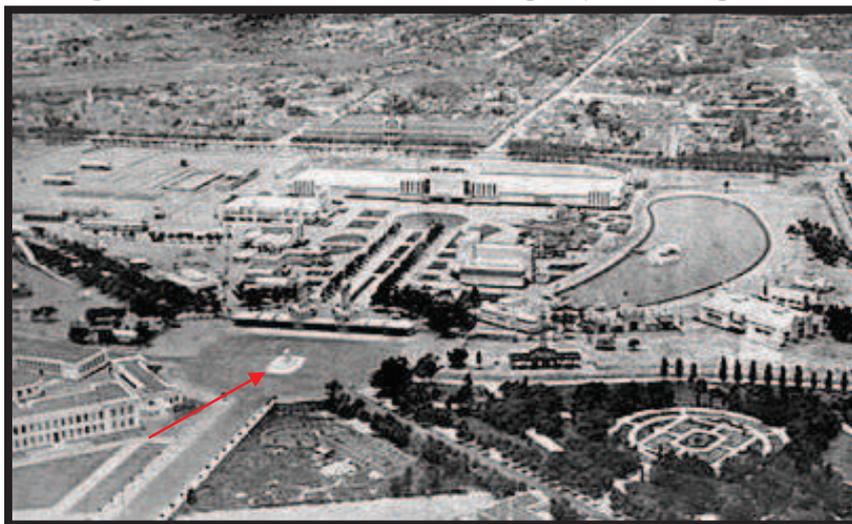
A imagem acima, que foi publicada no Diário de Notícias, e dava uma ideia do que seria o pórtico monumental da exposição Farroupilha às vésperas de sua inauguração. A imagem mostra as duas torres de entrada já citadas anteriormente.

Imagem 19 - O pórtico de entrada da exposição Farroupilha depois de concluído.



Fonte: Catálogo de fotos do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Imagem 20 - Vista aérea frontal da exposição Farroupilha.¹²⁹



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

A imagem aérea pode mostrar melhor a dimensão do certame e a grandiosidade que seus idealizadores pretendiam dar ao acontecimento.¹³⁰ A imagem mostra a entrada do certame tendo em frente o pedestal em que foi colocado o monumento de Bento Gonçalves. O monumento havia sido planejado para ser o destaque daquela exposição, porém, ao que tudo indica, seu atraso em relação ao seu traslado da Alemanha, este, como peça-chave para a consumação dos atos de celebração da memória farroupilha, só pôde ser exibido no encerramento dos festejos – adiado em razão da importância da peça de seu “anfitrião”, sem a qual não fazia sentido dar fechamento as comemorações. Dessa forma, considerando os custos onerosos que envolveram o projeto de construção do monumento, que, finalmente iria perpetuar a memória de Bento Gonçalves em bronze, nada mais justo do que fechar com “chave de ouro” as comemorações.

Outro marco importante que pode também falar da importância do lugar de inauguração do monumento é o Cassino Farroupilha. A imagem seguinte pode dar uma dimensão do seu empreendimento.

¹²⁹ A seta mostra o pedestal onde seria colocado o monumento a Bento Gonçalves.

¹³⁰ Sobre o destino dado à parte material e arquitetônica da Exposição Farroupilha, Nara Machado afirma que: com exceção de alguns elementos, como o abrigo de barcos e a fonte, ou o Instituto de Educação Flores da Cunha (que serviu de abrigo para o pavilhão cultural e, hoje, 1990, ainda existe) e do pavilhão do Pará (que mais recentemente, foi destruído por um incêndio), quase todas as demais edificações foram desmontadas em 1939. “Obviamente não estou me referindo ao traçado do parque cujas linhas básicas, ainda permanecem”. (MACHADO, 1990, p. 15). Por esse ponto de vista, o monumento hoje pode ser visto como objeto de memória daquela comemoração que resistiu ao tempo e que remete diretamente à memória de Bento Gonçalves e da Revolução Farroupilha.

Imagem 21 - Vista aérea dos pavilhões da Exposição Farroupilha.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

O cassino, prédio em frente ao lago, que mostra o requinte visual do exterior do lugar de encontro da elite rio-grandense, funcionava como a sala de visita para receber as autoridades. A imagem ainda sugere o ambiente, que foi planejado para ser distinto, com seu considerável “pátio”, que chamava a atenção pela decoração de seus jardins.

Imagem 22 - Imagem aérea da Exposição Farroupilha.¹³¹



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

¹³¹ A seta vermelha acima, à direita, indica o local de inauguração do monumento a Bento Gonçalves em frente ao pórtico de entrada. Já a seta azul ao centro indica o local do Cassino Farroupilha.

Imagem 23- Imagem atual do Parque Farroupilha.¹³²

Fonte: Google Maps, acessado em 25/12/2014.

A primeira imagem acima pode dar uma dimensão dos fundos da Exposição, por meio da qual podemos vislumbrar como de fato o Cassino Farroupilha era um recinto restrito para a elite idealizadora do certame e seus convidados. À esquerda, aparece a Avenida João Pessoa; à direita e acima, podem ser vistos os pórticos de entrada da exposição; em frente à praça, está a Avenida Bento Gonçalves. O lago indica o local onde ocorriam os espetáculos de luzes e fogos, a que os frequentadores do cassino assistiam.

Imagem 24 - Parte frontal do Cassino Farroupilha.

¹³² Na imagem acima, a seta amarela indica o antigo local onde foi inaugurado o monumento a Bento Gonçalves dando uma ideia do antigo traçado da Exposição Farroupilha. A seta azul mostra aproximadamente o local onde havia o Cassino Farroupilha; já a estrela azul sinaliza o que foi a avenida principal da Exposição Farroupilha, enquanto a estrela amarela marca aproximadamente o local onde foi construído o pavilhão principal da exposição.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

Acima, tem-se a visão frontal do Cassino Farroupilha. Afinal por que dar ênfase ao cassino neste trabalho? É justamente na tentativa de mostrar o lugar onde a “alta sociedade” criou um espaço “privado” dentro do espaço público, pois, como foi possível constatar, o Cassino Farroupilha foi o ponto de encontro de autoridades rio-grandenses, brasileiras e estrangeiras para os eventos do certame. A relevância dessa análise está em perceber o ambiente social que estava sendo produzido e também o papel exercido pela elite na construção do seu local de memória, o qual seria perpetuado pela presença do monumento, como marco daquele trabalho de memória. Às vésperas da inauguração do cassino, o jornal falava de sua funcionalidade:

Inaugurar-se á, amanhã, à noite, finalmente, o grande e admirável palácio de festas da Exposição do Centenário, o Cassino Farroupilha, para recepcionar, numa demonstração de arte e elegância, a nossa alta sociedade e os ilustres visitantes que aqui se encontram.

A fim de que essa solenidade se revista do máximo brilhantismo, a direção dessa novel entidade organizou um magnífico programa artístico e de atrações, no qual tomarão parte os famosos “astros” do rádio e do teatro brasileiros, especialmente contratados para a temporada que se inicia. (JORNAL DA MANHÃ, 19 de setembro de 1935, p. 03).

Apresentava-se o recinto do Cassino Farroupilha como um lugar de festas brasileiras, cumprindo os propósitos que a Exposição Farroupilha pretendia alcançar, os quais consistiam

em, justamente, estreitar os laços de “*brasilidade*” dos gaúchos entre os demais Estados da federação. Sobre tais acontecimentos, destacava o Jornal da Manhã:

Porto Alegre social terá a oportunidade de conhecer, então, alguns dos elementos principais que integram a grande embaixada artística e cultural, entre os quais figuram: Ida Alencar – “Rouxinol Paulista” – a admirável criadora da canção brasileira, que interpretará o Barbeiro de Sevilha e Flauta Mágica; Alzirinha Camargo, conhecida cantora de valsas, canções, sambas e marchinhas de grande sucesso; Pedro Gil, notável cantor de valsas, canções brasileiras e estrangeiras; Ranchinho e Alvarenga, essa magistral dupla caipira paulista, que trará a assistência em constante hilaridade e Nhô Totico, essa admirável revelação do rádio, que imita, simultaneamente, sete tipos diferentes. Intercalarão o magnífico e selecionado programa dois ótimos conjuntos orquestrais, um, sob a regência do maestro Acendem Lisboa, e outro, sob a direção do prof. Clovis Mamede (orquestra típica), com moderníssimo repertório. (JORNAL DA MANHÃ, 19 de setembro de 1935, p. 03).

O programa dos eventos realizados no Cassino Farroupilha não indicavam atrações regionais. Consta que as atrações eram nacionais e internacionais, o que pode ser relacionado com a intenção de trazer para um evento, que era regional por sua natureza, os aspectos da brasilidade. Assim, de certa forma, procuravam dar um aspecto nacional para o evento, na pretendida integração do Rio Grande do Sul com o país. Ou seja, pretendia-se mostrar a integração regional aos estilos e gostos artísticos nacionais. Dentro do recinto de festa reservado à “alta sociedade”, não apareciam indícios artísticos das “tradições gaúchas”.¹³³

Além de o monumento ser objeto pensado pela elite, delimitando o que esta tinha em mente sobre o trabalho de memória para a reelaboração da identidade do gaúcho, o Cassino Farroupilha demonstrou ser a expressão do uso de um bem público pelo setor privado. Tal indício aparece na notícia sobre o ingresso ao recinto, publicada no Jornal da Manhã.

A direção do Cassino adotou um rigoroso critério de seleção no fornecimento de convites e ingressos, a fim de que aquele luxuoso palácio de festas se transforme no centro preferido de reunião da nossa alta sociedade. À solenidade inaugural comparecerão, especialmente convidadas, altas autoridades do Estado e da República, ilustres visitantes que aqui se encontram, além dos elementos mais representativos de nosso mundo social. Dado o interesse reinante, em todos os círculos, pode-se prever que essa festa marcará uma página indelével nos fastos da nossa sociedade. (JORNAL DA MANHÃ, 19 de setembro de 1935, p. 03).

Portanto, o cassino pode ser marcado como elemento que diferenciava quem era a “alta sociedade” e quem fazia parte da população “comum”, que não tinha seu acesso

¹³³ Desse modo, faz sentido perceber no acontecimento os elementos que permitem utilizar o conceito de tradição inventada de Hobsbawm, ou seja, tratava-se de algo que estava perdido, que vinha ao presente quando evocada sua memória. E aí pode-se relacioná-lo com o “lugar de memória” de Nora, que surge da necessidade de se rememorar algo que já não existe ou estava em vias de se perder.

permitido naquele estabelecimento. Lembrando que a Exposição Farroupilha era um evento do governo estadual e do município de Porto Alegre, tendo como anfitriões, respectivamente, o governador Flores da Cunha, e o Prefeito Alberto Bins, é nesse aspecto que podem ser situados os sujeitos idealizadores daquele evento como politicamente ligados ao PRL. Assim, tenta-se situar parte da elite rio-grandense responsável pelo trabalho de memória que tinha como palco a Exposição Farroupilha e que era também, idealizadora do monumento a Bento Gonçalves.

A exposição, além de pretender mostrar a pujança econômica do Rio Grande do Sul, fazer da Farroupilha uma revolução brasileira, também, atendia às pretensões da elite no poder quanto à afirmação da suposta unidade regional, que vinha frágil, principalmente depois da Revolução Constitucionalista (1932).¹³⁴ De acordo com Luciano Abreu,

No caso de Flores da Cunha, por exemplo, que chegou a oscilar entre apoiar os revolucionários paulistas e a FUG ou manter-se fiel ao Governo Provisório, sua opção por este último deu-se por motivo essencialmente pragmático, qual seja, sua manutenção no poder político regional, para o qual havia sido nomeado por indicação pessoal de Getúlio Vargas. Nesse momento, portanto, esta aliança entre Vargas e Flores permitiu a ambos derrotarem militar e politicamente seus opositores e garantiram seus respectivos poderes em nível nacional e regional. Já em 1935, ao contrário, dadas as pretensões continuístas de Vargas e as ambições políticas nacionais de Flores, seus projetos pessoais de poder os colocariam em campos opostos, enquanto a FUG passaria a ser vista por ambos como um novo e importante aliado. (ABREU. L., 2006, p. 185).

E, talvez por isso, – como foi observado nos discursos referentes ao centenário da Revolução Farroupilha – a Exposição Farroupilha tivesse a pretensão de ser o elemento de memória que pudesse “chamar” os gaúchos a essa pretensiosa unidade política. E o monumento poderia entrar como peça importante, já que aglutinava, como lugar de memória, os aspectos que serviriam para unir as elites, por remeter àquele passado “glorioso” de uma suposta unidade regional em prol do Brasil. Segundo o discurso dos jornais, havia um desejo

¹³⁴ A Frente Única Gaúcha, que levou Vargas à presidência em 1930, já, nos anos de 1932 desgastou-se com o apoio dado aos paulistas, tendo Flores da Cunha ficado ao lado de Getúlio Vargas. Derrotada a revolução, seus líderes, inclusive os representantes da Frente Única Gaúcha, composta pelo PL e PRR foram mandados para o exílio. Nesse clima político, Flores da Cunha criou o PRL, partido que pretendia dar um caráter nacional à política gaúcha. Uma vez voltando do exílio, as elites representantes da FUG vão se deparar com a forte representação política do PRL, dando as cartas na política regional e opinando em nível nacional. Na verdade podemos sugerir que a unidade política regional era a expectativa da elite do PRL, e o centenário da Revolução Farroupilha viria a prestar-se para essa tentativa de unidade sob a memória farroupilha. Cabe destacar que, após sua adesão a Vargas, em 1932, Flores da Cunha não deixou de sistematicamente procurar entendimentos com a oposição, no caminho da conciliação. (MACHADO, 1990). Luciano Abreu explica que, a partir de 1932, o Rio Grande do Sul voltou a ter sua tradicional bipolarização partidária, que, naquele momento, era representada pelo então recentemente criado PRL de Flores da Cunha, e do outro lado, na oposição, os partidários da FUG, que, de acordo com o autor, se posicionou-se num primeiro momento como, “antigetulista e antiflorista”. (ABREU. L., 2007).

pela pacificação política do Rio Grande por parte do General Flores da Cunha. De acordo com Di Calafiori,

Sempre disposto aos maiores sacrifícios para ver novamente unidos todos os gaúchos, o general Flores da Cunha narra os passos que foram dados e os estudos que foram feitos para se chegar a uma fórmula, da qual surgisse a mais rápida harmonização da família rio-grandense. Visando sempre o bem-estar e a felicidade do Rio Grande, S. Excia. em todos os entendimentos havidos apenas se preocupou com esse bem-estar e essa felicidade, contra os quais nenhuma força humana o jogará.

Desfazendo intrigas politicantes, o general Flores da Cunha pôs os pontos no is e ofereceu ao povo rio-grandense a verdade dos fatos, tão somente a verdade.

Temos a certeza absoluta de que ninguém mais do que S Excia. deseja a pacificação dos partidos, e, conseqüentemente, o reatamento de relações de que só pode advir a prosperidade coletiva. Mas porque o deseja, S. Excia. exige, antes de tudo e sobretudo, que essa pacificação surja sobre bases sólidas e perseverantes, afastados todos os empecilhos, que brotam da insinceridade, da ambição e da ganância.

S. Excia. quer um Rio Grande unido, forte e, verdadeiramente, maior e, querendo-o, a S. Excia cabe defendê-lo de todos os golpes que visam a desagregação de seus filhos, o seu enfraquecimento e a sua ruína.

E é justamente essa defesa que o general-estadista tem realizado em todos os instantes da sua gloriosa e árdua carreira. (JORNAL DA MANHÃ, 3 de janeiro de 1936, p.4)

A narrativa de Di Calafiori leva a compreender que a unidade política do Rio Grande, no ano do Centenário da Revolução Farroupilha, poderia ser o desejo de Flores da Cunha, até por sua posição política, mas, na prática, era algo mais complexo. A suposta unidade política dos rio-grandenses imaginada pelo PRL esbarrava nas pretensões partidárias da FUG, que pretendia aumentar sua força na política estadual e nacional.¹³⁵

¹³⁵ Para Abreu. L. o principal ganho com o acordo de pacificação entre os partidos seria o relativo aumento de poder de cada um. “Porém, ao contrário do que pretendiam seus signatários, esta união partidária não significou exatamente a pacificação do estado. Na prática, o conteúdo desse acordo foi meramente formal: além da participação da FUG no governo ser marginal (...), Flores da Cunha manteve sua tradicional prática política, inclusive tentando manipular e coagir o legislativo”. (ABREU. L., 2007, p. 112).

Imagem 25 - Noticiário sobre o acordo entre Flores da Cunha a FUG.



Fonte: A FEDERAÇÃO 17 de janeiro de 1936, capa.

Durante os meses da comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha, com o certame e suas atividades em pleno funcionamento e as suntuosas festas dadas pelo PRL para a “alta sociedade” no Cassino Farroupilha, tais acontecimentos não interferiram nas articulações políticas entre o PRL e a FUG. Fora da suntuosidade do cassino e da grandiosidade da exposição, o ambiente era sinuoso, e a estabilidade era mantida por acordos constantes em torno da política de pacificação partidária, como sugere a capa do Jornal da Manhã, que trazia as notícias dos acordos entre Flores da Cunha e os partidários do PRR e do PL. Mas, como falar em unidade política no Rio Grande do Sul? Mesmo no Brasil, a situação do governo Vargas, em 1935, era complicada por causa dos acontecimentos daquele ano.

A nova constituição Federal não chegou a vigorar sequer dois anos: a quartelada ocorrida em novembro de 35 forneceu a Vargas os argumentos de que necessitava para a instauração do poder de emergência, com a adoção de medidas de exceção. A Aliança Nacional Libertadora (surgida em janeiro de 35) durara apenas seis meses, tendo sido fechada em julho daquele ano. (MACHADO, 1990, p. 33).

No final de 1935, Vargas tinha nas mãos o poder de combater não somente os opositores do regime e adversários políticos (MACHADO, 1990), mas também aqueles que

como Flores da Cunha, oscilavam entre o poder nacional e o regional. Afinal de contas o prestígio político de Flores da Cunha era evidenciado nos jornais do Estado e, da federação, e como demonstra Machado, “*desde 1933, evidenciou-se o “conflito ideológico Flores-Vargas”, ou seja, alguns meses antes do evento do Centenário Farroupilha*”. (MACHADO, 1990, p.33).

Analisando dessa forma, é possível compreender os propósitos em torno das tentativas de aproximação de Flores da Cunha com os partidos que compunham a FUG. Assim, é possível entender os desígnios da Exposição Farroupilha e seu discurso de provar a brasilidade do gaúcho ressaltando a unidade partidária acima das diferenças políticas. Contudo, essa suposta unidade política do Rio Grande do Sul, embasada na “*política de conciliação*” de Flores da Cunha, tinha um preço, que foi cobrado num “pacto” no início de janeiro de 1936, entre o PRL, PRR, e PL, o chamado “modus vivendi”.¹³⁶

O “modus vivendi” foi assinado um dia depois da inauguração do monumento a Bento Gonçalves, que consumava o trabalho de memória realizado na Exposição Farroupilha. O símbolo da unidade dos gaúchos, que rememorava os farrapos que, por um decênio, haviam lutado “*unidos pelo Brasil e pela República*”, não foi suficiente para garantir a unidade política rio-grandense.¹³⁷ A questão era mais delicada, e a palavra empenhada já não era mais suficiente. Os “*herdeiros dos farrapos*” precisavam naquele momento de documentos confirmando tratados que poderiam ser rompidos, sem levar em conta a “*ancestralidade virtuosa do centauro farroupilha*”. Assim em 17 de janeiro de 1936, os “*continuadores da raça*” firmavam publicamente um acordo:

Em benefício do Rio Grande do Sul e do Brasil, cujas imagens pairam acima de tudo na consciência dos chefes políticos estaduais, os partidos gaúchos, numa extraordinária e eloquente lição de civismo, abaixaram, na manhã de hoje, suas armas, colocando-se num mesmo plano de obrigações para com o Estado e iniciando uma ação conjunta em prol dos superiores interesses da coletividade. Chegava-se, assim, ao ponto final das démarches da pacificação do Rio Grande. A aposição das firmas do general Flores da Cunha e dos drs. Borges de Medeiros e Raul Pila à ata ratificaria, de modo absoluto, as intenções alevantadas e os

¹³⁶ O “modus vivendi”, segundo Machado (1990), incomodava Vargas, pois acenava para acordos e articulações políticas entre os partidos regionais articulando, a partir das ideias de Flores da Cunha, na promoção de um Rio Grande unido. Essa unidade era contrária às expectativas centralizadoras de Vargas para desarticular as oligarquias regionais. “Em consequência, o aplauso de Getúlio Vargas ao “modus vivendi” foi apenas formal. Reservadamente, o presidente incumbiu seu irmão Benjamin Vargas (Bejo) – deputado estadual pelo PRL – de se opor ao “modus vivendi” dentro do partido. Pode-se dizer, portanto, que Vargas teve que adotar uma outra tática de combate ao poder de Flores da Cunha, envolvendo tanto o PRL – provocando sua cisão – quanto a FUG – atraindo-a para seu lado. (ABREU. L, 2007, p. 115).

¹³⁷ Sobre o acordo ente PRL e FUG, o “modus vivendi” permitia que os políticos do Rio Grande do Sul novamente trilhassem o caminho da união regional feita em 1930, que levou Vargas à presidência do Brasil. Flores da Cunha propunha levar o modelo de unidade construído pelo “modus vivendi” para a esfera política federal, pretendendo, assim, limitar os poderes do presidente da república. (ABREU. L, 2007).

patrióticos propósitos das facções políticas pampianas. (A FEDERAÇÃO, 17 de janeiro de 1936, capa).

A narrativa pretendia mostrar que chegavam ao fim as *démarches* sobre a “*pacificação*” do Rio Grande,¹³⁸ o que permite reafirmar as pretensões e a utilidade empírica que teria não só o Certame Farroupilha durante toda sua atividade, mas também os propósitos políticos da inauguração de um lugar de memória. Ao apagar das luzes, já não se tinha mais a imponência da exposição e nem o luxo e os espetáculos do Cassino Farroupilha. A inauguração do monumento era necessária, já que, no bronze, dentro da perspectiva da intelectualidade envolvida nos acontecimentos, se “*eternizava a memória de um povo*”. Era a materialização do discurso que corria os jornais à época do centenário. Era a exposição do “*centauro das coxilhas*”, tão ufanado por historiadores, jornalistas e políticos, criando uma fonte para a alimentação do imaginário coletivo sobre a identidade e a ressignificação do gaúcho.

O monumento naquele local, poderia cumprir, como um símbolo, a ligação de ancestralidade que a elite que havia idealizado pensava poder enraizar e firmar na memória do povo rio-grandense. Ainda nos dias de hoje, aquele monumento vai cumprindo a função para a qual foi idealizado e consumado. Bento Gonçalves, na visão do historiador contemporâneo, foi assumindo status de “homem do seu tempo”; já seu monumento, sua representação, ganhou força, e dá sentido, e até mesmo certificando, a importância de se construírem monumentos, mesmo porque este, desde sua inauguração vinha atendendo às necessidades de memória das elites políticas, quase que independentemente das circunstâncias históricas e sociais em que estava inscrito.

4.1 A realização da memória no bronze: a inauguração do monumento a Bento Gonçalves.

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes

¹³⁸ A “*pacificação*” do Rio Grande colocou Flores da Cunha numa situação desconfortável por haver construído alianças com os desafetos de 1932. (MACHADO, 1990). No entanto, fortalecido pelo acordo com a oposição, Flores da Cunha tinha planos de manter-se no poder político do Estado, mas também havia projetado alçar novamente o Rio Grande do Sul no cenário político nacional; mesmo que não lançasse sua candidatura, poderia escolher um nome em oposição a Vargas. (ABREU. L, 2007).

para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase que espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses casos que o herói é mais importante. (CARVALHO, 1990, p. 55).

Carvalho afirma que a escolha de um “herói” não é arbitrária, porém é possível compreender que é justamente pelo fato de a escolha de um “herói” não se fazer no “vazio social” que a elite de 1935 buscou seu principal líder para o trabalho de memória. Afinal, ao fazerem a escolha da Revolução Farroupilha como objeto de memória, sintomaticamente definiram seus “heróis”, pois a memória tem a capacidade de criar justamente um imaginário coletivo, e, portanto, necessita de elementos que possam lhe dar coesão social.

A memória social, por envolver um conteúdo simbólico, define os pertencimentos e identidades, como dialeticamente define os seus opostos, suas alteridades e fronteiras, construindo imaginários sociais: campo de possibilidade de uso e manipulação dessas memórias sociais. (FÉLIX, 2002, p. 25).

Para a autora, é importante o controle, por parte das elites, da manipulação da memória, pois é a partir desta que se pode criar um caminho para a construção do imaginário coletivo. Assim, forma-se o terreno para o controle e a luta política, mas também para as reivindicações simbólicas. Pode-se observar também que regimes ou revoluções como a de 1835, ou a de 1930, necessitavam muito do trabalho simbólico por meio do qual poderia ser afirmado, o sentimento de ligação entre o povo e a elite que estava tomando o poder. O trabalho de rememorar a Revolução Farroupilha, ao que parece, foi eficiente em diferentes tempos no que dizia respeito à memória rio-grandense.

(...). A memória dos farroupilhas de 1835, enquanto símbolo da condição de herdeiros legítimos e representantes do republicanismo é representada, com diferentes ênfases, em todas as comemorações do 20 de setembro, cumprindo, assim, o seu papel de elemento construtor do imaginário da integração de uma “identidade gaúcha” e ao mesmo tempo, de espaço de manipulação desse referencial associativo. (FÉLIX, 2002, p. 25-26).

A afirmação de Félix (2002) pode reforçar a ideia da importância da construção do lugar de memória enquanto objeto que a perpetua podendo atender às suas necessidades e ao imaginário coletivo em diferentes tempos e para suas respectivas elites.¹³⁹

¹³⁹ Para Félix, é importante ressaltar que: “a construção de memórias sociais, enquanto atos de evocação, de lembrar/esquecer, sempre esteve presente nos grupos sociais ao longo da história ao definir a criação de heróis e anti-heróis – mesmo que em grau maior ou menor de conscientização de seus significados. Os primeiros, como

Com o monumento a Bento Gonçalves na capital rio-grandense, observou-se a continuidade, por parte da imprensa, em reforçar a importância do momento de construção de um lugar de memória que serviria de símbolo do que a elite política e intelectual pretendia que fosse publicamente reconhecido como memória do povo rio-grandense. Coube também à imprensa o papel de fazer convite para a inauguração do monumento por meio de propaganda veiculada nas páginas de suas edições.

No dia 15 de janeiro de 1935, o Jornal da Manhã apresentava detalhadamente o cronograma de encerramento da Exposição Farroupilha, que teria início com a inauguração do monumento a Bento Gonçalves. Nesse dia, o funcionalismo público estadual e municipal, por ordem do governador Flores da Cunha e do prefeito Alberto Bins, decretaram ponto facultativo. O noticiário dava conta de que no dia do encerramento de Exposição Farroupilha, os portões “*serão abertos mais cedo, assim os portões serão abertos às 10 horas*”. (*JORNAL DA MANHÃ, 15 de janeiro de 1936, p. 06*). Era com a cerimônia de inauguração do monumento a Bento Gonçalves que iniciaria o encerramento da Exposição Farroupilha.

Às 17 horas de quarta feira próxima, será inaugurado solenemente o monumento erguido, na praça Bento Gonçalves, fronteira ao pórtico monumental da Exposição, ao grande general da revolução gloriosa. A inauguração será assistida pelas altas autoridades civis e militares, sendo presidida pelo general Flores da Cunha, governador do Estado. Formarão tropas da guarnição desta capital, imprimindo grande imponência ao ato. Tocarà, durante o ato, a Banda Municipal, regida pelo maestro Lahoz, devendo tocar o Hino Nacional, no momento em que se descobrirá o monumento. O discurso oficial será feito pelo Dr. Dario Crespo, deputado federal pelo Partido Republicano Federal, o qual vem especialmente à capital para esse fim Logo após, será levada a efeito a solenidade do encerramento da Exposição Farroupilha, devendo ser inaugurado, nessa ocasião, um marco comemorativo do grande certame, Haverá um discurso oficial, devendo a cerimônia ser presidida pelo general Flores da Cunha. (JORNAL DA MANHÃ 15 de janeiro de 1936, p. 06).

Assim, para a análise deste trabalho, é interessante salientar o ritual que é realizado no momento da inauguração do monumento. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de o governador Flores da Cunha ter presidido o ato, já que, durante os anos de 1934 e 1935, Flores, como queriam a imprensa e historiadores, era a “*figura viva*” de Bento Gonçalves, era naquele que, segundo os cronistas, Bento Gonçalves se “*manifestava*”, e mesmo Flores da Cunha foi comparado a um “*autêntico Bento Gonçalves na liderança política do Estado*”. Também cabe chamar a atenção para o fato de se dar, no ritual da materialização do discurso, no fato de, no momento de descobrirem o monumento, o ato ser feito ao som do Hino

figuras singulares que encarnam as representações do grupo ou da coletividade, simbolizando coragem ou rebeldia, mas assegurando, assim, a consciência do pertencimento, ao passo que, ao contrário, os anti-heróis são aqueles aos quais o grupo social atribui a condição de traidor e de não pertencimento”. (FÉLIX, 2002, p. 27).

Nacional, retomando assim a ideia de que o monumento materializava, entre outras coisas, a brasilidade do gaúcho. É dessa forma que vai se dar a inauguração do monumento a Bento Gonçalves.

Imagem 26 - Inauguração do monumento a Bento Gonçalves em 1936.



Fonte: [HTTP://www.aredencao.com.br/index.htm](http://www.aredencao.com.br/index.htm). acesso em: 16/06/11.

Na foto acima, aparecem as duas torres do pórtico de entrada, com o monumento ao fundo, já no dia da inauguração. Embora este não possa ser visualizado de perto, pode dar uma dimensão da suposta centralidade e harmonia que compuseram a arquitetura da entrada. O monumento estava no centro administrativo e social do certame, destacando-se naquela paisagem. Ao pé do monumento, percebe-se a formação da cavalaria da Brigada Militar.

Para dar um tom mais real para o trabalho de memória, nada pareceu mais pertinente do que ter como orador oficial o deputado federal Dario Crespo, bisneto do próprio Bento Gonçalves, elemento, sem dúvida, com uma significativa carga simbólica na fundação daquele lugar de memória. Aliás, desde o dia 8 de janeiro de 1936, o *Correio do Povo* trazia a notícia de que estava em Porto Alegre, vindo da capital para pronunciar o discurso oficial de inauguração do monumento, um parente de Bento Gonçalves.

Para pronunciar o discurso oficial no ato inaugural do monumento, foi convidado o deputado Dario Crespo, por ser descendente de Bento Gonçalves. Ontem, aquele parlamentar chegou a esta capital, sendo recebido no cais do porto pelo major Guasque de Mesquita, representando o governador do Estado; pelos Drs. Moacyr Godoy Ilha e Germano Petersen, respectivamente, secretário e oficial de gabinete do major Alberto Bins, prefeito municipal. (Correio do Povo, 8 de janeiro de 1936, p. 14).

Assim, poderia ser a possibilidade de ter, na figura representativa de um herdeiro próximo do general farroupilha, um estreitamento do tempo histórico, fazendo do ato inaugural do monumento um elo com a Revolução Farroupilha. O ato inaugural, tendo um descendente de Bento Gonçalves participando efetivamente, poderia tornar a memória da Revolução tão viva que poderia ser vista – conforme conceituou Michel Polak – como “*um acontecimento vivido por tabela*”, pois nada melhor do que um bisneto do “*herói*” farroupilha para atestar e legitimar o lugar de memória, autenticando o trabalho daquela elite. Sendo um trabalho de memória de um grupo específico, não se pode atestar o quanto a cerimônia de inauguração do monumento conseguiria ser, já naquele momento, objeto de memória reconhecido por parte significativa de porto alegrenses e rio-grandenses. Sobre esse aspecto, o que chamou a atenção foi o chamado feito pelo prefeito Alberto Bins para a população comparecer à inauguração do monumento.

Apelo

*Devendo ser encerrada hoje a Exposição do Centenário Farroupilha, inaugurando-se o monumento a Bento Gonçalves e um marco comemorativo do certame no Parque Farroupilha, **apelo para a compreensão** e para os estabelecimentos bancários e industriais para que encerrem seu expediente e suas atividades mais cedo para que todos possam assistir aos atos solenes, que começaram as 17 horas junto ao monumento.*

*Outrossim, **apelo** para todos os expositores para que compareçam à cerimônia de inauguração do marco comemorativo, que perpetuará no local em que, se realizou o Grande certame a recordação de seu êxito.*

Porto Alegre, 15 de janeiro de 1936, Alberto Bins, Comissário Geral. (Correio do Povo, 15 de janeiro de 1936, capa).¹⁴⁰

O apelo, feito através do jornal pelo prefeito Alberto Bins, pode sugerir que a inauguração do monumento a Bento Gonçalves dizia mais respeito propriamente a quem a havia idealizado. Pode-se presumir, que pelo fato de ter havido um “*apelo*” para que todos comparecessem à solenidade, é que o acontecimento não representava um momento tão importante para a população. Por outro lado, demonstra o interesse da elite de que todos participassem daquele trabalho de memória. Conforme o jornal, o apelo do prefeito foi atendido:

¹⁴⁰ Grifo meu. Apelo, segundo o dicionário Aurélio, significa chamamento em auxílio, ou pedir auxílio. Portanto, era um chamado, como a fonte mesmo se refere, em compreensão para a inauguração do monumento e encerramento da Exposição Farroupilha, que os estabelecimentos privados se associassem ao final das comemorações e mesmo encerrassem mais cedo suas atividades com o intuito de fazer com que a população pudesse fazer parte do encerramento das festividades. Também porque poderia se considerar a inauguração do monumento como um evento à parte, mesmo inserido nos festejo, de forma que este serviria de fechamento, edificando a memória e a história em praça pública como queriam os idealizadores daquele evento.

Atendendo ao apelo do prefeito Alberto Bins “O comércio local, os estabelecimentos bancários e bem assim os industriais resolveram encerrar os seus trabalhos mais cedo, de modo que todos possam assistir as últimas solenidades no recinto do certame”. (JORNAL DA MANHÃ, 15 de janeiro de 1936, p. 06).

Retomando o ponto de vista de Menezes (2000), de que a memória é um trabalho que se dá no presente atendendo a expectativas do presente, pode-se perceber que a participação de um bisneto de Bento Gonçalves na inauguração do monumento fazia parte da orquestração da memória idealizada por aquela elite.

4.1.1 O olhar de um descendente de Bento Gonçalves

Assim como Antonio Caringi teve sua participação direta na construção do lugar de memória para a Revolução Farroupilha, Dario Crespo, como descendente de Bento Gonçalves, também era um agente naquele processo a serviço do PRL. Este era deputado na Câmara Federal no Rio de Janeiro, e foi de lá que o deputado falou, em entrevista ao Jornal do Brasil, sobre o “*Sentido Brasileiro do Movimento de 1835*”, afirmando o seguinte: “*Examinando no seu merecimento real, a Revolução dos farrapos é uma expressão eloquente de brasilidade*”. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

Foi dessa forma que Dario Crespo iniciou a entrevista concedida ao Jornal do Brasil diretamente do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. O descendente de Bento Gonçalves ia cumprindo uma tarefa destacada para a importância do trabalho de memória da Revolução Farroupilha fora da zona de influência regional, mas não menos importante, pois era a pretensão dos idealizadores da Exposição Farroupilha levá-la para fora das fronteiras rio-grandenses. Dario Crespo, na sua entrevista, já deixava clara sua intenção para com os vultos da revolução: “*Comemora-se hoje o primeiro centenário do movimento dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Dentre os nomes que a guerra de 1835 destacou para o reverenciar das gerações, está, em primeiro plano, Bento Gonçalves*”. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

Dario Crespo, de início, rememorou o general Bento Gonçalves destacando-o como figura principal da “*epopéia*” farroupilha, devendo, por isso, esse ser reverenciado. Porém nada mais conveniente parecia para Dario Crespo do que fazer dessa memória no presente

enquanto deputado federal “vivendo à sombra do morto”. Pois foi justamente o que, em primeiro lugar, fez questão o jornal de destacar:

Bisneto do caloroso gaúcho, o sr. Dario Crespo, atual deputado federal por aquele Estado, acedeu a falar ao nosso representante, para fixar, de preferência, o sentido nacional daquela memorável rebelião, não raro posto em dúvida pelos que nela querem descobrir qualquer preocupação separatista. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

Conforme o jornal, Dario Crespo não era somente mais um entre os vários defensores da brasilidade do gaúcho – e dos farroupilhas –, mas era o descendente direto do “herói” farroupilha. Poderia supostamente ser aquele que daria um testemunho fiel sobre a nacionalidade dos propósitos dos farrapos a partir do entendimento dos intelectuais e idealizadores do trabalho de memória em torno das comemorações do centenário da revolução.¹⁴¹ Quando indagado sobre a brasilidade do movimento farroupilha, Dario Crespo levantou a seguinte questão:

Há muita gente no Brasil, mesmo entre os letrados, que desconhece o verdadeiro sentido da revolução de 1835 no Rio Grande do Sul, cujo primeiro centenário se comemora amanhã.

A eiva do separatismo, que sobre ela pesou por largo tempo, emprestava-lhe um cunho antibrasileiro, tornando-a antipática aos filhos de outros Estados, que a rejeitavam sem o mais leve exame do seu mérito. Esse julgamento apriorístico, no entanto, constituiu por um tempo o principal agente deformador da verdade histórica. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

Para Dario Crespo, pesava sobre a história da Revolução Farroupilha uma marca descabida de separatismo, o que supostamente dava à revolução e a seus “heróis” um aspecto de desconfiança por parte do restante dos brasileiros. Para ele, essa visão da história a deturpou, pois não contava a “verdade” sobre a história. Assim, é possível supor que o deputado tivesse a intenção de esclarecer os aspectos que demonstrassem as intenções reais dos farroupilhas a favor da unidade brasileira. Sobre a referência ao suposto desconhecimento dos letrados sobre a “verdade” dos fatos, esta dizia respeito a pontos de vista que contrariassem o pretexto de brasilidade da revolução. Afirmações separatistas ou que aproximassem a história dos gaúchos com a região Platina, de acordo com Gutfreind, “(...)

¹⁴¹ Esse caso pode ser comparado com o conceito de Pollak (1992), de “acontecimento vivido por tabela”, pois o fato de Dario Crespo ser bisneto de Bento Gonçalves, já lhe dava credenciais para afirmar, de fato, quais eram os propósitos e intenções da Revolução Farroupilha, como também afirmar o “caráter” do sujeito Bento Gonçalves. Era como se Dario Crespo fosse contemporâneo do bisavô, algo que não aconteceu, já que Bento Gonçalves faleceu na década de 50 do século XIX. Supostamente, o que Dario Crespo ouviu falar fez parte da memória do que outras pessoas narraram. Além, claro de ser preciso levar em consideração o ambiente e a efervescência política e social que Dario Crespo estava vivendo no ano do centenário, que tinha como figura de destaque um parente seu, que também, tiver papel na política do Rio-Grande e do Brasil.

não poderiam ser aceitas no contexto pós-1920, marcadamente nacionalista. Alfredo Varella, defensor e autor dessas ideias, de “ilustre confrade” transformou-se em um inimigo que deveria ser neutralizado entre a elite intelectual sulina”. (GUTFREIND, 1992, p. 19).

Pelo que indica a autora, não restava dúvida quanto à tomada de contraponto que se dera entre o que conhecemos por matriz lusa e matriz platina na historiografia e suas implicações a partir da década de 1930, expandindo a crítica intelectual sobre opiniões que contrariassem o movimento nacionalista-regional do contexto do centenário farroupilha.

Dario Crespo afirma essa tendência apontada por Gutfreind (1992): em seu discurso, o deputado conduzia a memória buscando a “*verdade*” na história, em direção à nacionalidade do gaúcho. O deputado relera elementos que pudessem confirmar o sentido que ele pretendia dar para a Revolução Farroupilha e seus homens:

Examinada, porém, no seu merecimento real, a Revolução dos Farrapos encerra uma expressão eloquente de brasilidade. Os seus chefes participam das ideias então dominantes no Brasil, sobretudo a federativa, inspirada na união dos Estados Americanos, e como reação que se impunha à política compressora de um atrofiante regime centralizador. Vários são os documentos demonstrativos de que a república era um ideal em marcha no Rio Grande do Sul, antes do movimento do 20 de setembro. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

Como expressão eloquente de brasilidade, foi assim que foi representada a Revolução Farroupilha pelo deputado Dario Crespo. Este, porém, procurava justificar que o ideal de república era algo que antecedia 1835 no Rio Grande, mas não teria apresentado os tais documento que dizia comprovarem tais verdades. No entanto, o ideal de brasilidade que o descendente de Bento Gonçalves destacava não levava em consideração o que seria um “não dito” naquela história. Gutfreind destacou o que se pretendia “esquecer” naquele trabalho de memória da Revolução Farroupilha na década de seu centenário.

Não mais se queriam lembrar as estreitas relações do Rio Grande do Sul no início de sua história com a região platina, desde as político-bélicas às comerciais e sociais. Embora Varella justificasse que, na primeira metade do século XIX, o sentimento de liberdade, era mais forte do que o de nacionalidade, aceitar tais ideias no pós-1920 significava estar em desacordo com a nova mentalidade impregnada de nacionalismo, girando em torno da unidade nacional. (GUTFREIND, 1992, p.20).

Suponha-se que devido ao momento em que a intelectualidade teria tido a preocupação de, partindo do trabalho de memória, reelaborar uma história alicerçada no nacionalismo, não poderia haver espaços para relatividade na história. Mostrar ao Brasil uma história de um Rio

Grande republicano parecia uma boa alternativa.¹⁴² Dario Crespo procurou evidenciar a ideia de república dos farrapos ressaltando seus propósitos federativos.

Não obstante ser a federação a ideia dominante, o republicanismo dos farrapos pré-existe à coparticipação, na luta que em prol dele se travou no memorável decênio, dos estrangeiros sem dúvida notáveis e dignos de nossa homenagem, como o Conde Livio Zambecari, Roseti, e outros.

As cartas de Marciano Ribeiro a Bento Gonçalves, em 1832, e deste a Antonio de Souza Neto, em 1833, evidenciam o sentimento republicano que inspirava os homens da revolução, que a preparavam desde aquela época. Por outro lado, o Partido Liberal, de que era chefe o já lendário Bento Gonçalves, o herói das guerras cisplatinas, era de tendência republicana e federativa. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

O discurso do deputado pretendia mostrar que os motivos republicanos dos farroupilhas era algo construído nas guerras da Cisplatina e Bento Gonçalves aparece como o precursor dos ideais federativos e republicanos. Contudo, o discurso atende também aos propósitos do presente, já que Bento Gonçalves é citado como chefe do Partido Liberal. Também liberal era o deputado membro do PRL, o que leva a entender o sentido pretendido de continuidade histórica na suposta “herança” republicana e liberal que lhes legaram os farroupilhas.¹⁴³ Sobre a questão separatista, Dario Crespo afirmava que:

Se fatores meramente locais, de ordem moral, política e econômica, concorreram como causas determinantes da revolução, se circunstâncias prementes minaram a separação provisória da província, tornando-a independente, o que, entretanto, não se poderá negar é que, batendo-se pela república federativa, na flâmula dos farrapos, tremulava o mais alto espírito de brasilidade. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, capa).

O deputado baseava-se no manifesto de 20 de agosto de 1836, por meio do qual os farroupilhas proclamaram e juraram a independência. Segundo aquele manifesto, os farroupilhas estavam dispostos a federarem-se com as províncias irmãs, que viessem a adotar o sistema republicano federativo. (JORNAL DA MANHÃ 21 de setembro de 1935, Capa). No entanto, o que se evidencia nesse fato é uma separação do Rio Grande do Sul do restante do Brasil, e uma presunção pela espera das chamadas “províncias irmãs” em federar-se em torno da República Rio-Grandense, o que não aconteceu. Isso pode deixar clara a construção

¹⁴² Gutfreind resalta a importância de se abraçar a história da Revolução Farroupilha, explicando que a Revolução de 1930 tinha levado ao poder central Getúlio Vargas. O papel que caberia a história seria legitimar a identidade do rio-grandense como brasileiro: “criar a imagem do Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente o conseguindo com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação”. (GUTFREIND, 1992, p. 22).

¹⁴³ O Jornal da Manhã fazia questão de destacar que Dario Crespo era um deputado liberal.

de um discurso presente que distorce os fatos, trabalhando com questões de memória de fatores que não se concretizaram – como é o caso da república com a adesão das demais províncias do Império do Brasil em torno dos farrapos.¹⁴⁴ O fato de mostrar os propósitos republicanos e federativos dos farrapos na década de 1930 era um movimento entre políticos e historiadores. Gutfreind (1992) assinala que, durante a década de 1930, o historiador Aurélio Porto havia defendido o discurso de brasilidade do gaúcho tendo como pano de fundo a Revolução Farroupilha. Essa perspectiva assemelhava-se muito ao que Dario Crespo defendia em seu discurso.

Corria o ano de 1933, momento de “abrasileirar o Rio Grande do Sul, agauchar o Brasil. Aurélio Porto executou a obra, entusiasmava-se com suas “descobertas” nos “documentos autênticos” e agradecia, em ofício, ao diretor do Arquivo Nacional, pois, segundo dizia, dele partiria a sugestão aos poderes competentes da publicação de tais documentos, colaborando nos preparativos do Centenário da Revolução Farroupilha. (GUTFREID, 1992, p. 42).

A citação demonstra o envolvimento de Aurélio Porto com os arranjos políticos engendrados por ocasião dos preparativos do Centenário da Revolução Farroupilha, e de seu envolvimento com a “memória política”.¹⁴⁵ Era o uso político da memória que estava em jogo, e assim pode-se considerar também o envolvimento dos políticos em defender e contar a seu modo a “história”. Dario Crespo ressaltava o esquecimento da província pelo Brasil imperial e a forma como se comportaram seu “maiores” em 35.

Nem se outra forma falariam homens representativos de um povo que, por vezes esquecido, desajudado, ludibriando pelo poder central, lutou, não obstante, por mais de dois séculos, defendendo da voracidade espanhola uma nesga fecunda de Pátria. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembros de 1935, p.04).

Seu discurso afirmava que o rio-grandense esteve continuamente defendendo o Brasil contra o perigo, sempre presente, do espanhol na fronteira. Esse movimento era apresentado por Dario Crespo como uma expressão de patriotismo do gaúcho na defesa dos interesses e na preservação da integridade do Brasil, mesmo que estes fossem esquecidos por parte do

¹⁴⁴ Dario Crespo cita também o manifestação de Bento Gonçalves na abertura da Assembleia Constituinte da República Rio-Grandense, já citada anteriormente neste trabalho, em que Bento Gonçalves manifestava o desejo de reunir e estreitar os laços federais com a nação, brasileira. Tornar Bento Gonçalves precursor do republicanismo no Brasil, lutando pela unidade da nação poderia ser algo contraditório de um ponto de vista, pois a república significava para o governo de fato do Brasil Império a desagregação, e não a unidade. Essa ideia de unidade pode ser analisada como a construção da década de 1930, no direcionamento dos rumos políticos do Rio Grande do Sul para com o desejo de mostrar sua “brasilidade”.

¹⁴⁵ Conforme Chagas, parece que é nesse sentido que a transmissão da memória política, ao se utilizar dos documentos, procura dar uma continuidade histórica entre os que foram e os que vieram depois, procurando construir uma continuidade entre diferentes tempos, recorrendo ao passado pelo uso da memória. Para o autor, esse é um movimento que tem uma “intenção pedagógica”. (CHAGAS, 2009).

governo central. Completava seu pensamento lembrando os homens da Revolução Farroupilha oriundos de outras partes do Brasil. O deputado cita, melancolicamente, a participação na revolução de Antonio Ribeiro:

(...) o heroico corneta-mor, cujos lábios, no entardecer do 19 de setembro de 1835, vibraram no metal o primeiro toque de reunir da revolução, tão dedicado a Bento Gonçalves, que nunca mais o abandonaria, montando guarda a seus restos, na fazenda do Cristal, em Camaquã, onde mais tarde exalaria o seu último alento, era filho da Bahia. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, 04).

A narrativa procurava, em simples fatos, uma maneira de aproximar a Revolução Farroupilha dos brasileiros. Mostrava a relação de Bento Gonçalves com seu subordinado ressaltando o fato de este ser baiano e a dedicação deste, mesmo depois da morte do líder farroupilha. É como se pudesse mostrar a relação de Bento Gonçalves com os demais brasileiros, como um fator importante de aceitação do “herói” também no presente. Tal representação pode ser comparada com a ideia de Pollak (1992), de personagem vivida por tabela. Os indivíduos criam uma relação de proximidade com o sujeito no passado, transpondo-o para o presente.

Na parte final de sua entrevista, Dario Crespo faz uso da história para “provar” a brasilidade dos farroupilhas citando o tão falado discurso de Canabarro para Rosas. Davi Canabarro, para Dario Crespo, expressou o sentido da revolução como um acontecimento entre brasileiros, quando não aceitou ajuda do ditador para combater o Império do Brasil. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, p. 04). E concluiu sua entrevista afirmando a continuidade dos propósitos brasileiros dos farroupilhas: “Mas a ideia republicana que brilha longamente no extremo-sul, com a República de Piratini, não se apagou em 1845. Sua luz iluminaria, numa projeção imortal, as sucessivas gerações brasileiras”. (JORNAL DA MANHÃ, 21 de setembro de 1935, p. 04).

Assim, o deputado, supostamente estabelecia uma ponte entre o momento então considerado presente e o passado, defendendo que as aspirações políticas do presente tinham raízes nos propósitos farroupilhas. Reforçava-se na época a ideia de que os homens da revolução de 1930 eram “herdeiros políticos” de Bento Gonçalves, continuadores de sua obra em prol da República no Brasil. Contudo, seria na inauguração do monumento que tais ideias do deputado seriam utilizadas no espaço público juntando-se a todos os outros elementos de edificação daquele lugar de memória.



Fonte: Livraria do Globo, 1936. AHPAMV.

4.1.2 Materializando o discurso no bronze: a fundação do lugar de memória

O monumentum é um sinal do passado. O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar uma recordação. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva). (LE GOFF, 2003, p. 526).

E talvez seja por isso que o monumento, como marca do passado, é uma expressão clara do significado do lugar de memória, como definiu Pierre Nora (1981). Nora afirmou que esses lugares de memória são restos, que acabam surgindo pelo motivo de que não há uma memória espontânea. O monumento a Bento Gonçalves pode ser considerado também como uma expressão desse lugar, pela necessidade que seus idealizadores tinham de perpetuar para o presente uma recordação, e nada mais apropriado do que esse lugar de memória ser edificado em praça pública.

Busca-se perceber como havia se dado o “rito” de recordação e fundação daquele lugar de memória. Para isso, será analisado o discurso jornalístico e sua narrativa em torno de como se produziu, naquele dia 15 de janeiro de 1936, a consumação da memória da Revolução Farroupilha no bronze equestre de Bento Gonçalves. E perceber, assim, a função dupla daquele monumento de comemorar a Revolução Farroupilha, mas também possibilitar ao presente “*fazer uso da memória do morto*”.

Segundo o jornal Correio do Povo, foi debaixo de uma torrencial chuva, que acabou por ofuscar o brilho do acontecimento, que se realizou a inauguração do monumento a Bento Gonçalves. Mas a tal chuva não impediu, segundo este, que uma significativa massa de populares comparecesse ao ato. (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10). Também o Jornal da Manhã deu cobertura para o acontecimento ressaltando os propósitos do ato inaugural do monumento.

Foi inaugurado ontem, defronte ao pórtico monumental da Exposição Farroupilha, o monumento de Bento Gonçalves, a figura legendária da gloriosa revolução de 1835.

Foi prestada, assim, uma homenagem, que se perpetuará ao herói farrapo. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p.06).

A narrativa do jornal deixava clara a intenção de perpetuação de Bento Gonçalves como “*herói*”, tendo este, papel central na Revolução Farroupilha. Tal posicionamento reforça a ideia de que o monumento pode ter cumprido a função dúbia de preservar a memória do “*herói*”, mas também de servir de elemento material para a memória da própria Revolução Farroupilha. O monumento seria o local de solenidade na capital rio-grandense para o “*culto*” à revolução e a seus “*heróis*”, sobretudo pela representação do monumento diretamente ligado ao líder farroupilha diante do tema da “*brasilidade*” do gaúcho, em voga na década de 1930.¹⁴⁶ Assim, o Jornal da Manhã apresentava os agentes sociais participantes daquele ato inaugural.

À solenidade compareceu o mundo oficial e grande massa popular. Formaram o 1º Batalhão da Brigada, e um piquete do regimento presidencial. Entre os presentes, notamos: Gal. Flores da Cunha, Gal. Parga Rodrigues, Dr. Darcy Azambuja, Cel. Canabarro Cunha, Dr. Guerra Blessemam, Dr. Dario Crespo, Major Alberto Bins, Dr. Mário de Oliveira, desembargador André da Rocha, além de altas autoridades civis e militares. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

¹⁴⁶ Sobre a posição assumida pelos historiadores em relação a “provar a brasilidade do gaúcho”, Ruben Oliven afirma que “O que se nota nos escritos desses intelectuais, quando eles insistem no não-separatismo da Revolução Farroupilha, é uma tentativa de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. Embora atualmente isso possa parecer supérfluo, convém lembrar que boa parte deles estava escrevendo antes ou logo depois de 1930, quando ainda não havia se consolidado a integração econômica e política do país”. (OLIVEN, In: TARGA, 1998, p. 306).

Nota-se, num primeiro momento, o envolvimento dos agentes na inauguração do lugar de memória.¹⁴⁷ Em primeiro plano, o comparecimento da cavalaria da Brigada Militar, rendendo culto ao general farroupilha, dava ares de regionalismo ao evento. Mas isso também pode ser analisado como uma maneira de estreitar os laços temporais pelo simbolismo de ter aos pés do monumento a cavalaria. Mas, apesar de o presidente Getúlio Vargas não comparecer para a solenidade – como já foi mencionado –, o *Correio do Povo* (16 de janeiro de 1936) explicava que o general Parga Rodrigues era o representante da 3ª Região Militar, e o *Jornal da Manhã* (16 de janeiro de 1936) reforçava que estes estavam representados por um piquete – cavalaria – do Regimento Presidencial. Observam-se assim, elementos que davam um aspecto regional militar ao ato de inauguração do monumento, mas também elementos que davam aspecto brasileiro.

Verificou-se ainda a presença de autoridades político-militares, como o general Flores da Cunha, então governador do Estado, assim como o prefeito da cidade, o major Alberto Bins, ambos também partidários do PRL. Sobre a solenidade, acrescentou o *Jornal da Manhã*:

Saindo do salão da recepção do pórtico monumental da Exposição, dirigiram-se as altas autoridades para o local em que se ergue o monumento. Ali chegados, o Gal. Flores da Cunha e o Major Alberto Bins desceram as cortinas que ocultavam a estátua de Bento Gonçalves, sendo esse ato saudado por uma salva de palmas. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

A importância de analisar os passos está em perceber o papel que cada agente tomou naquele acontecimento, de como cada personagem teve participação naquele trabalho de memória organizadamente, pois como já foi analisado, a idealização do monumento é obra do PRL, e Flores da Cunha era reverenciado como “o verdadeiro Bento Gonçalves”. Então, esse ato se revestiu de simbolismo, motivo pelo qual se pode supor que Flores da Cunha inaugurava um lugar de memória, em que ele mesmo era, de certa forma, elemento do presente.

Por outro lado, a análise do *Correio do Povo* salientou que não havia sido junto com o Major Alberto Bins que Flores da Cunha descerrara as cortinas do monumento – o que

¹⁴⁷ Um aspecto a ser salientado é o fato de os jornais não terem mencionado a presença no ato de inauguração dos políticos da FUG. Em nenhum momento é citada a presença de Raul Pilla, líder do Partido Libertador, e nem de Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense. Isso contribui para reforçar a ideia de que o monumento é um trabalho de memória e de fundação de um lugar de memória do PRL, lembrando ainda que a “Pacificação do Rio Grande” só se dá no dia 17 de Janeiro de 1936, o que leva a entender que ainda no dia da inauguração do monumento a Bento Gonçalves, pairava certa desconfiança quanto ao projeto de conciliação política do Rio Grande do Sul. Em contrapartida, esse aspecto reforça o papel do PRL na (re) elaboração da memória sobre a Revolução Farroupilha.

poderia dar todo um aspecto regional para o evento. O Correio do Povo especificava que, na inauguração do monumento

Quando o governador e as altas autoridades civis e militares se encontravam já ao pé do monumento, o major Alberto Bins convidou os generais Flores da Cunha e Parga Rodrigues, para puxarem as cordas, a fim de descobrir a estátua, que estava coberta com a bandeira nacional e rio-grandense. Reboou, então, uma salva de palmas. As forças da Brigada Militar, que, como acima dissemos, formavam um círculo ao redor da estátua, prestaram, então, continências, ao som do hino rio-grandense. (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

Estando o monumento coberto com as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, a narrativa do Correio do Povo mostrou a suposta coerência cerimonial com aspectos da brasilidade do evento. A narrativa salientou que estavam à frente do ato inaugural o general e governador Flores da Cunha e o representante da 3ª Região Militar do Exército Brasileiro, o general Parga Rodrigues, mas o regionalismo veio à tona novamente, quando estes descerravam as cortinas que envolviam o monumento, pois o ato era acompanhado pelo som do hino rio-grandense, ou seja, o Hino Farroupilha, que havia pertencido à *República de Piratini*.¹⁴⁸ Assim, o Correio do Povo dizia que estava, por parte das autoridades presentes, inaugurado o monumento:

Que é um magnífico trabalho do escultor Antonio Caringi. A estátua equestre descansa sobre um pedestal de granito dos arredores da capital. Nas faces laterais, há também baixos relevos, simbolizando cargas de cavalaria rio-grandense. Na frente, há apenas os dizeres: “Bento Gonçalves – 1835” e, na parte posterior, três frases artisticamente trabalhadas.

A primeira delas tem os seguintes dizeres: “aos heróis farroupilhas, homenagem da aviação naval 20-9-1835 – 20-9-1935”.

No centro, há outra, com esta dedicatória: “Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835, sendo governador do Estado o general José Antonio Flores da Cunha, e prefeito de Porto Alegre o major Alberto Bins, e a obra do escultor Antonio Caringi – 20-9-935”.

Finalmente, a última das placas tem estas palavras: “A guarnição do couraçado “Rio Grande do Sul”, ao povo gaúcho, simbolizando o seu grande herói farroupilha – Porto Alegre, 20-9-935”. (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

A estátua era ornamentada por vários elementos que completavam e se ajustavam a construção do lugar de memória cada qual com uma espécie de apropriação e reivindicação.

¹⁴⁸ As questões simbólicas que envolvem as apropriações da memória farroupilha associaram outros elementos à inauguração do monumento que foram sendo convencionados e que hoje fazem parte do imaginário rio-grandense sobre a Revolução Farroupilha. “É significativo que hoje a sede da Assembleia Legislativa do Estado seja denominada Palácio Farroupilha e que a sede do Governo Estadual, que fica ao seu lado, se chame Palácio Piratini, evocando a localidade que foi sede da República Rio-Grandense. De fato, a Revolução Farroupilha incorporou-se à simbologia sul-rio-grandense, sendo rememorada e ritualizada anualmente através de uma semana que leva seu nome e que culmina com o feriado estadual de vinte de setembro, no qual há grandes desfiles realizados por tropas da Brigada Estadual e pelos Centros de Tradições Gaúchas. (OLIVEN, In: TARGA, 1998, p. 307).

Era lembrada a participação de Antonio Caringi no trabalho, mostrando os relevos que ornavam o monumento com motivos regionais, com figuras que lembravam os farrapos que contrastavam com o general em farda imperial, sem um vínculo, à primeira vista, com elementos que remetessem ao regional. Contrastando o nacional e o regional, apareceram as homenagens de diferentes seguimentos como a prefeitura de Porto Alegre, a grande promotora do evento, que reafirmava a dedicatória aos “heróis” farroupilhas, mas agregava a estes os nomes de Alberto Bins e Flores da Cunha, que estavam à frente do governo da capital e do Estado, e também o nome de Caringi como autor da obra. A presença da aviação naval e dos integrantes do couraçado Rio Grande do Sul nas placas colocadas no monumento são, por certo, manifestações de seguimentos da marinha e da aeronáutica (recém criada), mas podem representar, também, a presença do nacional no monumento regional.

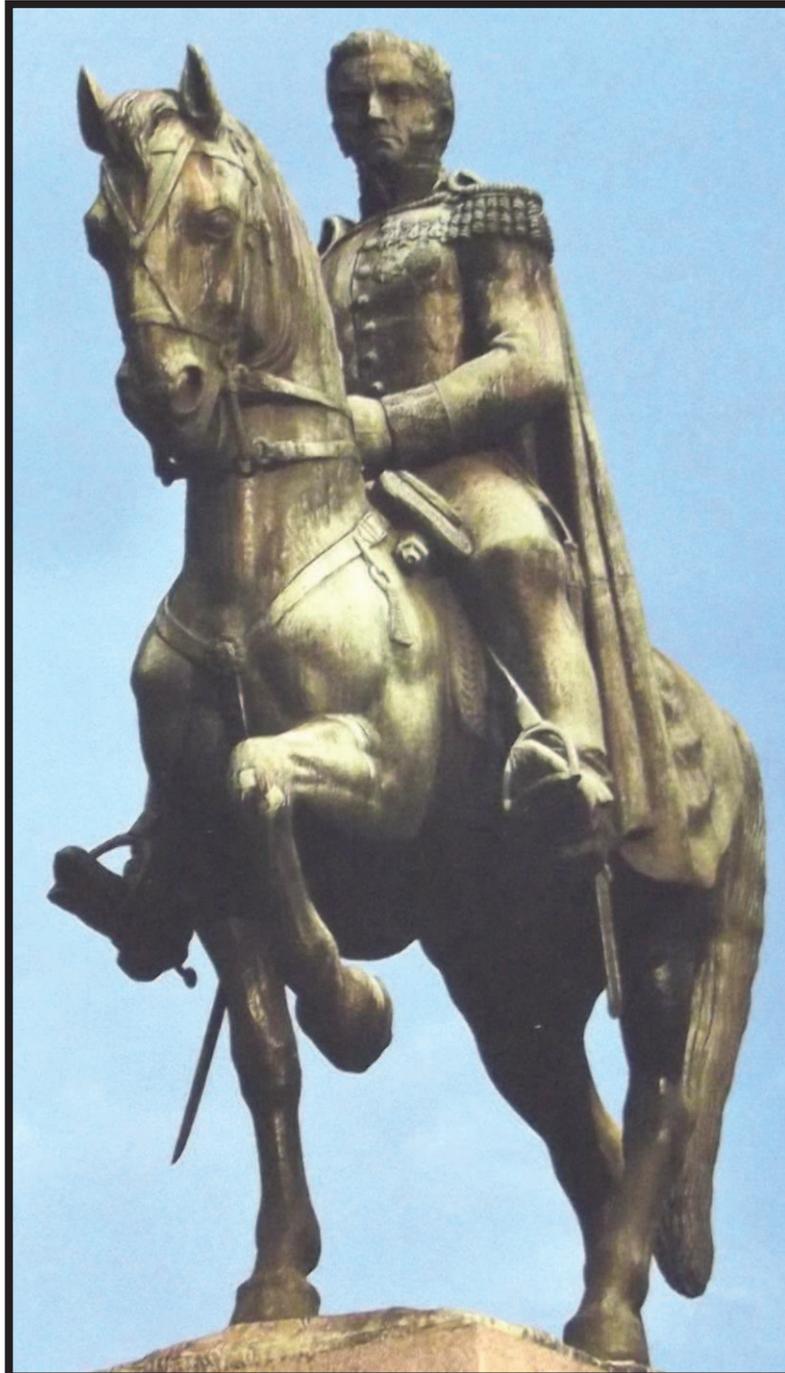
Imagem 28 - Flores da Cunha descobrindo o monumento.



Fonte: CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10. Arquivo do Correio do Povo.

No entanto, em se tratando de um monumento equestre revestido de toda uma simbologia ligada ao Rio Grande do Sul, é importante ressaltar os significados que este possa remeter após sua inauguração. Dito de outra forma, cabe analisar os aspectos que aproximam ou distanciam o monumento dos elementos regionais e nacionais. Para isso, precisa-se observar detalhadamente o monumento.

Imagem 29 - Vista frontal do monumento no lugar “definitivo”.



Fonte: Antonio Carangi Escultor dos Pampas – Assis Brasil 2008 – fotografia Paulo Gomes.

Num primeiro plano, tem-se um monumento equestre onde o general Bento Gonçalves foi retratado como um oficial do exército imperial, com botas militares e um fardão, que lembra os soldados do Império. Portanto, a escultura representando Bento Gonçalves não condizia nada com a ideia de gaúcho mostrado no croqui da Secretaria de Obras de Porto Alegre.¹⁴⁹ O Bento Gonçalves representado no croqui vestia pala e chapéu, alias, era como

¹⁴⁹ Ver imagem no capítulo 2.

Caringi – em entrevista citada anteriormente – dizia que iria representar o gaúcho. Segundo o escultor, a indumentária rio-grandense era o que definiria o sentido do monumento, tratando das coisas da terra. Caringi ainda fazia referência ao chapéu como indispensável para representar o cavaleiro sulino, mas, no entanto, não caracterizou Bento Gonçalves com essa peça fundamental para o cavaleiro.¹⁵⁰

Bento Gonçalves de Caringi é representado como o artista o havia concebido à época do concurso: devendo parecer que estava entrando em Porto Alegre. A representação do monumento tenta passar a ideia de um homem sereno, em posição de marcha, e não de ataque, podendo a espada ainda que desembainhada, estar abaixada representando mais o sentido de justiça do que de agressão ao entrar na cidade,¹⁵¹ pois o monumento, relacionado ao discurso que se pretendia para o centenário, não poderia representar a discórdia, mas sim a comunhão dos gaúchos no seio da nação.

O cavalo é representado em movimento de passo, porém sofrendo a rédea curta pelo cavaleiro, o que pode sugerir que este tem o controle da situação, embora o cavalo esteja com a boca aberta dando sinais de reação. “Bento”, com os punhos cerrados, mantém o controle do animal que atende a suas ordens. Sendo Bento Gonçalves o líder da Revolução Farroupilha, ele era representado por essa analogia como o modelo de gaúcho que havia lutado pela pátria sem perder o rumo, seguindo firme nos ideais propostos para 1835. Tratava-se de um modelo que atendia aos interesses daqueles que se diziam herdeiros de Bento Gonçalves. Além de Bento Gonçalves ser representado no monumento como aquele que havia tomado as rédeas da situação, a forma como no monumento este estava representado, com os pés no estribo, pode sugerir aquilo que o discurso historiográfico já pretendia representar: o daquele homem que, por dez anos, esteve firme à frente da Revolução Farroupilha. Da mesma forma, a firmeza do cavaleiro no monumento sugere isso.

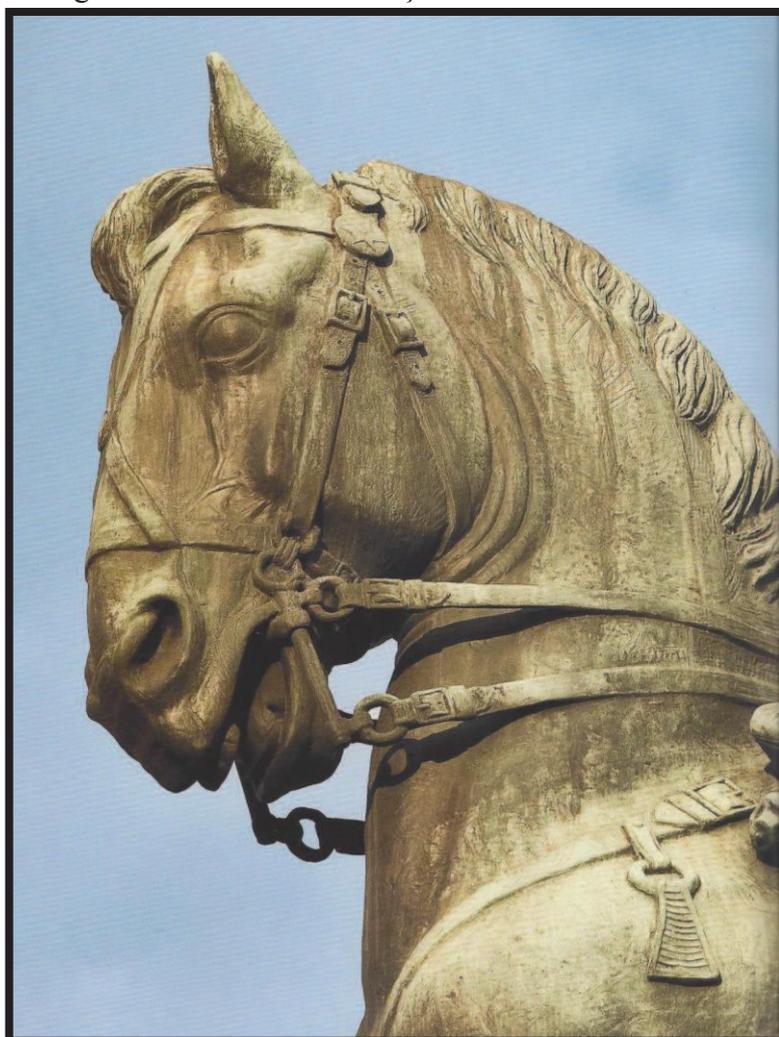
Além de a farda de Bento Gonçalves não lembrar a indumentária do gaúcho, também os arreios do cavalo não lembram a montaria do gaúcho. O pelego de ovelha dera lugar à sela, característica da cavalaria do exército, assim como o eram a “peitera”, as rédeas e a cabeçada

¹⁵⁰ Uma das críticas de Caringi à obra de Veloso refere-se justamente ao fato de este representar os gaúchos da maquete de lenço na cabeça, dizendo o escultor que se configurava um equívoco.

¹⁵¹ Sobre a espada como símbolo de justiça, José D’ Assunção Barros (2005) fala do sistema de valores que compõe a representação da espada. Na prática, a espada era um instrumento de batalha, que podia assumir essa conotação simbólica quando era representada dentro de um sistema de valores simbólicos e representativos, como no caso da mensagem que a leitura do monumento a Bento Gonçalves intenciona passar. Bento Gonçalves era, além de militar, também legislador na Assembleia Provincial. Lembrando o artigo de Spalding – analisado no capítulo anterior –, esse falava que aquela espada – a de Bento Gonçalves – “tão dos farrapos”, não era uma espada qualquer, dando, assim, a ideia de que, no monumento, essa não poderia representar somente a arma de um militar.

de couro chato com fivelas, que contrariam o uso dos costumeiros “aperos” trançados do sul rio-grandense.

Imagem 30 - Detalhe da cabeça do cavalo do monumento.



Fonte: Antonio Caringi Escultor dos Pampas – Assis Brasil 2008 – fotografia Paulo Gomes.

O monumento representa o cavalo, como já foi dito, com as rédeas bem firmes, em que o cavalo quase encosta o queixo no pescoço. Isso pode, num duplo sentido, representar a força e a tenacidade de Bento Gonçalves conduzindo ao ideal federativo e republicano, de acordo com o discurso do centenário da Revolução Farroupilha, pois o cavalo reage ao freio exigindo destreza e pulso firme do cavaleiro, que, mesmo assim, foi representado com as esporas distantes da barriga do animal o que pode ser relacionado à destreza e habilidade de “Bento”, que coordenava em absoluto o cavalo. Bento Gonçalves, por essas características representativas, poderia ser imaginado como aquele que pode, da mesma forma sujeitar as

circunstâncias dos fatos em nome dos interesses do Rio Grande em detrimento das opressões do centro do Império.

O cavalo representado no monumento a Bento Gonçalves, assim como o da maioria dos monumentos equestres, é um cavalo macho – bagual, no vocabulário rio-grandense. Esse fato para a época do centenário, tem um aspecto especial na representação do gaúcho. O cavalo, representado dessa forma, além de remeter à masculinidade do homem dentro daquele passado em que era exaltada a virilidade do gaúcho, também completa o sentido atribuído ao “centauro das coxilhas”, ainda mais numa sociedade machista – tanto a de 1835 como a de 1935 –, pois o centauro é a fusão mitológica do homem e do cavalo. Então, na representação do monumento, fez-se necessária essa representação de Bento Gonçalves montado em um garanhão.

Bento Gonçalves é o principal – mas não é o único – representado no monumento: os relevos do monumento completam a homenagem aos demais personagens da Revolução Farroupilha. Ainda que à época, não tivesse sido confirmado o fato de Bento Gonçalves ter entrado em Porto Alegre, pela Azenha, à frente de suas tropas, ao menos o monumento tinha o propósito de representar tal acontecimento.¹⁵² O Jornal da Manhã, em 30 de novembro de 1935, noticiava que os altos relevos eram denominados “*os centauros de 35*”. O noticiário do Jornal da Manhã de 8 de novembro de 1934 explicava os personagens representados nos relevos:

*Na ala direita, em relevo, está gravada a figura do presidente Gomes Jardim, com seus trajes civis de 1835, passando em revista os lanceiros gaúchos.
Na outra parte, vê-se o general Onofre Pires, entrando em Porto Alegre, a cavalo.
(JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p. 09).*

Nota-se, portanto, que os relevos representavam a entrada dos farroupilhas em Porto Alegre, na tomada da Ponte da Azenha. Analisando com o distanciamento do historiador, parece contraditória a complementação desses altos-relevos que retratam a tomada de Porto Alegre, da cidade que comemorava o centenário da Revolução Farroupilha, mas claro, que, dentro da ótica daquela comemoração, não entrava em pauta o questionamento sobre a divisão dos gaúchos à época da Revolução.

¹⁵² No capítulo 3 os historiadores que afirmam que Bento não estava presente no combate da ponte da Azenha na madrugada do dia 20 de setembro de 1835.

Imagem 31 - Relevo posto a esquerda do monumento a Bento Gonçalves.



Fonte: Arquivo pessoal, fotografada em 06/12/2010.

Imagem 32 - Relevo posto a direita do monumento a Bento Gonçalves.



Fonte: Arquivo pessoal, fotografada em 06/12/2010.

Os relevos podem remeter à parte que mostra o aspecto regional da Revolução Farroupilha, visto que trazem aspectos do simbolismo regional. Aqui, sim, Caringi retrata os aspectos que ele dizia faltarem no “Bento Gonçalves” de Leão Veloso. Antonio Caringi retrata a tropa de lanceiros a cavalo trazendo, junto aos cavalos, o laço peça fundamental na representação do gaúcho, amarrado nos tentos. O laço é instrumento de trabalho dos peões caracterizando a origem dos soldados da Revolução Farroupilha. Também os chapéus, os lenços e os ponchos contribuem para que se percebam os aspectos do regionalismo nos

relevos que lembram os gaúchos em trajes civis. As botas de campo, consideradas, por Spalding, um erro no monumento a Bento Gonçalves, foram trazidas por Caringi para os relevos para representar o gaúcho. Porém, num olhar mais atento, percebe-se que os ordenanças estão representados de botas de campo convencionais, usadas pelos patrões. Já os gaúchos a pé estão usando botas características dos peões sul-rio-grandenses, as botas “garrão de potro”, feitas das “garras” dos cavalos que morriam.

Os cavalos agitados e à “meia-rédea”¹⁵³ podem demonstrar a intenção de Antonio Caringi de representar as tropas em movimento, avançando, diferentemente do cavalo de Bento Gonçalves, que foi representado marchando a passo. No entanto, pode-se interpretar de dois ângulos diferentes a postura de Bento Gonçalves e dos seus confrades representados nos relevos. Eles mostram, por um lado, a serenidade e a tenacidade do líder farroupilha, como aquele que traz a proposta de unidade de justiça entrando na capital rio-grandense. Já os altos-relevos pretendem, ao que parece, lembrar a atitude de ataque e de luta pelos ideais dos farroupilhas. Essa leitura poderia ser de importância na conjuntura de 1935, para os idealizadores do monumento, que se reconheciam como herdeiros daquele sistema político militar, que entendiam que aquela era uma representação do sentido dado por eles ao gaúcho.

O monumento, como já foi falado, teria que ser um instrumento que estivesse de acordo com o discurso de brasilidade dos rio-grandenses no ano do centenário da Revolução Farroupilha. Mas, analisando mais detalhadamente, é possível identificar as marcas do regionalismo na obra de Antonio Caringi.

¹⁵³ O termo “à meia-rédea” sugere que o cavalo vem do trote para o galope, em sentido de prontidão para o ataque.

Imagem 33 - Detalhe do arreio do cavalo – Brasão Farroupilha.



Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 – fotografia Paulo Gomes.

A imagem acima mostra, na carona do arreio do cavalo, num canto quase discreto, o brasão da República Rio-Grandense. Se Bento Gonçalves está representado de farda militar, o “brasão republicano” pode atestar a vontade de lembrar a origem regional do general, ou mais do que isso, marcar com o “selo” do regionalismo a nacionalidade do gaúcho. O brasão é um brasão de armas; Bento Gonçalves, com a espada em punho, realça a ideia do militarismo da República Rio-Grandense. Também o brasão farroupilha aparece na “cabeça do arreio”, como é possível ver na próxima imagem.

Imagem 34 - Detalhe do brasão no arreio do cavalo.



Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 – fotografia Paulo Gomes.

Imagem: 35 - detalhe aproximado do brasão.



Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 – fotografia Paulo Gomes.

A imagem mostra o brasão na cabeça do arreio; por esse ângulo, é significativa sua representação, quanto à ideia de relacionar Bento Gonçalves como principal líder da Revolução Farroupilha. O general é representado segurando firme a rédea, tendo, abaixo das mãos, de punho cerrado, a representação da República Rio-Grandense. O brasão está circundado por ramos que lembram oliveiras, que são reconhecidas como símbolo da vitória.

Também é significativo o fato de a república vir representada na “cabeça do arreo”, pois é o local onde o cavaleiro sustenta seu corpo mantendo-se firme no cavalo. Simbolicamente, o brasão farroupilha pode ser lido como a sustentação do ideal republicano federativo de Bento Gonçalves. De outra forma, pode sugerir, numa analogia ao monarca das coxilhas, que aparece sentado no seu trono – o cavalo –, mas também sentado no “trono” da república Rio-Grandense.

A imagem que segue pode mostrar a dimensão do espaço em que foi inserido o monumento a Bento Gonçalves na entrada da Exposição Farroupilha, mostrando a dimensão do pedestal no pórtico de entrada do evento. O pedestal, ao que parece, contribuía para aumentar a dimensão do espaço ocupado pelo monumento.

Imagem 36 - O monumento no Parque Farroupilha.



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/.../Museu-de-Porto-Alegre.../> acesso: 10/02/15.

Imagem 37 - Monumento no lugar da inauguração em 1936.



Fonte: Discurso de Dario Crespo, Livraria do Globo, 1936. AHPAMV.

O ângulo em que a fotografia acima foi produzida pode dar margem a interpretações diversas, dentre as quais, a de que o monumento representa Bento Gonçalves como indivíduo que esteve acima dos demais como líder principal da Revolução Farroupilha. Os relevos abaixo do monumento não pretendiam, suponha-se, mostrar a submissão dos outros militares

a Bento Gonçalves, até porque estes eram estancieiros como ele. Contudo, a leitura que se pode fazer é de que os relevos dispostos abaixo do monumento representavam a base de sustentação do líder da Revolução Farroupilha, e também da própria República Rio-Grandense.

4.1.3 O discurso oficial

Logo depois de concluída a inauguração do monumento, ainda estava por vir o discurso pronunciado pelo bisneto de Bento Gonçalves, o Deputado Federal Dario Crespo. Esse ato pode ser visto, como já foi dito, como uma parte importante da consumação do lugar de memória. Acompanhando a fala de Dario Crespo, isso fica bem claro. O orador inicia sua fala dizendo:

A hora deste instante inesquecível em que não disfarço a emoção, devo à deferência de Alberto Bins que, ao inaugurar o monumento com que a cidade de Porto Alegre concorre às comemorações farroupilhas, quis, emprestando-lhe um cunho sentimental, associar à homenagem o obscuro descendente de Bento Gonçalves confiando-lhe a missão de falar em seu nome. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p.06).

O descendente de Bento Gonçalves, discursando, mostrava o ponto de vista daqueles que haviam planejado o trabalho de memória em torno do monumento, ao revelar a intenção sentimental que o convite do prefeito despertava, já que dava um cunho “afetuoso” à comemoração, associando-se a ela como elemento de ligação entre o passado e o presente.

Imagem 38 - Dario Crespo pronunciando o discurso.



Fonte: Correio do Povo, 16 de janeiro de 1936, p. 10. Arquivo do Correio do Povo.

Dario Crespo, junto ao monumento no momento do discurso, dizia-se porta voz do prefeito Alberto Bins, e compreendia que era apropriado para aquela “missão”, afirmando que “*Esta circunstância e o privilégio que a amizade confere, explicam a escolha do orador que bem quisera elevar-se à altura desta solenidade*”. (*JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06*). O discurso mostrava o aspecto de proximidade existente entre o descendente do líder farroupilha e o prefeito Alberto Bins. Isso ajuda a esclarecer a rede de poder político naquele momento em que o PRL era situação no Estado e na capital.

Imagem 39 - Panorama da solenidade de inauguração do monumento a Bento Gonçalves.



Fonte: Correio do Povo, 16 de janeiro de 1936, p. 10. Arquivo do Correio do Povo.

O panorama da solenidade de inauguração mostrado pela fotografia tem, ao fundo, a formação da cavalaria, mas também aparecem militares e políticos. No canto, à direita, pronunciando o discurso, Dario Crespo. Falando da importância do instante vivido, o orador dizia:

Que vale, porém a palavra humana, quaisquer que sejam os seus acentos na frente do bronze, que patinando pelos séculos, há de fixar rediviva a figura do herói, neste monumento imperecível de 1835, o Rio Grande estava mobilizado para a grande luta. E que já se formava uma consciência coletiva. A iluminá-la, a chama de um verdadeiro ideal. Para realizá-lo, ou sustentá-lo, uma plêiade notável, que impressiona e empolga. (*JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 10*).

De acordo com o discurso, o bronze substituíria todas as palavras, já que eternizava a figura de Bento Gonçalves através dos séculos, tornando-o objeto de evocação das gerações que poderiam fazer uso deste, já que ele tornava a história imperecível. O orador dirigia o discurso em direção ao passado, ressaltando a consciência coletiva do gaúcho em nome do

“*ideal farroupilha*” e Dario Crespo prosseguia, falando do papel do Rio Grande para com o Brasil:

Se como pretende um plunitivo¹⁵⁴ nunca o Rio Grande foi menos ele próprio, nunca pensou e obrou por si mesmo do que durante a Revolução Farroupilha, é que o Rio Grande excedeu-se a si próprio tocado de um nobre idealismo, pensando e agindo pelo Brasil, que desejava unido pelos laços federativos, sob o regime republicano. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

Assim, Crespo ia reafirmando o que já fizera em entrevista para o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, em setembro de 1935, destacando os propósitos brasileiros da Revolução Farroupilha, num discurso que se compara muito aos propósitos ressaltados nos jornais a respeito da revolução de 1930. Era um discurso que também servia para aquele momento, mesmo que as circunstâncias fossem um pouco diferentes, visto que o discurso visava consolidar um lugar de memória na capital dos gaúchos. O deputado reafirmava ainda que a “*grande revolução*” era inspirada nas ideias republicanas e federativas que tiveram manifestações também no Brasil. Para o deputado:

Fatos e ideias formadoras da consciência coletiva que daria nascimento ao glorioso evento. Aceito como irretorquível o princípio da participação do elemento coletivo na obra social e histórica, não sendo o homem “o criador dos acontecimentos”, “a chave da história”, como pretende o filósofo, é forçoso, entretanto reconhecer a influência dos homens superiores, que, sobrepondo-se às massas, procuram realizar-lhes as grandes aspirações. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

O monumento representaria esse “*homem superior*” às massas, do qual os contemporâneos de Crespo, e mesmo ele, diziam-se descendentes. Portanto, era um trabalho de memória que situava quem eram os “*capazes*” de interferir nas questões sociais. Esse ponto de vista do orador pode demonstrar a posição de um trabalho de memória “vista de cima”, que atendia aos interesses dos “*herdeiros*” dos farroupilhas, que Crespo dizia serem: “*Intérpretes das ideias e dos desejos profundos de uma coletividade, tornaram-se seus condutores. Surgem os momentos decisivos da história dos povos, encarnando, conscientemente, a ideia transformadora*”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). O orador continuava afirmando a superioridade dos farroupilhas em dirigir os destinos do Rio Grande:

Ao abrir-se o ciclo farroupilha, já um homem reunia o maior prestígio que ainda teve um filho da terra do Rio Grande. Guerreiro, cujo peito se recobria de medalhas

¹⁵⁴ Plunitivo: jornalista incipiente. (FERREIRA, 2010).

em anos de guerra incruenta, chefe de um partido que consagrava em seu seio a enorme maioria dos continentinos. Bento Gonçalves seria a alma, a cabeça e o braço da insurreição transformadora. Singular a sua personalidade. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Crespo passou a dirigir o discurso, naquele momento, para a promoção do “herói”. Justificava a criação do lugar de memória para Bento Gonçalves, que era rememorado como peça chave do movimento de 35, exaltando seus feitos guerreiros e políticos. Tal movimento do discurso pode sugerir a comparação com o momento político do Rio Grande pós-revolução de 1930, com seus militares no comando da política. O monumento representava o “herói” farroupilha e a Revolução Farroupilha por meio da historiografia. Ele:

(...) permitiu situar, numa instância histórica concreta, a mitologia do gauchismo. Virtude honra e bravura foram manipulados em nível do simbólico imaginário e tais valores foram especialmente exaltados nos líderes da classe dominante que esteve à frente da rebelião de 1835, a começar por Bento Gonçalves. (LOPEZ, 1992, p. 12).

A observação de Lopez, em comparação com o ponto de vista do bisneto de Bento Gonçalves, mostra que este cumpria a tarefa de criar também um imaginário a respeito do chefe farrapo. Citando Varella, dizia Crespo o seguinte: “*Atitude galharda airoso ademais em todos os movimentos dos músculos rijos e elásticos, que afirmam a sua absoluta primazia no manejo de todas as armas, em que era mestre consumado, como em todos os desportos campônios*”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). Ao que tudo indica, Crespo apropriava-se do trabalho dos historiadores do IHGRGS para seu trabalho de memória. A partir deste, seu discurso ia reproduzindo, aos pés do monumento, o que ele dizia serem as qualidades de Bento Gonçalves. Crespo afirmava que

Bento Gonçalves realizou aquele tipo helênico, de harmonia das “proporções da figura humana”, de equilíbrio entre o corpo e o espírito que Aristófanes prometia o Efebo, que seguisse os seus conselhos: Terás o peito cheio, a pele branca as espáduas largas e as pernas vigorosas; viverás belo e florescente nas palestras. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

A comparação direta de Bento Gonçalves com elementos que remetem à Grécia Antiga retrata a intenção de representá-lo como “herói”, conforme os padrões da arte clássica de representar deuses e heróis com belas figuras humanas. Esse discurso aproxima-se muito da arte realizada por Antonio Caringi para o monumento que trazia os traços da arte clássica. É possível supor que, esse discurso mostrasse a consonância da arte com a ideia política de construir e representar os “heróis” regionais e pátrios, como era a pretensão de parte da elite

rio-grandense para com Bento Gonçalves.¹⁵⁵ Em outras palavras, Crespo montava pelo discurso, uma imagem de Bento Gonçalves muito próxima daquilo que havia representado no bronze Antonio Caringi.¹⁵⁶ A memória de Bento Gonçalves assumia aquela perspectiva artística no discurso de Crespo:

E se não “passeou à sombra dos coveiros sagrados, cingida a fronte de uma coroa de juncos, em companhia de um sábio de sua idade, gozando completamente à vontade a bela primavera, quando o plátano murmura perto do olmo”, é que Deus o destinará num formoso recanto da terra, paladino, modelo e símbolo de um povo de Eleição. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Bento Gonçalves recebia, no discurso de inauguração do monumento em sua homenagem, o adjetivo de representante do “*povo eleito*”. Esse discurso possibilita perceber mais uma vez a intenção do uso da memória para as expectativas do presente, na medida em que o grupo responsável pelo trabalho de memória se identificava com aquele personagem. Assim, no presente, sugere-se que tais indivíduos possam transferir para si o caráter de representantes do povo eleito, movimento que poderia ir ao encontro do discurso daquela elite gaúcha de 1930, de um “*Rio Grande de pé pelo Brasil*”, por exemplo. E, reiterava Crespo, Bento Gonçalves era exaltado como figura lendária, pois, para ele, a lenda era a “*prestigiosa distância, poder ampliador da história na magnificação dos heróis, exaltação do patriotismo?* (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). E o orador da inauguração do monumento questionava: “*Exageraram o pincel os que hoje lhe retraçaram o perfil?* (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). Assim, Dario Crespo recorreu novamente à história em auxílio da memória, para afirmar sua posição no momento em que ia cimentando o lugar de memória.

Ouçamos um seu contemporâneo, José Garibaldi, que sentiu o magnetismo da sua presença; ‘era, na verdade, o filho dileto da natureza, que lhe deu tudo que faz um herói. Bento Gonçalves tinha perto de 50 anos quando o conheci. Alto e esbelto montava a cavalo, como já disse, com graça e desembaraço admirável. A cavalo não se lhe daria mais de 25 anos. Valente e feliz, não hesitaria por um instante qual um cavaleiro de Ariosto, combater um gigante, fosse ele de corpulência de

¹⁵⁵ Mário Chagas aponta que “a memória política, ao ser invocada, não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada nas experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra. Por mais natural que possa parecer, essa memória é construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro. Para atualizar-se e projetar-se de um tempo em outro, a memória lança mão de diversas fontes. (CHAGAS, In: ABREU. R; CHAGAS, 2013, p. 138).

¹⁵⁶ De acordo com Chagas, o artista, pelo ângulo da arte, a serviço da memória e da política, “é produtor privilegiado de memória política, pois deseja reconstruir o acontecimento com seu estilo, sua memória. Entre o público visitante e o acontecimento, há uma dupla mediação”. (CHAGAS, In: ABREU. R; CHAGAS, 2013, p. 136). Sobre o artista imprimir seu estilo na arte, como afirma Mário Chagas, lembramos que Antonio Caringi defendeu opinião semelhante em entrevista concedida em 1979, para Antonina Paixão – ver capítulo 3.

Polifermo e tivesse a armadura de Ferragus. Fora um dos primeiros, lançara o grito de guerra, não com o fim de ambição, mas como qualquer filho desse povo belicoso. No primeiro dia em que nos vimos, convidou-me para sua frugal refeição e conversamos com tanta familiaridade como se de há muito fôssemos companheiros de infância e iguais. Com tantos dons e prendas, Bento Gonçalves foi o ídolo dos seus concidadãos. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Percebe-se no discurso uma certa “ritualização” que se estabelecia na e para a legitimação do monumento, sugerindo a “heroicidade” dos indivíduos trazida ao presente. O discurso, partindo de um descendente direto de Bento Gonçalves, poderia representar a aproximação daquele momento com o passado. Bento Gonçalves, representado no discurso como ídolo de seus concidadãos, tendo o tempo histórico “anulado” pela suposta proximidade idealizada, poderia tronar-se símbolo também dos rio-grandenses, naquela perspectiva. O discurso era parte importante, pois pretendia certificar a marca de “herói” que se queria incorporar à figura do líder farrapo. De acordo com Dario Crespo,

Se a qualidade heroica é inseparável do homem de guerra, que a traz consigo do berço, em Bento Gonçalves, entretanto, ela ultrapassa os limites do imaginável. Na batalha do Fanfa, no seu momento mais crítico, atacado por todos os lados, por terra e por água, os farroupilhas ofereciam tenaz, desesperada resistência. Bento Gonçalves, que recebera um ferimento dias antes, superior à dor, ao cansaço, a todas as fadigas, comandava os seus soldados, naquela luta desigual. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

O discurso procurava, além de reformular a memória de Bento Gonçalves, também criar as condições possíveis para fazer do monumento instrumento do imaginário, se levada em conta a maneira como o orador criava a imagem de Bento Gonçalves a partir do presente. Criavam-se, assim, pelo discurso junto ao monumento, as imagens visuais e verbais constitutivas do momento de inauguração do monumento. O monumento fazia parte do jogo de imagens, que, no dizer de Le Goff (1994), são imagens amassadas pelas “instabilidades da história”.

Essas imagens não se restringem às que se configuram na produção iconográfica e artísticas: englobam também o universo das imagens mentais. As imagens que interessam ao historiador são imagens coletivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e formam-se, modificam-se, transformam-se. Exprimem-se em palavras e em temas. São nos legadas pelas tradições, passam de uma civilização a outra, circulam no mundo diacrônico das classes e das sociedades humanas. (LE GOFF, 1994, p.16).

São imagens produzidas, como afirma o autor, também pela arte, mas necessitam de historicidade, precisam de um uso político e social necessitando também da história para adquirirem significado, assim como fizera Dario Crespo na sua participação no trabalho de

inauguração do lugar de memória, quando fizera uso, também, da história na criação das imagens verbais sobre o líder farroupilha. A fundação daquele lugar de memória era baseado na memória na história e, assim, na arte. Crespo havia ressaltado também o “*culto à honra*”, que exercia Bento Gonçalves na sua época:

Neste terreno, não, admitia transigências. A dignidade pessoal, que transparecia em todos os seus gestos e atitudes valeu-lhe desde os mais ternos anos, o respeito e admiração, que num crescendo, o sagraria paradigma de homem e cidadão. Na defesa desses sentimentos, não media conseqüências. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

O discurso verbal, ao pretender dar “vida” ao personagem, mostrava o “*herói*” que estava representado naquele bronze e procurava fazer daquele lugar um possível marco de referência para a brasilidade exigida para o gaúcho naquelas circunstâncias. Dario Crespo representava Bento Gonçalves como um homem que tivera um elevado sentimento de “*dignidade pessoal e honra*”, narrando o episódio do duelo de Bento Gonçalves com Onofre Pires e citando a carta de Bento Gonçalves falando do episódio para Domingos José de Almeida, quando Bento Gonçalves teria dito: ‘*Eu lamento sua sorte, mas não tenho o menor remorso, porque obrei como verdadeiro homem de honra; em tais casos, obrarei sempre assim não me importo com o tamanho e nem com a nomeada da pessoa que se atreva a atacar minha honra*’. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). O orador afirmava que eram essas qualidades que o havia tornado um homem de personalidade “*dominadora*”. Segundo o mesmo orador, esse espírito de “*honra e justiça*” o haviam levado a dizer palavras de ponderação aos companheiros, como essas: ‘*usai de moderação depois do triunfo, o mais pequeno insulto às pessoas e bens de vossos inimigos será uma mancha em vossa glória*’. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). Eram, ao ver do orador, as palavras adequadas para serem ditas aos pés do monumento, criando, assim, uma imagem de um homem bom e justo para com os vencidos. Era necessário reforçar esse aspecto que dava forma aos “*heróis*” criados pela história tradicional. E prossegue Dario Crespo:

Braço magnânimo ativo e prudente, enérgico e humano, justo e equânime Bento Gonçalves tinha apurado, no mais alto grau, o espírito da lealdade e sacrifício. Realizando o perfeito equilíbrio entre as forças físicas e morais, com uma inapta aptidão que o estudo, a observação e a experiência dos campos de batalha desenvolveram. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Pode ter sido sugerido, por esse discurso, uma relação entre a memória material e imaterial contida no monumento, uma vez que os aspectos físicos faziam parte da obra

artística de Antonio Caringi e a compunham. Já os predicados que o monumento não exibia, que são os imateriais, é a palavra que os traz para a criação da representação. Estes foram adaptados pelo discurso de Dario Crespo para aquela circunstância.

Outro aspecto que se pode notar no discurso de inauguração é que seu orador também direcionou sua narrativa enfatizando os serviços de Bento Gonçalves para o exército brasileiro, onde este foi “*Simple soldado, em 1811, na campanha de D. Diogo*” passando a “*capitão de guerrilha em 1817*”. Ressaltava o orador que Bento Gonçalves “*fez todas as campanhas cisplatinas, sempre subindo, em virtude de provas de valor e lealdade*”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06). Lembrava também a participação de Bento Gonçalves na campanha contra a Argentina, trazendo na memória a lembrança de que este também lutara pelo Brasil. Nesse aspecto, afirmava Crespo:

Na marcha estratégica [que] empreendeu Barbacena antes de ferir-se na batalha [do] Passo do Rosário, para fazer junção com o Mal. Brown, onde um momento crítico que “demandava espírito calmo e firme nas resoluções”.
Empenhava-se o exército Imperial na travessia do Camaquã-Chico, que transbordava. Contra ele a marcha de Alves, na iminência de um choque. Mas, interposta entre a vanguarda argentina e o Exército Brasileiro, a segunda Brigada Ligeira de Cavalaria, sob o comando de Bento Gonçalves, entra em contato com [parte] avançada do exército invasor, detendo-lhe a marcha. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

A citação acima trazia ao presente, pela representação, a participação – segundo o orador – efetiva de Bento Gonçalves nas batalhas do século XIX, as quais o Exército Brasileiro travou com seus vizinhos da região do Prata. Esse fator, para o momento de se colocar um monumento do líder farrapo em praça pública, pôde, de certa forma, colaborar para a construção do aspecto de nacionalidade do general farroupilha, que, pelo discurso proferido, era soldado brasileiro antes de ser farroupilha. Mas Dario Crespo, o descendente de Bento Gonçalves, dirigiu seu discurso de forma a aproximar os feitos nacionais de Bento Gonçalves do “*decênio farroupilha*” levantando uma série de fatores que atestassem os predicados guerreiros do general. Assim o rememorava Dario Crespo:

Quando lhe coube, no memorável decênio, exercer a chefia militar, mais ressaltam ainda suas qualidades de comando.
Coordenador do movimento de 20 de setembro, em cujo preparo prévio todos os detalhes assegurou-lhe a perfeita execução, que o tornou vitorioso desde o primeiro instante.
Vários combates em que empenho, as combinações estratégicas as manobras desenvolvidas, a maneira porque resistia o levava aos ataques desarticulando o inimigo, a improvisação de elementos, vencendo dificuldades de toda a sorte como a falta de munição de viveres, de equipamento e de comunicação que anulavam a

possibilidade de uma unidade de comando, somariam a personalidade de um grande capitão. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Presumidamente, nessa parte da narrativa, observou-se a intencionalidade do orador em traçar os aspectos que poderiam transformar pessoas “comuns” em “heróis”. Era o tom do discurso procurando mostrar aspectos de heroicidade no sujeito histórico, sacralizando-o, de maneira que pudesse justificar para a sociedade da qual o orador era contemporâneo os motivos que havia tronado o personagem um “herói”, pois Bento Gonçalves aparece como o sujeito que passou por todas as privações, que, em muito, tiveram êxito devido as suas habilidades de comando à frente de seus compatriotas. De acordo com Dario Crespo,

Bento Gonçalves não foi apenas, o militar, o guerreiro de bravura sem par, ‘o cavaleiro andante do círculo de Carlos Magno, irmão pelo valor dos Oliverios e Rolandos’ como chamou Garibaldi.

Foi sobretudo o político no alto do verdadeiro sentido. Nele o estadista guiava a espada do general. Não surpreende, pois, a organização da República, de que foi presidente, a preocupação constante da ordem jurídica.

Como chefe de partido, evidencia a superioridade do verdadeiro condutor de homens. Na chefia do governo, revelava-se estadista de condições preclaras.

Tinha a discreta consciência do seu valor, não procurando nunca sobrepor-se aos seus correligionários, cuja opinião com acatamento agindo de acordo com a medida do pensar daqueles que o tinham como chefe. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Novamente, é possível perceber os elementos adjacentes do discurso, que afirmam a intenção do orador em estabelecer uma relação entre Bento Gonçalves e os “heróis” construídos pela história tradicional, porém, nessa parte da fala, Bento Gonçalves é comparado com personagens do medievo, assim como já tinha sido comparado aos vultos gregos. O discurso de inauguração do monumento mostrava um Bento Gonçalves que era de fato um “herói”, que tinha lugar cativo no panteão de heróis da história tradicional. Era, pelo discurso, lembrado como o político e militar “condutor de homens” tendo como objetivo implantar a república.¹⁵⁷ Conforme Dario Crespo, Bento Gonçalves era

Homem de ideias, tinha convicções definidas e sinceras.

A república era seu ideal político.

Há porém, os que pretendem, através da sua proclamação de 25 de setembro, atribuir-lhe ideias monárquicas, porque aí se declara ser o movimento, apenas, de resistência à política da regência.

A verdade, entretanto, é que os principais chefes da insurreição não julgavam o momento propício à objetivação das suas ideias.

¹⁵⁷ República essa que os historiadores da década de 1930 enfatizavam ser o embrião do sistema republicano do qual eram contemporâneos. Assim, compreende-se melhor a necessidade da fundação daquele monumento como lugar de celebração, criando um elo entre o presente e o passado, lembrando que a memória vai do presente ao passado, selecionando e classificando, produzindo lembranças e esquecimento. (MENEZES, 2000).

Bento Gonçalves era chefe do Partido Liberal, de tendência republicana e federativa. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

O caráter republicano do chefe farroupilha era evidenciado no discurso, pois o monumento tinha a intenção de promover a “*nacionalidade*” rio-grandense dentro da república brasileira em uma ocasião em que havia um representante do Estado sulino na presidência do Brasil. Mas também, e sobretudo, havia Flores da Cunha no comando do Estado, e este, envolvendo-se diretamente na política nacional, era visto como “*defensor*” dos direitos constitucionais. Dentro do discurso de um “*herói*” republicano, Bento Gonçalves foi comparado também a Abram Lincoln, pelo seu bisneto Dario Crespo, com as seguintes palavras:

O chefe farroupilha, como Lincoln, tinha o senso de oportunidade, para não comprometer, em circunstâncias inoportunas, um ideal que ardentemente acariciava.

Inteligência superior, “com imensa aptidão para os estudos”, Bento Gonçalves adquiriu um conhecimento exato dos problemas do seu tempo, alargando a visão do panorama político nacional. As ideias políticas, norteadoras da ação do chefe farroupilha, bastariam para demonstrar o seu sentimento de nacionalismo. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Retomava-se a ideia do sentimento de brasilidade dos rio-grandenses, porém a comparação entre Bento Gonçalves e Abram Lincoln, era uma construção do discurso de Dario Crespo que estava buscando ideias no passado o qual era revolvido naquela ocasião. Era um movimento de memória pretendido para aquela circunstância.¹⁵⁸ Eram valores que partiam do presente ao passado, pois naquele momento, havia um Flores da Cunha, que, como já foi analisado, se utilizava daquele passado em favor próprio, e o caráter político militar de Bento Gonçalves foi objeto em defesa daquele momento presente em que Flores da Cunha estava à frente do comando do Estado. Para Dario Crespo, Bento Gonçalves participou ativamente nos processos militares, mas também, e principalmente, processos políticos da então proclamada república Rio-Grandense. Sobre esse assunto, afirmava Crespo:

Chefe do Estado, não foi mero espectador nos negócios da República. Presidiu, de fato, a todos os atos da pública administração imprimindo-lhes o cunho forte de sua personalidade. Cuidou também da política exterior em que se houve com rara habilidade, procurando com os países vizinhos relações de cordialidades.

¹⁵⁸ Crespo para justificar suas ideias, utilizou uma correspondência de Bento Gonçalves para Gaspar Mena Barreto, em que Bento Gonçalves afirmava que nem ele e nem os rio-grandenses desejavam desligar-se do restante do Brasil pois estes eram ligados pela “mesma religião, mesma língua, mesmos usos e costumes, vínculos de sangue, laços de amizade e, finalmente, as mais tenras simpatias [iluminam] nossos corações a favor de um povo que consideremos irmãos”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

*Em carta a Domingos José de Almeida, referindo-se a entendimentos que teve com caudilhos platinos, dizia procurar somente relações da amizade
Com grande inteligência, profundo conhecedor dos problemas do Prata, teve a larga visão de uma política continental.
Quando a discórdia lavrou entre os bravos farrapos e a intriga soez minou parte daquelas almas espartanas, Bento Gonçalves renuncia à presidência e o comando do exercito republicano. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).*

O que chama a atenção no discurso de Dario Crespo é justamente o fato de o orador mostrar o dinamismo político de Bento Gonçalves. Ao fazê-lo, acaba por mostrar as tentativas de aproximação deste com os caudilhos platinos. Segundo Dario Crespo, Bento Gonçalves teria intenção de costurar relações de amizade com os caudilhos do Prata. No entanto, a historiografia produzida pelo IHGRGS enfatizava a distância entre os rio-grandenses e os platinos, construindo todo tipo de distanciamento possível.¹⁵⁹ Mesmo assim, conforme o discurso de Crespo, Bento Gonçalves seria, pela força de seu caráter, aquele que, sem ressentimentos mostrava, cordialidade com seus vizinhos. O monumento, além de perpetuar a memória de Bento Gonçalves, serviu de espelho para Flores da Cunha. Ambos apareciam como republicanos liberais e federativos. Crespo, referindo-se a Bento Gonçalves afirmava:

*(...) ninguém o excedeu na abnegação, no sacrificio e no sofrimento.
Homem de pensamento e de ação, jamais se lhe apagou do coração a chama do ideal. Tinha a consciência unvida no fanatismo da liberdade, que considerava inseparável da própria vida. O deus que nos deu a vida deu-nos também a liberdade. A tirania pode destruí-las, mas jamais conseguirá desuni-las', assim se exprimia em sua proclamação do Alegrete. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).*

Os momentos finais do discurso de Dario Crespo reafirmam os propósitos da perpetuação da memória no bronze. O monumento era a representação material das buscas “verdades” históricas e a confirmação da fundação de um lugar de memória para Bento Gonçalves da Silva. Com tal ato, assegurava-se também a perpetuação da memória farroupilha. Dario Crespo, finalizando o discurso aos pés do monumento, afirmava:

A Revolução Farroupilha não foi somente a precursora da República no Brasil “o berço do direito republicano”, é, sobretudo, uma escola de devoção patriótica de virtudes (...), de abnegação e de sacrificio, de dever e de honra. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

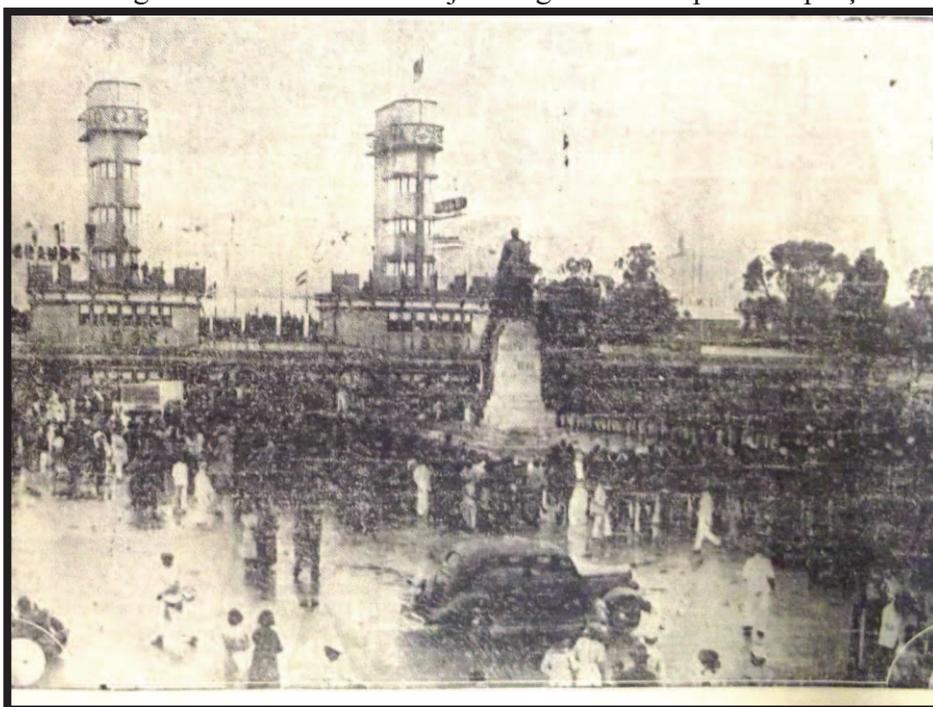
¹⁵⁹ Sobre o assunto do distanciamento dos platinos e dos rio-grandenses como queriam os historiadores do IHGRGS, o próprio Assis Brasil, escrevendo no final do século XIX, mencionava a proximidade entre Bento Gonçalves e os caudilhos platinos: “(...) Bento Gonçalves era por muitos títulos, si não amigo de Lavallega, pelo menos estreitamente seu afeiçoado”. (ASSIS BRASIL, 1982, p.76). A primeira edição da obra de Assis Brasil – História da República Rio-Grandense – data de 1882.

Fundava-se, ali na praça, o lugar de memória, o “*patrimônio sagrado*” dos farrapos, no dizer de seu orador. Uma “*verdadeira construção patriótica*”, que, conforme Crespo, tivera seu início havia um século, tendo à frente Bento Gonçalves, que cumpria o destino de comandar o Rio Grande. De acordo com o orador, o monumento colaborava para simbolizar o fim de um mal-entendido sobre a questão separatista da Revolução Farroupilha. O monumento deveria inspirar a “*devoção patriótica*” dos rio-grandenses para com o Brasil. Por fim, reiterava o orador:

*Esta legenda heroica é o estatuário de nossas glórias.
A fonte impoluída do nosso civismo.
Gravou o Rio Grande em página de bronze, (sic) de honra, em que os filhos do Rio Grande, esquecendo ressentimentos, procuram unir-se colocando os interesses da Pátria acima dos interesses dos homens.
No acontecimento dessa hora política, o Rio Grande levanta o melhor monumento à glória dos farrapos. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).*

A comparação entre o passado e o presente retorna nas frases finais do discurso, o que nos parece confirmar a função social do monumento para o presente político do Estado e também do Brasil. Dario Crespo fala da importância de se preservar a memória para se utilizar dessa nos momentos de crise. “*Porque há de preservar o patrimônio sagrado que lhes legara*”. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Imagem 40 - O monumento já inaugurado. E o povo na praça.



Fonte: Correio do Povo, 16 de janeiro de 1936, p. 10. Arquivo do Correio do Povo.

Inaugurado o monumento, o agora eternizado no bronze, Bento Gonçalves da Silva, vai entrar em cena a cada lembrança da Revolução Farroupilha. Dessa forma, ele seria sempre lembrado. O bisneto do general farroupilha define o poder do monumento de eternizar o “herói” dizendo: *“Que seu espírito paire sobre a terra que ele mais amou, como nome tutelar, inspirando e iluminando a todos nós, aos nossos filhos, aos filhos dos nossos filhos pelas idades afora”*. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Imagem 41 - Monumento a Bento Gonçalves inaugurado em 1936.



Revista do Globo, Magazine Quinzenal, Nº 179. Porto Alegre 28 de março de 1936, p.07.

No mês posterior ao da sua inauguração o monumento a Bento Gonçalves, ainda com o bronze cintilante, mostrava toda a sua grandiosidade e afirmava-se como lugar de memória. A “*Leal e Valorosa*” cidade de Porto Alegre tinha “Bento Gonçalves para sempre nas suas portas”. Se Bento Gonçalves não pudera tomá-la de fato à época da revolução, no centenário, os intelectuais e políticos a “renderam”. Como lugar de memória, o monumento chamava a atenção sobre a necessidade que os sujeitos históricos têm de reafirmar sempre a “*presença do morto*”.

4.2 O legado do monumento

A Exposição Farroupilha encerrou-se justamente no dia da inauguração do monumento a Bento Gonçalves. Durante quatro meses, estivera instalada na localidade da Várzea, ou Campo da Redenção. Em 1936, o espaço foi renomeado como Parque Farroupilha pelo decreto – já citado – do prefeito Alberto Bins. Darcy Di Calafiori deu uma amostra do que seria o vazio do Parque Farroupilha depois do encerramento das comemorações do centenário. Dizia, em artigo para o Jornal da Manhã, o seguinte:

Dentro de pouco, aqueles pavilhões belíssimos que constituem na velha várzea o mais belo conjunto arquitetônico da Metrópole, engrandecendo sobremaneira a exposição dos festejos comemorativos da epopeia de 35, virão abaixo, deixando a Porto Alegre apenas a reminiscência da sua magnífica existência. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1936, p. 04).

Pela afirmativa de Di Calafiori, pode-se supor que, apesar de todo trabalho de memória realizado em torno do certame Farroupilha a partir da história da Revolução Farroupilha, com o seu encerramento, esse trabalho estava ameaçado. Os pavilhões e toda a arquitetura construída estavam com os dias contados aguardando o desmanche. Segundo Di Calafiori, “custará ao porto-alegrense habituar-se com a visão do descampado que ali ficará”. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1936, p. 04). Para o autor, aqueles pavilhões também eram monumentos que desapareceriam. Portanto, parte daquela memória estaria fadada ao esquecimento. Também os elementos que remetiam à brasilidade do gaúcho, representados pelos pavilhões dos outros Estados, estavam ameaçados:

(...) não mais veremos aqueles monumentos esplêndidos que os nossos irmãos do norte e do centro mandaram erigir em homenagem ao grande feito dos nossos ancestrais. Aos pavilhões artísticos em que se expuseram todos os valores da nossa grandeza industrial, comercial e agrícola, se sucederá o vazio, o deserto, o ermo. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1936, p. 04).

O simbolismo da pujança econômica mostrada no certame que tinha raízes na ancestralidade do gaúcho, estava agora prestes a desaparecer. Conclui-se, pelo artigo de Di Calafiori, que esses objetos, apesar de remeterem à memória dos ancestrais e fazer referência ao presente político e econômico do Rio Grande do Sul, sozinhos, não conseguiriam manter-se como lugar de memória. Assim, o monumento a Bento Gonçalves constituiu-se como esse lugar de memória porque tinha potencialidade de substituir todo aquele certame que estava em vias de desaparecer. Sobre esse aspecto, o autor explicava:

A nossa sugestão estriba-se, ainda, no fato de não haver em Porto Alegre, apesar do desenvolvimento de sua população e do desdobramento de sua área urbana, um logradouro, ao qual o porto-alegrense possa dirigir-se, a fim de divertir-se sem grandes dispêndios.

Um parque magnífico poderia ser organizado já agora, ali, com o material que a Exposição Farroupilha reuniu naquela grande várzea. Um parque que reunisse a população citadina, oferecendo-lhe tudo que propiciasse bem estar e conforto. (JORNAL DA MANHÃ, 10 de janeiro de 1936, p. 04).

No dia 16 de janeiro, o jornal, que havia narrado a inauguração do monumento a Bento Gonçalves, melancolicamente, falava do fim do Certame Farroupilha. Ressaltava o jornal a monotonia à que voltaria a vida provinciana de Porto Alegre:

Sem diversões populares, sem atrativos para o descanso do espírito ou para um passeio após um dia febril de trabalho, o soberbo Certame Farroupilha era um refúgio encantado. (...). Representava, além disso, uma obra altamente educativa, cuja importância mais avulta se considerarmos que Porto Alegre, que evoluiu em diversos sentidos, é ainda uma cidade sem museus (...) para cultura e curiosidade do público. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 03).

Supunha-se, pela narrativa, que Porto Alegre era uma cidade sem museus. O jornal afirmava isso no sentido de querer demonstrar o quanto a Exposição Farroupilha havia sido importante também como instrumento cultural. E, quanto à preservação do lugar, poderia contribuir para o conhecimento popular da cultura e história do Rio Grande do Sul – sob o viés tradicional. Sobre esse assunto, o jornal ressaltou o trabalho de Valter Spalding durante o Certame Farroupilha.

(...) o Pavilhão Cultural era uma demonstração magnífica de tudo que realizamos no campo das realizações artísticas e do saber. Nesse pavilhão, que o entusiasmo e a inteligência de Valter Spalding, o seu diretor, transformaram num magnífico museu de arte, de ciência, de pedagogia, de etnografia, e história rio-grandense, pode-se avaliar da altura já alcançada pela evolução cultural de nossa terra. E o povo ficou conhecendo melhor o que, no Rio Grande do Sul, se cria para a vida do espírito. (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p.03).

Portanto, a narrativa reafirmava a ideia de que o certame, além de envolver motivos econômicos e políticos também, era de cunho cultural. Era dentro do ponto de vista cultural da história e da memória que o historiador Valter Spalding, como diretor, estava à frente dos empreendimentos culturais da Exposição Farroupilha.¹⁶⁰ Sobre o fechamento da Exposição Farroupilha, o jornal expressava-se da seguinte forma:

¹⁶⁰ Esse fato pode esclarecer melhor o artigo analisado no capítulo 3, em que Spalding escreve opinando sobre a escolha de Antonio Caringi para a execução da obra do monumento a Bento Gonçalves. Sendo Spalding diretor dos empreendimentos culturais da Exposição Farroupilha, esse fato leva a entender sobre a possível influência de sua fala já analisado no capítulo 3. Spalding, em virtude da sua posição que ocupava, tinha acesso a um espaço

Esse mundo de maravilhas que foi, durante vários meses, o encanto da cidade, fechou as portas. A pequena cidade maravilhosa, deslumbrante de luz vai mergulhar no abandono e no silêncio. À noite, quando se passar pelo Campo da Redenção, há de se sentir uma tristeza, uma saudade grande daquela cidade de luz que se apagou e dorme na penumbra, sem vida, onde se ergue o vulto melancólico dos pavilhões vazios.

Então se dará mais valor ainda à obra maravilhosa que o Rio Grande soube realizar para o culto dos heróis de 35 e a comemoração do centenário da epopeia, que terá a evoca-lá perpetuamente a figura empolgante de Bento Gonçalves, estilizada no monumento soberbo de Caringi. (JORNA DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 03).

Assim, é possível compreender melhor o suposto motivo pelo qual o monumento a Bento Gonçalves foi transferido para outro local, pois, se o lugar da exposição ficaria abandonado, o monumento, como lugar de memória, teria sentido. O monumento, de acordo com o jornal, era o que perpetuaria a memória de Bento Gonçalves, além das comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha. Sobre esse aspecto, falou, no encerramento da Exposição Farroupilha, o Dr. Darci Azambuja:

Não seria justo, porém, que nenhum sinal marcasse, no perímetro da nossa formosa capital, o lugar onde esta geração comemorou tão magnificamente um dos maiores acontecimentos da história nacional. Quando houverem desaparecido as linhas sóbrias, imponentes e sugestivas dos pavilhões, para dar lugar às silhuetas das árvores e aos canteiros, este modesto monumento, que agora se inaugura, será o sinal indelével de uma grande obra.

E ao inaugurá-lo, os nossos corações se erguem na fé e na esperança, de que ele testemunhará nas gerações vindouras, o mesmo e profundo amor ao Rio Grande, terra heroica dos farrapos, doce terra dos nossos sonhos, berço fecundo de gloriosos destinos. (A FEDERAÇÃO, 16 de janeiro de 1936, s.p).

Pode-se entender, então, que a remoção do monumento de Bento Gonçalves para um outro lugar de exposição lhe daria mais significado, tendo em vista o desmanche da exposição. O novo local lhe proporcionaria de fato tornar-se um lugar de memória e um legado para a posteridade. Em 1941, o prefeito de Porto Alegre José Loureiro da Silva deu um novo lugar para o monumento.

Imagem 42 - Monumento na Praça Piratini em 1941.

que lhe era dado por parte da imprensa e dos meios políticos e intelectuais. Spalding participava como historiador do IHGRGS e escrevia para jornais associados ao governo, como era o caso do Jornal da Manhã, além de fazer parte da organização da Exposição Farroupilha.



Fonte: [http:// WWW. portoalegreantigo. 16/10/2011.](http://WWW.portoalegreantigo.com.br)

A imagem acima mostra o monumento, depois de sua reinauguração, em 1941, na gestão do Prefeito Loureiro da Silva. O monumento fez parte da remodelação da cidade para o aniversário do bicentenário de Porto Alegre. Abaixo, temos a imagem que demonstra o uso do monumento na atualidade ainda cumprindo sua função de lugar de memória.

Imagem 43 - Início dos festejos farroupilhas em Porto Alegre em 2014.



Fonte: zh.clicrbs.com.br/rs/noticia, 20 de setembro de 2014.

A imagem acima registra a comemoração da semana farroupilha de 2014, aos pés do monumento de Bento Gonçalves. Segundo o noticiário, o local tornou-se, desde 1947, lugar

de culto da semana farroupilha, constituindo-se como o “*momento máximo*” das comemorações anuais do evento. (zh.clicrbs.com.br/rs/noticia, 20 de setembro de 2014, s.p.). Autoridades estaduais, acompanhadas da banda da Brigada e de piquetes de cavalarianos, ao som do Hino Nacional e Rio-Grandense, hasteiam as bandeiras nacional e estadual.

O momento máximo foi a cerimônia junto ao monumento a Bento Gonçalves, o comandante da Revolução Farroupilha (1835-1845), na Avenida João Pessoa. Coube ao comandante-geral da Brigada Militar, coronel Paulo Roberto Mendes, e ao presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Oscar Gress, acenderem a Chama Crioula ao pé da estátua do líder farrapo. (zh.clicrbs.com.br/rs/noticia, 20 de setembro de 2014, s.p.).

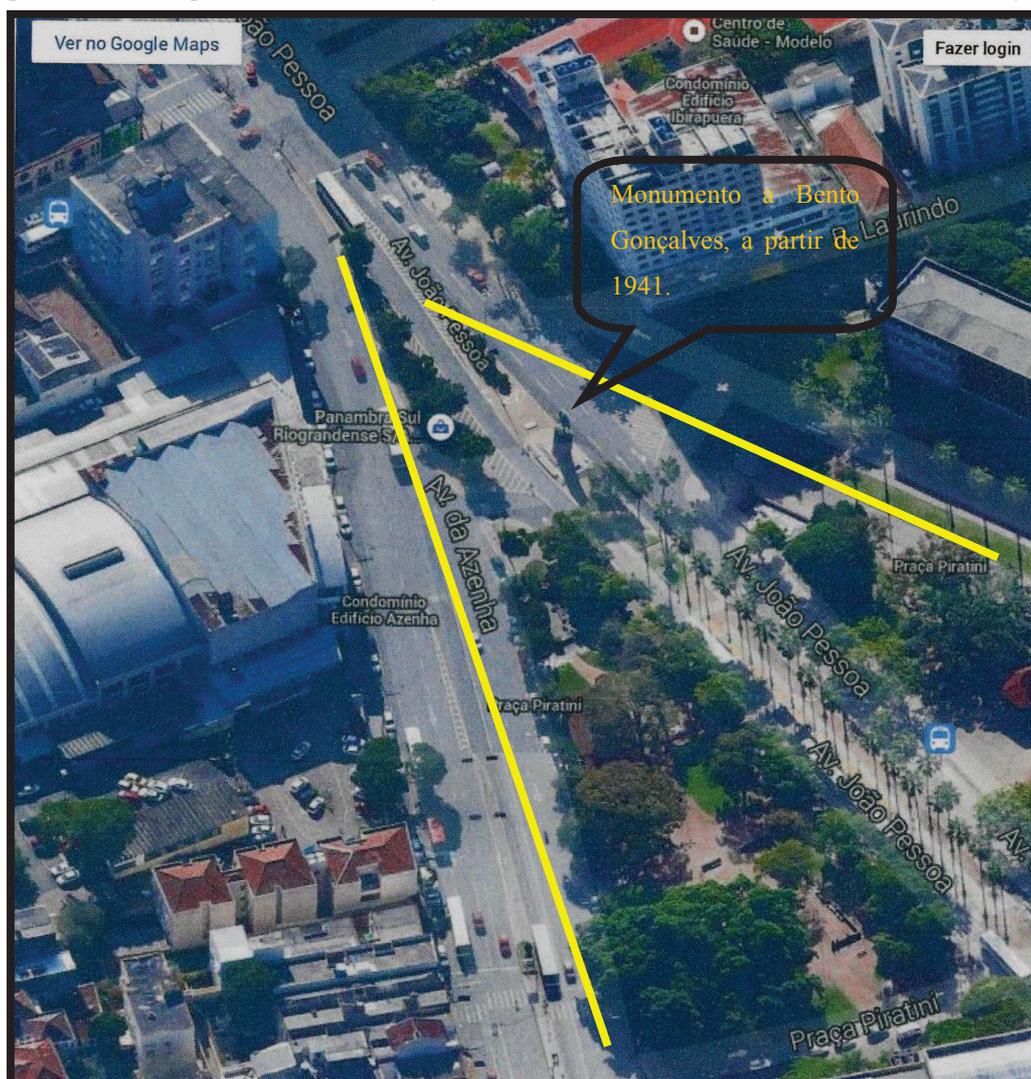
Ao que tudo indica, os documentos acima atestam o legado do monumento a Bento Gonçalves para as gerações que sucederam seus idealizadores. Mostra, portanto, que esse monumento ainda cumpre sua função como lugar de memória, função para a qual ele havia sido construído, servindo de símbolo para as autoridades e instituições públicas e privadas, que, a cada 20 de setembro, reafirmam a sua filiação às tradições farroupilhas em Porto Alegre. O monumento a Bento Gonçalves, o “*herói*”, reverenciado tanto ou quanto mais do que no ano do centenário da Revolução Farroupilha ainda é o ponto de partida dos festejos.

Imagem 44 - Monumento na Praça Piratini.



Fonte: Arquivo pessoal, 06 de janeiro de 2010.

Imagem 45 - Fotografia aérea da Praça Piratini, local do monumento a Bento Gonçalves.



Fonte: Google Maps, acessado em 25 de dezembro de 2014.

Acima, a imagem aérea mostra o monumento na Praça Piratini, que pode ser percebida de forma triangular pelo traçado das árvores – compreendendo a parte interna da linha amarela. O projeto pareceu ter tido um objetivo simbólico, ao ter colocado o monumento na entrada de Porto Alegre: era como se “Bento Gonçalves” estivesse rumando, para “entrar” na cidade, vindo à frente de sua república, simbolizada pela praça que leva o nome da cidade onde foi proclamada a República Rio-grandense e pela presença do monumento na “ponta da praça”, como o ícone principal daquela república. O monumento, supostamente, representando a entrada farroupilha em Porto Alegre, visto que este está após a ponte da Azenha, local por onde entraram os farroupilhas na cidade. Enquanto o bronze ali persistir, Bento Gonçalves estará eternizado “às portas” de Porto Alegre, mas não dentro.

Imagem 46 - Atual estado do monumento a Bento Gonçalves na Praça Piratini.



Fonte: Arquivo Pessoal, 06 de janeiro de 2010.

A outra imagem mostra o monumento representando Bento Gonçalves como se este estivesse entrando em Porto Alegre, em posição imponente de marcha, mas não de ataque. Além de Bento Gonçalves ser representado como líder máximo da Revolução Farroupilha, na praça que lembrava a república dos farrapos, o monumento ainda representava, em seus relevos, os farroupilhas marchando, lembrando a tomada de Porto Alegre. Também o monumento, em 1941, ganhou uma nova frase, na parte frontal, que reforçava o ideário de brasilidade da Revolução Farroupilha: “*Compatriotas, o nome da pátria nunca souu em vão aos meus ouvidos*”. Dessa forma, este foi atendendo às necessidades da elite no governo, que, em momentos oportunos, utiliza-se da “memória do morto” na representação do monumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória desta pesquisa, foi possível analisar o trabalho de intelectuais e políticos no processo de elaboração da memória da Revolução Farroupilha construída por meio do IHGRS e dos principais jornais que circulavam em Porto Alegre, cem anos depois de seu início. O monumento erigido na capital a Bento Gonçalves é também uma parte desta construção. Tal como os discursos do IHGRS, o monumento foi também um discurso político e intelectual que fez da Revolução Farroupilha e de seu comandante os precursores da república e do federalismo no Brasil. O discurso analisado aqui foi predecessor da memória no bronze, isto é, do monumento visto, que este foi idealizado e planejado por essa mesma elite. Ao longo do trabalho, foi perceptível a associação entre políticos e intelectuais na reelaboração dessa memória, que tinha por base a Revolução Farroupilha e seus “heróis”.

Ao acompanhar a trajetória deste trabalho de memória verificou-se que o monumento a Bento Gonçalves fez parte desse discurso comemorativo que primava por enaltecer o caráter brasileiro da Revolução Farroupilha. Então, o trabalho de pesquisa buscou compreender o processo de construção da memória da Revolução Farroupilha até a inauguração do monumento.

Considero o monumento, para fins deste estudo, como uma obra de caráter histórico deliberadamente construído para esse fim e também como obra pública, que ocupa um lugar no espaço urbano e que dialoga com seu entorno. Assim, busquei destacar os órgãos e elementos que proporcionaram o discurso que deu lastro teórico para a produção do monumento a Bento Gonçalves. Ao mesmo tempo, busquei compreender como havia se dado o processo de elaboração do monumento por meio da análise dos documentos relativos à escolha do escultor para o monumento, mas sem perder de vista as tensões daí decorrentes envolvendo os dois concorrentes. Depois, busquei compreender como a Revolução Farroupilha e seu líder Bento Gonçalves haviam servido aos propósitos de reelaboração da memória desse episódio, em especial na inauguração do monumento, em janeiro de 1936.

No segundo capítulo, ficou claro que o discurso produzido por historiadores e jornalistas que rememoravam a Revolução Farroupilha queriam vê-la uma revolução brasileira. Por isso, a Revolução Farroupilha foi rememorada como precursora do movimento republicano no Brasil. Ficou clara a importância do papel do IHGRS, na elaboração da história e da memória tanto na visão da Revolução Farroupilha como na brasileira quanto nas características do gaúcho rio-grandense como um sujeito oposto ao seu vizinho platino. Faceta do mesmo discurso foi também o lado “*heroico*” de Bento Gonçalves, que foi rememorado como o principal líder da Revolução Farroupilha, construindo-se a sua imagem

como a de um sujeito de enorme e indiscutível caráter. Bento Gonçalves foi comparado aos “*heróis*” dos contos homéricos e dos romances de cavalaria do medievo europeu por intelectuais que faziam parte do IHGRGS e eram, ao mesmo tempo cronistas e colaboradores dos jornais em circulação em Porto Alegre. Isso nos leva a compreender que existia uma dinâmica de circulação e acesso relevantes, em termos de divulgação de seu pensamento nos meios de comunicação. Esse aspecto pode ser analisado como um fator importante na reelaboração da memória do gaúcho em Porto Alegre durante o ano do centenário da Revolução Farroupilha. Tal trabalho de memória foi também pensado pela elite representada pelo PRL desde 1932, que, com a derrota e exílio dos líderes da FUG, pode ser compreendida como a elite que se afirmou no poder e que idealizou as comemorações do Centenário Farroupilha e o monumento a Bento Gonçalves.

As noções de memória e monumento, enquanto se constituem como instrumentos manipulados num determinado presente, têm sempre sujeitos sociais envolvidos em suas elaborações, e, com a memória da Revolução Farroupilha, não foi diferente. Rememorar Bento Gonçalves, como “*herói*” farroupilha já poderia ser o bastante para justificar sua materialização em um monumento, em 1935, porém políticos e intelectuais fizeram uso mais específico da memória do líder farroupilha. Por parte dos órgãos da imprensa e do IHGRGS, foi possível constatar as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves e, mesmo, a como o próprio governo fez uso dessa comparação. Aqui, observa-se o uso do “*morto*” sendo resgatado pela memória para uma dada construção historiográfica elaborada pelos “*vivos*”, daí resultando o seu uso político por parte da coletividade.

No capítulo três, abordei o foco, a organização e a competição para definir os rumos que seriam tomados quanto à construção do monumento a Bento Gonçalves. Foram observadas algumas tensões em torno do concurso para o monumento, que envolveu as figuras dos escultores Hildegardo Leão Veloso, paulista, e do gaúcho Antonio Caringi no concurso.

No desdobramento do processo, observou-se a importância do escultor como agente de memória, porque este tivera a capacidade de imprimir no bronze os elementos dessa mesma memória com a influência do ambiente de produção aliado à sua experiência de artista. Dito de outra forma, o escultor, numa linha de referenciais comuns – a memória farroupilha –, materializou o que os intelectuais haviam teorizado. Por fim, analisei a chegada do escultor Antonio Caringi trazendo da Alemanha, onde tinha montado seu ateliê, o monumento a Bento Gonçalves.

No quarto capítulo, foi importante marcar o lugar para onde o monumento foi conduzido, isto é, a entrada da Exposição Farroupilha. A elite do PRL, inaugurando ali o monumento realizou o ritual de comemoração sem deixar de criar também um lugar de memória que se queria coletiva e onde o monumento servisse de símbolo a todos os rio-grandenses.

O uso do monumento a Bento Gonçalves como lugar de memória para os rio-grandenses estava, portanto, de acordo com os propósitos de Flores da Cunha, que queria “unir” politicamente, mais uma vez, a elite rio-grandense, visto que, durante o ano de 1935, ficou latente a existência de disputas e conversações entre a FUG e o PRL. Dessa forma, na tentativa de minimizar as diferenças políticas entre as elites rio-grandenses, primava-se pelo discurso de brasilidade do gaúcho como signo de unidade perante o restante da nação.

Então, a consumação da memória farroupilha, presentificada no monumento a Bento Gonçalves, direcionava-se, na verdade, para a tão almejada brasilidade do gaúcho. O monumento, inaugurado ao som do Hino Nacional precedido do Hino Rio-Grandense, foi descoberto por autoridades representantes do Exército Nacional junto ao governador Flores da Cunha, que deram o tom entre o regionalismo e a brasilidade. Nos discursos de inauguração do monumento onde o ápice do ritual foi o discurso do bisneto de Bento Gonçalves, o deputado federal Dario Crespo, mostrava-se a tentativa de fortalecer os laços com o passado farroupilha, reforçando a ideia de um “*acontecimento vivido por tabela*” no ano de 1935.

No mês de janeiro de 1936, no momento em que seria materializada em praça pública a memória de Bento Gonçalves, foi possível perceber indícios que acabaram por mostrar, de fato, as rivalidades políticas entre os membros da FUG e do PRL.¹⁶¹

As comemorações do centenário da Revolução Farroupilha não foram a primeira tentativa de se elaborar um trabalho de memória sobre a Revolução Farroupilha e seus “*heróis*”, e nem tampouco será o último, mas esse recorte deixou transparecer que ele foi um projeto de reelaboração de memória significativo para Porto Alegre, na medida em que fundou um “lugar de memória”. Esse lugar de memória ressignificou o uso do monumento como objeto representativo de uma suposta memória coletiva, que vem, através do tempo, se perpetuando. Enquanto muitos monumentos perdem, ao longo do tempo, seus significados, o monumento a Bento Gonçalves foi, ao longo do século XX, reinventando-se, sendo readaptado às circunstâncias políticas e sociais pelas quais atravessou o Estado. Pode ser que,

¹⁶¹ No dia posterior à inauguração do monumento a Bento Gonçalves, foi assinado o chamado “modus vivendi” – já mencionado neste trabalho – que era mostrado nos jornais como um acordo de “pacificação política do Rio Grande”

no século XXI, ele não seja símbolo de todos os gaúchos ou que nunca tenha sido, como era a pretensão de seus idealizadores, mas, como se verificou no final do trabalho, o monumento, com aval do Estado e de instituições continua sendo cultuado como símbolo das “*tradições dos gaúchos*”.

ANEXOS

ANEXO I

Medalha comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

ANEXO II

Medalha comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

ANEXO III

Cronologia de Antonio Caringi

1905	Nasce em Pelotas Antonio Caringi, filho de imigrantes italianos. Que chegaram ao Brasil no final do século XIX.
1915	Na cidade de Bagé, faz seu ginásio, a escola interessa-se pelas atividades artísticas esculpindo no giz da escola.
1918	Antonio Caringi, acompanhado dos pais transfere-se para Porto Alegre.
1923	Na URGS inicia o Curso de Química Industrial na Escola de Engenharia, mas não conclui o curso.
1925	Participa em Porto Alegre expondo no Salão de Outono.
1928	Com uma bolsa do governo brasileiro vai para a Alemanha como adido no consulado Brasileiro em Munique.
1933	Ganha o Primeiro Grande Premio de Escultura da sociedade Felipe D'Oliveira no Rio De Janeiro.
1934	Ganha Menção Honrosa na Alemanha, na Academia de Belas Artes de Munique.
1935 ¹⁶²	Inaugura no Brasil, durante as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha o que seria seu primeiro grande monumento, General Bento Gonçalves em Porto Alegre.
1936	De volta à Europa, vai se especializar em Plástica Monumental, dando continuidade em seus estudos, nos Bálcãs, na Turquia, Grécia, França, Escandinávia e Itália.
1936	Medalha de ouro e Medalha de Prata no Salão Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.
1942	Caringi casa-se com Noemi Assumpção Osório, poetisa. Dessa união nascem seis filhos: Fernanda, Antônia, Leonardo, Glória e Rita.
1942	Monumento ao Bispo Dom Joaquim Ferreira de Melo, na cidade de Pelotas.
1946	Monumento ao Almirante Saldanha.
1948	Monumento a J.J. Seabra, Salvador.
1952	Criou o Curso de Escultura na Escola de Belas Artes de Pelotas.
1954	Caringi, recebe das mãos do Presidente da Itália, Giovanni Gronchi, a Comenda da Ordem "Stella Della Solidarietà Italiana"
1954	Monumento Nacional ao Imigrante, Caxias do Sul.
1954	Monumento ao Coronel Pedro Osório, Pelotas.
1955	Vence o concurso internacional para o monumento internacional ao General Frutuoso Rivera, Montevideu.
1955	Caringi, é homenageado com a medalha de ouro da Associazione di Cultura Letteraria e Scientifica di Genova.
1956	Mérito Militar no Grau de Cavaleiro, do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek.
1958	Inauguração do Monumento "O Laçador", em homenagem ao gaúcho.
1958	Monumento ao Colono, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.
1959	Monumento às Mães, na cidade de Pelotas Rio Grande do Sul.
1963	Monumento às Mães, na cidade de Alegrete. Rio Grande do Sul.
1964	Monumento ao expedicionário em Porto Alegre. Rio Grande do Sul.
1964	Monumento a Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, Santa Catarina.
1976	Depois de ter concluído o Cristo Crucificado para a Capela dos Jesuítas de Porto Alegre, a qual seria sua última obra, adoeceu no Rio de Janeiro.
1977	Antonio Caringi foi agraciado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Comenda "João Simões Lopes Neto".

¹⁶² Data de inauguração do monumento a Bento Gonçalves, de acordo com Brasil, (2008), é equivocada, o ano de 1935 seria o ano oficial da inauguração. Porém devido ao atraso do monumento, esse, é inaugurado, de acordo com o Correio do Povo, no dia 15 de janeiro de 1936. (Correio do Povo. Noticiário, 16 de janeiro de 1936).

1979	Antonio Caringi recebeu da Prefeitura de Pelotas, o Troféu “Arte e Cultura”.
1981	Antonio Caringi, faleceu na cidade de Pelotas, em 30 de maio.

Fonte: BRASIL, Luiz Antonio de Assis. Antonio Caringi: O Escultor dos Pampas. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

Antonio Caringi acompanhado alunos de artes plásticas (foto sem nota explicativa).



Fonte: Brasil, Luiz Antonio de Assis. Caringi: O escultor dos pampas, 2008 (foto da família).

Antonio Caringi na Alemanha.



Fonte: Brasil, Luiz Antonio de Assis. Caringi: O escultor dos pampas, 2008 (foto da família).

O general Flores da Cunha inaugurando o hospital de Taquara, ano eleitoral de 1934.



Fonte: Jornal da Manhã, 18 de setembro de 1934, p. 08. MCSHJC.

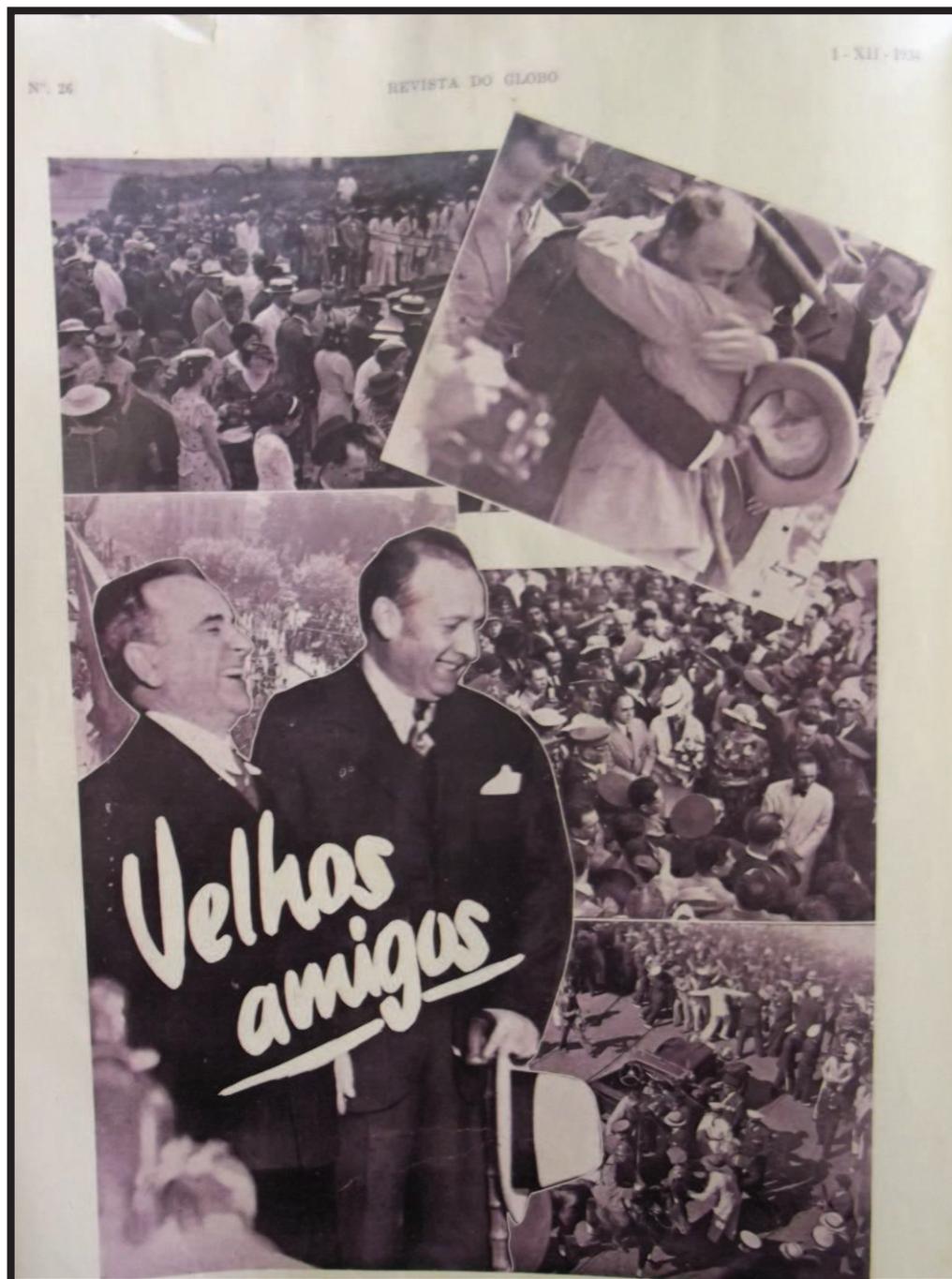
Revista do Globo de dezembro de 1934.



Fonte: Revista o Globo de dezembro de 1934. MCSHJC.

ANEXO VIII

Revista do Globo de dezembro de 1934.



Fonte: Revista O Globo de dezembro de 1934. MCSHJC.

ANEXO IX

Flores da Cunha lendo o compromisso de posse para o governo do Estado Rio Grande do Sul.



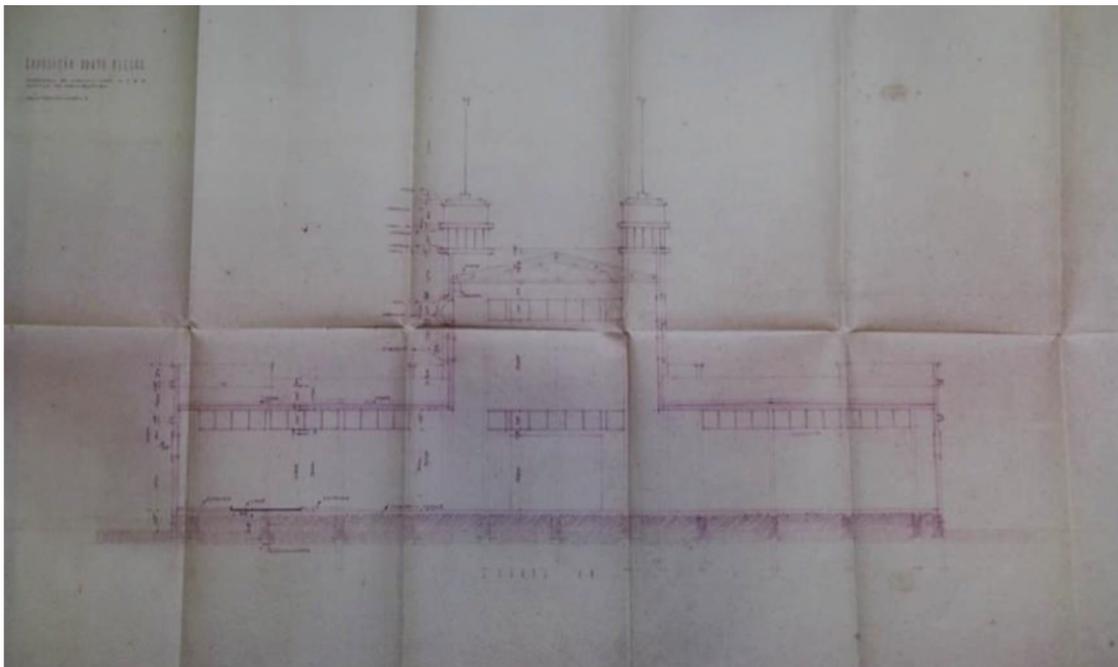
Fonte: Revista O Globo, ano: VII, nº 9, 1935. MCSHJC.

Flores da Cunha em sua posse como governador do Estado.



Fonte: Revista O Globo, ano VII, nº 9, 1935. MCSHJC.

Planta do Pórtico de entrada da Exposição Farroupilha.



Fonte: Arquivo de mapas e plantas de Porto Alegre. AHPAMV

Cassino Farroupilha fotografado a noite.



Fonte: <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha

Ilmo Sr. Dr. F. R. Simch.
 D. D. Presidente do Instituto Histórico e
 Geográfico do Rio Grande do Sul.

N/CAPITAL.

Conforme é do conhecimento de V. S., o Govern-
 no do Estado promoverá, a 20 de Setembro de 1935, uma grande expo-
 sição, visando demonstrar ao Rio Grande, o grau de progresso que atin-
 giram as suas forças vivas, a sua arte, a sua cultura.

Tretando-se de um certamen comemorativo da
 epopéa farroupilha, estimamos de maior valia o concurso do Institu-
 to Histórico e Geográfico. Rogamos, pois, a V. S., designar um membro
 desse Instituto para, em conjunto com pessoas representativas dos
 nossos meios culturais e artísticos, assentar a melhor forma para
 a representação dessas atividades.

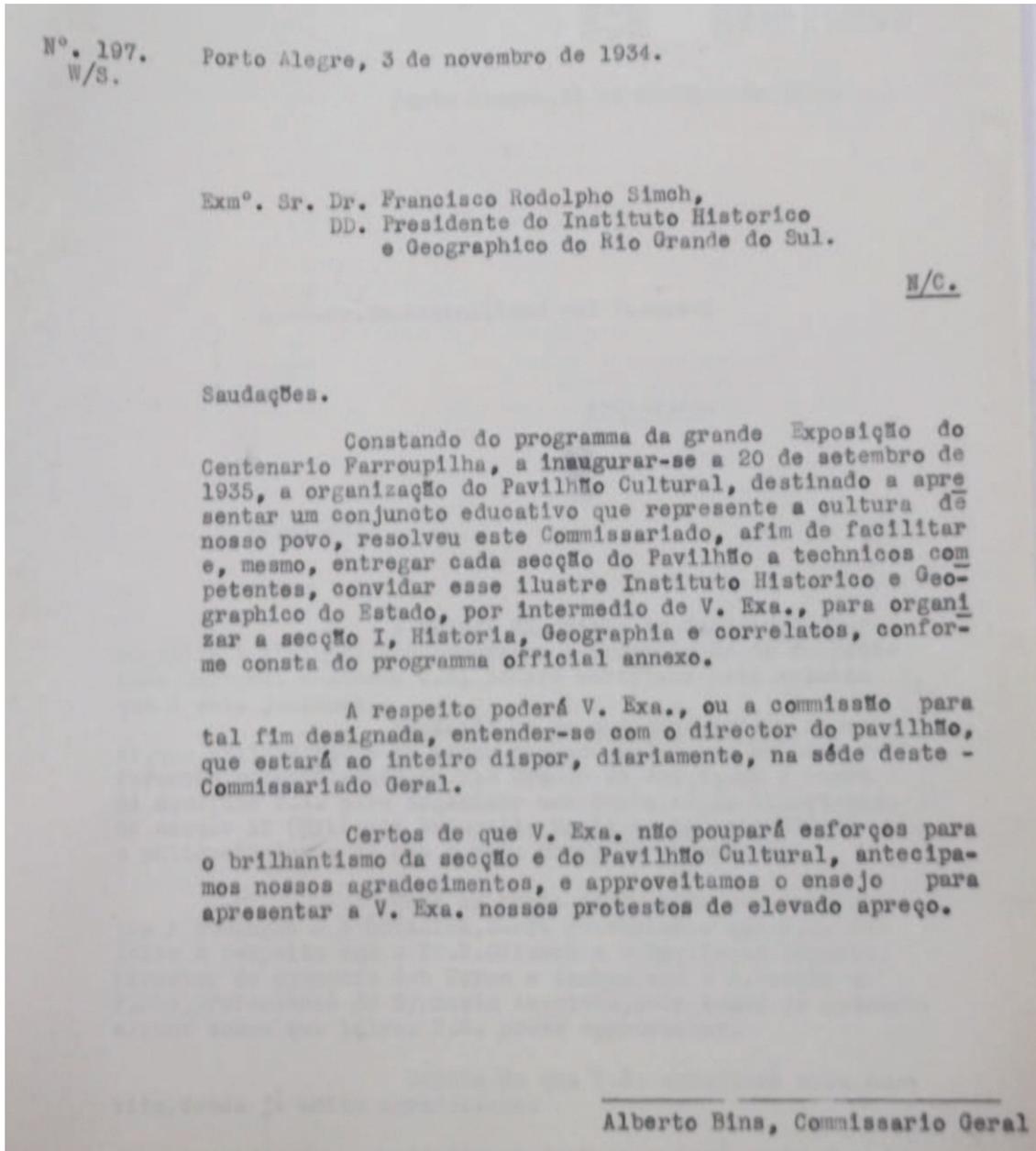
Na próxima quinta-feira, dia 2 de Agosto, as
 10 horas, teremos uma reunião na Sede deste Comissariado Geral e se-
 rá com grande prazer que veremos entre os presentes, o representa-
 te desse Instituto.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar
 a V. S., os nossos protestos de muita estima e consideração.

Comissário Geral.

Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho AHPAMV.

Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha.



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV).

Porto Alegre, 16 de outubro de 1934.

Nº. 116
W / S

Exm^{as}. Sr. Presidente e mais Membros da Diretoria da
SOCIÉDADE FILATELICA RIO-GRANDENSE

N/C.

Saudações.

A 20 de setembro de 1935 inaugurar-se-á nesta Capital a grande Exposição do Centenario Farroupilha, da qual consta um Pavilhão Cultural, cujo programma devere ser enviado por estes poucos dias.

Esse Pavilhão tem por fim não só exhibir o que o Rio Grande tem produzido no terreno intellectual propriamente dito, mas também, e principalmente, demonstrar a sua cultura em geral e seu gosto artistico.

Dividido em XIII secções, abrangerá o Pavilhão Cultural, que está a cargo do Sr. Walter Spalding, todos os ramos do conhecimento humano, desde a Historia aos desportos, formando um conjunto grandemente educativo.

Assim, pensando também no que de bello e instructivo possui a Filatelia, não foi esquecida a sua inclusão no programma geral, onde figura, na secção X, sob o titulo FILATELIA E NUMISMÁTICA.

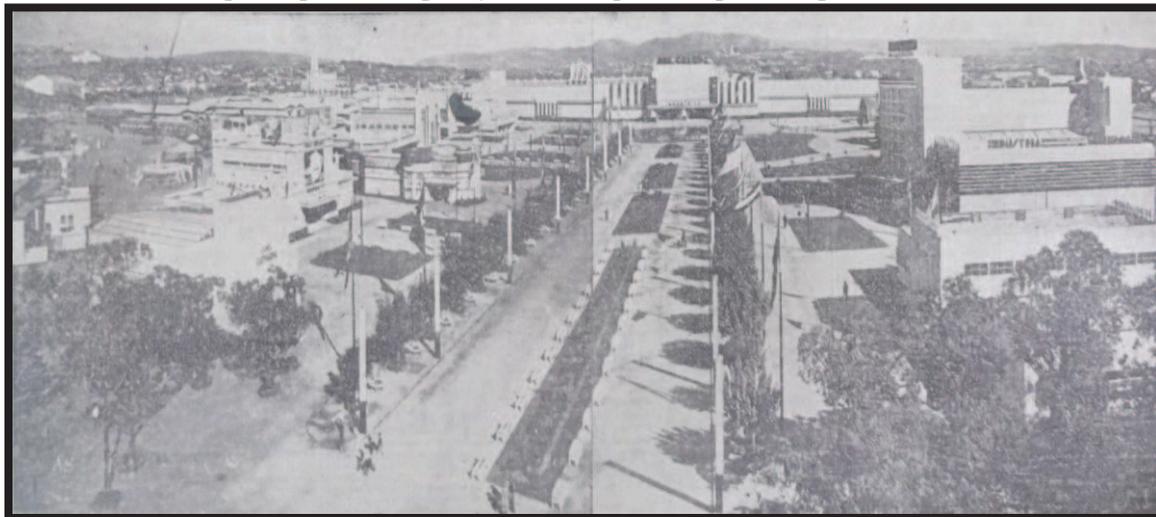
Ora, para organizar essa secção torna-se absolutamente necessaria a cooperação de technicos e, por isso, este Commissariado Geral convida essa illustre Sociedade para, com a União Filatelica e demais sociedades congêneres do Estado, assumirem a organização, podendo obter todas as informações necessarias com o referido Sr. Walter Spalding, neste Commissariado.

Na certeza de que essa Sociedade aceitará a incumbencia, apresento á sua illustrada Diretoria os meus protestos de elevado apreço e muita consideração.

(Alberto Bins)
Commissario Geral.

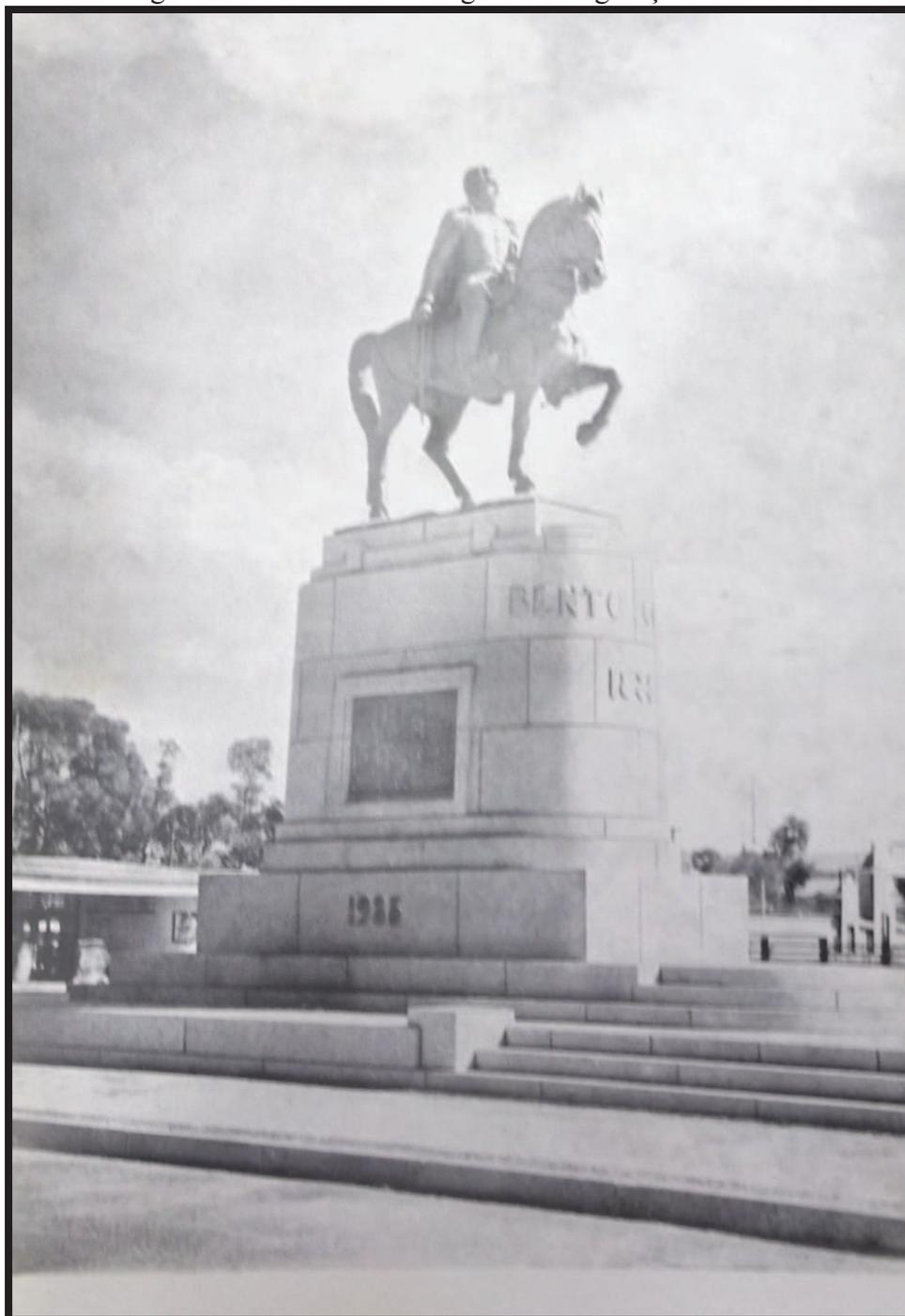
Correspondência do Commissário Geral da Exposição Farroupilha.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV).

Entrada principal da Exposição Farroupilha depois do pórtico de entrada.



Fonte: Jornal da Manhã, 16 de dezembro de 1935, capa (MCSHJC).

Imagem do monumento no lugar da inauguração em 1936.



Fonte: Discurso de Dario Crespo, Livraria do Globo, 1936, (AHPAMV).

ANEXO XVIII

Imagem do monumento na Praça Piratini na Avenida João Pessoa.



Fonte: Arquivo de fotos dos monumentos de Porto Alegre (AHPAMV).

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo do Correio do Povo.

Foi inaugurada, ontem, a estátua Equestre de Bento Gonçalves. Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1936.

Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho (AHPAMV).

A Federação

As festividades comemorativas da epopeia farroupilha. A Federação, Porto Alegre, 23 de junho de 1934, p. 03.

As obras da municipalidade para comemorar o Centenário Farroupilha. A Federação, 13 de agosto de 1934, p.04.

Correio do Povo

BINS, Alberto. Apelo. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1936, capa.

BRASIL I Jacy de Castro. Caringi. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de Janeiro de 1936.

Exposição do Centenário Farroupilha. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1936.

Foi inaugurada, ontem, a estátua Equestre de Bento Gonçalves. Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1936.

O entorno da várzea. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1936.

O monumento a Bento Gonçalves. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 de janeiro de 1936, p. 14.

Os supremos objetivos da jornada de 35(especial para o Correio do Povo). Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935.

SOUZA, Coelho de. Bento Gonçalves da Silva. Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro 1936.

Outros documentos

Administração do Major Alberto Bins: Leis Decretos e Atos, 1933-1934.

Administração do Major Alberto Bins: Leis, Decretos, e Resoluções. Período de janeiro a dezembro de 1935.

Annaes do Conselho Consultivo de Porto Alegre, 1932.

Annaes Conselho Consultivo de Porto Alegre, 1935.

Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha, 2.1.3.2.1.8 AHPAMV, s/d.

Correspondência do Comissário Geral da Exposição Farroupilha, 2.1.3.2.1.8 AHPAMV, 16 de outubro de 1934.

Imagem do monumento a Bento Gonçalves. Catálogo de fotos. Revolução Farroupilha; Monumentos, Praças e Ruas. Referência: 189PA.

Planta do Pórtico de Entrada da Exposição Farroupilha. Referência: 2.1.3.2.1.6.2

Publicação da Livraria do Globo. **O Rio Grande do Sul e o Centenário Farroupilha: a inauguração do monumento a Bento Gonçalves**, discurso do orador oficial Dr. Dario Crespo. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1936.

Relatório apresentado a Flores da Cunha pelo prefeito Alberto Bins, 20 de dezembro de 1934.

Museu de Comunicações Hipólito José da Costa (MCHJC)

A Federação

A Federação. 1 de outubro de 1935.

A Exposição que se encerrou. A Federação, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1936, p. 03.

A Pacificação do Rio Grande. A Federação, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1936.

O Brilhante discurso pronunciado ontem, no encerramento da Exposição Farroupilha, pelo Dr. Darci Azambuja. A Federação, Porto Alegre 16 de Janeiro de 1936, s.p.

O Monumento a Bento Gonçalves. A Federação, Porto Alegre, 5 de novembro de 1935, p. 02

A Federação. 11 de novembro de 1935.

A Federação. 2 de dezembro de 1935.

A Federação. 1 de janeiro de 1936.

A Federação. 7 de fevereiro de 1936.

Diário de Notícias

A Grande Exposição Farroupilha. Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1934, p. 03.

Exposição de Maquetes do Monumento. Diário de Notícias, Porto Alegre, 08 de novembro de 1934.

Jornal da Manhã

A chegada do General Flores da Cunha; Expressivas declarações do ilustre chefe gaúcho. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 06 de janeiro de 1934, capa.

A empolgante oração de ontem do Gal. Flores da Cunha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 24 de setembro de 1935, p. 08.

A Exposição Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1936, p. 04.

Antonio Caringi e sua última obra. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 30 de novembro de 1935, p. 09.

A Realização do Primeiro Congresso de História do Rio Grande do Sul. Jornal da Manhã, Porto Alegre 1º de Outubro de 1935, p. 15.

Aos desconhecidos Soldados Farroupilhas. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, s/p.

As homenagens ao primeiro centenário farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 14 de setembro de 1934, p. 07.

CASAES, Henrique de. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, (s/p).

Cassino Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 19 de setembro de 1935, p. 03.

Dario Creso. O sentido Brasileiro do Movimento de 1835. Jornal da Manhã. Porto Alegre, 21 de setembro de 1935. Capa.

DI CALAFIORI, Darcy. Glórias Farroupilhas. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 04.

DI CALAFIORI, Darcy. O discurso do general governador. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 03 de janeiro de 1936, p. 04.

DI CALAFIORI, Darcy. Exposição Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1936, p. 04.

Discurso proferido pelo General Flores da Cunha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 24 de setembro de 1935, p. 07-08.

Encerramento da Exposição Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1936, p. 03.

Encerramento da Exposição Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1936, p. 06.

Esteve verdadeiramente imponente a chegada, no Rio, do grande chefe gaúcho, o General Flores da Cunha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 06 de Janeiro de 1934, Capa.

Exposição do Centenário Farroupilha: a conclusão das obras – O Pórtico Monumental – Parque de Diversões – a secção desportiva. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 07 de setembro de 1935, p.11.

Exposição do Centenário Farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 10 de setembro de 1935, p. 05.

Exposição Farroupilha – Cassino. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 19 de setembro de 1935.

Foi Instalado o Primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 2 de outubro de 1935, p.10.

Foi escolhido o monumento para a ponte da Azenha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1935, p. 06.

Homenagem ao primeiro centenário farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 14 de setembro de 1934.

Momento Político Estadual. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 24 de outubro de 1935.

Nobres atitudes. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1934, capa.

Notável discurso do chefe da nação. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 24 de setembro de 1935, p. 08-09.

Noticiário. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 16 de setembro de 1934.

Noticiário. Jornal da Manhã, 10 de Janeiro de 1935.

Noticiário. Jornal da Manhã, 11 de Janeiro de 1935.

Noticiário. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 30 de novembro de 1935.

O Centenário Farroupilha e a Presidência Constitucional do Rio Grande. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 05, de setembro de 1934, p. 04.

O discurso do Dr. Leonardo Macedonia. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 02 de outubro de 1935, p.10.

O encerramento do 1º Congresso de História Sul Rio-Grandense. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 10 de outubro de 1935.

Os festejos farroupilha do centenário da epopeia farroupilha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, p. 06.

O general Flores da Cunha acentua a necessidade de se prestigiar a obra da constituinte; Uma palestra na casa do Sr. O. Jornal da Manhã, Aranha. Porto Alegre, 07 de janeiro de 1934, capa.

O homem do dia. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 28 de janeiro de 1934, capa.

O monumento da ponte da Azenha. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1935, p. 11.

O monumento a Bento Gonçalves. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 17 de novembro de 1935.

O monumento aos heróis farroupilhas. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 16 de setembro de 1934, p. 07.

O pacificador. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1934, capa.

Para Comemorar o Primeiro Centenário Farroupilha. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 22 de junho de 1934.

Para o próximo Centenário Farroupilha. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 12 de agosto de 1934.

Pela reconstitucionalização imediata: o general Flores da Cunha figura central do movimento. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 26 de janeiro, de 1934, capa.

Primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 09 de outubro de 1935, p. 07.

Será encerrada, hoje, a Grande exposição Farroupilha. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1936, p. 06.

Sob o signo da brasilidade. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 24 de setembro de 1935, p. 09.

SPALDING Walter. A Ponte da Azenha. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 22 de agosto, de 1934, p.04.

TRINDADE Cícero. O centenário farroupilha e a presidência constitucional do rio grande. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 05 de setembro de 1934, p. 04.

Revista do Globo

A estátua do lutador. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 23 de novembro de 1935, nº 172.

Crônica. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 28 de setembro de 1935, p. 17 nº 169

O mais belo monumento da cidade. *Revista do Globo*, Porto Alegre, Magazine quinzenal, Nº 179. Porto Alegre 28 de março de 1936, p.07.

1835-1935. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 28 de setembro de 1935, nº 169

Revista do Globo, 25 de dezembro de 1935,

Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

Imagem do Pórtico de Entrada da Exposição Farroupilha. **Catálogo de fotos do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Transformações urbanas:** Porto Alegre de Montauray a Loureiro. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2008.

Outras fontes – arquivo pessoal

1835- 1935. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre, IV trimestre de 1935.

Fontes da web

AREDENÇÃO. [HTTP://www.aredencao.com.br/index.htm](http://www.aredencao.com.br/index.htm). acesso em: 16/06/11.

Blogspot.com. Imagens da Exposição Farroupilha. <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em:16/06/2011.

RodolfoBernardelli. http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rodolfo_Bernardelli&oldid=38826737 acessado: 31/07/2014.

Facebook. Fotografia do monumento a Bento Gonçalves. <https://pt-br.facebook.com/.../Museu-de-Porto-Alegre.../>

Google Maps. <https://WWW.google.com/maps/embed?pb=!1m10!m8!1m3!1d2873...> acessado: 25/12/2014.

Google Maps. <https://WWW.google.com/maps/embed?pb=!1m10!m8!1m3!1d1436...> acessado: 25/12/2014.

Hidegardo Leão Veloso. <https://www.portalartes.com.br/personalidades-de-22/280-hildegardo-leao-veloso.html> acessado: em 31/07/ 2014.

Museu de Porto Alegre. <https://pt-br.facebook.com/.../Museu-de-Porto-Alegre.../> acesso: 10/02/15.

O enigma fotográfico de Bento Gonçalves, o principal líder farroupilha: Fotografia inédita foi encontrada em museu de Júlio de Castilhos Foto: Félix Zucco / Agência RBS:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/semana-farroupilha/noticia/2013/09/o-enigma-fotografico-de-bento-goncalves-o-principal-lider-farroupilha-4261717.html> acessado em: 20/09/2014.

Porto Alegre Antigo: Imagens da exposição para o Centenário da Revolução Farroupilha <http://lealvalorosa.blogspot.com> acessado em: 16/06/2011.

RBS publicações: Acesa a Chama Crioula na Capital:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/09/acesa-a-chama-crioula-na-capital-2180268.html> acesso em: 20/09/2014.

Revista Aplauso: Cultura em Revista: <http://www.aplauseo.com.br/site/portal/default.asp> acesso em: 31/08/2011

BIBLIOGRAFIA

ABREU, José Guilherme. **A Arte Pública e os Lugares de Memória**. Revista da Faculdade de Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, 2005, I série vol. IV, p. 215-234. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf> acessado em: 09/03/2012, p. 221.

ABREU, José Guilherme. **Nuevos Lugares de Intención: A Escultura no espaço Público do Porto no Século XX.** Inventário, História e Perspectiva de Interpretação. Biblioteca de la Universitat de Barcelona, 2005 (b).. Disponível em <http://www.ub.edu/escult/1.htm> acessado em 27/10/2013.

ABREU, Luciano Arone de. **100 anos depois: Um olhar sobre a Revolução Farroupilha.** In: **Justiça & História/ Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.** Vol.6, nº12. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas, 2006.

ABREU, Luciano Arone. **Um Olhar Regional Sobre o Estado Novo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2. Ed. 2009.

ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Farroupilha: Estudos Históricos.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

ALVES, José Francisco. **A Escultura Pública de Porto Alegre: História, Contexto e significado.** Porto Alegre, Artfólio, 2004.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-grandense.** 1. ed. , 1882; 2. ed. Porto Alegre: ERUS, 1982.

BELLOMO, Harry, Roderigues. **A produção da estatuária funerária em Porto Alegre.** In: Bellomo. Rio Grande do Sul, Aspectos da Cultura. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2. ed., 1997.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. **Antonio Caringi: O Escultor dos Pampas.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CAGIANI, Ivo. **Introdução.** In: CUNHA, José Antônio Flores da. **José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930);** org. por Carmem Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARONE, Edgar. **A República Nova 1930- 1937.** São Paulo: DIFEL, 3. ed., 1982.

CARRIÓN, Fernando M. **Conmemoraciones, Constucciones, disputas.** In: GUTMAN, Margarita. **Construir Bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización.** Buenos Aires: Infinito, 2012.

CATROGA, Fernando. **Memória e História.** In: PESAVENTO, Sandra. **Fronteiras do milênio.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

CERONI, Giovani Costa. **A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação.** Dissertação de Mestrado; Faculdade de História, Pós-Graduação em História, PUCRS: Porto Alegre, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. – Rio de Janeiro; Forense, 2011.

CHAGAS, Mário. **Memória Política e Política de Memória**. In: ABREU, Regina;

CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2. edição, 2009.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. **As Questões do Patrimônio: Antologia para um embate**. Lisboa/ Portugal. Edições 70, LDA, 2011.

CORREIA, Victor. **Arte Pública: Seu significado e função**. Lisboa: Fonte da Palavra, 2013

CUNHA, José Antônio Flores da. **José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)**; org. por Carmem Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

DOCCA, Souza. **O Sentido Brasileiro Da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

DUARTE, Márcia Lopes. **Simões Lopes Neto e a invenção do Gaúcho**. Cadernos IHU Ideias. Ano 1 – nº 08 -, São Leopoldo, RS, 2003.

DUARTE, Manuel. **A Revolução Farroupilha, Causas Sociais, Políticas e Econômicas** In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense IHGRGS. Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 145-214.

FÉLIX, Loiva Otero, in: TEDESCO. **Uso de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**, Curitiba: Positivo, 2010.

FLORES, Moacir. **Modelo Político dos Farrapos: As Ideias Políticas da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FLORES, Moacir. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Sitiada: Um capítulo da Revolução Farroupilha 1836-1840**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A Construção da Memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. Tese de Doutorado. UNISINOS. Programa de Pós-graduação em História, 2009.

- GIOVANAZ, Marlise Maria. **As exposições universais e seu impacto museológico: O Caso da Exposição do Centenário Farroupilha, Brasil.** Lisboa, Portugal: Revista VOX MUSEI arte e patrimônio, 2013.
- GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- GOLIN, Tau. **A Ideologia do Gauchismo.** Porto Alegre: Tchê, 1983.
- HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 09.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História.** Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- KNAUSS, Paulo. **Cidade Vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845).** Porto Alegre: 2. ed. Sulina/ARI, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Lisboa: Editora Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed., Campinas, São Paulo: 2003.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **Revolução Farroupilha: A Revisão dos Mitos Gaúchos.** Porto Alegre, ed. Movimento, 1992.
- MACEDONIA Leonardo, In: **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense IHGRGS. Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha.** Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, 20-42.
- MACIEL, Maria Eunice. **Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul.** In: Bresciani; Naxara (organizadoras). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- MACHADO, Nara Helena Naumann. **A exposição do Centenário Farroupilha; Ideologia e Arquitetura.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1990.
- MAIA, João. **Formação do Rio Grande do Sul: Resenha Histórica.** In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense IHGRGS. Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.
- MANFROI, Santinger Lília. **Caringi: Agora estou ali em bronze.** Porto Alegre, RS: AGE, 2005.
- MENEZES, Ulpiano T. B. **Educação e museus: sedução, riscos e ilusões.** Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências & Letras, jan/jun 2000. p.91-101; n°27.Memória.

MÜTZENBERG, Lenice Lucia. **A Escultura Pública de Antônio Caringi em Pelotas**. Pelotas, RS: UFPEL. Instituto de Artes E Design Curso de Pós-Graduação em Artes Especialização em Patrimônio Cultural. 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981. P. 7-28.

NUNES, Zeno Cardoso. **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996.

O'DONEL, Fernando. **Perfil Bibliográfico**. In: CUNHA, José Antônio Flores da. **José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)**; org. por Carmem Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis; Vozes, 1992.

OLIVEN, Ruben George. **Na Fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho**. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits [org.]. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

OSÓRIO, Luiz Fernando. **A Ação e os Propósitos Orgânicos dos Farrapos**. in: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, Vol. II, 1936. Pp. 45-81.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.

PAIXÃO, Antonina Zulema D'Avila. **A Escultura de Antonio Caringi: Conhecimento e Técnica como meios para o Artista atingir um fim. A Libertação na Arte**. Tese apresentada em concurso para professor titular em estética das artes plásticas. Pelotas: RS,UFPEL Instituto de Ciências e Artes, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Historiografia e Ideologia**. In: Freitas, Décio [et al.]. 2. ed. RS Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Resentimento e Ufanismo: Sensibilidades do Sul Profundo**. In: Bresciani; Naxara (organizadoras). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & literatura: uma velha-nova história**. Nuevo mundo mundos nuevos, Debates, 2006, [em línea], Puesto em línea el 28 janvier 2006, URL: [HTTP://nuevomundo.Revues.org/index1560.html](http://nuevomundo.Revues.org/index1560.html). consultado em 15 de outubro de 2009.

POLLAK, Michel. **Identidade e Memória**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10,1992. Disponível em: <reviravoltadesing.com/.../wp/.../memória_e_identidade_social.Pdf> Acesso: 07/03/2012.

PORTO, Aurélio. **In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul IV trimestre, ano XV**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935, p. 198-199.

PRATES, J. Egon D' Abreu. **O Trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835**. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, Vol. II, 1936, p. 5-25.

PRIETTO, Luís Monti. **Antonio Caringi**. Memória do ciclo do charque em Pelotas, artigos. 15/04/2012. In: WWW.vivaucharque.com.br/interativo/interativo/php. Pesquisado em 02/01/2014.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. In: Golin; Boeira. **República; da revolução de 1930 à ditadura Militar (1930-1985)** Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Memória em Bronze: Estátua Equestre de D. Pedro I**. In: KNAUSS, Paulo. **Cidade Vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Ed. Da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: O Tempo Narrado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Félix Contreiras. **Formação Social e Psicológica do Gaúcho Brasileiro**. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense IHGRGS. Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.319.

RUIZ, Castor Bartolomé. **Os Paradoxos do Imaginário**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos. 2003.

SILVA Camila. Do Passado ao Futuro: **A Escrita Comemorativa do Centenário Farroupilha na Imprensa Porto-Alegrense**. Dissertação de Mestrado. Unisinos, São Leopoldo, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **“Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, nº 44, p.425-438, 2000. Disponível em: < WWW.sielo.br/pdf/rbh/v22/n44/14006.pdf > acesso em: 11/07/2012.

SOARES, J. O. Pinto. *Memórias Históricas e Comentários*, In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense IHGRGS, Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Globo: Livraria do Globo, 1936, p. 234.

SOUZA, Coelho de. **Revolução Farroupilha: sentido e espírito**. Porto Alegre: Globo, 1. ed., 1944; 2. ed. Sulina, 1972.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha: História Popular do Grande Decênio Seguida das “Efemérides” principais de 1835-1835, fartamente documentada**. 1. ed. 1939 – São Paulo: Ed. Nacional; ed. Da Universidade de Brasília 3. ed., 1982.

TELLES, Jorge. **Farrapos: a guerra que perdemos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2. edição, 2004.

TILL, Rodrigues. **Monumentos de Porto Alegre: ensaio histórico e crítico**. Porto Alegre; Evangraf, 2002.